

SCRIPTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Professor Doutor Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação: Sérgio de Moraes Hanriot

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Alberico Alves da Silva Filho; Conrado Moreira Mendes; Édil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ester Eliane Jeunon; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Márcia Stengel; Pedro Paiva Brito; Rodrigo Coppe Caldeira; Rodrigo Villamarim Soares; Sérgio de Moraes Hanriot.

Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom José Gaspar, 500 - Subsolo do Prédio 6 (Antiga SEC) Coração Eucarístico • Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4792 • CEP 30.535-901 • E-mail: editora@pucminas.br.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Coordenadora: Terezinha Taborda Moreira

Colegiado: Terezinha Taborda Moreira, Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues, Arabie Bezri Hermont.

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO BRASILEIROS

Coordenadora: Raquel Beatriz Junqueira Guimaraes

Capa: Miguel Antunes Caldeira

Diagramação: Miguel Antunes Caldeira e Mariana Hilbert Ribeiro

Revisão: Nicole Helena Assis

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 102 • 30535-901.

Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • E-mail: cespuc@pucminas.br ou scripta.pucminas@gmail.com

SCRIPTA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras
e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da
PUC Minas

Estudos literários e linguísticos: temas livres

Organizada por

Alex Martoni (PUC Minas)

Filipe Almeida Gomes(PUC Minas)

Scripta é uma publicação quadrimestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc - MG. A revista publica números alternados com matéria de Literatura ou de Linguística, o que se indica no subtítulo: I. Linguística e Literatura. II - Língua. III - Literatura.

Comissão de publicações:

Editora geral da revista **Scripta**: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Editora da revista **Scripta** de Linguística: Juliana Alves Assis

Editora da revista **Scripta** de Literatura: Terezinha Taborda Moreira

Conselho Editorial da Scripta:

Acesse: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/about/editorialTeam>

Indexadores: Dialnet, Diadorim, Erihplus, Google Acadêmico, Latindex, LLBA, MLA, MIAR, OAJI, Periódicos CAPES, Redib.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

S434

Scripta – v. 1, n. 1, 1997 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas,
2023.

E-ISSN 2358-3428

Quadrimestral

1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua
portuguesa – Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa
de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-
brasileiros.

CDU: 82.03(05)

Sumário

Editorial

Estudos linguísticos e literários: temas livres

Alex Martoni e Filipe Almeida Gomes.....9

Estudos literários

Diferentes perspectivas sobre a mulher em *O mameluco* (1882),
de Amélia Rodrigues

Lara Faria Jansen França e Juliana Maia de Queiroz15

A contestação e a apropriação da viagem no *road novel* *Trilhas*,
de Robyn Davidson

Mirian Cardoso da Silva48

No limiar da escrita: a morte do autor e metaficção em *Os
guarda-chuvas cintilantes*, de Teolinda Gersão

Rodrigo Felipe Veloso73

João Ternura, herói da revolução

Marcos Vinícius Teixeira103

A intertextualidade em literaturas infantis como processo de
autorrepresentação surda

Daniel Ferreira Costa.....134

A ecofenomenologia do Pequeno Príncipe <i>Gabriel de Almeida de Barros</i>	161
---	-----

Estudos linguísticos

Da faculdade metalinguística em Benveniste à proposição de uma Antropologia da Enunciação <i>Valdir do Nascimento Flores</i>	186
---	-----

Discussões, polêmicas amargas e xingos de todo gênero: o debate estendido sobre a língua do Brasil <i>Hosana dos Santos Silva</i>	208
--	-----

Sequência textual e uso de construções conclusivas <i>Mayra França Floret</i>	238
--	-----

A tradução radical e alguns problemas para a linguística <i>Larissa Colombo Freisleben</i>	263
---	-----

Unidades fraseológicas religiosas no léxico de Ouro Preto <i>Ana Luíza Barreto Lisboa e Soelis Teixeira do Prado Mendes</i>	284
--	-----

A formação de redes de mediadores de letramento durante o processo de escrita de textos acadêmicos no doutorado <i>Larissa Giacometti Paris</i>	316
--	-----

A escritura encarnada na criação de conhecimento científico-acadêmico: notas sobre experiências <i>Carlos Henrique de Lucas e Clebemilton Gomes do Nascimento</i>	347
--	-----

Resenhas

A avaliação sob escrutínio: uma abordagem crítica da avaliação e da didática

Cristian Henrique Imbruniz e Carla Jeanny Fusca374

Transgressões em Teresa decide falar, de Lindevania Martins: formas de agir

Thais Rabelo de Souza382

Entrevista

Entrevista com Hernán Ulm

Alex Martoni390

Editorial

Estudos literários e linguísticos: temas livres

Alex Martoni*
Filipe Almeida Gomes**

De maneira a reafirmar seu compromisso com a promoção dos conhecimentos científicos relacionados aos estudos linguísticos e literários, *Scripta* apresenta ao público este seu número 62, primeira parte do volume 28. Trata-se de um número que se beneficia das potencialidades abertas pela decisão editorial de levar ao público, também, números de natureza atemática.

Em termos gerais – ou seja, no que diz respeito ao projeto editorial de *Scripta* –, essa decisão tem o mérito de tornar possível colocar em circulação um conjunto de trabalhos que, a despeito de sua relevância teórico-metodológica, podem, em virtude de suas especificidades temáticas, encontrar dificuldades para serem abrigados em um dossiê. Em termos específicos – isto é, no que se refere a este número –, a referida decisão editorial, em vez de ensinar uma aparente falta de unidade entre os trabalhos coligidos, permite, isso sim, evidenciar o caráter múltiplo e vultoso dos estudos linguísticos e literários, bem como encontrar novos pontos de articulação, preocupações similares e ideias complementares.

Isso se ratifica já nos dois primeiros artigos da seção “Estudos literários”. Eles propõem leituras que colocam em

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutorado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Professor do Programa de Pós-graduação em Letras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5066-468X>

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutorado em Linguística e Língua portuguesa pela PUC Minas.
Professor do Programa de Pós-graduação em Letras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7356-3128>

relevo o modo como os romances nos permitem refletir sobre as condições sociais de existência da mulher e do negro. Em “Diferentes perspectivas sobre a mulher em *O mameluco* (1882), de Amélia Rodrigues”, por exemplo, Lara Faria Jansen França pinça um romance recentemente tirado do ostracismo na história da literatura brasileira, a fim de analisar a experiência da mulher no Brasil oitocentista a partir das formas em que aparecem representadas na obra da escritora baiana. No artigo seguinte, “A contestação e a apropriação da viagem no road novel *Trilhas*, de Robyn Davidson”, Miriam Cardoso da Silva também se debruça sobre o problema da circunscrição social dos horizontes de experiência da mulher. Para tal, analisa os processos de autodescoberta vividos pela protagonista ao longo da viagem de quase três mil quilômetros que realiza no curso do romance.

Os dois artigos subsequentes são talhados por problemas contemporâneos concernentes à teoria da literatura. Em “No limiar da escrita: a morte do autor e metaficção em *Os guardachuvas cintilantes*, de Teolinda Gersão”, Rodrigo Felipe Veloso parte de um conjunto problemas concernentes à escrita no mundo contemporâneo, como as noções de “a morte do autor”, de Roland Barthes, “metaficção”, “autor-leitor virtual”, para refletir sobre o estatuto do diário na literatura da autora portuguesa, mais particularmente refletir sobre como ela articula, a essa forma tradicional de escrita, a fragmentação do indivíduo, a inclusão de outras vozes ao texto, a metalinguagem enquanto corporeidade dos discursos enunciados sobre o ato de escrever, entre outros aspectos. Já em “João Ternura, herói da revolução”, Marcos Vinícius Teixeira revisita o célebre romance de Aníbal Machado com o objetivo de lançar luzes em um aspecto pouco analisado do romance: o modo como ele representa a Revolução de 30.

Desse modo, coloca-se em relevo de que modos a dimensão história plasma, em grande medida, a forma do romance.

Os dois artigos que encerram a seção “Estudos Literários” revisitam, cada um à sua maneira, o universo da literatura infantojuvenil. Em “A intertextualidade em literaturas infantis como processo de autorrepresentação surda”, Daniel Ferreira Costa analisa fenômenos de intertextualidade presentes em três histórias adaptadas para a comunidade surda, a saber: *Cinderela surda*, *Patinho surdo* e *Rapunzel surda*. O artigo tanto nos apresenta as formas de produção da literatura surda como, sob o ponto de vista da recepção, nos mostra a importância da literatura como forma de inclusão dessa comunidade ao dar protagonismo às características visuais e corporais dos surdos. Já em “A ecofenomenologia do Pequeno Príncipe”, Gabriel de Almeida de Barros, em perspectiva crítica ao humanismo antropocêntrico, dá voz aos personagens da natureza que aparecem na célebre novela de Antoine de Saint-Exupéry, como uma flor que fala e uma raposa que nutre a vontade de ser cativada, a fim de fundamentar o caminho para uma ética ambiental a partir da qual se apaga a relação epistemológica sujeito/objeto para se aventar um *ethos* embasado em nossa experiência profunda na relação com a natureza.

Quanto aos trabalhos presentes na seção “Estudos Linguísticos”, a diversidade e a opulência do campo também se manifestam de forma clara. É o que podemos assumir, por exemplo, ao observar que a diversidade temática encerra variadas opções teóricas e metodológicas.

No primeiro texto, denominado “Da faculdade metalinguística em Benveniste à proposição de uma Antropologia da Enunciação”, Valdir do Nascimento Flores busca, exatamente,

aquilo que o título anuncia: por meio de um sobrevoo em alguns escritos de Émile Benveniste, apresentar ao público a noção de *faculdade metalinguística* e suas implicações para a antropologia da enunciação. No texto seguinte, “Discussões, polêmicas amargas e xingos de todo gênero: o debate estendido sobre a língua do Brasil”, Hosana dos Santos Silva, em diálogo com as considerações de Pierre Bourdieu, discorre a respeito dos significados sociopolíticos e históricos que assomaram com o debate secular sobre o nome da língua falada no Brasil. No terceiro texto da seção “Estudos Linguísticos”, com o artigo “Sequência textual e uso de construções conclusivas”, Mayra França Floret apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou as construções conclusivas em três períodos da história do português e, com isso, chegou ao entendimento de que a escolha por determinadas construções conclusivas é influenciada pela sequência textual. No quarto trabalho, se valendo das reflexões teóricas de Willard van Omar Quine e das experiências empíricas de Daniel Everett em sua lida com os indígenas Pirahã, Larissa Colombo Freisleben versa sobre “A tradução radical e alguns problemas para a linguística”. Na sequência, isto é, no quinto texto, Soelis Mendes e Ana Luíza Barreto Lisboa, ao refletirem sobre as “Unidades fraseológicas religiosas no léxico de Ouro Preto”, colocam em cena a relação entre memória linguística e religiosidade. Em seguida, num debate que toca diretamente a linguística aplicada, Larissa Giacometti Paris apresenta “A formação de redes de mediadores de letramento durante o processo de escrita de textos acadêmicos no doutorado” e suas potencialidades. Finalmente, no último texto da seção “Estudos Linguísticos”, é de novo a relação entre escrita e práticas acadêmicas que volta à cena, com “A escritura

encarnada na criação de conhecimento científico-acadêmico: notas sobre experiências”, de Clebemilton Gomes do Nascimento e Carlos Henrique de Lucas.

Além desses trabalhos, este número 62 de *Scripta* traz consigo duas resenhas e uma entrevista. Enquanto a primeira resenha, escrita por Cristian Henrique Imbruniz e Carla Jeanny Fusca, faz uma apresentação da obra *Évaluation et didactique: un dialogue critique*, de Daniel Bart, publicada em 2023, a segunda resenha, cuja autoria é de Thais Rabelo de Souza, se manifesta a respeito da obra *Teresa decide falar*, assinada por Lindevania Martins, publicada no ano de 2022. A entrevista, por sua vez, é com o professor Hernán Ulm, da Universidad de las Artes, de Buenos Aires. Concedida ao professor Alex Martoni, ao longo dela, o filósofo argentino discorre sobre questões concernentes às relações entre literatura, estética, técnica e política no mundo contemporâneo.

Ao fim e ao cabo, a natureza atemática dessa edição de *Scripta* tem como mérito congregar trabalhos oriundos de pesquisas desenvolvidas em mais de 15 diferentes universidades, presentes nas cinco regiões do Brasil e, também, em outros países. E, do nosso ponto de vista, sua pluralidade deve ser vista, antes de tudo, como um convite.

Boa leitura!

Estudos Literários

Diferentes perspectivas sobre a mulher em *O mameluco* (1882), de Amélia Rodrigues

Lara Faria Jansen França*

Juliana Maia de Queiroz**

Resumo

Este artigo tem como proposição analisar as diferentes composições da figura feminina no romance *O mameluco* (1882), de Amélia Rodrigues, publicado no periódico baiano *Echo Sant'amarense*. Para isso, a pesquisa de cunho bibliográfico se fundamentou no aporte teórico sobre a história das mulheres durante o século XIX, no Brasil e no exterior, a exemplo de Maria Ângela D'Incao (2004), Elisa Maria Verona (2013) e Elaine Showalter (1994); além de movimentar também estudos que evidenciaram a construção das personagens femininas em romances brasileiros oitocentistas, tal como o de Silvana Lopes (2011), entre outros. Em suma, nosso texto objetiva desvelar como as múltiplas representações ficcionais da mulher se configura na literatura de Amélia Rodrigues a partir de diferentes determinantes como a classe social e econômica, a etnia/raça e a nacionalidade/ancestralidade, principalmente em uma sociedade marcada por um sistema segregacionista e hierarquizante.

Palavras-chave: representações femininas; século XIX; *O mameluco*.

* Secretaria Estadual de Educação de Belém (SEMEC/PMB). Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA (PPGL/UFPA) e professora do ensino básico pela SEMEC/PMB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4193-7487>.

** Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP e professora efetiva de Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando na graduação e na pós-graduação (PPGL/UFPA). Coordena o grupo de pesquisa "Vozes de Mulheres na Literatura" (CNPq) e é membro do GT A Mulher na Literatura, da ANPOLL. <https://orcid.org/0000-0002-1741-1725>.

Different perspectives of women in *O mameluco* (1882), by Amélia Rodrigues

Abstract

This article aims to analyse the different compositions of the female figure in the novel *O mameluco* (1882), by Amélia Rodrigues, published in the Bahian periodical *Echo Sant'amarense*. To this end, the bibliographical research was based on theoretical contributions on the history of women during the 19th century, in Brazil and abroad, such as Maria Ângela D'Incao (2004), Elisa Maria Verona (2013) and Elaine Showalter (1994); as well as studies that have highlighted the construction of female characters in 19th century Brazilian novels, such as Silvana Lopes (2011), among others. In short, we intend to reveal how the multiple women fictional representations take place in literature written by Amélia Rodrigues based on different determinants such as social and economic class, ethnicity/race and nationality/ancestry, especially in a society marked by a segregationist and hierarchical system.

Keywords: female representations; 19th century; *O mameluco*.

Recebido em 04/03/2024 / Aceito em 15/09/2024

Introdução

*O mameluco*¹ (1882), primeiro romance da escritora baiana Amélia Augusta do Sacramento Rodrigues (1861-1926), chegou às rodas literárias da sociedade oitocentista por meio da publicação em formato de folhetim no jornal *Echo Sant'amarense*, nas edições correspondentes aos meses de outubro e novembro. Já conhecida há alguns anos por sua poesia de cunho romântico e social, Amélia Rodrigues ampliou uma discussão que já havia tomado corpo em seus textos líricos anteriores: a questão da desigualdade social e econômica de grupos marginalizados.

Sendo oriunda de uma família de condições financeiras suficientes, mas nem de perto abastada, principalmente em comparação com a grande distância entre ricos e pobres/assalariados durante o período imperial, Amélia Rodrigues desde cedo teve a escrita e o trabalho em perspectivas primeiras em relação à conquista de independência e segurança de vida. Ao assumir o cargo de professora primária da região de Santo Amaro, sua cidade natal, aos 18 anos, mesmo período em que também começou a publicar seus poemas em jornais locais, a escritora já destacava em sua linha discursiva a preocupação com o abismo econômico e social presente na sociedade do recôncavo baiano.

De acordo com Milena Queiroz (2022), Amélia Rodrigues já inicia a sua primeira fase de produção literária com traços marcantes de uma posição questionadora, principalmente por seus textos irem além dos temas considerados adequados à pena feminina. Essa postura social mais progressista que a

1 O romance foi reeditado recentemente no formato de livro, 140 anos depois da data de publicação original em um projeto organizado por Milena Britto de Queiroz.

escritora desenvolve por meio, principalmente, da crítica sobre a participação da mulher na sociedade baiana, é de tal ordem que a destaca em um recorte histórico espacial ainda predominado pelo paradigma conservador e escravagista. De fato, em um período mergulhado em diversos interditos em relação à figura feminina, Amélia Rodrigues conseguiu inscrever seus textos em veículos de circulação que até então eram dominados pelo pensamento androcêntrico.

Entre algumas publicações que marcam esses temas polêmicos em sua trajetória, destacam-se os poemas *Ser pobre* (1879) e *Verso e reverso* (1885), bem como a peça *Fausta* (1884) e as crônicas publicadas com o pseudônimo de Dinorah, nas quais aborda temas como a vulnerabilidade social, as disparidades do sistema escravocrata vigente e os vieses da vivência feminina na sociedade da época.

Seguindo essa tônica, em *O mameluco* (1882), a escritora dá continuidade a sua característica de trazer à tona questões que coloquem em xeque o paradigma vigente, a exemplo da temática do negro e da escravização, em uma linguagem que alterna entre a manutenção de um paradigma colonialista e uma intenção de, ao mesmo tempo, superá-lo. Além de introduzir a questão da miscigenação, já abordada em obras consagradas anteriores a essa, a respeito do híbrido brasileiro e de uma vertente indianista na literatura nacional. De maneira mais sutil, também é possível identificar como a escritora usou dessa configuração narrativa para incluir diferentes perfis de personagens femininas, de modo a evidenciar os diferentes interditos lançados ao gênero por meio de papéis sociais distintos.

Centralizado na história de Fernando Santa Luz, filho de um português e uma indígena do sertão, o romance apresenta

os percalços pelos quais o personagem passa para ter seu lugar legitimado e respeitado por uma sociedade arraigada em regras sociais tradicionais e discriminatórias. Em paralelo a isso, outras personagens também são apresentadas ao leitor e têm suas vidas entrelaçadas à trama central, a qual corresponde ao amor inalcançável entre Fernando e a herdeira de um senhor de engenho, Ramira. É interessante destacar o paralelo construído entre as personagens femininas de Amélia Rodrigues, de diferentes classes sociais e etnias, de forma a constituir dualidades entre padrões requeridos e quebrados sobre ser mulher durante o século XIX.

Em relação a essas diferentes construções ficcionais é que esta pesquisa pretende se debruçar a partir do feminismo de vertente cultural apresentada por Elaine Showalter (1994) e que compreende uma teoria que “incorpora ideias a respeito do corpo, da linguagem e da psique da mulher, mas que as interpreta em relação aos contextos sociais nos quais elas ocorrem” (Showalter, 1994, p. 44), bem como em relação ao contexto histórico em que se delimita a análise. Assim, apresentaremos um breve estudo sobre as construções das representações femininas das personagens “Ramira”, “Magdalena”, “Marie Fleur” e “Luiza” no romance em questão, de forma a se apoiarem em discussões do campo da história das mulheres do século XIX para tentar compreender como elas se inscreveram e/ou subverteram o discurso vigente da época.

O ideal de mulher oitocentista

O lugar social da mulher foi uma questão de grande debate para a sociedade oitocentista brasileira. De acordo com Maria

Elisa Verona (2013), a própria ideia da constituição de um Império contribuiu para a normatização desse grupo, principalmente quando os princípios de progresso e civilização, essenciais para a legitimação desse novo momento na história do Brasil, foram determinantes para a adesão aos moldes societários de cidades tomadas como modelos da Europa, fato que impactou diretamente a constituição de normas sociais consideradas aceitáveis para a mulher daquele período, mais especificamente para a mulher branca da elite imperial. Verona (2013) aponta como esse novo *modus viventis* estrangeiro passou a ser introduzido no território em um grande pacto de colaboração com instituições que tinham o interesse em modernizar o país, em contrariedade à lógica sociocultural aqui encontrada. Um setor de grande importância para a modificação dos costumes e da moral vigente foram os periódicos, por meio de literatos, jornalistas, escritores, médicos e políticos, os quais usaram desse espaço de circulação para propagar discursos com propósitos educativos e “comunicar princípios, ideias, valores, normas, que deveriam, em última instância, educar a população, no sentido de infundir novas formas de convivência social” (Verona, 2013, p. 18).

Nessa linha de desenvolvimento, é notável como, a partir de meados do século XIX. a proliferação de jornais voltados para a mulher e a família cresceram de maneira significativa, tantos os dirigidos por homens quanto os comandados por mulheres, ainda que em menor número. Mesmo com divergentes intencionalidades, esses dois grupos atuaram no sentido de estabelecer padrões comportamentais e pautas que as mulheres e as mães leitoras, bem como as que tinham acesso a tais textos por meio da leitura compartilhada, deveriam se dedicar a assumir para o bem-estar da família e, consequentemente, da sociedade

em geral. Uma diferenciação interessante de se notar é a bandeira levantada pela imprensa feminista a respeito da universalização da educação e da emancipação profissional, enquanto a redação mais tradicional e em consonância com a ideologia do estado imperial pregava para suas leitoras as melhores orientações sobre os afazeres domésticos e comportamentos sociais, de modo a não comprometer ou prejudicar a honra do marido e o progresso da sociedade.

Logo, “a importância da mulher como um agente social capaz de exercer uma intervenção moralizadora na sociedade” (Verona, 2013, p. 20) foi um fator de impacto e mudança nos modos de vida desse grupo, uma vez que para isso a normatização oriunda de discursos masculinos alheios às experiências, desejos e anseios de ser mulher se tornou a tônica a ser seguida. Em outras palavras, mais que uma dominação material e dos corpos, o controle das mentes e da reação e recepção pública aos ditados padrões de comportamento e valores a serem propagados contribuiu diretamente para a padronização de um modelo de mulher para a sociedade imperial brasileira.

Em relação a isso, Maria Ângela D’Incao (2004) aponta como características principais que comporiam a mulher ideal “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo” (D’Incao, 2004, p. 232), em suma, uma idealização da exclusão e do silenciamento na forma de retidão e probidade. No entanto, vale ressaltar que essa ideia do resguardo era uma exigência para as mulheres da elite, já que, de acordo com Verona (2013), as possibilidades de ir e vir e o poder de decisão, ainda que limitados financeira e juridicamente, eram maiores para as viúvas, as mulheres livres e pobres e mesmo as

escravizadas, fato que pode ser observado na comparação das personagens femininas Ramira e Luiza em *O mameluco* (1882).

Mesmo com a urbanização e a proliferação dos espaços de socialização, como cafés, teatros e saraus, onde poderiam gozar de maior circulação e troca com outros indivíduos, ainda assim a mulher era submetida ao olhar da sociedade, para além da vigilância paterna e marital, condicionada pela difusão e pela adesão aos manuais de civilidade, pelas regras de etiqueta e conduta que imperavam em locais públicos frequentados pela elite. Além disso, a própria religiosidade atuava como um elemento limitador que contribuiu em demasia para a manutenção desse discurso, na medida em que essas normas sociais difundidas tinham também o papel de preservar a honra da mulher, um bem inegociável para o estabelecimento do casamento à época, uma vez que ele era necessário para a manutenção de um *status quo* carregado por essa mulher, ou até mesmo proveniente da necessidade de ascensão.

Esse cerceamento social da mulher transformado em uma espécie de modelo de virtude era ainda mais contrastante quando comparado ao que a sociedade esperava e aceitava dos homens, pais, maridos e filhos dessas mulheres. Dessa forma, mais do que o cuidado com os próprios comportamentos, os homens eram colocados em uma posição de dependência em relação à imagem que a mulher apresentava ao público, de forma a isentá-los e a responsabilizá-las por condutas desviantes da moral em voga:

Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres

das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D’Incao, 2004, p. 238)

De modo a ratificar os padrões exigidos, não raro era possível ver em periódicos, romances, textos doutrinadores, entre outros, os contrapontos das atividades consideradas dignas à mulher de família, sempre associadas ao cuidado e às prendas domésticas, juntamente com os perfis de uma vida mundana e suas consequências, a exemplo da mulher cortesã e da mulher demônio, a qual gostava de cultivar a admiração pública de que era alvo, além de ter como principal ocupação o próprio prazer, satisfeito por meio de passeios, bailes, amizades variadas, vestidos novos, e qualquer coisa mais considerada potencialmente nociva à convivência familiar. Em outras palavras, à mulher demônio cabia a independência de transitar em espaços antes restritos, a assumir comportamentos antes limitados, em suma, a exercer a vivência do “ser mulher” para além do presumido e difundido pelo paradigma dominante. Logo, pode-se perceber como o silenciamento feminino era cultivado desde cedo como um sentimento de abnegação, o qual teria forma completa e benéfica para a sociedade oitocentista com o ideal de anjo do lar (Verona, 2013).

Juntamente a isso, a própria ideia de amor também é agenciada, de maneira que o sentimentalismo se sobressaísse à atração física, considerada mundana e muitas vezes perigosa. Essa perspectiva de cultivo do estado da alma em um amor mais ingênuo e puro foi, segundo D’Incao (2004), introduzida na literatura por meio do romance *A moreninha* (1844), de Joaquim Manoel de Macedo, e esteve deveras entrelaçado com o projeto de modernidade em voga no país. Além disso, Verona (2013) também destaca que o discurso moralizador a respeito da figura

feminina foi de fato ampliado e mais adequadamente forjado por meio da propagação desse modelo, necessário à regulação social pretendida pelo estado, em novelas e romances, os quais tinham maior circulação social perante públicos diversos, para além dos letrados. Em outros termos, podemos dizer que os moldes da experiência de ser mulher eram construídos a partir de percepções masculinas alheias à vivência desse gênero.

Nesse sentido, D’Incao (2004) destaca que a literatura romântica brasileira, em especial a urbana, ao alçar o amor como um estado da alma, acaba por operar a troca desse sentimento por um conjunto idealizado sobre ele, de maneira que o amor seja um sentimento quase que espontâneo nos heróis dos romances: “as pessoas que amam aparecem nas novelas como possuidoras de uma força capaz de recuperar o caráter moral perdido, (...) o amor é sempre vitorioso, (...) o amor dos romances vence sobretudo o interesse econômico no casamento” (D’Incao, 2004, p. 243), mesmo que o enlace entre indivíduos de *status* diferentes não integrasse a norma social corriqueira observada para além das páginas de ficção.

Em *O mameluco* (1882), tal característica é mais fortemente identificada entre as mulheres na personagem de Ramira e no sentimento que ela desperta em Fernando, sendo descrita como uma jovem herdeira de ascendência portuguesa e portadora de todos os tributos físicos idealizados pelos escritores românticos a respeito da mulher branca da elite: pele alva, olhos azuis, cabelos louros, meiga, em suma, “suas faces, vertendo as cores da saúde, eram frescas como a rosa d’Alexandria que o orvalho da manhã umedece” (Rodrigues, 2022, p. 22). Representante da vida e dos costumes da elite no sertão do recôncavo baiano, a personagem, juntamente com o pai Paulo de Avilez, compõem o

núcleo familiar da casa senhorial, bem como também evidencia o ideal de amor romântico construído a partir de tonalidades mais sentimentais e reflexivas, em detrimento dos atrativos físicos.

O romance entre Fernando e Ramira é, então, desenvolvido a partir de uma tônica platônica, de admiração e carinho recíprocos que sustenta durante anos uma amizade por parte dos jovens, já que em grande parte do enredo Ramira ainda seja muito nova e ingênua para questões de cunho amoroso. Tal circunstância é expandida de forma a tornar essa amizade um ponto a ser intransponível devido aos fatores sociais e hierárquicos que separavam o casal, principalmente a ascendência indígena e a condição de trabalhador de Fernando o colocarem em uma posição inferior à amada e, por isso, incapacitado de suprir os requisitos de um futuro marido adequado às exigências da elite.

Além disso, a tentativa de intervenção por parte da escravizada Luiza, a qual nutria um interesse romântico por Fernando, acrescida à ida deste para a guerra, são fatores que aprofundam ainda mais a distância entre o casal no decorrer dos anos, fato que coloca o sentimento amoroso no campo dos sonhos e dos desejos, até o momento do reencontro, quando ambos já estão mais maduros. Neste ponto do enredo é perceptível, por meio da voz do narrador, como os sentimentos, ainda aos moldes românticos, sobreviveram aos percalços e se transformaram em algo mais que amizade por parte de Ramira:

Estava muito mudado, seu rosto moreno, mais tostado pelo sol, tinha laivos de energia mais pronunciados, uma expressão mais varonil, os olhos tornaram-se-lhe mais ardentes e mais fundos; as faces mais cavadas e o sorriso mais terno.

Entretanto, a mocidade resplandecia-lhe na fronte, contornando-a de uma auréola de vida, os olhares, despendendo chispas de luz, denotavam a firmeza

e a esperança das almas fortes que não se abatem-na desgraça nem na felicidade. O traje militar prestava-se admiravelmente para torna-lhe mais saliente a beleza do tipo. Ramira admirou-o com ternura, Magdalena, com orgulho. (Rodrigues, 2022, p. 101)

Outro ponto de observação importante é o processo educativo pelo qual a personagem é formada, remetendo a uma representação da educação fundamentada no matrimônio e cuidado dos futuros filhos. Dessa maneira, o ensino de Ramira foi totalmente domiciliar, uma vez que o pai não confiava na educação fornecida em colégios para moças, tanto por não achar que o potencial intelectual delas poderia ser desenvolvido, quanto por criticar a superficialidade de aprendizado neles. Logo, a instrução da filha foi realizada, tal qual o costume dos grupos sociais mais abastados, a partir da contratação dos professores particulares, Marie Fleur e Luiz de Argollo, com o intuito de capacitar a criança no aprendizado do francês, geografia, desenho, costura, piano, dança e gramática portuguesa, atributos julgados necessários para compor uma anfitriã e dona de casa da elite considerada distinta no século XIX.

No que diz respeito ao romance *O mameluco*, a questão da educação dentro do viés idealizado pela sociedade androcêntrica da época, principalmente na formação feminina para o matrimônio, é atrelada à ideia de valoração e sucesso pessoal. Assim, dentro dessa perspectiva, um elemento que irá contribuir para a ratificação da educação feminina tradicional como um processo indispensável ao sucesso pessoal desse indivíduo é a presença da religiosidade, característica que se aprofundará nas relações futuras da própria Amélia Rodrigues com a escrita literária. Dessa maneira, a religiosidade se configura no romance como um ponto basilar para uma qualificação humanizada das

personagens, de modo que Avilez considera importante o cultivo da crença em Deus como um reduto para o desenvolvimento da menina e, por isso, “(...) fazia a filha crer, ensinando-a a temê-lo, preparando-lhe o coração para a virtude, fortificando-lhe o ânimo para as lutas do mundo e da adversidade” (Rodrigues, 2022, p. 24).

Ademais, Silvana Lopes (2011) aponta que a educação escolar de moças oriundas de famílias abastadas, apesar de terem à disposição professores e colégios particulares com uma educação mais substancial que as escolas de primeiras letras e escolas normais, também não escapava do projeto de precariedade referente à ausência de um caráter mais intelectual e propedêutico, de maneira a subsidiar maiores possibilidades de atuação, tal qual era oferecido para os meninos. Assim, a estudiosa também reforça o papel do estado em interditar as vivências femininas por meio ou da ausência ou da limitada instrução destinada a esse público. Não à toa o ensino geral para a mulher se encerrava no secundário, além de terem acesso proibido às academias de ensino superior, com poucas exceções. Em paralelo a este cenário, pode-se observar como foi conduzida a educação de Ramira:

Seu pai a amava com entusiasmo, com um desses amores que não conhecem limites, mas que são razoáveis, refletidos e dispostos a todo o sacrifício. Educara a filha nos seus princípios, e nunca quis afastá-la de si, porque, dizia ele aos amigos quando o interpelavam, a mulher tem mais precisão da educação doméstica, a que forma o coração; e o seu melhor preceptor será o pai dedicado e religioso, que lhe ponha nas mãos o Evangelho, a ensine a trabalhar, a viver para a família e a ser útil a sociedade. (Rodrigues, 2022, p. 22)

As outras mulheres de *O mameluco*: um breve olhar por outros modo de ser mulher no século XIX

Além da personagem representante do ideal requerido para a população feminina de elite do século XIX, o romance também explora outras construções do papel da mulher na sociedade oitocentista, a exemplo da preceptora Mademoiselle Marie Fleur. Participante da dinâmica cotidiana dos personagens centrais, Marie Fleur também detinha uma posição distinta dentro da sociedade oitocentista, ainda que abaixo dos patrões, uma vez que, de acordo com Maria Celi Vasconcelos (2004), “assim como nas casas reais, também na aristocracia e em outras categorias que compunham a elite, o lugar ocupado pelos mestres e professores destacava-se entre os demais empregados da casa” (Vasconcelos, 2004, p. 106). Além disso, a nacionalidade francesa de Marie Fleur também evidencia um índice de destaque dentro dos parâmetros culturais da época para o exercício do magistério, já que a condição de “ser estrangeiro” também fazia parte do perfil de candidato propagandeado pelos jornais do período, bem como pelo pressuposto diferencial de qualidade inerente a eles no ensino de línguas e costumes refinados do exterior, sobretudo da França, capital cultural do Ocidente naquele período.

Além disso, Verona (2013) aponta que essa era uma das poucas profissões consideradas adequadas à a mulher letrada da época, tanto por não macular a sua honra quanto por ser compreendida como uma extensão do seu papel maternal, de forma que a ocupação delas no magistério também foi usada pelo estado imperial como meio para difundir os princípios de moralidade caros à elite social. É interessante notar um paralelo entre Marie Fleur e Amélia Rodrigues, também professora, no

sentido de as duas trazerem à pauta a discussão do magistério como forma de independência da mulher em prol do próprio sustento, principalmente das oriundas de classes menos abastadas.

Em relação ao romance, Mademoiselle Marie Fleur é apresentada como uma solteirona de quarenta anos, de porte alto, magro e pálido, juntamente com uma rigidez social descrita como típica das mulheres inglesas, sendo sua característica francesa transparente somente no sotaque. Ademais, a personagem, que nunca conseguiu engatar um noivado, manifesta desde o início o forte desejo de se casar, sendo essa sua motivação para aceitar o cargo de preceptora na casa de Paulo de Avilez. Apesar de desgostar da ideia de morar no sertão, ela viu no patrão viúvo a possibilidade de um casamento, expectativa frustrada pela escolha de Paulo em se manter solteiro.

Assim, Marie Fleur passa a depositar suas esperanças em Luiz de Argollo, um professor de origem portuguesa, baixo, gordo, risonho e bastante franco que dividia seu tempo entre dar aulas à pupila, acompanhar o patrão em saídas esporádicas e passar algum tempo se entretendo às custas dos trejeitos de sua colega, sem nunca a levar a sério em suas tentativas de estabelecer um cortejo, apesar de estar sempre a estimular as trocas entre eles. Dessa forma, Marie Fleur julga cultivar um sentimento recíproco entre eles com certo sucesso ao longo dos anos, na esperança de fazer dele um bom futuro marido. No trecho abaixo é possível ver um pouco dessa interação e da perspectiva de um para com o outro:

— E monsieur tem muita *passion*?

— Ora, mademoisele! Gosto muito de rolas e de meninas bonitas.

— *Merci*, monsieur.

— Mademoisele não tem que me agradecer.

Luiz de Argollo tossiu para conter o riso, e Marie Fleur ficou de uma seriedade ainda mais austera: sentira o epigrama.

— Oh!... Eu *agradece* porque monsieur diz que gosta de mim. Eu sei *logique* e fiz silogismo.

— Oh!... Madame sabe fazer silogismo!... Quero saber a consequência!...

— Monsieur gosta de menina bonita, ora, monsieur gosta de mim, logo, eu sou bonita, e...

— Bravo, mademoisele!... Tem razão!... Eu é que sou um estúpido!...

Argollo não se conteve mais: riu estrondosamente.

Marie Fleur ficou imperturbável. (Rodrigues, 2022, p. 43)

É perceptível que o interesse da personagem não é correspondido pelo seu colega, fato que suscita, por meio da leitura dessa narrativa, a questão da reação pública perante à rejeição de um homem e como o próprio acesso à instituição matrimonial do período também esteve estreitamente relacionado com a performance feminina individual, a qual tinha o resultado requerido a partir dos esforços mais perseverantes fundamentados em questões de cunho econômico e social. Apesar de Mademoiselle Marie Fleur encarnar uma típica moça dotada de prendas, a idade, a posição intelectual associada ao emprego e a própria urbanidade da condição de estrangeira a colocava distante do destino ideal das mulheres burguesas da época, de maneira a reduzi-la em sua própria condição de ser mulher, incapaz e não merecedora da formação de um lar.

De acordo com Verona (2013), muitos romances do período abordaram a distinção entre as mulheres do interior e as da cidade, com o intuito de colocar a urbanidade como um fator que influi no aspecto matrimonial delas, uma vez que se considerava que a exposição aos diversos espaços de socialização tornaria as moças mais frívolas e volúveis, com

opiniões mais assertivas que uma educação tradicional previa. Em relação a isso, a estudiosa também aponta como muitos romancistas atribuíam à má educação de costumes e hábitos difundidos na capital a culpa pelo destino desafortunado das moças que se desviavam dos caminhos tradicionais, isto é, “como aquele no qual a mulher deixa, por motivos variados, de constituir família” (Verona, 2013, p. 91).

Showalter (1994) também disserta sobre a concepção de mulher nos romances femininos e demonstra como a eles pode ser negada ou concedida a credibilidade social conforme as adequações femininas ao modelo falocêntrico. Isto é, a aceitação unânime e a internalidade social deste modelo masculino na literatura e na vida tornam impossível, mesmo na ficção, que uma fantasia e/ou um desejo feminino se concretize. Logo, o cerceamento ao desejo das mulheres em alcançar seus ideais acaba por também se infiltrar na escrita literária de escritoras mulheres, como é possível perceber pela construção ficcional da personagem Marie Fleur no romance.

A esse respeito, Gerda Lerner (1981 *apud* Showalter, 1994) afirma a necessidade de se considerar a possibilidade de uma cultura feminina inscrita na cultura falocêntrica compartilhada tanto por homens quanto por mulheres, não como uma subcultura, mas sim como uma existência social que foi constantemente compreendida e segregada. Em consonância, Showalter (1994) descreve o conceito de um texto de autoria feminina ser como um jogo de abstração, na medida em que ele “é um discurso de duas vozes que personifica sempre as heranças social, literária e cultural tanto do silenciado quanto do dominante” (Showalter, 1994, p. 50). Essa relação pode ser identificada na personagem Marie Fleur por meio da dualidade entre padrão ideal de mulher

e o pertencimento a uma classe social inferior, pois exprime no discurso narrativo um embate entre conservadorismo e subversão, bem como ratifica e questiona, ao mesmo tempo, o paradigma que determina que o que está reservado ao futuro de uma mulher, seja punição ou recompensa, não depende dela, apesar de todos os seus esforços, mas sim da leitura que a sociedade faz dela.

Soma-se a isso a presença da personagem Magdalena, a qual passa a ser o interesse romântico de Luiz de Argollo. Irmã de Fernando, Magdalena Santa Luz é descrita como mais morena que o irmão - que tinha feições à moda trabalhadora do sertão - de cabelos lisos e sem a pele queimada das chamadas rudes trabalhadoras do campo, fato provado pela maciez de suas mãos. Por conseguinte, “era mimosa, se não bela, meiga se não encantadora” (Rodrigues, 2022, p. 37), de maneira que a beleza e os modos da personagem suavizavam as implicações de sua condição social, já não tão distante da de seu par romântico quanto a de Fernando em relação à Ramira. Tal qual seu irmão, Magdalena também foi alvo da redução discriminatória enquanto pessoa quando Marie Fleur, que pensava ter algum tipo de relacionamento com Luiz de Argollo, descobriu a seriedade do enlace entre o casal:

— Monsieur despreza uma senhora educada! Uma fidalga francesa, bastarda dos Bonapartes, para querer casar com uma *servagem*!... Uma ignorante!... Uma camponesa!... Oh! Não *pode* acreditar isso!... Que miséria de monsieur!... Que desonra!...

(...) No dia seguinte ao romper da aurora, ela, cavalcando um belo ginete, afastou-se da fazenda amaldiçoando o ex-noivo, jurando aos seus deuses nunca mais acreditar em homem e aspirando mais do que nunca a trocar a liberdade de solteira pelo cativeiro do matrimônio. As lições do passado deviam tê-la escarmentado, porém

mademoiselle era teimosa, e não desanimara de abrir ainda o primeiro sorriso.

Fernando oferecera-se para acompanhá-la e, cabisbaixo, seguia ao lado dela como o condenado para a calceta, voltando-se de quando em quando para a fazenda e limpando uma lágrima fugitiva que lhe escapava dos olhos. (Rodrigues, 2022, p. 83)

O excerto revela como os indígenas e seus descendentes sempre foram mantidos à margem, inferiorizados e subestimados, ao contrário do ideário construído pelas instituições intelectuais que alçaram os nativos como figura de identidade nacional. Essa fragilidade do imaginário social é destacada no romance por meio do percurso de Fernando e Magdalena, marcado pela marginalização e preconceito racial, principalmente quando contrapostos aos discursos políticos e literários vigentes à época que tentaram colocar o indígena em um lugar de heroísmo e seus descendentes com os portugueses em uma posição aparentemente privilegiada por serem considerados os verdadeiros brasileiros.

No que concerne aos diferentes papéis sociais incorporados pela mulher oitocentista, esse trecho também demonstra como a hierarquização do gênero era entrelaçada a outros elementos da formação local, como a questão da origem étnica. Logo, é interessante como o romance traça um paralelo de expectativas e realidade entre duas configurações de papéis sociais femininos distintos por meio da consideração interseccional carregada pela personagem de Magdalena. Estando em lado oposto ao de Marie Fleur, tanto no interesse amoroso quanto nos atributos normatizados pela elite, as questões raciais aqui também se constituem como um marcador social para as mulheres.

A respeito disso, Milena Queiroz (2022) aponta que o brasileiro híbrido criado pelo romantismo estava à mercê da elite branca colonial e que na realidade, para além das páginas e propagandas nacionalistas, o tratamento destinado aos indígenas

não era tão distante aos dos negros escravizados. Isso porque a aceitação dos povos originários pela intelectualidade somente reiterava a inferioridade deles enquanto objetos valorizados, e não como indivíduos respeitados. Essa concepção reforçava as práticas de violência e invisibilização voltadas para os indígenas, sendo que tal perspectiva é retomada no romance a partir do paralelo entre o casal formado por cada um dos irmãos: a um corresponderá a tentativa de ruptura e ao outro a manutenção de um discurso nacionalista fundamentado no apagamento das diferenças étnico-raciais.

Por conseguinte, é perceptível como uma ambivalência narrativa é constituída entre os irmãos Fernando e Magdalena, uma vez que a partir deles é composta a trajetória tanto da transgressão quanto da conformidade ao paradigma imposto à figura do indígena brasileiro, na medida em que esse estereótipo é rearticulado por meio de uma repetibilidade com a personagem de Magdalena, e transmutabilidade com a trajetória de Fernando. Em relação à condição de Magdalena no romance, pode-se observar como a presença de referências alencarianas articula a posição subordinada dela, principalmente quando de sua inserção na vida cotidiana da casa senhorial e da aceitação de vínculo matrimonial com Luiz de Argollo, de modo a não pôr em questionamento o *status quo* da elite imperial. Em outras palavras, à personagem cabe o papel de perpetuação do paradigma colonial a partir da união com um português, o qual também recupera e detém a posse da herança que, anteriormente, era dos irmãos Santa Luz. A partir disso, a função primeira da mulher cunhada pela elite econômica e intelectual do país também se sobressai para a continuidade da descendência da figura civilizadora:

O mancebo quisera desabafar-se com a irmã, sua
confidente doutro tempo; quisera ainda uma vez
depositar-lhe no seio as amargas queixas e receber

dos lábios dela as doces consolações de outrora; mas vendo-a embebida diante do berço da filha, esquecida da paixão que o fizera sofrer tanto, e responder à sua delicada invectiva por uma canção alegre, sentiu-se profundamente magoado e afastou-se. Entretanto, refletiu os sentimentos maternais mais fortes e mais poderosos de que todos e repetiu, perdoando:

— É mãe... deixai-a cantar! (Rodrigues, 2022, p. 108)

Neste trecho em que Fernando comenta sobre a sua angústia em relação ao futuro com Ramira, a descrição de Magdalena investida pela maternidade reafirma as narrativas legitimadas pelo indianismo na medida em que reassegura a ordem patriarcal católica da elite. Mais especificamente, a inscrição de Magdalena nos moldes de constituição familiar propagado pelas instituições normatizadoras coloca como necessária a perpetuação de uma estrutura que mantenha hierarquias de dominação social.

É interessante notar, então, como a união com um indivíduo de origem branca diverge em questão de agregação de valor social quando considerada a disparidade do casal em questão. Ou seja, para Magdalena o casamento se constitui como uma elevação do seu papel social na escala hierárquica da sociedade, tanto pela perpetuação de uma linhagem paterna de origem europeia quanto pela demonstração implícita de subordinação entre diferentes povos. No entanto, para Ramira um casamento nos mesmos moldes, entre dois indivíduos de ascendências distintas, ao contrário de corresponder ao preconizado pelo paradigma dominante, tal qual o faz Magdalena, acaba por permitir o acesso de indivíduos considerados inferiores a patamares próximos da elite, e por isso era bastante desencorajado na época, uma vez também que a mulher era vista como um capital de procriação e perpetuação de um grupo específico e valorizado.

Em paralelo a essa construção narrativa, a personagem de Luiza, uma jovem escravizada que tinha por função acompanhar Ramira em seu dia a dia, também traz à tona a ambivalência entre denúncia social e estrutura escravista. Nesse sentido, o sujeito negro é representado em situações e posicionamentos diversos a respeito da questão da abolição, principalmente no que tange à decisão de adesão à revolta dos negros escravizados, liderada por Luiza e seu companheiro Pai Cosme. Ademais, entre os personagens negros que se destacaram, Luiza assume um papel ambíguo e crescente na medida em que se configura como um agente modificador do enredo. Tal aspecto estabelece uma diferença notável: o negro deixa de ser um objeto passivo do sistema vigente, ainda que no romance em questão essa construção não se fundamente na voz própria voz do sujeito negro, e sim sobre uma representação dele.

A própria historiografia brasileira oitocentista revela como as diferentes representações dos personagens negros evidenciam de que maneira o debate abolicionista era marcado por dualidades políticas e econômicas. Nesse sentido, Juliana Muñoz (2019) destaca que a presença do personagem negro na literatura brasileira é deslocada para o centro da narrativa ficcional a partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente no período abolicionista, de modo que representa também a cooperação dos intelectuais brasileiros na definição da alteridade nacional, ainda que fundamentada em ideias eurocêntricas. Assim, a pesquisadora afirma que o negro é apresentado por meio de diferentes facetas como a do cativo sofredor e melancólico; do servo como fonte de inspiração para produções opositoras ao sistema escravista; do escravizado nobre e submisso; da escravizada sexualizada; do negro infantilizado e indefeso; do negro feio; do negro imoral ou vingativo, entre outras.

No que diz respeito ao romance, é possível identificar algumas dessas construções como a do negro nobre e passivo, representados por Sophia e os escravizados que não tomaram parte na revolta arquitetada por Luiza, e a constituição do personagem como imoral e traiçoeiro, representado por Luiza:

Luiza era o tipo perfeito da malícia, da ambição e da hipocrisia.

Especulando com a simplicidade de sua senhora, ela a enganava, a adulava e roubava-a sem pudor, com uma carinha impassível como a inocência. Sophia muitas vezes a repreendera, ameaçava-a de contar à sinhá, mas obtinha em resposta um riso de escárnio.

Quando Fernando Santa Luz chegou à fazenda, Luiza reparou nele, interessou-a aquele rapaz desprotegido da sorte e apaixonou-se por ele em todo o ardor de sua natureza quase selvagem, indômita, e incapaz de um amor sério e refletido. O mancebo repeliu-a; a crioula não desanimou, mas, quando o gelo do desengano muitas vezes repetido acalmou-lhe a chama, a paixão tornou-se em ódio, e ela jurou fazer-lhe guerra. (Rodrigues, 2022, p. 73)

Dessa maneira, é possível perceber a constituição de Luiza a partir de um tom tendencioso que pode ser relacionado a um estereótipo propagado pelas teorias raciais em vigor no século XIX, a exemplo do darwinismo social cunhado pelo filósofo Hebert Spencer e que contribuiu para a fundamentação de um racismo biológico que penetrou diversas áreas das ciências. Dessa maneira, a jovem, de 16 anos, é descrita como tendo uma natureza maliciosa e hipócrita, além de ser considerada ambiciosa e egoísta, características que acabam por guiar e definir o destino da personagem na trama. Nas palavras do narrador, “as duas mucamas eram mais velhas do que a sua senhora. Espertas, inteligentes. Sophia era meiga, dedicada até o extremo, Luiza era velhaca, ambiciosa e egoísta.”

(Rodrigues, 2022, p. 45-46). Temos aqui o seguinte quadro: a relação entre a ideia de submissão ao sistema vigente a uma imagem pacífica na figura da escravizada Sophia, enquanto Luiza, por meio de características pejorativas, é associada à insubordinação. Posteriormente, essa construção também se repetirá em uma perspectiva ambivalente, principalmente quando as condições indignas impostas aos cativos e a sua consequente revolta atribuem a caracterização de selvagens aos personagens escravizados.

Em uma análise das formas de figuração de escravizados (idealizada e romântica/vítima e reacionária) tipificadas por Brito Broca (1979), em uma coletânea póstuma de seus textos, Ewerton Kaviski (2011) propõe a identificação de uma linha ideológica conservadora que influenciou as diferentes composições do negro na literatura em prosa brasileira durante a segunda metade do século XIX. Essa ficcionalização do indivíduo negro a partir de uma configuração ideológica identificada em vários autores do período é interessante também para se pensar a tônica paternalista sustentada pelo narrador de *O mameluco* ao longo do romance, principalmente na constituição da personagem Luiza no interior de um sistema de culpabilização do personagem escravizado.

Entre os exemplos analisados por Kaviski (2011), o personagem Simeão, de *As vítimas-algozes* (1869), é um exemplo clássico que encontra ressonância em muitas narrativas. Dividido em três narrativas independentes, mas interligadas pela transmutação do sujeito escravizado em uma espécie de algoz, a obra de Joaquim Manuel de Macedo apresenta no enredo de *Simeão, o crioulo* a história de um sujeito que se constitui ora como vítima, ora como traidor

em uma conjuntura que colocava os senhores de indivíduos escravizados como nobres e generosos devido ao tratamento diferencial dispensado por Domingos Caetano e Angélica à Simeão. Apadrinhado por eles aos dois anos depois de ter perdido a mãe, Simeão é criado como um filho adotivo, com algumas restrições, e cresce afastado da vivência violenta e degradante da condição de cativo. Dessa forma, o personagem assume uma dupla posição social ao transitar entre a liberdade de um homem livre, concedida pela relação familiar que tinha com a família da casa-grande, e a realidade marginalizada imposta às pessoas negras.

No que concerne à relação de afetividade entre Simeão e seus senhores, Kaviski (2011) evidencia como, para a conjuntura da época, este elemento era um dos traços que constituíam a representação de pessoas escravizadas a partir de uma ótica elitista branca, de forma que criava e reproduzia no imaginário social a ideia de que a condição de cativo era um lugar menos oprimido do que a realidade mostrava. Dessa maneira, tal como na relação de Simeão e seus senhores, a perspectiva da afetividade em relações díspares de dominação também pode ser encontrada em *O mameluco*, de maneira similar no que diz respeito ao papel da afetividade na construção ficcional romantizada do sistema escravocrata.

Nesse sentido, a construção dos personagens cativos domésticos, com os quais Paulo de Avilez busca criar uma relação bem quista, remete a uma “pseudo-condição de homem livre do escravo doméstico” (Kaviski, 2011, p. 539), de modo que a relação que subjaz a essa construção advém da presumida bondade do senhor, em uma posição paternalista, para com os seus submissos. Assim, é possível observar como

essa questão está diretamente entrelaçada ao papel social atribuído à Luiza, personagem dotada de maior liberdade de pensamento, de ação e de opinião. Contudo, tais componentes são na narrativa articulados a uma construção psíquica negativa, como se o mínimo acesso a essas condições também contribuísse para a deterioração, tornando assim a posição subordinada de cativo valorizada.

De acordo com Góes Benevides e Lontra Fagundes (2019), essa questão paternalista é uma característica que é muitas vezes encontrada em romances de viés abolicionista por meio da representação do sentimento de gratidão pela ausência recorrente de um tratamento violento ou supostas benesses dadas aos escravizados a partir do convívio com os brancos, como também pela dinâmica da concessão de alforrias na construção de um senhor de engenho mais humanizado, fundamentando uma aparente relação de filantropia senhorial que, ao contrário de garantir direitos constitucionais aos cativos, reforçava a necessidade da manutenção desse sistema escravocrata.

Sob esse ponto de vista, é possível observar como essa perspectiva é construída a partir da dinâmica de Paulo de Avilez com os escravizados de sua propriedade, principalmente com os que convivia diariamente no ambiente doméstico, tal como demonstra a percepção da escravizada Luiza em uma descrição benevolente do caráter de seu senhor: “(...) Paulo era condescendente; gracejava com os escravos, conversava com eles; era mais do que um senhor, era um pai” (Rodrigues, 2022, p. 74). Logo, é possível compreender que, mesmo em uma crítica ao sistema escravocrata, a permanência de traços estruturantes da dominação colonial ainda se fazem presentes ao longo do enredo, principalmente no que diz respeito a suavizar a participação da elite branca nesse sistema.

Nesse cenário, Luiza surge no enredo como uma figura potencialmente desestruturante para a harmonia da casa grande e, tal qual como Simeão de Joaquim Manuel de Macedo, incorpora a persona ingrata e ressentida atribuída ao negro, outra abordagem bastante difundida durante o Oitocentos. Simeão, ao se dar conta de que a liberdade de que usufruía era artificial, torna-se consciente do seu não-lugar diante dos seus pares de origem e da família que o teve como uma cria estimada, não sendo totalmente livre, nem totalmente escravo. A partir dessa percepção, o personagem é deslocado para um lugar de desejo daquilo que lhe foi negado, de modo a começar a desenvolver um caráter ingrato e perverso, oriundo de sua condição de escravizado. Assim, a narrativa mesma delimita que a perversidade do negro, juntamente à afetividade circunstancial e seletiva da elite branca, estariam relacionados à caracterização do indivíduo negro como desumano, mais do que por uma questão de característica hereditária relacionada à origem étnica (Kaviski, 2011).

Nota-se, então, o paralelo de Simeão com Luiza tanto na transmutação do personagem negro ao longo dos enredos, quanto na consciência de seu não pertencimento ao lugar onde se encontra. Primeiramente, por sua caracterização estar embasada em um pressuposto racial da época, onde seu caráter desde o início é marcado como vil e inerente à sua pessoa, não sendo, portanto, fruto de sua condição de cativa, mas sim de sua natureza, fato que contrabalança o romance para um viés conservador e de reprodução de um *status quo* de discriminação do ser negro. Logo, a transmutação que se observa em Luiza, operada após a rejeição de Fernando, se dá de maneira a contrapor ao ideal de conformidade com a afetividade incitada

pelo paternalismo, o qual é delimitado como a melhor via para uma vida calcada em menos sofrimento para os escravizados da fazenda. Nesse sentido, o enredo é também apoiado em um apagamento das relações de dominação e, tal qual como ocorre na narrativa de Simeão em *As vítimas-algozes*, a delimitação maniqueísta entre bons e maus atribuídos aos senhores e cativos, respectivamente, introduz no romance de Amélia Rodrigues um viés moralizador, o qual traz como centro a ideologia dominante da época.

Além disso, outro ponto de análise importante é o fato que desloca Luiza, já caracterizada pejorativamente, para o ato vingativo, cena que traz um aspecto muito importante quanto à compreensão de relacionamento amoroso relacionado à marginalização da mulher negra. No que tange a esse tópico, Maria da Silva e Francisca Rodrigues (2018) destacam que, no contexto social do período oitocentista, as mulheres negras não eram vistas ou idealizadas para a vivência do casamento, da maternidade, do amor, de maneira que elas eram relegadas ao trabalho e à objetificação do corpo como fonte de prazer. A partir disso, a descrição da paixão de Luiza e a sucessiva mudança do sentimento faz refletir como a representação de ser mulher na literatura se constituía tanto em um reflexo da ideologia corrente patriarcal, quanto em uma forma de perpetuar essa imagem:

Quando Fernando Santa Luz chegou à fazenda, Luiza reparou nele, interessou-a aquele rapaz desprotegido da sorte e apaixonou-se por ele em todo o ardor de sua natureza quase selvagem, indômita, e incapaz de um amor sério e refletido. O mancebo repeliu-a; a crioula não desanimou, mas, quando o gelo do desengano muitas vezes repetido acalmou-lhe a chama, a paixão tornou-se em ódio, e ela jurou fazer-lhe guerra. (Rodrigues, 2022, p. 73)

É interessante pensar a construção dessa personagem a partir das vozes ideológicas subjacentes à escritura feminina, tal qual Showalter (1994) propôs partir de uma crítica literária ginocêntrica, em que a literatura de autoria feminina estaria circunscrita no campus histórico e cultural de suas vivências, tanto da cultura androcêntrica quanto a de uma cultura *sui generis*. Isto é, o discurso de duas vozes presentes nesses textos tanto pode desvelar uma produção que se quer contestadora, como também pode evidenciar traços e posições que coadunem com a cultura dominante. Essa dualidade, presente em grande parte do romance, é perceptível com grande destaque na personagem de Luiza, construída ficcionalmente como uma espécie de vilã, com um caráter duvidoso de nascença, por uma série de ações que diminuem a figura da mulher a um determinismo social, de classe e etnia por meio da sua trajetória em busca de vingança.

Entretanto, paralelo a essa representação, é também na personagem de Luiza que a contestação do sistema escravocrata ganha força no enredo. Após ter frustradas as suas tentativas com Fernando e ter tido sua vingança contra ele desmascarada, seguida de uma violenta punição a chicotadas, retratada pelo narrador como justas às suas ações, Luiza põe em prática um levante contra os senhores brancos da região. Para isso, a personagem usa de sua influência com Pai Cosme, descrito como uma figura importante em Angola antes de ser trazido ao trabalho forçado no Brasil, e das reivindicações contra as condições execráveis para organizar a revolta em nome de seu ressentimento. Dessa forma, é justamente a voz de Luiza, em prol de uma causa própria, que movimenta a causa coletiva do abolicionismo, a qual ganha cada vez mais espaço nos debates públicos e intelectuais, como é possível ver no trecho abaixo:

—Todos nós temos direitos iguais aos deles; isso mesmo ouvi sinhá dizer outro dia. Você e os seus patrícios eram livres lá em sua terra; comiam do bom e do melhor...

—Eu era rei lá em minha tera! – suspirou ruidosamente Cosme.

— Está vendo?... Era rei, e aqui o que é?... Um pobre negro que vai ficar ainda mais desgraçado. (Rodrigues, 2022, p. 95)

Considerações finais

Dessa maneira, é possível observar como a experiência de ser mulher no século XIX perpassou por muitos âmbitos, a começar pelo controle dos corpos e das mentes do considerado “sexo frágil”. Além disso, soma-se a essa questão a estratificação social e étnica da época impactada pelo sistema escravista, o qual reproduziu diferentes sociabilidades econômicas, políticas e culturais no que concerne aos espaços de circulação, comportamentos e assuntos considerados adequados para o público feminino. É certo que de muitas maneiras a violência simbólica penetrou em todas as esferas, desde a mais abastada até a mais precária, como também ocasionou diferentes repercussões e consequências. No entanto, mesmo afastadas, na forma como a sociedade androcêntrica sempre cultivou o antagonismo feminino, é possível observar como reivindicações e mudanças prósperas se tornaram reais na literatura e, também, por meio dela. Logo, a condição de um corpo-objeto posto à margem, fator comum a essas mulheres oitocentistas, também se tornou a motivação para reivindicações dentro de diversos grupos sociais femininos.

No romance, essa idealização/limitação do ser mulher é bastante perceptível em todas as personagens analisadas, sendo essa uma característica que transita entre tradição e uma tímida ruptura com os discursos tradicionais, de modo a desvelar o próprio conflito que a sociedade vivia à época. Entre diferentes mulheres representadas, foi possível perceber como os destinos de cada uma, salvo a ruptura de Magdalena, estiveram diretamente ligados, às condições, aos julgamentos, aos cerceamentos e às posturas esperadas delas, e, ainda mais, preconizadas como inerentes a elas. A questão da veia educativa em Marie Fleur, por exemplo, é um caso exemplar de como a educação, mesmo quando alcançada pela mulher, não era posta ao seu serviço. Em suma, essas diferentes composições da figura feminina durante o Oitocentos, conforme analisamos no romance *O Mameluco*, traçam um retrato do embate entre progresso e tradição no sertão do recôncavo baiano, trazendo à tona os limites da própria experiência feminina de criação literária na letra de Amélia Rodrigues.

Referências

DA SILVA, Maria Valdenia; RODRIGUES, Francisca Lisiani da Costa. A voz feminina e negra na literatura brasileira oitocentista: a autora e as personagens de Úrsula. *Afluentes: Revista de Letras e Linguística*, São Luís, v. 3, n. 8, p. 62–81, 2018. Disponível em: <https://periodicosletronicos.ufma.br/index.php/afluentes/article/view/9848>. Acesso em: 16 jan. 2024.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: *História das Mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org); Carla Bassanezi (coord). 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2004. p. 232-250.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org); Carla Bassanezi (coord). 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2004. p. 251-289.

GÓES BENEVIDES, José Lucas; LONTRA FAGUNDES, Bruno Flávio. O paternalismo escravista em perspectiva na literatura: contrapontos entre o Demônio Familiar e Úrsula. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 107–126, 2019. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10490>. Acesso em: 05 set. 2023.

KAVISKI, Ewerton de Sá. A figuração do escravo na ficção brasileira oitocentista. In: Seminário Internacional de História da Literatura, 2011, Porto Alegre. *Anais do Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre: PUCRS, 2011. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sihl/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

LOPES, Silvana Fernandes. “Retratos de mulheres na literatura brasileira do século XIX”. *Revista Plures Humanidades*, Vol. 12, n. 1, Ribeirão Preto, 2011, p. 117-140. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/7>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MUÑOZ, Juliana Fillies Testa. “A representação do negro na literatura oitocentista brasileira à luz do pós-colonialismo.” *Brasil/Brazil*, 1 jul. 2019, p. 87–102. Disponível em: seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/95014. Acesso em: 10 set. 2023.

QUEIROZ, Milena Britto de. Amélia Rodrigues e a Escrita das Mulheres do Século XIX. In: RODRIGUES, Amélia. *O mameluco: romance brasileiro*. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022, p. 137-220.

RODRIGUES, Amélia. *O mameluco*: um romance brasileiro. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (org.) *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres*: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de Oitocentos. 2004. 313 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=4624@1>.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

A contestação e a apropriação da viagem no *road novel Trilhas*, de Robyn Davidson

Mirian Cardoso da Silva*

Resumo

O *road novel Trilhas: a incrível jornada de uma mulher pelo deserto australiano*, publicado em 1980 pela escritora australiana Robyn Davidson, é uma narrativa que questiona a liberdade das estradas. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar como ocorre a representação da viagem pela perspectiva feminina, de modo a compreender o processo de contestação e de apropriação do espaço pela personagem. Para tanto, esta pesquisa se respaldou nos estudos de Assmann (2011), Certeau (2014), Lefebvre (2006), entre outros, por meio dos quais observa-se como a protagonista enfrenta o conceito de espaço e o medo, contestando-os, e, apesar da dificuldade, desenvolvendo a apropriação da mobilidade.

Palavras-chave: literatura de autoria feminina; Road novel; romance de estrada; deslocamento; Robyn Davidson.

* Docente EBT no Instituto Federal Catarinense, campus de Camboriú. Doutora em Letras, área de concentração Estudos Literários, pela Universidade Estadual de Maringá. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8976-1820>.

The contestation and appropriation of travel in the road novel *Tracks*, by Robyn Davidson

Abstract

The road novel *Tracks: one woman's journey across 1.700 miles of Australian Outback*, published in 1980 by the Australian writer Robyn Davidson, is a narrative that questions the freedom of the roads. In this context, this work article aims to analyze how travel is represented from a female perspective, in order to understand the process of contestation and appropriation of space by the character. For this purpose, this research was supported by studies by Assmann (2011), Certeau (2014), Lefbvre (2006), among others, through which it is observed how the protagonist faces the concept of space and fear, contesting them, and, despite the difficulty, developing the appropriation of mobility.

Keywords: literature by women authorship; road novel; displacement; Robyn Davidson.

Recebido em: 24/10/2023 / Aceito em: 14/09/2024

O chamado para a viagem

Senti que estava me livrando de um grande peso que antes estava sobre as minhas costas. Senti vontade de dançar e invocar o grande espírito. As montanhas empurravam e puxavam, o vento rugia nos abismos. Eu seguia as águias que pendiam dos horizontes nublados. Sentia vontade de voar no azul ilimitado da manhã (*Trilhas*, Robyn Davidson).

A estrada, um caminho aberto pelo ser humano para transitar de um ponto a outro, sempre estive ao lado de qualquer um de nós. Só precisamos abrir nossas portas e olhar para fora: lá estará ela. Irredutível. Para onde ela nos levaria? Serpenteando de Norte a Sul, de Leste a Oeste, o caminho sempre está ali, a nos chamar. A australiana escritora-viajante Robyn Davidson não apenas respondeu a esse chamado, como o fez acompanhada de sua cachorra Diggity e de quatro camelos: Zeleika, “a líder, malandra, criativa, impassível, controlada”; seu filhote, Golias, que era preto como o pai e inteligente como a mãe, dono de “uma personalidade bem difícil: atrevido, metido, egocêntrico, exigente, petulante, arrogante, mimado e encantador”; Dookie, “o rei titular, mas se algo inconveniente acontecesse com ele, ele era o primeiro a se esconder atrás das saias da fêmea”; e Bub, que “era apaixonado por Dookie. Dookie era o seu herói, de modo que era valente pra burro contanto que o traseiro de Dookie estivesse diante do seu nariz” (Davidson, 1980, p. 72-82). Ela viajou com eles por quase três mil quilômetros de Alice Springs até o litoral do Oceano Índico, dentro do deserto até chegar ao mar.

Davidson, que nasceu em uma fazenda de gado em Queensland – Stanley Park, rejeitou uma bolsa de estudos para música e compartilhou uma casa com intelectuais e artistas boêmios, onde estudou zoologia. Por causa do desejo de repensar sua existência e recalculando sua rota pessoal, Davidson foi para Alice Springs a fim de realizar um empreendimento único: aprender a treinar camelos para poder atravessar o deserto sozinha. Depois dessa aventura, a viajante realizou outras jornadas, mantendo seu estilo nômade. *Tracks* (1980), na tradução brasileira *Trilhas*, é um romance de estrada escrito dois anos após a viagem da escritora Davidson pelo deserto australiano. A obra recebeu o prêmio Thomas Cook Travel Book, foi traduzida para diversos idiomas e inspirou o filme homônimo, lançado em 2013, sob direção de John Curran, mas que não teve muita repercussão no Brasil.

Além da jornada principal da protagonista ser realizada a pé, ela também viaja de trem e de carro, conforme a necessidade do contexto. A linguagem do romance é fortemente reflexiva, social e política. A personagem se posiciona criticamente frente a diversas questões, como o preconceito racial e a sua própria condição de mulher em uma sociedade predominantemente sexista, contestando o estatuto socialmente construído de mulher. No decorrer da narrativa, a introspecção se torna um dos recursos mais utilizados pela narradora, que, sozinha no deserto com seus pensamentos, reflete sobre diversos assuntos, principalmente sobre si própria em um espaço desconhecido e sobre a situação dos aborígenes. A narrativa a acompanha ao longo da viagem, mostrando tanto os pensamentos da viajante quanto as características do espaço por meio de uma narradora autodiegética, solitária e decidida.

A memória, o machismo, o preconceito racial, a viagem, o espaço e o deslocamento são questões vivenciadas profundamente pela personagem. Ela descreve cenas que constroem o contexto da narrativa, evidenciando não apenas seu desejo de viajar, mas a dificuldade em realizá-lo: nunca haveria momento oportuno se ela não se esforçasse, pois questões políticas e sociais distorciam as tentativas de liberdade que mulheres ou aborígenes tentassem alcançar.

Nesse sentido, as reflexões sobre a obra são iniciadas, então, a partir da instância da narradora, da forma e do gênero escolhido para narrar, uma vez que *Trilhas* é uma autoficção e um exemplo real da mutabilidade do gênero romance e das fronteiras movediças do road novel. A narrativa autoficcional, conforme aponta Eurídice Figueiredo (2013), é sempre descentrada e fragmentada, já que a primeira pessoa utilizada na obra, aliada aos recursos narrativos de monólogo interior e introspecção, colocam em cena as memórias da personagem, como percebemos no romance de Davidson. Isso caracteriza o romance *Trilhas* como uma narrativa do limiar: entre a imaginação e a memória dos fatos realmente vividos. Por isso, não se trata de uma biografia escrita pela própria autora, mas sim de uma ficcionalização de sua própria existência.

Mas qual seria o limite entre a verdadeira viagem vivenciada pela escritora e as lembranças narradas por ela? Nas últimas palavras do romance, a própria narradora reflete sobre o significado da palavra verdade frente à sua constituição de viajante, e no lugar de se “lembrar de como essas coisas eram verdadeiras”, ela “iria depois cair numa nostalgia inútil. As viagens com camelos [...] não começam nem terminam; elas meramente mudam de forma” (Davidson, 1980, p. 232). A noção de verdade, portanto, está sempre à disposição de diversas

questões, como o contexto, o interlocutor e o posicionamento pessoal de quem enuncia, e é uma questão que pode facilmente cair no estatuto de ficção. É por isso que a verdadeira “verdade” é subjetiva: aquela que a narradora pode criar sobre ela mesma. Desse modo, se a viagem de Trilhas aconteceu ou não conforme a autora escreve, ou melhor, da maneira como a narradora nos mostra, não importa aqui, já que o romance trata da ficcionalização das memórias da autora. O que de fato interessa é entender o processo da jornada da protagonista pelos caminhos da memória e através dos espaços físicos.

Além disso, há na obra uma não-linearidade, uma vez que o espaço psíquico não funciona dentro da noção de passado, presente e futuro, o que explica a própria personagem sentir que suas aventuras pelo deserto nunca terminaram, “elas meramente mudam de forma” (Davidson, 1980, p. 232), isto é, as memórias são inconstantes. Tal inconstância é sentida por ela, que está ciente dessa volatilidade da memória, como vemos no trecho que finaliza o romance:

Ao pensar na minha viagem agora, enquanto procuro separar os fatos da ficção, tento recordar como me senti naquela época específica, ou durante aquele incidente em particular, e busco reviver aquelas lembranças enterradas tão profundamente e tão cruelmente distorcidas; e então percebo um fato claro no meio de toda essa mixórdia. A viagem em si foi fácil. Não foi mais perigosa do que atravessar a rua, ir de carro até a praia ou comer amendoins. As duas coisas importantes que aprendi mesmo foram que somos tão poderosos e fortes quanto nos permitimos ser, e que a parte mais difícil de qualquer empreendimento é dar o primeiro passo, tomar a primeira decisão. Mas eu sabia, mesmo naquela época, que iria me esquecer dessas duas coisas várias vezes, e teria que voltar a repetir essas palavras quando tivessem perdido seu significado, e tentar me lembrar delas (Davidson, 1980, p. 232, grifo nosso).

A presença do verbo “tentar” no trecho final destaca a consciência da narradora de que as mesmas lembranças nem sempre são fáceis de acessar. Essa relativização se dá devido ao espaço da memória não ser linear, o que a faz flutuar e passar por oscilações, dependendo do momento que a personagem vive. Se “as recordações, como todos sabem, estão entre as coisas mais voláteis e incertas que há” (Assmann, 2011, p. 267), o que as pode organizar é o princípio narrativo, já que, por meio do ato de narrar, conseguimos ordenar nossas lembranças. A escrita autoficcional cria um espaço não só para narrar as lembranças, como também para ficcionalizar as lacunas e reconfigurar o espaço memorialístico.

O que se pretende enfatizar é que, ao recorrer à escrita, as lembranças da narradora se materializam. E uma vez dessa forma, é ao texto que ela agora recorre, e não mais à memória: “assim que o livro foi publicado, as lembranças começaram a desbotar, como se o livro as tivesse roubado” (Davidson, 2015, p. 233). Como afirma Aleida Assmann, o indivíduo sente mais facilidade de se lembrar dos acontecimentos após serem verbalizados, porquanto logo que “ocorre a verbalização, não nos lembramos mais dos acontecimentos em si, mas da nossa verbalização deles” (2011, p. 268).

Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar como ocorre a apropriação e a contestação da viagem pela perspectiva feminina. Para tanto, considera-se Trilhas um romance que traz uma narradora crítica que olha sua condição de mulher em meio a uma sociedade machista e sexista que lhe tolhe a liberdade, e escolhe enfrentar o lado de fora mesmo assim, colocando-se na estrada.

Na estrada: a resignificação da viagem em *Trilhas*

O enredo de *Trilhas* é contextualizado nos finais da década de 1970, século em que os aborígenes foram empurrados cada vez mais para dentro do deserto, privados de serem livres e nômades, inseridos em reservas cujo tamanho diminuía aos poucos, além de serem discriminados e maltratados. Nas palavras da protagonista, era comum que todos aprendessem “na escola que eles [...] não eram mais do que meros macacos amestrados, sem cultura, sem governo e sem direito à existência num mundo branco infinitamente superior; viviam vagando por aí, sem destino, primitivos, tapados e retrógados” (Davidson, 1980, p. 16). Embora sejam os povos mais antigos da Austrália, devido à colonização inglesa, eles foram escravizados e até hoje lutam contra a discriminação.

Para entender a relação da personagem com o espaço e com os aborígenes ao longo da jornada, precisamos considerar que a narradora não apenas realizou uma travessia pelo espaço físico, como também uma viagem por meio do espaço sociocultural. As trilhas e as estradas pelas quais passa não podem ser consideradas apenas um ponto ou rota no mapa. Por exemplo, logo na primeira viagem, realizada de trem, a protagonista se depara com as questões sociais a serem enfrentadas e que demarcam o lugar como inacessível, isso porque ela não estava acompanhada de um homem. Desse modo, como vemos na citação abaixo, o primeiro espaço com o qual ela irá se relacionar, a cidade Alice Springs, emerge como um lugar onde mulheres não poderiam se deslocar livremente. No discurso da personagem a seguir, bem como de outros com quem ela conversa no trem, percebemos essa forte presença do machismo e do preconceito contra os negros:

— Cadê seu ômi?

— Não tenho homem.

(Ligeiro brilho nos olhos vermelhos e cansados, ainda fixos no meu peito.)

— Ai, meu Deusin' do céu, cê num vai pra Alice sozinha, vai, benzinho? Escuta aqui, belezura, cê vai se dar muito mal por lá. Os pretos vão te “estrupear” na certa. Esses safados vivem soltos por lá só fazendo sacanagem, sabia? ‘Cê vai precisar de um protetor. Já sei, peço uma cerveja pra você, depois “vamo” pra tua cabine se conhecer melhor, que acha? Uma boa?

(Davidson, 1980. p. 14).

Diante desse cenário opressor, quando ela chega e desembarca em Alice Springs, encontra, além das histórias preconceituosas dos viajantes dentro do trem, uma cidade de aspecto desolador e um contexto tingido de batalhas pelos direitos a terra, fervilhando com ressentimentos e tensões raciais. Além disso, para sobreviver enquanto buscava uma forma de aprender a treinar camelos, ela trabalhou em um bar, onde foi rotulada como o próximo caso de estupro da cidade: “fiquei arrasada. O que eu tinha feito, além de dar uns tapinhas carinhosos no ombro de alguém [...] Naquele dia me assustei para valer pela primeira vez” (Davidson, 1980, p. 27).

Os dois anos que ela vive na cidade para aprender a treinar camelos, propiciam constantemente dificuldades relacionadas ao gênero feminino. Por exemplo, a violência contra a mulher aparece na obra de várias formas: “Um policial grandalhão e robusto foi até ela e começou a bater a cabeça dela contra a parede”. Na passagem em questão, a mulher espancada é uma idosa aborígine, a protagonista assiste à cena, paralisada: “Ninguém sequer se levantou dos seus bancos” (Davidson, 1980, p. 27), e derrama lágrimas devido à sua impotência frente à situação.

Nesse cenário, é preciso considerar o posicionamento da personagem como feminista pós-colonial, irritada com o poder e com as restrições estabelecidas pelo patriarcado australiano, que era também extremamente racista. Assim, em todo o romance, a personagem reflete sobre sua posição de mulher e sobre o construto social com o qual se depara, de maneira a contestá-los. Isso porque Alice Spings é uma cidade que constantemente a faz se confrontar com o machismo e o preconceito racial, pois se trata “de uma cidade de fronteira, caracterizada por uma ética agressivamente masculina e por tensões raciais exacerbadas” (Davidson, 1980, p. 17).

Em face da agressividade da cidade, e a partir dos conflitos que observa e vivencia, a única forma de a narradora conseguir sobreviver naquele espaço foi se adaptando e transformando sua identidade:

Passei a me proteger constantemente, a viver desconfiada e a me defender, e também vivia pronta a pular em cima de qualquer pessoa que parecia estar disposta a me contrariar. Embora isso pudesse parecer uma qualidade negativa, foi essencial para que eu me desenvolvesse e deixasse de ser apenas uma arquetípica criatura do sexo feminino (Davidson, 1980, p. 40).

Esse processo de reconfiguração identitária da personagem pode ser lida pela ótica dos estudos de Hall (2011), uma vez que a formação identitária e a subjetividade da narradora ocorrem a partir da interação entre o seu eu e o contexto social no qual ela está inserida. Segundo afirma Hall (2011), a construção da identidade se processa de forma constante, de acordo com o contexto no qual o indivíduo está inserido. É por meio da diferença vivenciada por ela nesses contextos que emergem os eus diferentes aos quais recorre e se identifica conforme necessário.

Desse modo, imersa em um universo fortemente marcado pelas ideologias masculinas, sua condição feminina certamente emergiria como uma questão a ser enfrentada. E isso não seria diferente na sua relação com a viagem, dado que os limites rigorosos impostos ao corpo feminino aparecem representados pela negação do acesso dela ao deserto, como vemos nas suas tentativas de encontrar um treinador de camelos que a aceitasse como aprendiz: “todos já sabiam o que eu pretendia fazer, de modo que os fregueses viviam gozando da minha cara e me dando um monte de informações incorretas e inúteis, a ponto de se poder compor com elas uma biblioteca inteira de absurdos” (Davidson, 1980, p. 26).

Além das dificuldades enfrentadas por ela para conseguir aprender a lidar com os animais, foram meses para conseguir os três camelos necessários para a viagem. E durante esse tempo, diversas vezes o seu acesso ao deserto foi negado. Por exemplo, ela recebia a presença da polícia local ocasionalmente, e alguns ameaçavam impedi-la de realizar a viagem: “você não tem chance alguma, sabia? Até homens morreram no deserto, por que você contaria com os peões de fazenda e conosco para salvá-la?” (Davidson 1980, p. 68).

É dessa outra forma também que a narrativa, de um lado, denuncia a opressão vivenciada pelo corpo feminino e o poder exercido sobre ele pela cultura imperialista; e do outro, coloca a viagem como uma forma de enfrentar essa realidade, porquanto explora o mundo e desafia os modelos dominantes ao trazer um corpo feminino em um espaço masculinizado pelo imaginário do explorador ocidental. Isso nos remete ao que Certeau elucida sobre os lugares: são “como histórias mantidas em reserva, permanecendo em um estado enigmático, simbolizações

encistadas na dor ou no prazer do corpo” (Certeau, 1984, p. 108).¹ É, pois, a partir das possibilidades de interação com os espaços que a viagem da protagonista pode ser compreendida como uma contestação dos preceitos dominantes.

O primeiro contato da personagem com o deserto é marcado, inicialmente, por uma visão romântica do espaço, revelando uma idealização sobre ele. Isso se mostra quando a protagonista se deixa invadir por aquele sentimento grandioso que praticamente todo viajante sente quando coloca o pé na estrada e finalmente inicia a sua viagem:

Tudo ao meu redor era magnífico. A luz, a energia, o espaço e o sol. [...] Senti vontade de dançar e invocar o grande espírito. As montanhas empurravam e puxavam, o vento rugia nos abismos. Eu seguia as águias que pendiam dos horizontes nublados. Sentia vontade de voar no azul ilimitado da manhã. Eu estava vendo tudo aquilo como que pela primeira vez, tudo novo e banhado em um resplendor de luz e alegria, como se a fumaça houvesse se dissipado, ou meus olhos houvessem se aberto, tanto que eu queria gritar para aquela vastidão: “te amo, te amo, céu, ave, vento, precipício, espaço, sol, deserto, deserto, deserto!” (Davidson, 1980, p. 98).

Esse primeiro contato dela com o deserto é interrompido pela presença do fotógrafo Rick Smolan, retirando-a de seu momento de gozo e trazendo-a para a realidade. O desejo primordial da personagem era vivenciar o exterior e realizar a viagem completamente sozinha, com os recursos conquistados por ela mesma e sem a intervenção de terceiros. A interferência do outro, esse outro marcado como um elemento estranho, elucida a dura realidade à qual a protagonista está submetida, pois ela não consegue fugir do sistema. Isso aparece na narrativa

1 “like stories held in reserve, remaining in an enigmatic state, symbolizations encysted in the pain or pleasure of the body”.

por meio da necessidade de ela aceitar a proposta da revista *National Geographic*, que financiou a viagem em troca da presença do fotógrafo em alguns momentos ao longo da jornada e de um artigo sobre sua viagem: “Eu tinha vendido uma parcela enorme da minha liberdade e a maior parte da integridade [...]. As coisas são mesmo assim” (Davidson, 1980. p. 89).

Essa viagem de Davidson e posterior escrita e publicação são exemplares das discussões sobre as condições financeiras necessárias às mulheres para conseguirem empreender suas buscas. Woolf (2014) evidencia que o dinheiro é uma questão fundamental e que determina se uma mulher irá ou não conseguir escrever e publicar. De fato, é isso que vemos: a narradora de *Trilhas*, ao perceber que não teria como realizar a viagem devido à sua condição econômica, precisou ceder parte da sua liberdade em troca do que precisava para completar sua jornada.

Aliada a essa realidade, a visão romântica sobre a viagem começa a ruir conforme ela se desloca e suas expectativas em relação à jornada se dissipam. Essa metamorfose é essencial para que a jornada realmente a permitisse viver a alteridade, redescobrando sua identidade frente ao outro e ao espaço circundante:

A euforia inicial se dissipou e algumas dúvidas irritantes estavam começando a se insinuar na minha consciência. [...] Nada portentoso ou grandioso estava realmente acontecendo. Eu estava esperando que ocorresse alguma mudança óbvia e milagrosa. Tudo era muito bom e tal, e até divertido às vezes, mas onde estava aquela tonitruante tomada de consciência que, como todos sabem, costuma fazer as pessoas caírem em si no deserto? (Davidson, 1980, p. 122).

Durante os meses em que viaja, a personagem experiencia o nomadismo de forma substancial, sem, no entanto, sentir-se

transformada como ansiava. Na definição de Eleanor Porter (2015), o nômade é um sujeito cuja consciência de si mesmo é o de um ser que está em um espaço, do qual é dependente e cujo sentido de si é construído por meio da interação com esse ambiente. No romance, a relação interativa com o ambiente que cerca a protagonista surge a partir das dificuldades ofertadas pelo deserto e as quais ela precisa enfrentar enquanto lida com suas próprias questões, levando-a a desfazer, aos poucos, sua visão romântica do deserto, como vemos no trecho abaixo:

Ao sair do assentamento, sozinha, só pude perceber uma monotonia, uma falta de substância em tudo. Meus passos me pareciam dolorosamente vagarosos, curtos e pesados. Eles não me levavam a lugar algum. Passo após passo, a caminhada interminável se arrastava, afundando cada vez mais meus pensamentos, em espirais [...] estava a ponto de parar e montar um acampamento quando vi [...] três camelos machos, grandalhões avançando para nós, indubitavelmente no cio. Pânico e tremor. Eles atacam e matam, lembre-se. Lembre-se agora, número um: amarre bem o Bub; número dois: mande-o se sentar; número três: tire o fuzil do coldre da sela; quatro: carregue o fuzil; cinco: engatilhe, mire e atire. [...] Minha visão ficou distorcida pelo medo [...] Fiiiiiiummmm. Dessa vez, a bala passou de raspão atrás da cabeça dele, e ele se virou e começou a se afastar. Fiiiiiiummmm. Perto do coração outra vez; ele caiu, mas só ficou parado onde tinha caído. Fiiiiiiummmm. Na cabeça, morreu. [...] Quando a aurora chegou, eu já estava de guarda. Com o fuzil carregado e preparado. Dois machos ainda continuavam por ali. [...] Meti-lhe uma bala direto onde eu sabia que ia matá-lo na hora. Eu comecei a chorar, ele se sentou e ficamos nos entreolhando (Davidson, 1980, p. 140-141).

Depois de enfrentar os camelos selvagens, que eram uma ameaça para a própria sobrevivência, a personagem continua

a viagem entorpecida pelo que fizera. Nesse momento, o sentimento inicial de estupefação é confrontado por um novo, isto é, um sentimento de estar fora do lugar: “sempre aquela estrada, sempre aquela estrada, sempre aquela estrada, sempre aquela estrada. Cansadíssima, dormi no riacho sem pensar em nada a não ser o fracasso [...] Queria me esconder nas trevas” (Davidson, 1980, p. 142). O espaço é visto por ela como algo diferente e exterior, porquanto ainda não havia se apropriado dele para conseguir se sentir pertencida.

Desse cenário surge a tristeza, e o medo se transforma em uma soma de sentimentos que a levam a se deparar não só com uma versão de si mesma, mas com várias: “Estava dividida. Acordei no limbo e não conseguia me encontrar. Não havia pontos de referência. Nada para manter o mundo controlado e coeso. Não havia nada senão caos e as vozes”. Essas vozes são partes dela que se contradizem e despertam para lembrá-la de sua incapacidade de coesão: “A mais forte, odiosa e poderosa estava zombando de mim [...] A outra voz era mais calma e aconchegante. Ela mandou deitar-me e me acalmar. [...] A terceira voz estava gritando” (Davidson, 1980, p. 143).

O sentimento que emerge desse contexto é de um deserto enorme, ameaçador e externo a ela, uma vez que estava sozinha, “o grande espírito tinha sumido” e agora dependia dos próprios recursos. Ao espalhar os mapas no chão, para ler a direção que deveria tomar com base nas trilhas feitas pelos exploradores antes dela, ela demonstra inteira dependência dos mapas para dar significado aos caminhos que iria percorrer. Porém, a estrada que esperava encontrar, marcada no mapa e prometida pelos exploradores, não estava lá e suas referências de apoio são

desestabilizadas. Tal visão faz surgir um sentimento de caos, como se o deserto “estivesse esperando que [eu] baixasse a guarda para me atacar” (Davidson, 1980, p. 111). Primeiro ela vivencia uma paralisação diante da ideia incomensurável de que a falta de água, ameaça sempre presente no deserto, estava a minar os limites da sua confiança. Segundo, ela experencia uma crise física, pois, sem o mapa, não tinha ideia de como encontraria água.

Esse cenário vivenciado pela protagonista se trata do mito do vazio criado pelos antigos colonizadores. Ela vê o deserto conforme o imaginário construído por eles, de que aquela terra era vazia, desprovida de significado e de estrutura: “me senti muito pequena, muito sozinha, de repente, naquela solidão imensa. Eu podia escalar uma colina e olhar onde o horizonte brilhava azul, confundindo-se com o céu, sem ver nada. Absolutamente nada” (Davidson, 1980, p. 125). O construto social ditava o espaço do deserto como um descampado vazio, então, como uma pessoa que não tinha contato com esse universo poderia enxergá-lo diferente?

Esse contexto refere-se a uma noção de paisagem visitada por ela, isto é, o deserto australiano, que durante décadas foi formado em consonância com o discurso ocidental, e, também, foi fortemente marcado como um ambiente vazio, morto, passivo e inútil. Esse espaço percorrido pela protagonista representa o lugar do aborígene. Conforme aponta Chrissy Collis (1997), em seu artigo “Exploring Tracks: Writing and Living Desert Space”, os exploradores do século XIX se empenharam em construir a ideia de que em alguns lugares do deserto australiano não existia nada. Isso era chamado de *ficção da tábula rasa*, que se tratava de uma negação da existência de algo em um espaço que o

explorador não entendesse ou não conseguisse conquistar, afinal, “admitir essa incapacidade [...] teria sido admitir a inadequação da epistemologia imperial britânica” (Collis, 1997, p. 180, tradução nossa).² Essa percepção, no entanto, é contestável, porque no romance de Davidson, o espaço pelo qual transita a protagonista – falo aqui das mais diferentes estradas – é repleto de encontros com diferentes sujeitos étnicos, onde há batalhas invisíveis e age o poder ideológico e cultural. Ao interagir com o deserto australiano, a narradora se depara com um espaço muito diferente das crenças coloniais, um espaço significativamente construído dentro das noções culturais e sociais dos aborígenes.

Embora inicialmente tenha explorado o mito do vazio, ela o abstraiu como inadequado em relação à grandiosidade das estradas e dos lugares percorridos. O *road novel* de Davidson se forma, assim, como uma narrativa que desconstrói a visão dominante, porquanto a viajante realiza um processo de interação com o legado europeu sobre o deserto para depois reconstruí-lo a partir de suas próprias perspectivas. Ela produz um espaço com uma história, que é quando um viajante, ao chegar a um lugar, o transforma em um espaço simbolicamente marcado.

Por exemplo, ao longo do trajeto, a personagem descobre que o deserto não era vazio como esperava, havia até uma “rodovia enorme que não tinha o menor direito de existir”, além de estradas largas, poeirentas, onde, “de vez em quando via uma lata de cerveja e uma Coca-Cola”. Além das vegetações e animais, havia também fazendas, regiões pecuárias e os aborígenes, que não são reduzidos ao pano de fundo da narrativa, a narradora, aliás, compartilha das experiências deles com o espaço e absorve um pouco daquela cultura. E, além deles, havia também uma

2 “admit to this inability [...] would have been to admit to the inadequacy of British imperial epistemology.”

grande quantidade de turistas, que “vinha aos magotes, ver as belezas naturais da Austrália” (Davidson, 1980, p. 112-121), mas sem intenção de construir vínculos com o espaço e compreenderem a situação dos aborígenes.

É diferente do que a personagem pratica em sua viagem, pois ela, aos poucos, se apropria do espaço e o configura como um lugar. Conforme ela vai passando por diversos locais, como a aldeia Areyonga, a fazenda Tempe, Wallera Ranch, a fazenda Angus Down, a aldeia turística Ayers Rock, Docker River, a estação meteorológica Giles, o assentamento Pipalyatjara, o povoado Warburton, entre outros locais dentro do deserto, ela começa a se sentir pertencente ao espaço. Por exemplo, durante uma longa estada dela em um povoado, ela passa a participar de um grupo de caça aborígene: “adorava essas expedições, onde havia vinte mulheres e crianças apinhadas dentro ou fora do Toyota, todas rindo e falando e durante as quais percorríamos uns cinquenta quilômetros até um lugar especial” (Davidson, 1980, p. 115-137). No entanto, essa transformação só é possível a partir dessa interação dela com os diferentes sujeitos que vivem no deserto, como os aborígenes, que emergem do espaço físico e das reflexões sociopolíticas e críticas que a narradora faz. A convivência com eles permite que ela construa uma outra identidade sobre si, oposta às que ela reconhece como ocidentais, e passa a ser conhecida como a *kungka rama-rama* – a “maluca” (Davidson, 1980).

Apesar disso tudo, e da personagem se esforçar para aprender a língua pitjantjatjara, os costumes e a história daquele povo, ela se defronta com diversas questões que dificultam a real aceitação dela pelo povo aborígene. Por exemplo, quando Rick Snolan fotografa uma sagrada cerimônia, os aborígenes perdem

o vínculo de confiança com a narradora e negam a ela companhia para passar pelas terras sagradas. Porém, os camelos funcionam como um intermediário amigável para o deslocamento dela pelo espaço dos aborígenes, já que “eles tinham um relacionamento especial com esses animais” (Davidson, 1980).

A relação dela com o deserto e a sua transformação identitária ocorrem mais profundamente quando ela conhece Eddie. Ele é um idoso aborígene que se oferece para acompanhá-la em parte da viagem pelo deserto, principalmente para ajudá-la a passar pelas terras aborígenes com o respeito merecido a essas terras sagradas. Entre ela e Eddie, a comunicação acontece por meio do silêncio, que surge como a principal fonte de sentido no trajeto que ela faz ao lado dele:

Eddie e eu caminhamos juntos, comunicando-nos por gestos e tendo ataques de riso diante das pantomimas um do outro. Caçamos coelhos sem sucesso, catamos frutas no mato e nos divertimos praticamente o tempo inteiro. Ele era uma criatura com a qual era um verdadeiro prazer conviver, exsudando todas aquelas qualidades típicas do antigo povo aborígene: força, calor, autocontrole, espiritualidade e uma espécie de enraizamento, uma substancialidade que imediatamente inspirava respeito (Davidson, 1980, p. 149).

Embora na cultura ocidental o silêncio possa significar constrangimento ou falta de assunto, a narrativa de *Trilhas* mostra como o silêncio é confortável entre o povo aborígene, já que eles não se sentem incomodados com ele e a narradora se sente em paz por não precisar falar sem necessidade. Isso pode ser visto no encontro dela com um grupo de ativistas aborígenes: eles estavam “cansados, voltando para Winggelinna e Pipalyatjara depois de uma reunião sobre direitos à terra em Warburton. Não era preciso ter medo, eles não temiam o silêncio. Não era

preciso fingir nada”. E é nesse conforto da presença deles que a personagem vai firmando suas identidades: “Eu me sentei ao lado deles, em silêncio, deixando a força deles penetrar em mim” (Davidson, 1980, p. 145-146).

A jornada ao lado de Eddie permite que ela aprenda a profunda relação com o espaço, principalmente o respeito por ele. Essa relação é chamada por Lefebvre (2006) como espaço habitado, conceito que faz referência à constante negociação física, pessoal e/ou ideológica vivida pelo sujeito dentro de determinado local. Assim faz a viajante, que compreende a forma como deveria transitar por aquele espaço e negocia sua própria posição diante dele: “Aquele era um vale muito delicado, muito silencioso, e não dissemos nenhuma palavra enquanto procurávamos o que queríamos, reverentes” (Davidson, 1980, p. 160). Desse modo, na narrativa, a protagonista, ao lado de Eddie, produz o espaço ao mesmo tempo que é constituída por ele. Essa relação dialógica se concretiza quando a viajante consegue se permitir fluir na energia do todo – dela para o espaço, do espaço para ela:

Aquela agitação minha durou o dia inteiro, mas gradativamente foi sumindo à medida que eu relaxava e ia me acostumando com o ritmo do Eddie. Ele estava me ensinando um pouco sobre como fluir, como escolher o momento certo para tudo, como aproveitar o momento presente. Deixei que ele me guiasse (Davidson, 1980, p. 161).

Esse aprendizado vai de encontro a diversos estudos sobre a ideologia individualista cultivada na sociedade contemporânea, que “construiu uma representação da pessoa humana como um ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto” (Sá,

2005, p.247), o que dificulta a capacidade de pertencimento.

Tal conceito está presente na narrativa, principalmente no início da trajetória da personagem, que deseja intensamente viver aquela jornada sozinha e se livrar de tudo que a lembrasse da vida ocidental programada. Contudo, logo no início, ela é confrontada com os diversos outros que existem ao longo das estradas do deserto e, aos poucos, começa a compreender que a viagem, ainda que não tenha acontecido conforme planejado, acontecera do jeito que deveria. Percebendo seu desejo de pertencimento, ela aceita a realidade como parte de seu aprendizado sobre a própria relação com o espaço:

Saímos da trilha naquela noite, pois Eddie havia resolvido me conduzir através da sua terra. Durante uma semana, vagamos por aquele território, e durante todo esse tempo o Eddie parecia crescer em estatura a cada passo. Ele era um homem da tradição do dingo, do Tempo do Sonho, e seus vínculos com os lugares especiais pelos quais passamos lhe proporcionavam uma espécie de energia, de alegria, de pertencimento. [...] estava totalmente em casa naquele lugar, e essa sensação começou a me contagiar. O tempo se dissolveu, perdeu o sentido. Acho que nunca me senti tão bem em toda a minha vida. Ele me fez notar coisas que eu não notava antes: ruídos, rastros. E comecei a ver como tudo se encaixava. A terra não era selvagem, mas mansa, fértil, benigna, generosa, contanto que se soubesse como vê-la, como se tornar uma parte dela (Davidson, 1980, p. 161).

Ora, somente quando a personagem se distancia da cultura e da sociedade que conhece e vive, e imerge em uma cultura e sociedade considerada como menor e insignificante, é que ela percebe a verdadeira relação do corpo com o todo. Isso porque, como ela própria evidencia, sua realidade é de uma sociedade narcisista, na qual o indivíduo vive o

individualismo e é incapaz de se sentir verdadeiramente pertencido, mesmo almejando isso constantemente.

Conforme elucida Laís Sá (2005), a capacidade de pertencimento somente se concretiza quando o sujeito se permite interagir com e no meio em que vive, como lemos na jornada da protagonista: “enquanto eu passava por aquele lugar, estava me envolvendo com ele de uma forma intensíssima, de maneira ainda não completamente consciente”. A partir desse momento, a noção de pertencimento se expande de dentro para fora, levando-a a compreender o exterior, o espaço e o outro enquanto elementos significantes: “O que seria antes uma coisa que meramente existia, agora se transformava em algo sobre o qual as outras coisas atuavam, e com o qual mantinham um relacionamento, e vice-versa” (Davidson, 1980, p. 177).

Desse modo, ao vivenciar de fato aquela jornada, a personagem precisou fluir para pertencer, o que faz o espaço se configurar como uma continuação da própria vida da narradora. Ela o enxerga como um lugar que se constitui parte de sua busca, e não como o outro a ser dominado. É nessa relação com o desconhecido que ela vivencia a alteridade, uma vez que se depara com os preconceitos do homem branco: uma mulher, em um espaço não dominado e que interage com um povo marginalizado. Nas palavras de Elspeth Probyn (1994, p. 74), “a imagem do outro [é] um palimpsesto através do qual nos vemos”. É nesse palimpsesto, nesse outro, que ela busca outras definições e representações para si durante a jornada, em uma tentativa de escapar das limitadas definições impostas.

Considerações finais

O *road novel* de Davidson pode ser considerado, portanto, tanto uma viagem de fuga, quanto de busca. A personagem tem um desejo de se libertar dos desmandos sociais e das construções que cerceiam o corpo feminino, mas a narrativa revela que não é possível fugir por completo do sistema patriarcalista. Isso aparece continuamente ao longo da jornada, infiltrando-se de várias formas, como vimos na necessidade de vender sua viagem à revista e na interrupção de sua jornada pela presença do fotógrafo.

A busca da personagem por autodescoberta proporciona interrogações contínuas de suas limitações e ilusões. É no deserto que essa busca se torna uma negociação de si com o espaço, pois *Trilhas* enfatiza a jornada como uma forma do eu estar no mundo enquanto uma presença real nesse espaço que também é real e significativo. Ao final do romance, a narradora evidencia que as rotas trilhadas por ela estavam distantes do mito do vazio que inicialmente ela carregava ao colocar os pés em seu ponto de partida. Tudo o que ela vivencia prova que o deserto palpável habita longe da ideia de espaço desterritorializado. E as epistemologias imperialistas são incapazes de abarcar o espaço agora desmistificado por ela.

Por fim, ao se posicionar como uma participante ativa do espaço e das estradas por onde passa, a protagonista não é mais uma mulher em um deserto vazio. O espaço “havia se tornado para mim um organismo vivo do qual eu fazia parte”. E mesmo assumindo que considerava “essa forma de pensar como um princípio caótico, e portanto a combatia com garras e dentes” (Davidson, 1980, p. 178), o romance se revela como uma narrativa

de exploração dos seus próprios limites identitários. O objetivo é produzir seu lugar a partir do espaço, em uma interação quase palpável, a ponto de ela se transformar em um *eu* no deserto quase parecido com o próprio deserto. A viagem, portanto, é um local vivido no qual o sujeito e o espaço se integram.

Referências

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

COLLIS, Chrtisty. Exploring Tracks: Writing and Living Desert Space. *Open journals*, 1997. Disponível em <<https://openjournals.library.sydney.edu.au/index.php/JASAL/article/view/9528>>, acesso em 29 set. 2021.

DAVIDSON, Robyn Davidson. *Trilhas: a incrível jornada de uma mulher pelo deserto australiano*. São Paulo: Seoman, 2015.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Mulheres no espelho: autobiografia, ficção, autoficção*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Guaracira Lopes Louro Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Traduzido por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins[s.i], 2006.

PORTER, Eleanor. *Mother Earth and the wandering hero: mapping gender in Bruce Chatwin's The Songlines and Robyn Davidson's Tracks*. New York University, 2015.

PROBYN, Elspeth. *Sexing the Self*. London: Routledge, 1994.

SÁ, Laís. *Pertencimento. Encontros e Caminhos*: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

No limiar da escrita: a morte do autor e metaficção em *Os guarda-chuvas cintilantes*, de Teolinda Gersão

Elizabeth Marly Martins Pereira*

Rodrigo Felipe Veloso**

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir sobre a “morte do autor” teorizada por Roland Barthes, bem como aplicar o conceito de metaficção a essa discussão teórica, porque tal definição atinge metaforicamente o “corpo que escreve”, revelando, contudo, a ficção sobre a própria ficção e sua identidade linguística na obra *Os guarda-chuvas cintilantes*, de Teolinda Gersão. Sabe-se que a narrativa em estudo se compõe em forma de um diário, porém a obra não segue essencialmente tal estrutura, visto que há outras vozes imersas ao texto e a personagem especula, reflete sua própria escrita e o papel que o leitor adquire nesse lugar, que é o da enunciação. A ideia é investigar como a perspectiva do autor, do narrador e das personagens constroem a linguagem e, por sua vez, o texto literário que dá lugar ao leitor-autor virtual inserido no contexto da literatura moderna e procura ressignificar esse discurso metafictional promovendo, portanto, novas concepções como a do scriptor moderno que nasce com o texto, não tem passado, e enuncia que nele há um espaço de dimensões múltiplas, nenhuma das quais é original. Para tanto, utilizam-se os seguintes autores, a saber: Roland

* Universidade de Montes Claros (UNIMONTES). Professora do Departamento de Comunicação e Letras da Unimontes. Mestre em Letras: Estudos Literários pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8098-8692>

** Universidade de Montes Claros (UNIMONTES). Doutor em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Professor do Departamento de Comunicação e Letras da Unimontes. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7840-584X>

Barthes (2004), Linda Hutcheon (1984), Michel Foucault (2001), Maurice Blanchot (2005), dentre outros.

Palavras-chave: literatura Portuguesa; Teolinda Gersão; morte do autor; autor-leitor virtual; metaficção.

On the threshold of writing: the death of the author and metafiction in *Os guarda-chuvas cintilantes*, by Teolinda Gersão

Abstract

This article aims to discuss the “death of the author” theorized by Roland Barthes, as well as apply the concept of metafiction to this theoretical discussion, because such a definition metaphorically affects the “body that writes”, revealing, however, fiction about the fiction itself and its linguistic identity in the work *Os Umbrellas Cintilantes*, by Teolinda Gersão. It is known that the narrative under study is composed in the form of a diary, however the work does not essentially follow this structure, since there are other voices immersed in the text and the character speculates, reflects his own writing and the role that the reader acquires in this place, which is that of enunciation. The idea is to investigate how the perspective of the author, the narrator and the characters construct the language and, in turn, the literary text that gives way to the virtual reader-author immersed in the context of modern literature and seeks to give new meaning to this metafictional discourse, therefore promoting , new conceptions such as that of the modern scriptor that is born with the text, has no past, and states that within it there is

a space of multiple dimensions, none of which is original. To this end, the following authors are used, namely: Roland Barthes (2004), Linda Hutcheon (1984), Michel Foucault (2001), Maurice Blanchot (2005), among others.

Keywords: portuguese literature; Teolinda Gersão; death of the author; virtual author-reader; metafiction.

Recebido em: 30/02/2024 / Aceito em: 30/10/2024

Introdução

E então tudo se transforma em escrita: o amor, o tempo, os dias, o rosto dos que amamos, o próprio corpo, o próprio ar. Perder a vida, para viver apenas em função da escrita. Viver já morto, e ser um texto. Apenas um texto. (Gersão, 1984, p. 70).

Em *Os guarda-chuvas cintilantes*, publicado em 1984, Teolinda Gersão traz uma instigante reflexão sobre a relação entre identidade e linguagem, da performance ficcional e metaficcional. A autora portuguesa é conhecida por sua habilidade em explorar as complexidades da condição humana e as nuances da linguagem, e o referido texto não foge a essa tendência. A análise da identidade linguística nesse livro revela como Gersão utiliza a linguagem não apenas como um meio de comunicação, mas também como uma forma de expressão da identidade individual e coletiva.

Por meio da representação dos personagens e das interações linguísticas entre eles, Gersão constrói uma narrativa que reflete as tensões e os conflitos culturais presentes na sociedade portuguesa. Os diálogos, os monólogos interiores e as reflexões dos personagens oferecem compreensões sobre suas identidades e perspectivas, permitindo ao leitor mergulhar nas complexidades de suas experiências e emoções. Além disso, a autora incorpora elementos do português vernáculo, regionalismos e expressões idiomáticas, criando uma textura linguística rica e autêntica que enriquece a narrativa e dá vida aos personagens e ao ambiente em que vivem.

É válido ressaltar que no livro, a autora aponta para uma reflexão profunda sobre o fazer literário e o papel do escritor

na sociedade, exercício metalinguístico. Ao mencionar o movimento permanente de reflexão presente na obra, destaca-se a preocupação do autor não apenas com a criação artística e estética em si, mas também com os valores éticos que permeiam a escrita. A busca pelo sentido ético da escrita sugere uma atenção à responsabilidade do escritor em relação ao que ele produz e ao impacto que suas palavras podem ter no leitor e na sociedade como um todo. Isso implica não apenas em contar uma história de forma habilidosa, mas também em considerar as consequências éticas e morais do que está sendo comunicado.

Além disso, a discussão do papel social do escritor indica um interesse em explorar como a literatura pode influenciar e moldar a percepção do mundo e das questões sociais. O escritor, nesse contexto, é visto não apenas como um contador de histórias, mas como um agente de mudança que pode desafiar normas, questionar injustiças e dar voz aos marginalizados.

Nesse sentido, intenta-se discutir sobre a “morte do autor” teorizada por Roland Barthes, bem como aplicar o conceito de metaficção a essa discussão teórica, porque tal definição atinge metaforicamente o “corpo que escreve”, revelando, contudo, a ficção sobre a própria ficção e sua identidade linguística na obra *Os guarda-chuvas cintilantes*, de Teolinda Gersão. A ideia é investigar como a perspectiva do autor, do narrador e das personagens constroem a linguagem, o texto literário e dá lugar ao leitor-autor virtual que está inserido no contexto da literatura moderna que procura ressignificar esse discurso metafictional e promover novas concepções como a do *scriptor* moderno que nasce com o texto, não tem passado, e enuncia que nele há um espaço de dimensões múltiplas, nenhuma das quais é original. Para tanto, utilizam-se os seguintes autores, a saber: Roland

Barthes (2004), Linda Hutcheon (1984), Michel Foucault (2001), Maurice Blanchot (2005), dentre outros.

1 O corpo que escreve: identidade linguística e metaficção na composição d'*Os guarda-chuvas cintilantes*

Uma palavra que se procura o dia todo, sem achar, e de noite se continua procurando, por dentro dos sonhos, e não se encontra nunca, é uma palavra [...] ondulante, que muda com o vento e se transforma, é o mar [...]. (Teolinda Gersão, 1984, p. 57).

Já dizia Theodor Adorno (2003), “a violação da forma é inerente ao seu próprio sentido” (Adorno, 2003, p. 60). Nessa linha, encontra-se a obra *Os guarda-chuvas cintilantes*, de Teolinda Gersão, porque traz em sua composição e tecido narrativo a nova reflexão da literatura moderna, a posição do narrador no romance contemporâneo, atenta às condições de desenvolvimento do mundo social, de posse disso, comenta os acontecimentos e (re) atualiza na medida em que tais conjecturas tomam novas perspectivas discursivas.

Os guarda-chuvas cintilantes é uma obra híbrida que mescla uma sucessão de notas que se tornam episódios cotidianos de arguta observação da realidade circundante de alguns personagens, cujos temas giram em torno de uma mulher que sonha com os guarda-chuvas, os amores vividos, os afazeres domésticos, as notícias de jornal, dentre outras. Entretanto, é latente que o tema central da obra trata-se da própria escrita, uma vez que o narrador sendo também personagem é controverso e deseja escrever: “A História começa onde começa a escrita (a história começa onde começa

a escrita), escrevo no cimo da folha de papel. Antes, é apenas um tempo informe e sem medida” (Gersão, 1984, p. 12).

Pensa-se, inicialmente, que o narrador seja onisciente, porém ao delinear as ações de uma mulher que começa a escrever um livro fica nítida a ligação do narrador com essa personagem que, conserva-se, portanto, serem a mesma pessoa, isto é, quem descreve multiplica-se sucessivamente em indivíduo que narra e em artifício que é narrado: “A mulher que mora nesta casa começou a escrever um livro, penso, e não sei se essa ideia é uma constatação ou um suspiro. [...] Mas na minha vida é sempre tudo transitório, e esta mesa não durará talvez mais do que um livro” (Gersão, 1984, p. 14).

Na narrativa, contém um espaço temporal demarcado, porém não linear, bem como aliado a isso, existe a referência do dia da semana e possível dia do mês. A sua estrutura equivale a de um diário íntimo livre de formas, entretanto, concentrando-se respeito ao tempo do calendário.

Esse aspecto híbrido da narrativa gerseana denota nos gêneros do discurso a simbiose dos múltiplos trânsitos que se comunicam e, por meio desse nó, habilmente, atado revela uma engenhosidade e dilema presente no romance do século XX, ou seja, nos diários da mesma época essa incorporação é evidente, pois longe dessa ligação ser desfeita, o processo de hibridização aproxima a escritura do romance à do diário.

A obra *Os guarda-chuvas cintilantes* foi publicada em 1984 e, conforme aponta Maria Alzira Seixo (1986) apresenta “a dimensão simbólica [que] oscila entre um sentido lúdico e um sentido fantástico, mas também incide sobre o domínio sobrenatural das coisas e dos seres. Ultrapassar fronteiras de territórios mentais aparentemente incomunicáveis” (Seixo,

1986). Ademais, Maria Heloisa Martins Dias (1992) discute que “uma fala que se insurge contra o condicionamento do próprio processo literário, rompendo com as formas convencionais impostas à escrita” (Dias, 1992). Na obra de Teolinda Gersão, uma das diretrizes mais pertinentes é a dos textos “interiores” que se mostram a escritora (a partir) de um “eu” que se escreve, consciente do domínio do inconsciente, conforme enuncia Adília Martins de Carvalho (2010).

Nas primeiras páginas de *Os guarda-chuvas cintilantes*, Teolinda Gersão sugere uma possível leitura como um diário. A estrutura aparente com datas indicando o dia da semana seguido pelo dia do mês, também parece reforçar a ideia de um diário. No entanto, quando se inicia a leitura há uma complexidade maior, pois a narrativa não segue uma sequência cronológica linear e lógica, mas sim, uma estrutura elíptica, com entradas datadas fora de ordem. Isso sugere uma subversão das expectativas associadas ao gênero do diário, ou seja, a autora apresenta uma “ficcionalização do diário”, onde elementos do diário são incorporados à narrativa de forma paródica. O narrador tenta explicar o gênero:

Não é um diário, disse o crítico, porque não é um registro do que sucedeu em cada dia. Carecendo portanto da característica determinante de um gênero ou subgênero em que uma obra pretende situar-se, a referida obra está à partida excluída da forma específica em que declara incluir-se. Dixi (Gersão, 1984, p. 20).

Uma interessante reflexão sobre a natureza do texto que está sendo discutido, sugerindo que não se trata de um diário íntimo tradicional. O autor esclarece que os assuntos abordados não se limitam ao âmbito pessoal, mas derivam de observações e reflexões que transitam entre experiências pessoais, externas

e teóricas. Ao destacar a distinção entre assuntos pessoais e experiências providas de observações e reflexões, o autor aponta para uma abordagem mais ampla e multifacetada da escrita.

Na tentativa de explicar a criação, segundo o narrador: “apenas um fio mais, atando as coisas, e seria um romance, e se ela não cedesse à tentação e não atasse o fio seria talvez o universo, a possibilidade de todos os romances, excluindo a realidade de nenhum” (Gersão, 1984, p. 90-91). O narrador sugere que a história está quase completa, quase se tornando um romance. A imagem de “um fio mais” mostra que a narrativa está prestes a ser finalizada, com apenas um pequeno detalhe faltando para se tornar uma obra completa, entretanto, se a história não for concluída, permanecerá aberta e infinita, como o universo. Essa provocação provavelmente se refere à tentação de dar um final definido à história, enquanto “não atar o fio” implica em deixá-la em aberto, permitindo que o leitor imagine diferentes desdobramentos.

Assim, pode-se dizer que as situações narrativas criadas por Gersão, apontam para o que Linda Hutcheon definiu como texto metaficcional, em seu livro *Narcissistic narrative: the metafiction paradox*:

“Metafiction,” as it has now been named, is fiction about fiction – that is, fiction that includes within itself a commentary on its own narrative and/or linguistic identity. “Narcissistic” – the figurative adjective chosen here to designate this textual self-awareness – is not intended as derogatory but rather as descriptive and suggestive, as the ironic allegorical readings of the Narcissus¹. (Hutcheon, 1984, p. 01).

1 Metaficção, como já foi chamado, é uma ficção sobre ficção - isto é, ficção que inclui dentro de si um comentário sobre a sua própria narrativa e ou identidade linguística. “Narcisista” - o adjetivo figurativa escolhido aqui para designar essa autoconsciência textual - não pretende ser pejorativo, mas como descritivo e sugestivo, como as leituras alegóricas irônica do mito de Narciso. Tradução nossa.

Nesse trecho, Hutcheon discute o conceito de metaficção, que é uma forma de ficção que inclui elementos autorreflexivos, ou seja, elementos que comentam sobre sua própria natureza narrativa ou linguística. A autora começa explicando que “metaficção”, como é chamada agora, é essencialmente ficção sobre ficção. Isso significa que a obra literária em questão inclui elementos que fazem referência à sua própria condição ficcional, como personagens conscientes de que estão em uma história, narrativas que discutem a própria natureza da ficção, ou até mesmo técnicas literárias que chamam a atenção para a artificialidade do texto. O termo “narcisista”, utilizado por Hutcheon para descrever essa autoconsciência textual, não é empregado de forma pejorativa, mas sim descritiva e sugestiva. Ela faz uma conexão com o mito de Narciso, conhecido por se apaixonar pela própria imagem refletida na água. Aqui, a autora insinua que a metaficção é como Narciso, voltada para si mesma, consciente de sua própria natureza ficcional e refletindo sobre isso.

Analisando a metaficção sob a perspectiva de *Os guarda-chuvas cintilantes*, o texto apresenta uma característica marcante do fazer literário: a conexão com a experiência artística vivenciada pelo narrador: “a História começa onde começa a escrita”, sugere que há uma sensibilidade e uma profundidade de percepção presente no ato criativo. Nesse contexto, o narrador não é apenas um observador distante, mas alguém que vive e sente intensamente o processo de criação literária.

Além disso, o texto se destaca pela sua abordagem do ato de escrever, que é permeado por um tom de confissão e memória. Há um aspecto monologal presente, onde o narrador compartilha seus pensamentos e reflexões de forma direta com o leitor. Esse

comentário metarreflexivo acompanha o desenvolvimento da narrativa, enfatizando a importância do próprio ato de escrita na construção da história.

O enredo, nesse contexto, fica em segundo plano, enquanto o foco recai sobre o processo de criação e as reflexões do narrador sobre a arte de escrever. Em alguns momentos, o narrador até mesmo participa da cena junto com seus personagens, criando um jogo complexo entre autor, narrador e personagens, onde as vozes se distinguem e se confundem, refletindo a natureza multifacetada da experiência literária. Os personagens são retomados de forma a servirem como elementos que auxiliam na exploração das ideias e dos sentimentos do narrador e da própria criação; às vezes é o professor Pip quem detém a voz predominante nesses comentários, criticando o gênero do diário:

Os diários são perversos, diz Pip. O autor é um ser desconjuntado, a que o olhar do leitor dá uma unidade ilusória – precisar do olho do leitor para existir, para existir frouxamente, virtualmente, numa rápida aparição de três minutos sob um foco de luz, diante de um buraco por onde o leitor voyeur espreita, depois de deitar uma moeda na ranhura da caixa – os diários são a forma mais idiota e mais perversa de toda a literatura. (Gersão, 1984, p. 25-26).

Pip expressa uma visão bastante crítica em relação aos diários como uma forma de escrita intitula-os de perversos, implicando que eles têm uma natureza maligna ou danosa, argumenta que o autor de um diário é um ser desconjuntado, ou seja, o autor do diário escreve de forma fragmentada ou desarticulada de alguma forma. Essa fragmentação é compensada pela ilusão de unidade criada pelo olhar do leitor, que, segundo Pip, confere uma coerência artificial à experiência do autor do diário. Ao afirmar que os diários dependem do olhar do leitor para existirem, Pip

está destacando a natureza interativa e voyeurística dessa forma de escrita. Ele descreve o leitor como um voyeur que espreita através de um buraco, sugerindo uma invasão de privacidade na relação entre o autor e o leitor do diário. A referência à moeda na ranhura da caixa evoca a ideia de que o leitor precisa pagar para acessar os pensamentos e experiências do autor, reforçando a noção de que a escrita do diário é uma transação comercializada.

Em *Os guarda-chuvas cintilantes* pode-se refletir também sobre a temática da morte do autor de forma mais tangencial. Concentra-se na natureza da obra em si, o foco narrativo a todo o momento afirma que a escrita não se encaixa em nenhum gênero específico e, portanto, não pode ser facilmente rotulada ou interpretada com base nas expectativas associadas a esses gêneros. Isso pode ser interpretado como uma forma de desafiar a autoridade do autor sobre sua própria obra, sugerindo que o texto tem uma vida que transcende as intenções do autor ou qualquer contexto biográfico:

Um autor põe em cena personagens que travam as lutas a que ele próprio se esquivava, fica tranquilamente sentado enquanto as personagens se debatem, em sua vez, uma parte dele expõe-se, enquanto a outra parte fica resguardada em casa, atrás do vidro, com os pés bem quentes diante da lareira. (Gersão, 1984, p. 63).

Nesse sentido, o autor não é mais considerado a autoridade final sobre o significado de sua obra, mas sim um construtor que lança os personagens em um mundo ficcional independente. É retratado como um observador passivo que coloca seus personagens em situações desafiadoras, enquanto ele próprio permanece afastado do conflito, confortavelmente sentado, distante. Esta visão se alinha com a ideia de Barthes de que o autor se dissolve na obra, tornando-se apenas um

ponto de referência, enquanto a autonomia dos personagens é enfatizada. Além disso, a descrição de uma parte do autor se expondo enquanto outra parte permanece resguardada em casa, atrás do vidro, insinua uma divisão entre o autor e sua obra. Enquanto uma parte dele está envolvida na criação e exposição pública através da escrita, outra parte permanece isolada e protegida, distante do escrutínio do público.

Isso reflete a ideia de que o autor, ao se tornar parte da obra, também se separa dela, permitindo que ela adquira uma vida própria e independente, como sugerido no trecho acima a imagem final do autor com os pés bem quentes diante da lareira enquanto observa suas personagens se debaterem reforça essa separação entre o autor e sua obra. Enquanto os personagens enfrentam os desafios e as adversidades do mundo ficcional, o autor permanece confortável e seguro, destacando ainda mais a autonomia e a vida própria dos personagens dentro da narrativa.

Barthes, em *O rumor da língua* (2004) propõe uma visão radical sobre a morte do autor, argumentando que o verdadeiro significado de uma obra não pode ser encontrado na intenção do autor ou em sua biografia, mas sim na própria linguagem e na forma como é enunciada no momento da leitura. Aqui, a morte do autor não é literal, mas sim uma metáfora para enfatizar que o autor não é a fonte definitiva de significado de uma obra. Em vez disso, é o leitor, no momento da enunciação, que dá vida e sentido ao texto. Isso reflete uma abordagem pós-estruturalista que desafia a autoridade do autor e enfatiza a natureza fluida e múltipla da linguagem.

Para Barthes, “pela simples razão que a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito, o

branco-e-preto em que vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve” (Barthes, 2004, p. 57). Ainda segundo Barthes (2004), o autor discute o impacto da escrita na identidade e na voz do sujeito que escreve, ou seja, a escrita é a “destruição de toda voz, de toda origem”, indicando que a escrita, ao tornar-se o meio de expressão, suprime a voz autêntica do autor, bem como sua origem ou identidade intrínseca, implicando que ela transcende as características individuais do autor, funcionando como um meio neutro e universal de comunicação onde o sujeito perde sua singularidade, como também a descentralização do sujeito:

Iria pintando em cada dia o seu retrato, decidiu, deixaria retratos sucessivos no tempo, multiplicando se para aumentar as suas hipóteses de escapar à morte. Porque a morte levaria muito mais tempo a apagar todos esses eus do que apenas um só. E quando ela estivesse morta e não escrevesse ficariam pelo menos os retratos dela escrevendo, e seria como se a vida que ela escrevia pudesse continuar a voltar as páginas. (Gersão, 1984, p. 28).

Neste trecho, há uma abordagem sobre a questão da mortalidade do autor de uma maneira que transcende a simples ideia de vida e morte, introduzindo elementos da arte e da criação como formas de enfrentar o inevitável. Assim, a escrita é metaforizada pelo retrato, e decidir pintar seu retrato diariamente, expressa um desejo de perpetuar sua presença no mundo, não apenas através de sua própria existência física, mas também por meio de suas obras de arte. Esse ato de multiplicar seus retratos ao longo do tempo pode ser interpretado como uma tentativa de desafiar a mortalidade, expandindo suas “hipóteses de escapar à morte”, reconhecendo que a morte é inevitável, mas podem-se

deixar múltiplas representações de si mesma podendo prolongar sua influência e impacto sobre o mundo.

O foco narrativo sugere também que deixar vários retratos ao longo do tempo pode tornar mais difícil para a morte apagar sua presença completamente. A multiplicidade de retratos cria uma espécie de rede de memórias e representações que continuam a existir mesmo após sua morte física. Essa estratégia é uma forma de confrontar a finitude da vida e buscar uma espécie de imortalidade por meio da arte, destacando a importância da vida escrita.

Barthes descreve a escrita como um processo de destituição, onde toda voz e origem são removidas. Isso sugere que a escrita transcende qualquer noção de singularidade ou autoria, tornando-se um espaço neutro e composto onde a identidade se dissolve “produz-se esse desligamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escritura começa” (Barthes, 2004, p. 58). A morte é necessária, uma vez que há o início da escritura:

[...] linguisticamente, o autor nunca é mais do que aquele que escreve, assim como “eu” outra coisa não é senão aquele que diz “eu”: a linguagem conhece um “sujeito”, não uma “pessoa”, e esse sujeito, vazio fora da enunciação que o define, basta para sustentar a linguagem, isto é, para exauri-la. (Barthes, 2004, p. 60).

Barthes aborda a relação entre o autor, a linguagem e a construção da identidade dentro do processo de escrita. Ele argumenta que, linguisticamente, o autor é simplesmente aquele que escreve, assim como o “eu” é apenas aquele que diz “eu”. Essa afirmação mostra que, na linguagem, não há uma pessoa concreta por trás da enunciação, mas sim um sujeito que é definido pelo ato de enunciar. Portanto, o autor não é uma

entidade pessoal distinta, mas um sujeito vazio que se manifesta apenas dentro da enunciação.

Destaca ainda a distinção entre “sujeito” e “pessoa”, para o autor, a linguagem reconhece um sujeito, que é essencialmente vazio fora da enunciação que o define. Essa concepção desafia a ideia tradicional de autoria como algo ligado a uma pessoa específica e individualidade. Em vez disso, ele sugere que o sujeito da linguagem é uma entidade abstrata que é suficiente para sustentar a linguagem, mas não está vinculado a uma identidade pessoal concreta. Essa visão de Barthes reforça sua ideia de que o autor é uma figura que se dissolve no processo de escrita, tornando-se apenas um elemento funcional dentro da linguagem, o sujeito vazio é capaz de “exaurir” a linguagem, ou seja, esgotá-la ou esgotar suas possibilidades, destacando assim a primazia do texto sobre a identidade do autor.

Em *Os guarda-chuvas cintilantes*, o sujeito da enunciação afirma:

[...] o eu é de todos o mais instável, quando se chega perto não está lá, transformou-se num leque onde todos os outros se alternam, e se abre e fecha, com os dedos da mão, o eu não existe em si mesmo, é só o gesto de abrir e fechar o leque, mas se se olhar melhor também não existe o leque, no lugar dele fica apenas uma mão que acena- Notas para Uma gramática Alternativa -, anoto ainda, mentalmente, e passo adiante, porque agora não tenho tempo de pensar no assunto. (Gersão, 1984, p.74-75).

Como se pode notar no trecho, há uma reflexão profunda sobre a natureza do “eu” e sua relação com a enunciação, corroborando com as ponderações de Barthes. O sujeito da enunciação, que parece estar refletindo sobre sua própria identidade, descreve o “eu” como algo extremamente instável

e evasivo quando alguém se aproxima dele, este não está mais presente, sugerindo uma constante mudança e fluxo na construção da identidade. Ao utilizar a metáfora do leque, o sujeito da enunciação ilustra a multiplicidade e a fluidez do “eu” que se transforma em um leque onde todos os outros se alternam, abrindo e fechando com os dedos da mão. Essa imagem evoca a ideia de que a identidade é composta por uma variedade de elementos que se desdobram e se intercalam, sugerindo uma falta de uma essência ou substância fixa.

A anotação mental e o passar adiante sem tempo para pensar no assunto refletem a urgência e a transitoriedade do pensamento do sujeito da enunciação. Ele parece estar imerso em um fluxo constante de reflexão e movimento, sem tempo para uma investigação mais aprofundada da questão.

2 A morte do autor e o surgimento do leitor-autor virtual

Experimental o mundo, tocar as coisas com
a mão. Momentos felizes, sem distância.
(Teolinda Gersão, 1984, p. 60).

Roland Barthes ao teorizar sobre “a morte do autor” considera a literatura sendo um espaço visto como neutro, e que não haveria marcas autorais engendradas no texto, sobretudo, de quem a concebeu, pois esses vestígios estariam apagados á medida em que o leitor se fizesse presente simultaneamente. Logo, a escrita é esse neutro, uma composição oblíqua e sem identidade fixa para o indivíduo. Barthes, então, aponta que essencialmente esse campo taciturno da morte de um indizível autor-criador que se integra ao futuro mediante nascimento do leitor.

Dentro dessa perspectiva, Barthes consagra a liberdade criativa da linguagem na produção literária, bem como apresenta um ponto relevante com relação à intermediação do autor que ocorre de maneira idiossincrática e ou de menor intensidade como contraproducente: “a imagem da literatura que se pode encontrar na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor, sua pessoa, sua história, seus gostos, suas paixões” (Barthes, 2004, p. 58). Todavia, ao aplicarmos tal concepção ao texto literário contemporâneo percebe-se certa inverossimilhança, pois tal postura não se sustenta e a supremacia do leitor e ou narratário é latente, pois este sendo o destinatário final será responsável pela produção de sentidos e construção plurissignificativa do texto literário.

Nesse sentido, discutir sobre a participação do leitor como elemento componente da escrita criativa do texto literário se revela como reencarnação da matéria criada pelo autor e que, a partir de então, ganha novos contornos oriundos da performance analítico-crítica do leitor. Gersão concorda que esse mesmo leitor também surgirá na narrativa como autor-leitor virtual, no entanto, discorda que, de fato, pode ser visto como outro autor do texto, haja vista que se tornou “escritor” à custa e ao sacrifício do primeiro que escreveu o texto literário, inventou histórias e “vendeu sua alma ao diabo”. Pip em seu diário reflete sobre isso:

Quinta, dois.

— As pessoas julgam a literatura um campo adicional de experiência, diz Pip, mas esquecem que é uma experiência apenas virtual, que não pode ser utilizada de modo efetivo. Um autor põe em cena personagens que travam lutas a que ele próprio se esquivava, fica tranquilamente sentado enquanto as personagens se debatem, uma parte dele expõe-se, enquanto a outra parte fica resguardada em casa, atrás do vidro, com os pés bem quentes diante da lareira. E o leitor, autor

virtual, repete a mesma experiência, duplamente frustrante, porque nem sequer precisa de se dar ao trabalho de escrevê-la, basta-lhe o trabalho muito menor de a seguir, de ir deslizando, arrastando linha após linha atrás dos seus olhos, e a energia gasta ao atravessar o livro deixou de ser utilmente gasta a atravessar a vida, e, o que é pior, criou a sensação exaltante, mas completamente ilusória, de tê-la, de algum modo, atravessado. (Gersão, 1984, p. 64-65).

Teolinda Gersão em seu livro *Os guarda-chuvas cintilantes* reitera a possibilidade de construção, inicialmente, do texto pelas mãos do autor, no entanto, o leitor percebido como *scriptor* moderno, segundo Barthes, surge na inteireza de seu texto, no aqui e agora. O *scriptor* escreve de maneira performática na qual sua enunciação não tem outro enunciado a não ser para além do ato pelo qual é proferida a escritura.

— Estás a escrever um livro sobre quê? Pergunta o Esquilo mexendo nos papéis.

— Sobre tudo, digo. Tudo aquilo que eu olhar fica lá dentro. Agora olho para ti, e ficas tu.

[...]

— Também vou fazer um livro, diz ela a seguir. Dá-me papel e lápis, e canetas de cor.

— Pões no livro o quê? pergunto.

— Ainda não sei, diz ela desenhando, concentrada. Só no fim é que se vê o que ficou.

(Punha-as dentro do real e as coisas ficavam lá. Fazia apenas experiências com as coisas. Só isso. Atirava as palavras e elas arrastavam outras. Constelações que se formavam por si mesmas. Como pedras que se atiravam ao ar e se apanhavam com a mão. E algumas caíam no chão e perdiam-se.)

— Faz um risco ao acaso, diz ela passando-me o papel. Depois eu continuo. (Gersão, 1984, p. 39-40).

Nesse aspecto, as personagens que participam do diálogo sobre a produção literária se valem do discurso metaficcional,

uma vez que se veem narcisisticamente construindo dentro da ficção sua própria narrativa, uma espécie de autoconsciência textual, revalidando a identidade linguística no texto. “Os meandros fascinantes do desenho, das vozes, da escrita, da comunicação ou da ausência. Voltar atrás, retomar, dizer de novo, passar outra vez, recomeçar” (Gersão, 1984, p. 40).

Gersão utiliza metaforicamente no texto literário os animais Girafa e Esquilo para criar uma comunicação sobre o aspecto metaficcional, isto é, ressaltar que o verdadeiro lugar da escrita não está associado à voz autoral, mas sim, ao sentido produzido pelo texto que se concentra na leitura, haja vista que o texto é um tecido de palavras revestido de múltiplos sentidos, natureza constitutivamente ambígua que o leitor preza por descortinar.

Cresciam como ramos de meu corpo, e eu era a árvore.
Ou Lu era a árvore e eu era também um ramo. Girafa e
Esquilo. Velozes, vorazes, saltando. Animais de música.
— Claro que não vais pôr-me no livro, diz a Girafa
vendo-se ao espelho. Até porque sou comprida demais
e não caibo. O pescoço pelo menos fica cortado, ou as
patas. E se insistires desato a correr e salto para fora.
(Um filho corre sempre para longe. Não é verdade que
cresça como um ramo, porque está totalmente separado.
E de repente, parte.)
(Gersão, 1984, p. 42).

Gersão, nesse ponto, da criação da ficção imersa na sua própria ficção restitui metaforicamente que a escrita acontece (in) conscientemente como uma espécie de devaneio em que o autor experimenta na matéria social sua condição humana e, depois de sua escrita encarnar, se transmutar por novos discursos ressurgir reencarnando pelo deslindar do leitor percorrendo pela escrita e construindo incessantes sentidos e vendo o mundo como texto sistemático de sentido.

O texto literário *Os guarda-chuvas cintilantes*, assim revela o elemento totalizante presente na escrita, ou seja, neste está envolvido o sentido plurisignificativo, são escritas múltiplas, entradas e saídas de diversas culturas, um diálogo intercambiante, composto de paródias, ressignificações, tudo isso não se concentra exatamente no autor, pois é no leitor, espaço coerente que transita todas as citações realizadas no texto.

Os diários são perversos, diz Pip. O autor é um ser desconjuntado, a que o olhar do leitor dá uma unidade ilusória – precisar do olho do leitor para existir, para existir frouxamente, virtualmente, numa rápida aparição dos três minutos sob o foco de luz, diante de um buraco por onde o leitor voyeur espreita, depois de deitar uma moeda na ranhura da caixa – os diários são a forma mais idiota e mais perversa de toda a literatura. (Gersão, 1984, p. 26).

O personagem Pip utiliza-se do diário para materializar em sua escrita aspectos experimentais e revolucionários da vida social. Isso acontece porque compreende nesse gênero literário a possibilidade de registro íntimo, de escrita especulativa de si própria e do diário ser composto de maneira ambígua, haja vista que desafia as fronteiras conhecidas sobre esse gênero e institui, sobretudo, a crise na forma atual de se fazer literatura. Considera-se, nesse sentido, que o diário *Os guarda-chuvas cintilantes* destaca a dinamicidade e o lúdico em sua composição narrativa, bem como elementos do fantástico, presença de um narrador instável e sem identificação e, portanto, a característica individual do diário perde esse traço mantendo-se um texto fragmentado com arquitetura polifônica.

Nas palavras de Maurice Blanchot, “o diário íntimo que parece tão livre de forma (...) é submetido a uma cláusula rigorosa: deve respeitar o calendário” (Blanchot, 2005, p. 271).

Com relação a isso, o texto gerseano obedece a essa máxima que se espalha na narrativa por meio de textos curtos e ou longos, bem como tem o elemento referencial ligado ao dia da semana e, consequentemente, possível dia do mês.

Terça, quinze.

Aquilo que eu olhar existe, o que eu ignorar permanece para sempre no não ser – os diários são profundamente ridículos, diz Pip, que é professor de filosofia, mas secretamente gostaria de ser poeta. O mundo não gira à volta do autor, está-se completamente nas tintas para o autor; o mundo está-se cagando para que Barthes não gostasse de lúchias, está-se cagando, cagando, cagando – diários e quejandos são a forma mais ridícula de toda a literatura. (Gersão, 1984, p. 24).

Nessa articulação descrita pelo narrador há diluições formais na composição do diário, uma vez que este argumenta contra o modo pelo qual o diário deve ser escrito na atualidade e, resgata o discurso de transformação individual e social e da implicação disso na escrita do diário. O exemplo do narrador ao mencionar Barthes ressalta que o leitor contemporâneo não está mais interessado em aspectos da vida do indivíduo que seja trivial, óbvio e, sim, que instigue novas reflexões para mudança no comportamento do indivíduo e sua atuação no contexto social.

Dentro dessa reflexão do fazer literário que se demonstra a recusar as formas cristalizadas e, além disso, da possibilidade de não se adequar a proposta da escrita do diário tendo natureza convencional, enfatiza-se, pois, a discussão em torno da posição do escritor inserido no contexto social.

Uma pergunta nos salta aos olhos quando se lê um texto literário: Em nossa sociedade atual, qual a função do autor na escrita do texto? Em que ele se diferencia aos outros discursos? Para tanto, as respostas a essas perguntas se adequam àquilo

que Foucault (2001) demonstra como o “princípio de uma certa unidade de escrita”, isto é,

[...] todas as diferenças devendo ser reduzidas ao menos pelos princípios da evolução, da maturação ou da influência. O autor é ainda o que permite superar as contradições que podem se desencadear em uma série de textos: ali deve haver — em um certo nível do seu pensamento ou do seu desejo, de sua consciência ou do seu inconsciente — um ponto a partir do qual as contradições se resolvem, os elementos incompatíveis se encadeando finalmente uns nos outros ou se organizando em torno de uma contradição fundamental ou originária. O autor, enfim, é um certo foco de expressão que, sob formas mais ou menos acabadas, manifesta-se da mesma maneira, e com o mesmo valor, em obras, rascunhos, cartas, fragmentos etc. (Foucault, 2001, p. 282).

Nesse ínterim, a função do autor reflete na obra sua transformação, sua deformação, suas modificações passando desde sua biografia implícita por meio de pequenos rastros no texto com vistas ao processo metalinguístico até a análise da situação social apreendida sobre o olhar pessoal do escritor.

Segundo Maria Heloisa Dias em seu texto “Histórias de ouvir e encantar o leitor”,

[...] um procedimento caro ao projeto estético de Teolinda Gersão é a metalinguagem [...] que se realiza no espaço da escrita narrativa para articular as relações entre escrita/leitura, ficção/realidade, verossimilhança/inverossimilhança, instância autoral e seu apagamento. Atendendo a motivação do funcionamento poético de sua narrativa, as reflexões metalinguísticas vêm operando com táticas engenhosas desde *Os guarda-chuvas cintilantes* (Dias, 2007, p. 180).

O texto gerseano considerado metalinguístico sinaliza desde o título essa função, isto é, a metáfora do guarda-chuva

que representa na narrativa o lado sombrio, inconsciente do indivíduo, haja vista que a metáfora simboliza a personalidade oculta de cada um. À primeira vista, a maioria dos indivíduos aparenta como pessoas felizes e nobres. Entretanto, quando se analisa o aspecto interno há questões reprimidas, uma vez que se escondem os instintos, a angústia, a violência, o ódio e, dessa maneira, num determinado momento ao longo da vida é preciso lançar na sombra à luz no intuito de justificar as realizações violentas contra os homens imersos na sociedade. “No sonho eram guarda-chuvas de espelho, mas estavam quebrados em pedaços, e nunca poderiam espelhar a forma inteira” (Gersão, 1984, p. 43).

Reiterando a discussão metafórica do guarda-chuva, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2001) em o *Dicionário de símbolos* apresentam que:

O guarda-chuva se prende ao lado da sombra, do encolhimento, da proteção. [...] Simbolicamente, ele antes revelaria uma recusa tímida aos princípios da fecundação, seja ela material ou espiritual. Abrigar-se sob um guarda-chuva é uma fuga das realidades e das responsabilidades. A pessoa se ergue debaixo de um para-sol, mas se curva sob o guarda-chuva. A proteção assim aceita traduz-se em uma diminuição de dignidade, de independência e de potencial de vida. (Chevalier; Gheerbrant, 2001, p. 480-481).

A função metalinguística do texto aliada ao símbolo do guarda-chuva enfatiza o modo pelo qual o texto é construído e como o narrador reflete sobre sua produção diarística. “- Todas as noites percorro as casas onde as crianças dormem, [...] sobre as crianças boas abro um guarda-chuva multicolor e elas sonham com lugares maravilhosos [...], mas sobre as crianças más abro um guarda-chuva preto e elas dormem estupidamente, sem

sonharem nada” (Gersão, 1984, p. 55).

À medida que a escrita surge enquanto sentido para o leitor, o autor tenta despistá-lo, abrigando-se no “guarda-chuva”, porém neste tudo se revela, pois tal objeto tem uma qualidade de ser cintilante, isto é, traduz-se na epifania latente e transformador da condição do indivíduo que se vê envolvido na magia da criação.

Domingo, um.

[...]

Os guarda-chuvas, lembrou-se. Num sonho ela roubava guarda-chuvas: Um deles estava plantado no meio da rua, por entre tábuas pintadas às riscas brancas e vermelhas, sinalizando obras, iluminadas por pequenos lampiões de lata, e ela roubava-o, molhando os pés em poças de água, deixando-se salpicar de lama pelos carros que passavam velozmente no asfalto e no último instante inflectiam, rápidos, à direita, para não a atropelar. Era um risco de morte que corria, soube, sem se importar, estendendo à mão, mas no momento em que ia apanhá-lo um carro bateu contra eles e atirou-os ao ar, em estilhaços confusos, e agora ela caminhava pela rua, perseguindo outro guarda-chuva, com ar indiferente de quem pensa noutra coisa, mas pronta a estender a mão e a fisgá-lo no primeiro momento em que ele se distraísse [...]. (Gersão, 1984, p. 7-8).

Vale ressaltar que a narrativa *Os guarda-chuvas cintilantes* grande parte desta foi realizada quando Teolinda Gersão residia em São Paulo e, portanto, podemos fazer a inferência do título também está equiparada à “cidade da garoa”, como é conhecida a capital paulista, bem como as pessoas ao saírem de casa regularmente levam consigo o guarda-chuva como sinônimo de proteção e abrigo da chuva.

A experiência narrativa não é outra coisa que a epifania da condição humana, o que demonstra o transcender-se por meio da linguagem por parte do autor que assenta na liberdade essencial.

O autor consagra sua experiência histórica que se manifesta sendo pessoal e ou social e nesse sentido, Michel Foucault (2001) formula uma argumentação de que importa quem fala no texto, visto que essa indiferenciação seria uma marca advinda da escrita contemporânea, espécie de norma imanente e ratifica que “[...] a escrita de hoje se libertou do tema da expressão: ela se basta a si mesma, e, por consequência, não está obrigada à forma da interioridade; ela se identifica com sua própria exterioridade desdobrada” (Foucault, 2001, p. 267).

Diante disso, sobre a apropriação do texto pelo autor, Foucault menciona que “o autor não é exatamente nem o proprietário nem o responsável por seus textos; não é nem o produtor nem o inventor deles. Qual é a natureza do *speech act* que permite dizer que há obra?” (Foucault, 2001, p. 265). Neste sentido, articula-se de maneira proeminente aquilo que se discorreu *a priori* da teoria de Barthes sobre a morte do autor, porque tal questão é compreendida como perda de espaço e protagonismo do escritor. A escrita por si só enquanto “a unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino, mas este destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; é apenas esse alguém que tem reunidos num mesmo campo todos os traços que constituem o escrito”. (Barthes, 2004, p. 62).

Sendo assim, “reencarnar” a produção escrita de um texto literário significa transmutar novamente, isto é, reler o discurso da fonte e influencia como elemento de perpetuação literária e, portanto, trazer o leitor como participante desse processo criativo, bem como a matéria-prima do texto literário se revela pelo e no próprio homem. Essa revelação é o sentido último de todo texto literário e quase nunca é dito de maneira explícita, mas é o fundamento de toda construção narrativa.

Foucault afirma essa posição do apagamento do autor mediante ao surgimento do autor-leitor virtual desenvolvido por Barthes:

Essa relação da escrita com a morte também se manifesta no desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve; através de todas as chicanas que ele estabelece entre ele e o que ele escreve, o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita. Tudo isso é conhecido; faz bastante tempo que a crítica e a filosofia constataram esse desaparecimento ou morte do autor (Foucault, 2001, p. 272).

A condição última do homem que escreve é esse movimento que o lança sem pestanejar para frente, desbravando novos caminhos que nem sequer são conhecidos e já se tornam transitórios, num ritual de renascer, remorrer e renascer contínuos. Entretanto, essa mesma revelação que os escritores nos apresentam em suas narrativas encarna-se sempre no texto e, particularmente nas palavras concretas e inerentes deste ou daquele texto. O texto literário é uma unidade que se constitui pela união dos contrários. Logo, não se apresenta sendo algo desconhecido, pelo contrário, desenvolve e cresce em seu interior e será o leitor o último e ou primeiro elo dessa cadeia produtiva e cíclica.

Diante dessa travessia e composição literária, o texto é uma obra inacabada, aberta e disponível para sua complementação por parte de um leitor novo. A intenção e, sobretudo, a presença desse leitor novo atua sob a égide de serem outros sem deixar de ser eles mesmos. Em linhas gerais, sobre aquilo que o autor enuncia reflete no leitor

enquanto célula originária de formação de toda uma cadeia propagadora de conteúdo e linguagem e, portanto, traduz na possibilidade de (re) encontro consigo mesmo.

Considerações finais

Tendo em vista o que foi discutido com relação à morte do autor e sua metaficção e, conseqüentemente o surgimento do autor-leitor virtual, percebe-se que o texto é plurissignificativo e abrange várias dimensões estruturais, haja vista que o ponto central desse sistema trata-se do gênero literário diário. E, no entanto, seu tipo de função foi atualizado pela autora ao incluir elementos da escrita contemporânea associadas à escrita do diário, a saber: fragmentação do indivíduo, inclusão de outras vozes ao texto, metalinguagem enquanto corporeidade dos discursos enunciados sobre o ato de escrever e quanto ao tom irônico reluzente na narrativa, dentre outros.

Pensar no autor enquanto figura primordial na escrita criativa do texto literário consagra o que Barthes descreve sendo o escritor “[...] uma personagem moderna, produzida sem dúvida pela nossa sociedade [...]” (Barthes, 2004, p. 64). A produção literária do autor sempre se viu engendrada de noções pré-existentes com viés tradicional e conservador, no entanto, a posição do leitor, conforme ainda declara Barthes sublinha que “o leitor, a crítica clássica nunca dele se ocupou; para ela, não há na literatura qualquer outro homem para além daquele que escreve” (Barthes, 2004. p. 62). Por isso, o estudioso ressalta que “[...] sabemos que, para devolver à escrita o seu devir, é preciso inverter o seu mito: o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor” (Barthes, 2004, p. 62).

Por fim, o autor adentra no universo ficcional da literatura e faz dela o seu abrigo e realidade individual de vida, entretanto, na sociedade contemporânea a transformação é algo recorrente, visto que tudo muda porque se comunica. A metamorfose é a força vital na composição do homem, que é a matéria com a qual o texto aborda em seu enredo e história. Nessa trajetória discursiva, o lugar de fala muda de posição na medida em que novos discursos são enunciados e essa voz não mais será a anterior e, sim, uma nova que se repete, repetidas vezes, evidenciando sentidos múltiplos constituídos e propagados e, portanto, mostrando a outra face de quem é o autor-leitor virtual que intrinsecamente na escrita é parte componente de um jogo, ou seja, “[...] é um jogo então, a escrita, admito que é apenas um jogo, concluiu. Mas como qualquer jogo podia levar à morte. Porque o que conferia ao jogo a tensão e o risco era que, no limite, o jogador encontrava sempre a morte” (Gersão, 1984. p. 99).

Referências:

- ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. *In: Notas de literatura I*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003, pp. 55-63.
- BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Trad.: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARVALHO, Adília Martins de. *Leitura das Margens nas Obras de Maria Velho da Costa e Teolinda Gersão*. Tese de Doutorado,

Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris/França, 2010.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Trad. Vera da Costa e Silva et al. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

DIAS, Maria Heloisa Martins. “Histórias de ouvir e encantar o leitor: a nova poética narrativa de Teolinda Gersão”. In: BUENO, Aparecida; FERNANDES, Annie; GARMES, Garmes; OLIVEIRA, Paulo (orgs). *Literatura Portuguesa: história, memória e perspectiva*. São Paulo: Alameda, 2007, pp. 173-182.

DIAS, Maria Heloísa Martins. *O pacto primordial entre mulher e escrita na obra ficcional de Teolinda Gersão*. 268f. Tese (Doutorado em Letras – Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

GER SÃO, Teolinda. *Os guarda-chuvas cintilantes*. Porto Editora: Portugal, 1984.

HUTCHEON, Linda. *Narcissistic Narrative: The metafictional paradox*. New York: Methuen, 1984.

SEIXO, Maria Alzira. *A palavra do romance: ensaios de genealogia e análise*. Lisboa: Livro Horizontes, 1986.

João Ternura, herói da revolução*

Marcos Vinícius Teixeira**

Resumo

O romance *João Ternura*, de Aníbal Machado, escrito durante mais de quatro décadas, foi publicado somente em 1965, após a morte o autor. Parte da obra foi redigida durante a Primeira República e em seu enredo temos não só o aproveitamento do período como uma representação da Revolução de 1930. Ao participar do combate do túnel no Rio de Janeiro, o protagonista João Ternura se torna herói da última batalha da revolução, mesmo sem saber para que lado lutava. Assim, Aníbal Machado recria com humor e ironia a mudança ocorrida no país em outubro de 1930. Na crítica literária existente sobre o seu único romance, as relações com a Primeira República têm sido apenas mencionadas, sem receber aprofundamento. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é, por meio da pesquisa bibliográfica, estudar a representação desse período histórico e, em especial, da revolução na obra de Aníbal Machado.

Palavras-chave: romance; Aníbal Machado; Primeira República; Revolução de 1930.

* Este trabalho foi desenvolvido durante a Residência Pós-doutoral realizada na Universidade Federal de Minas Gerais e integra uma pesquisa maior intitulada *Imagens da Revolução de 1930 no modernismo brasileiro*.

** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS – Campo Grande-MS). Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP) e docente do PPGLERAS/UEMS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7195-9655>

João Ternura, a hero of the revolution

Abstract

Aníbal Machado's novel *João Ternura*, which the author wrote throughout over four decades, was published only in 1965, after the author's death. Machado wrote a portion of the novel during the First Republic, and its plot not only portrays the period but offers a representation of the 1930 Revolution. After taking part in the combat in the tunnel in Rio de Janeiro, João Ternura, the protagonist, becomes a hero of the last battle of the Revolution, even though he doesn't know what he was fighting for. Using humor and irony, Aníbal Machado recreates the change the country experienced in October 1930. The existing literary criticism studies about Machado's only novel have solely mentioned its relationship with the First Republic, and no deepened research has been conducted. So, this paper aims to study, through bibliographical research, how Aníbal Machado represents that historical period in his work, especially the Revolution.

Keywords: novel; Aníbal Machado. First Republic; The 1930 Revolution.

Recebido 09/02/2024 / Aceito 22/09/2024

Introdução

O único romance de Aníbal Machado, *João Ternura*, foi escrito por mais de quatro décadas e, embora iniciado no início dos anos 1920, somente foi publicado em 1965, de forma póstuma. O memorialista Pedro Nava afirma que a obra “nasceu de todas as idades que Aníbal ia atravessando e é o resumo poético de sua fabulosa experiência através da vida” (Nava, 2003, p. 92). De fato, na narrativa encontramos diversos elementos que revelam um aproveitamento não só de sua vida como do período histórico que a gestação da obra abrangeu. Nesse sentido, é possível observar tanto uma experiência estética comum à fase heroica do modernismo brasileiro quanto outras marcas temporais como uma representação da Revolução de 1930 e a presença do samba “Coitado do Edgar”, de autoria de Haroldo Lobo e de Benedito Lacerda, que encontramos trabalhado na narrativa. Esse samba foi gravado somente em 1944 por Linda Batista e fez grande sucesso no carnaval de 1945.¹

Para o presente artigo, que tem por objetivo estudar a representação da Revolução de 1930 no romance *João Ternura*, de Aníbal Machado, a abordagem do contexto histórico foi delimitada ao período da Primeira República. Assim, a experiência do protagonista no Rio de Janeiro, capital do país na época, as cartas de recomendação e o episódio da revolução são pontos que analisaremos neste trabalho. Além de se tratar de uma perspectiva não abordada até então pela crítica, essa leitura permite situar o romance de Aníbal Machado num

¹ É interessante observar que a representação da revolução está situada ao final do livro III da obra e que o livro IV se inicia com uma reflexão sobre a passagem do tempo. Já o diálogo com o samba aparece no livro VI. No entanto, é difícil pensar a obra por uma organização temporal posto que o protagonista se mantém como personagem plano, não amadurecendo. Ao contrário, é marcado pela inocência e a visão lírica lhe é inerente.

conjunto de obras que possuem em comum a representação da revolução ou, ainda, pelo aproveitamento do contexto da Primeira República em suas elaborações. É o caso, por exemplo, de romances como *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos, *Olhai os lírios do campo*, de Erico Verissimo, e *O país do carnaval*, de Jorge Amado. Além de possibilitar a compreensão de *João Ternura* nesse conjunto, trata-se de uma questão relevante para o entendimento crítico de um livro de importância indiscutível na literatura brasileira do século XX.

Como temos mencionado o aproveitamento do contexto histórico e cultural na construção do romance, é válido esclarecer, desde já, que, para este trabalho, foram considerados os diversos apontamentos feitos por Antonio Candido nos livros *Literatura e sociedade* e *A personagem de ficção*. Assim, no âmbito das relações entre Literatura e História, compreende-se aqui que “a análise estética precede considerações de outra ordem” (Candido, 2000, p. 5), isto é, a obra literária não é um ponto de partida para a compreensão histórica, sendo, pelo contrário, o objeto próprio do estudo crítico. Candido compreende que os elementos *externos* como o contexto social e econômico são aproveitados na organização da obra literária, tornando-se, então, *internos*: “o *externo* se torna *interno* e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica” (Candido, 2000, p. 8). Nesse sentido, ao levarmos em consideração o período da Primeira República e, em especial, o momento da Revolução de 1930, interessa-nos compreender como a dimensão histórica participa da organização interna do romance, que, por seu turno, se constitui como um universo outro. Isto é, embora tenha sido edificada com o aproveitamento de elementos externos, a obra, ao mesmo tempo, constitui-se como um mundo diverso e

independente. Recorrer à dimensão histórica pode, no entanto, permitir uma melhor compreensão crítica do universo ficcional em questão e de sua construção literária.

Cartas de recomendação

Embora Aníbal Machado tenha iniciado a publicação de seus livros somente na década de 1940, sua produção literária abrange um arco temporal muito maior e tem início ainda na década de 1910, quando publicou seus primeiros textos na revista *A vida de Minas* sob o pseudônimo de Antônio Verde. Mesmo pequena e esparsa, a parte de sua obra realizada no período da Primeira República é significativa. No início dos anos 1920 participou da novela coletiva *O capote do guarda*, quando ainda morava em Belo Horizonte, e depois, já residindo no Rio de Janeiro, publicou o conto “O rato, o guarda-civil e o transatlântico” em 1925. Parte de seu romance *João Ternura* foi escrita antes de 1930 e, em um dos episódios, temos o protagonista participando da revolução. Além do romance, há ainda textos que dialogam com esse universo histórico como o conto “O telegrama de Ataxerxes”.

Em *João Ternura*, encontramos diversas cenas contextualizadas no período anterior a 1930 e uma representação da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. A representação desta época, no romance, contempla dois espaços que se constituem como dois universos na trajetória do protagonista. Um, mineiro e interiorano, é o espaço da infância de João Ternura e abrange o período em que vive com a família numa chácara. O outro, urbano, representa a cidade do Rio de Janeiro e abarca o período em que vive sozinho até o

seu desaparecimento. Como já demonstrado², Aníbal Machado aproveitou o espaço da própria infância para constituição da chácara paterna de João Ternura. Embora a parte da infância não explore o tempo histórico, a referência à EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil, que passou a se chamar assim na Primeira República, é suficiente para a demarcação temporal. No romance, a inauguração do ramal da linha férrea implica o declínio do negócio de Antônio, pai de João Ternura, que trabalhava com barcas na travessia do rio.

Nessa parte, há visível preferência por elementos próprios da infância em detrimento da dimensão histórica, pois a construção literária privilegia muitas vezes o ponto de vista da criança. Por isso, numa situação de um jantar, sabemos menos sobre a visita de um homem importante à chácara da família do que a história de um peru considerado inimigo por João Ternura. Este vomita o que comeu justamente quando o homem imponente falava sobre a situação do país. Em outro momento, as tias do protagonista ficam impressionadas com a quantidade de malas e de sapatos que um homem transporta em sua passagem pela chácara e assim explora-se mais o universo de uma tia solteira do que o papel desempenhado pelo visitante importante. Fica claro um projeto do escritor voltado a contar cenas curiosas do interior ligadas à dimensão da infância. Noutra situação ainda, quando João Ternura visita a capital do país na companhia de seu pai, contrapõe-se a imagem do menino de côcoras que usa o jardim do hotel como banheiro à presença de um senador e de deputados. Novamente, a atenção é voltada para o desajustamento do protagonista. Assim como

² No livro *Aníbal Machado: um escritor em preparativos* (2022), recorrendo a informações autobiográficas e a manuscritos de Aníbal Machado, demonstro que ele trabalhou com diversos elementos oriundos de sua própria infância, que, nesse sentido, participa da economia interna do romance *João Ternura*.

a menção a Napoleão, no romance, os homens importantes servem como contraste ao universo de João Ternura.

Essas passagens são importantes porque vão preparando o leitor para os eventos futuros como a participação do protagonista como herói da revolução. Ocorre o que Antonio Candido (2011, p. 75) chamou de “convencionalização” do personagem, em que traços do personagem são selecionados e trabalhados no romance. Os elementos que o caracterizam, segundo Candido, “são aceitos pelo leitor por corresponderem a uma atmosfera mais ampla, que o envolve desde o início do livro” (Candido, 2011, p. 76). A contraposição entre uma dimensão austera e importante e o universo cotidiano e ingênuo da vida do menino permite perceber um procedimento utilizado por Aníbal Machado na construção de seu romance. Assim, o aproveitamento de elementos oriundos de sua experiência ou mesmo de seu tempo histórico serve à organização interna de sua obra que é marcada por uma dimensão lírica e humana. Nesse sentido, conforme Antonio Candido, “na medida em que quiser ser igual à realidade, o romance será um fracasso; a necessidade de selecionar afasta dela e leva o romancista a criar um mundo próprio, acima e além da ilusão de fidelidade” (Candido, 2011, P. 67).

Ao chegar ao Rio de Janeiro, o protagonista porta várias cartas destinadas a pessoas importantes que poderiam auxiliá-lo a viver na capital do país. A ideia de entregar cartas de recomendação ganha significação quando contextualizada no período da Primeira República. João Ternura tarda o procedimento, pois é refratário ao *status quo* de sua época: “As cartas de recomendação amareleciam no bolso. Ter que entregá-las a homens duros, difíceis... A homens invisíveis...”

(Machado, 1965, p. 67). A única carta entregue é destinada a Bernardo, seu primo rico, que o aconselha a mudar de aparência.

— Não vai ser tão fácil como imagina. Primeiro que tudo, você terá que arranjar outro físico, ou melhorar esse que tem. Engorde. Adquirá alguns quilos, muitos quilos a mais... Precisa ter presença. Está-se vendo que é tímido. Fui logo notando. Nada bom isso... Vá metendo os peitos! Mas respeitando sempre as autoridades. Eu me refiro às autoridades, não às leis... [...] Vista-se melhor. E frequente boas rodas. De preferência, os importantes. Olhe (e fez o gesto de abranger a muitos) esses todos aqui são importantes. (Machado, 1965, p. 69)

Aníbal Machado trata com humor e ironia uma prática muito comum à Primeira República relacionada à obtenção de favores e privilégios por meio de pedidos realizados por pessoas influentes. Segundo Boris Fausto, na época da Primeira República, o poder se manteve concentrado nas mãos de um pequeno grupo de políticos que controlava os partidos de cada estado. No sistema oligárquico, os nomes indicados por famílias poderosas venciam facilmente as eleições que eram marcadas por fraudes. Os “coronéis” também asseguravam os votos de cada região sob sua influência pelo chamado voto de cabresto. Boris Fausto afirma que o “coronel” “trocava votos em candidatos por ele indicados por favores tão variados como um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego de professora” (Fausto, 2004, p. 263). O coronelismo, segundo o historiador, “representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral — o clientelismo —, existente tanto no campo como nas cidades” (Fausto, 2004, p. 263). José Murilo de Carvalho, que também compreende o clientelismo como “fenômeno” mais amplo, afirma que

... qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, tanto no de representação como no de controle, ou burocrático, para usar distinção feita por Clapham (1982), o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio de que necessite. (Carvalho, 1997)

Assim, a estratégia elaborada pelo pai do protagonista de fazê-lo portar cartas de recomendação dirigidas a pessoas influentes na capital do Brasil é prática que se associa à ideologia do clientelismo, pela qual favores são concedidos em troca de um jogo de influências. É significativa, nesse sentido, a fala do primo Bernardo, pela qual se revela um contexto em que as autoridades estão acima das leis e em que é preferível ser amigo de homens importantes a ter escrúpulos. Para aconselhá-lo, o primo rico, que possui olhar e voz “de gigante”, afasta-se primeiro dos olhares dos outros e o conduz para uma sala secreta. Assim, a narrativa, sugestivamente, trabalha a relação inversa, pois a proximidade com alguém desajustado e insignificante poderia também lhe diminuir ou trazer prejuízo à sua imagem.

As recomendações de Bernardo, por sua vez, são transformadas em uma “Oração para ficar grande” construída por Aníbal Machado com humor e ironia. Nela, o personagem pede para crescer e ganhar peso. Pede para ter setenta quilos e um metro e oitenta de altura para “gastar” na cidade. Mas o pedido, que inicialmente parece uma forma de enfrentar o mundo e a época em que vive, se volta ao final para uma dimensão sexual, pois o novo corpo poderá ser um “ponto de desembarque ao amor muito voraz de certas mulheres” (Machado, 1965, p. 82)

O primo pertence ao grupo que João Ternura chama de importantes. Nele estão as pessoas que podem decidir o futuro

do país: “Outro dia chegaram aviões e um trem especial com uma porção deles, diz-se que era para escolher o novo Presidente que vai mandar neste país” (Machado, 1965, p. 78-79). Num encontro inesperado, Bernardo oferece uma nota de duzentos a João Ternura que a recusa e diz “obrigado, não preciso” (Machado, 1965, p. 78). A cena é significativa, pois ajuda a compreender o universo do protagonista como alguém refratário ao capitalismo e ao jogo social e político presente na Primeira República. É preciso compreender que a existência de um primo importante, nesse contexto, poderia significar um acesso a uma classe mais favorecida. A recusa, nesse sentido, é também uma escolha pelo lado dos personagens considerados insignificantes, dos desajustados, dos andarilhos desconhecidos, de toda uma gente desfavorecida no desequilíbrio social e que constitui ao mesmo tempo a vida das cidades. Numa conversa com o mar, joga fora as cartas de recomendação e recupera a liberdade que parecia ameaçada. A idiossincrasia de João Ternura também é revelada por Liberata, sua mãe, que numa carta o repreende por ter cuspidos em cartolas de políticos que saíam do Congresso.

Entregar uma carta a alguém importante buscando obter um favorecimento é o tema de um conto de Aníbal Machado. Em “O telegrama de Ataxerxes”, temos a história de Ataxerxes, um pequeno sitiante, que um dia afirma ter se lembrado de que no passado foi colega do atual presidente do país. Ele, então, comunica a sua família sobre o seu tempo de menino e decide seguir para o Rio de Janeiro na esperança de enviar um telegrama ao seu antigo amigo Zito e com isso obter algum emprego ou vantagem. Ao longo da narrativa, alguns elementos revelam que o protagonista pode ter se equivocado em relação à identidade de seu antigo conhecido. Ainda assim, prossegue em busca de

um sonho que parece ser cada vez mais impossível. Para isso, morando numa pensão na capital do país, para onde se muda com a família e acumula dívidas, trabalha incansavelmente na escrita de um telegrama, que permanece sempre em preparativos e pode nunca ter sido enviado.

Em determinado momento, Ataxerxes perde uma folha onde estava esboçado parte de seu telegrama. O vento leva a folha e a roda de um caminhão a leva para qualquer lugar. O protagonista revela, então, que concebe o telegrama como um passaporte para o futuro de quem o assinar.

— Mas o papel desaparece, Xerxes, vai parar no lixo...
— É um engano! Vai parar nas mãos de alguém, é o que você devia dizer. De algum aventureiro... Parece até que o estou vendo; apanha o rascunho, completa-o, faz um pedido, assina depois o nome... Ah, o impostor... Vai ter uma alta colocação!
Olha para a chuva, através da vidraça: — Talvez a que me estava destinada... (Machado, 1959, p. 177-178)

Ao descobrirem que um de seus hóspedes pode ser amigo do presidente da república, os donos da pensão se aproximam dele esperando também algum tipo de favorecimento futuro. Oferecem um quarto melhor para Ataxerxes e passam a tolerar a dívida que a família possui na pensão.

O tempo passa e a resposta do presidente não vem. Ataxerxes passa a visitar inutilmente o Palácio do Catete, onde nunca é recebido. O sítio que estava hipotecado é vendido em leilão. A esposa falece e o protagonista se muda com a filha para um quarto mais barato. Mesmo em declínio, a fama de que é amigo do presidente torna-o procurado por muita gente que deseja algum favor ou recomendação.

Seu aposento se enchia de candidatos a empregos. Verdadeiras audiências. Até doentes vinham solicitar-lhe internamento nos hospitais; outros, pedir explicações sobre os impostos.

Dava cartas de recomendação ao prefeito, ao chefe de polícia, a diversos diretores de serviços públicos. Alguns desses pedidos surtiam efeito. (Machado, 1959, p. 196)

Em discurso indireto livre, uma oração registra o que se passa na mente do protagonista: “Como é bom ser amigo do rei” (Machado, 1959, p. 181). Ao longo da narrativa, a linguagem associa o presidente à imagem de um monarca ou semelhante. Ao chegar ao Rio de Janeiro, chegam na cidade que possui “o trono de Zito”, onde Ataxerxes espera participar “de sua corte”. Na pensão, o retrato do presidente aparece ao lado da gravura de uma odalisca. Em uma passagem, a palavra *majestade* é utilizada para se referir ao presidente. Em outra, o termo *majestosa* caracteriza a sede do governo. Depois, o antigo amigo Zito é comparado a um “deus inatingível”, a uma “estrela longínqua”.

Embora a ideia de se conseguir sucesso na vida em função da importância política de alguém poderoso esteja presente em todo o conto, não é possível delimitar com precisão o contexto histórico, diferentemente do que ocorre em parte de *João Ternura*, por exemplo. No conto, a palavra guerra é mencionada três vezes e há a referência a um navio torpedeado. Como a narrativa foi escrita durante a Segunda Guerra Mundial, a relação com esta época parece mais provável. Menções semelhantes aparecem no conto “O piano” e na primeira versão do conto “Acontecimento em Vila Feliz”. A proposição de subir na vida em função da amizade com alguém poderoso, no entanto, dialoga fortemente com o universo da Primeira República.

Curiosamente, a escrita de *João Ternura* se parece com a elaboração do telegrama de Ataxerxes. Aníbal Machado trabalhou mais de quatro décadas em seu livro que foi engavetado e retomado várias vezes. O próprio fazer literário do escritor segue esse procedimento, pois submetia o texto a várias reformulações e melhorias. A expectativa em torno de sua obra, que foi muito aguardada pela crítica, se assemelha a um telegrama que lhe traria certo lugar na literatura brasileira. Mas assim como a carta de Ataxerxes, *João Ternura* não foi publicado em vida e coube ao amigo Carlos Drummond de Andrade o encaminhamento do texto para a editora. A aproximação é curiosa, pois, no conto, Juanita lê o telegrama após a morte do pai e se surpreende com as letras que parecem desenhar o seu rosto “sorrindo tristemente para ela”³ (Machado, 1959, p. 200). Da mesma forma, não há como ler o único romance que Aníbal Machado escreveu e não perceber que a vida do escritor foi utilizada na construção da obra, integrando a sua organização interna.

Vale ainda observar que ao final de *João Ternura*, a pedra que o representa vai parar nas mãos da neta de Luísa cujo nome é Joanita. É ela quem lança a pedra pela janela e faz com que retorne à terra. A pedra, lembremos, havia sido guardada a vida toda e foi dada para a personagem Luísa com forte significação no romance, representando o seu coração. No conto, também compete à Juanita guardar o telegrama. Na primeira versão do conto “O telegrama de Ataxerxes”, publicada no livro *Vila Feliz*, havia uma parte no fim da narrativa que depois foi subtraída pelo escritor. Nela, temos uma sequência ao conto. Juanita faz uma apresentação e dança o telegrama do pai como uma forma

³ A ideia do riso triste coroa um tipo de humor encontrado em todo o conto e que tem sido chamado de humorismo em conformidade com os apontamentos de Luigi Pirandello. Sobre esse tema, recomenda-se a leitura do trabalho *União inesperada entre o riso e a melancolia: o humorismo nas narrativas de Aníbal Machado*, de Edilaine Ortiz.

de transmitir a mensagem que guardava: “seguira em outra linguagem para outro destinatário” (Machado, 1944, p. 74). Ao transformar a história de vida e o próprio telegrama em dança, a personagem se liberta e ao mesmo tempo permite que tudo sobreviva por meio da arte.

A Revolução de 1930

No romance, após João Ternura se livrar das cartas de recomendação, ocorre a Revolução de 1930 e o personagem possui um papel importante no combate do túnel. Aníbal Machado reescreve um importante episódio da história do Brasil com humor e ironia. A revolução, segundo Boris Fausto, teve início no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais no dia 3 de outubro de 1930. Com a adesão de estados do nordeste, as forças revolucionárias pretendiam atacar os legalistas a partir da cidade paulista de Itararé. Mas a batalha não ocorreu porque, no dia 24 de outubro, segundo o historiador, militares depuseram o presidente Washington Luís no Rio de Janeiro e constituíram uma junta governativa. Getúlio Vargas, que se encontrava em Ponta Grossa, recebe notícias sobre os acontecimentos na capital e anota em seu diário:

Pela manhã, começamos a receber notícias esparsas, incompletas sobre a explosão do movimento revolucionário na capital da República. Essas notícias vão se precisando até conhecer-se que os generais Malan, Mariante, Mena Barreto, Tasso Fragoso e o almirante Isaías de Noronha dirigem um movimento que triunfou facilmente, sem luta, resultando na deposição do presidente Washington Luís e prisão de alguns políticos, e na formação de uma Junta Governativa composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto — não comunicados oficiais. (Vargas, 1995, p. 16)

Boris Fausto afirma que a cúpula militar, que possivelmente pretendia assumir o poder, só agiu quando percebeu que a marcha revolucionária alcançaria o seu propósito: “Tasso Fragoso, Bertoldo Klinger, Malan d’Angrogne, Leite de Castro executaram o golpe de 24 de outubro no Rio de Janeiro, ‘para prevenir excessos’, e há sérios indícios de que pretendiam se perpetuar no governo”. (Fausto, 1997, p. 135).

Como visto, Getúlio Vargas recebe a informação de que não houve luta na tomada ao poder ocorrida em 24 de outubro de 1930 na cidade do Rio de Janeiro. O jornal *Correio da manhã* do dia seguinte trouxe informações sobre os acontecimentos. Segundo o periódico, o Palácio do Catete, sede do governo federal, foi ocupado por um primeiro-tenente e não houve resistência da guarda do prédio, hasteando-se a bandeira dos revoltosos. Informa que trincheiras chegaram a ser preparadas em vários pontos de uma rua, mas não foram necessárias para a tomada do poder. Já o Palácio Guanabara, guardado por um batalhão da Polícia Militar, “recebeu os revolucionários com aclamações” (Correio..., 1930, p. 2).

Na representação da Revolução de 1930 que encontramos no romance *João Ternura* há uma batalha que ocorre nas proximidades do túnel. A maneira como João Ternura é aceito para participar de uma tropa revolucionária é chapliniana e pode ser comparada, por exemplo, à cena em que Carlitos se vê, ao acaso, com uma bandeira à frente de uma manifestação popular no filme *Tempos modernos*⁴: “Foi caminhando. Na saída do túnel, um bonde virado atravessava a linha. Encontrou um grupo, pediu

4 A relação entre o personagem João Ternura e Carlitos, de Charles Chaplin, tem sido apontada e estudada pela crítica literária. Dentre os estudos existentes que investigaram essa relação estão: a tese *Vento, gesto, movimento: a poética de Aníbal M. Machado*, de Maria Augusta Bernardes Fonseca; o texto de apresentação ao livro *Parque de diversões* escrito por Raúl Antelo; a dissertação *João Ternura: testemunho das contradições de um projeto modernista*, de Helena Weisz Salles; a tese *O iniciado do movimento: a ficção de Aníbal Machado e o cinema*, de Rosana Fumie Tokimatsu; a dissertação *União inesperada entre o riso e a melancolia: o humorismo nas narrativas de Aníbal Machado*, de Edilaine Ortiz; dentre outros.

cigarro, deram-lhe uma carabina” (Machado, 1965, p. 83). Ainda com vontade de fumar, Ternura se arrasta até um homem que se encontra sentado num banco de jardim segurando um cigarro. Surpreende-se ao perceber que o homem está morto e resolve tampar o seu rosto com um jornal. A cena do homem morto e o tiroteio sugerem uma resistência que não encontramos nos relatos dos historiadores ou nos jornais a que tivemos acesso. Aníbal Machado não só cria uma revolução que parece não ter existido como transforma um personagem vagabundo em herói. Numa das cenas, a imagem das bananas de uma quitanda atravessada por tiros é motivo para distrair os combatentes, pois “queriam ao mesmo tempo atirar e comer bananas” (Machado, 1965, p. 83). Além do tratamento irreverente com um episódio da história nacional, que deveria ser grandioso e imponente e na narrativa é dessublimado, há um desnudamento da estrutura social que permaneceu semelhante após a revolução. A Revolução de 1930 proporcionou a realização de mudanças no país, mas preservou o universo da elite, que, como afirma Camargo, se renovou e se manteve ligada ao poder. Aníbal Machado explora a imagem do combatente pobre que participa da luta de forma alienada. Após a vitória dos revoltosos, ao final do episódio, João Ternura, que não sabe para qual lado lutava, pergunta a um soldado essa informação e o retirante sergipano, que desejava seguir para São Paulo, lhe responde que também não sabia.

A representação da revolução, no romance, tanto aproveita elementos externos que são incorporados à narrativa quanto cria situações novas e apresenta tratamento próprio. No fragmento a seguir, a notícia de que o norte do país aderiu chega durante a batalha próxima ao túnel:

Na trincheira, embaixo, um tenente abre um envelope, empalidece, solta um viva ao Brasil. Era o Norte inteiro que acabava de cair em poder dos revoltosos. Dizia-se que em algumas cidades o povo chorava, rezando de joelhos. A ordenança entrega uma papeleta ao comandante. Convocação urgente para um conclave. O comandante quer sair, a metralhadora no morro começa a pipocar. E o comandante solta um palavrão.

Já se falava em junta governativa. Sete datilógrafas disfarçadas em irmãs de caridade batiam apressadamente no porão de um milionário o programa para o novo governo. (Machado, 1965, p. 85)

Aníbal Machado atribui um sentido nacional ao movimento, mesmo criando a representação numa região específica do Rio de Janeiro. Além do envelope, aparece no texto o termo “junta governativa”, como de fato ficou conhecido o grupo que tomou o poder entre a deposição de Washington Luís e a chegada de Getúlio Vargas. Alguns elementos, pelo uso do humor, rebaixam o movimento ao mesmo tempo. É o caso do palavrão dito pelo comandante e das datilógrafas disfarçadas de irmãs de caridade. Em outro momento, improvisava-se um samba sobre a metralhadora que impede o avanço da tropa. O conjunto evoca uma situação próxima do carnaval. Curiosamente, o programa do novo governo é elaborado no porão de um milionário. Um dos propósitos da revolução foi justamente o de se alterar o sistema político oligárquico, então vigente.

Aspásia Camargo afirma que a revolução deu início a uma considerável transformação tanto no plano econômico quanto no social. No entanto, para ela, “velhas lideranças oligárquicas são substituídas por novas oligarquias” (Camargo, 1983, p. 12). A historiadora afirma que as famílias ricas que detinham anteriormente influência e poder não deixam de participar do jogo político, havendo um “remanejamento oligárquico” na nova

ordem política, agora marcada também por uma “renovação geracional das elites”. Embora tenham ocorrido transformações políticas importantes, inexistiu a ideia de revolução social. É curioso observar que o jornal *A noite*, após a depredação a que foi submetido no dia 24 de outubro, tenha se referido depois aos invasores que apoiavam a revolução como comunistas. No romance *João Ternura*, o fato de o programa do novo governo ser escrito por falsas irmãs de caridade num porão de um milionário é bastante sugestivo.

Durante o combate, como dissemos, há uma metralhadora sendo utilizada pelos legalistas que impede a vitória. João Ternura atende a um pedido do comandante e junto com outros soldados sobe um morro e anda por telhados com o objetivo de jogar prospectos nas trincheiras inimigas. Surpreendentemente, ele resolve lançar a metralhadora como se fosse um animal.

Teriam que passar novamente junto da metralhadora. O silêncio da “cascavel” assustava mais que seus tiros. Ternura arrisca uma olhadela. Lá estava a bichinha, de corpo inteiro erguida na sua tripeça. Magrinha, malvada, o cano um tanto comprido. Pelo jeito, inofensiva. Ternura teve uma inspiração: atirar a corda, lançá-la. Foi o que fez.

E veio descendo com ela morro abaixo. Um capitão improvisado, acompanhando de longe a manobra, teve uma crise de nervos, deixou cair o binóculo. Tomados de pânico, os três companheiros gritaram para Ternura que não continuasse. O magrinho não atendeu. E veio arrastando a peça pela encosta. Como a uma bezerrinha. (Machado, 1965, p. 86)

A metralhadora intransponível é lançada como se fosse uma bezerrinha e cabe, assim, a João Ternura o papel de herói na batalha do túnel. O personagem, que não se adapta ao meio em que vive, encontra-se nessa cena integrado aos acontecimentos

e à cidade. O tratamento dado à narrativa recupera os elementos de sua chácara paterna e ao mesmo tempo diminui a revolução. Uma metralhadora que impedia a vitória da tropa é chamada de “bichinha”, “magrinha”, “inofensiva” e laçada como se fosse uma “bezerrinha”. Os termos no diminutivo se contrapõem ao aumentativo que encontramos não só no nome do episódio histórico como na patente de capitão do outro personagem. O nome João, por sua vez, que nesse caso se associa a uma pessoa comum, a um personagem desconhecido do povo, a um João ninguém, se contrapõe, tanto no episódio quanto no romance, à figura de Napoleão: “Deram-lhe um quepe que não lhe entrava bem na cabeça, vestiu uma blusa que lhe sobrava no corpo. Esboço grotesco do Napoleão sonhado pelo avô” (Machado, 1965, p. 84). Vestido assim, em episódio chapliniano, torna-se uma espécie de Carlitos brasileiro. Veja-se, nesse sentido, no momento da escolha das vestimentas de seu personagem, a forma como Charles Chaplin o criou segundo seu próprio relato:

Eu não tinha a menor ideia sobre a caracterização que iria usar [...] Contudo, a caminho do guarda-roupa, pensei em usar umas calças bem largas, estilo balão, sapatos enormes, um casaquinho bem apertado e um chapéu-coco pequenino, além de uma bengalinha. Queria que tudo estivesse em contradição: as calças fofas com o casaco justo, os sapatos com o chapeuzinho. (Chaplin, 2015, p. 178)

Graças a João Ternura, a tropa revoltosa vence o último ponto de resistência e a revolução é consolidada. Após ser carregado nos ombros de um companheiro, escorrega numa casca de banana e machuca a cabeça que sangra. O ferimento é tomado, no entanto, como uma consequência do ato heroico. Após ser entrevistado pelos repórteres e ser afagado pelas

mulheres da Cruz Vermelha, recolhe-se e numa conversa com o sergipano revela não saber o motivo de seu ato.

— Ó sergipano, pra que lado mesmo que nós estávamos combatendo?

O sergipano abre os olhos com espanto, abre também a boca. Demora a responder: — Home, eu também num sei não... Eu vim fugido da seca arrumá minha vida em São Paulo, passei por aqui, me botaram esta carabina na mão e eu peguei de atirá...

E cobrindo-se com a capa para dormir: — Também, que é que adianta sabê?... [...]

Às duas da madrugada, sob a chuvinha miúda, acabava de nascer a República Nova. (Machado, 1965, p. 89)

Boris Fausto, ao estudar a Revolução de 1930, abordou a questão da cúpula do tenentismo em relação aos comandados e às classes populares. Uma das afirmações demonstra um alheamento nas tropas semelhante ao que é vivido por João Ternura:

É conhecida a referência a um soldado revoltoso que nem sequer sabia quem era Artur Bernardes; durante a marcha da Coluna, a decisão de fazer meia volta, regressar à Bahia e abrir caminho até a imigração, somente foi levada ao conhecimento dos comandantes e subcomandantes do destacamento porque, como esclarece João Alberto, “não havia necessidade de explicar para os nossos homens. Eles confiavam cegamente em nós e não nos faziam perguntas. Estavam por tudo e nos acompanhariam até o fim”. (Fausto, 1997, p. 90)

Ainda com relação ao episódio da revolução em *João Ternura*, há uma cena em que se narra uma manifestação mais violenta da multidão que invade o prédio de um jornal simpático ao regime que caiu e atira móveis e objetos pelas janelas. Há fumaça de incêndio. Esse acontecimento, trabalhado literariamente por Aníbal Machado, encontra forte semelhança

com o que aconteceu ao jornal *A noite*. No romance, o prédio fica na Avenida Rio Branco. O edifício Joseph Gire, ou edifício de *A noite*, por sua vez, considerado o primeiro arranha-céu da América Latina, ficava localizado na Praça Mauá, 7, bem no início da Avenida Rio Branco. O jornal *Correio da manhã* de 25 de outubro de 1930 noticiou que a multidão avançou para o prédio gritando “viva a revolução, abaixo os traidores e exploradores do povo” (Correio, 1930, p. 2), arrombou a porta principal com ajuda de um caminhão, provocou a fuga dos funcionários e invadiu o arranha-céu. O registro realizado pelo jornal possui grande afinidade com os acontecimentos narrados em *João Ternura*.

Nesse momento já os populares haviam invadido as dependências de todo o jornal. Mesas, cadeiras, tipos, matrizes, caixas, escrivaninhas e tudo mais de fácil manejo era jogado à rua, juntamente com bobinas de papel e demais petrechos apropriados para a feitura de um jornal.

Cá embaixo, o povo, num delírio próprio do momento, enchia os ares, com os seus gritos atrojados de triunfo. [...] Ao mesmo tempo que ia amontoando os destroços que lhe eram jogados, faziam fogueiras crepitantes, que mais esquentavam o ar da atmosfera pesada que se respirava. (Correio, 1930, p. 2)

O jornal *Correio da manhã* chega a relatar uma tentativa dos populares de incendiar o edifício, mas que eles próprios consideraram que o arranha-céu era ocupado por pessoas que nada tinham a ver com o jornal e desistiram do ato. Em seguida os bombeiros apareceram para apagar as chamas próximas ao prédio. Aníbal Machado ao recriar o episódio insere a imagem do prédio em chamas em *João Ternura*: “E descia um porta-chapéus, mais uma escrivaninha, diversos arquivos de aço,

um ou outro homem endurecido. Depois cresce a fumaça e o prédio inteiro pegava fogo” (Machado, 1965, p. 89). A ficção, nesse caso, é constituída de elementos detentores de força significativa que corroboram melhor e de forma verossímil o ato revolucionário, operando ao mesmo tempo uma interessante inversão, pois, numa comparação inevitável, possibilita que o momento histórico, por meio do documento, seja rebaixado ou apresentado de forma pouco grandiosa, registrando populares que decidem preservar o prédio do jornal sensibilizados com os demais proprietários do imóvel. Estes, possivelmente abastados por deterem posses no importante arranha-céu da cidade, podem assim ser situados ao lado das forças oligárquicas que se pretendeu derrubar. A contradição documentada nos jornais não encontra eco no romance, pois Aníbal Machado cria um universo novo e independente, embora ao mesmo tempo em diálogo com o período histórico.

1930 é um ano muito difícil para Aníbal Machado. Vivendo no Rio de Janeiro, ele perde a sua primeira esposa durante o parto de seu filho que também falece. Com cinco filhas, perde o cargo de professor que tinha devido ao retorno do funcionário efetivo. Segundo nota biográfica da editora José Olympio, Aníbal Machado se demitiu também do gabinete do Ministro da Justiça devido aos antecedentes da Revolução de 1930. Em “Autobiografia”, o escritor afirma que passou quase dois anos em situação de dificuldade financeira, contando com a ajuda de seu pai: “Ir para a praia era ao mesmo tempo gozar o mar e fugir dos credores” (Machado, 1994, p. 293). Em *João Ternura* parece ter havido aproveitamento dessa fase do autor na construção ficcional. Numa das cartas em que cita a revolução, a mãe Liberata revela que o filho sobrevive com um dinheiro

enviado pelo avô: “Enquanto você não arranja emprego, seu avô vai mandando um dinheirinho para as despesas...” (Machado, 1965, p. 95). Em 1932 Aníbal Machado é nomeado por Getúlio Vargas como tabelião de um cartório que posteriormente lhe traria uma melhor condição financeira. Em 1935, quando ocorre a insurreição comunista pela Aliança Nacional Libertadora que tinha Luís Carlos Prestes como presidente, o escritor, segundo sua filha Maria Clara Machado, temeu a repressão do governo: “...e me lembro de que um dia ele colocou no bolso do paletó sua escova de dentes e disse ‘Hoje eles me pegam’. Isso ocorreu durante a Revolução de 1935. Estava com muito medo de ser preso” (Machado, 1984, p. 3).

Mais de três anos após a revolução, os amigos Matias e Pepão tentam convencer João Ternura a se apresentar a um ministro para conseguir algum favorecimento pelo fato de ter lutado no combate do túnel, ser um herói brasileiro e possuir uma cicatriz. A proposição soma uma série de mentiras que deveriam ser contadas ao político como forma de persuadi-lo a agir com generosidade. O protagonista, no entanto, lembra que a cicatriz ocorreu por causa de uma casca de banana e se incomoda com o plano. No entanto, numa parte posterior, temos os dois amigos conduzindo João Ternura para um encontro com o ministro. O herói sai de seu gabinete se sentindo sufocado pela situação e revela que o projeto fracassou.

— Quando ele me pediu as provas, eu citei o nome do coronel. Ele disse que não se lembrava do nome. Eu então tirei do bolso o recorte de *O Globo* com a minha fotografia. Tinha me esquecido que havia uma troca nas legendas. Debaixo da minha foto, em vez de “herói do Túnel!”, estava escrito “cáften expulso”; e debaixo da fotografia do cáften estava “herói do Túnel”. O ministro olhou para mim com desprezo; chamou o ajudante-de-

ordens e mandou que me conduzisse até a porta.
— Mas ele não viu logo que os tipos eram diferentes?
— Ai é que está, Matias. Eu e o cáften somos parecidos...
(Machado, 1965, p. 117-118)

De forma chapliniana, Ternura vira herói e depois, de modo semelhante, passa por cáften diante do ministro. O homem do outro retrato também tinha uma cicatriz ou algo parecido, tornando impossível desfazer a confusão. No corredor do ministério, João Ternura corre e depois executa uma cambalhota. Depois, ao ser questionado, revolta-se contra os amigos que lhe induziram a tentar obter qualquer vantagem, assume que deu uma cambalhota e lhe atribui o sentimento de desafogo e de alegria, compreendendo-a como forma de se libertar da opressão que viveu. Para Maria Augusta Bernardes Fonseca, “a cambalhota é um resquício da infância que permanece na personagem como traço de alegria desconcertante” (Fonseca, 1984, p. 37).

João Ternura recusa o que João Ataxerxes gostaria de obter no conto. Neste, é válido lembrar que acompanhamos todos os episódios por meio da narração heterodiegética centrada no ator. É possível que o personagem tenha fantasiado a sua amizade com o presidente e Zito seja outra pessoa. Em uma parte do conto, Ataxerxes afirma, por exemplo, que os olhos do presidente eram castanho-claros e em seguida reconhece que com o tempo eles ficaram “completamente azuis” (Machado, 1959, p. 174). Ataxerxes é um visionário ou um devaneador, tal qual Dom Quixote, como bem considerou Edilaine Ortiz em seu estudo, ou um “nefelista” como considerou M Cavalcanti Proença, que também afirma que Ataxerxes é um “companheiro levitante” de Juanita. Para o personagem, afirma o crítico, “a forma literária e a lembrança dos tempos em que convivera com o presidente são mais importantes do que o emprego” (Proença, 1997, p.

xvii). De fato, o personagem, nesse sentido, vive sempre em preparativos, sempre adiando a concretização de seu sonho ao não postar o telegrama, embora guarde dúvidas sobre não tê-lo feito. No entanto, Ataxerxes prossegue e na busca por realizar o seu sonho vai até a residência do presidente onde tenta avistá-lo escalando um muro com a ajuda de Zamboni. Tomado como um invasor, recebe um tiro e falece sem que o presidente saiba de sua existência. Ainda assim a ideia de ambição pode ser relativizada pois Ataxerxes cria para si um amigo importante, espécie de rei de Pasárgada, onde todos os seus desejos poderiam se realizar, tal como no poema de Manuel Bandeira.

João Ternura também não tem ambição. Passa a ter horror aos homens importantes enquanto Ataxerxes, de forma ilusória, converte o presidente em seu amigo íntimo. A abordagem relacionada à Primeira República fortalece a significação do conto, corroborando a atitude de Ataxerxes, mesmo quando compreendida como herança cultural e histórica. Já com relação à parte abordada de *João Ternura* a contextualização histórica e cultural é imprescindível. Uma leitura descontextualizada transformaria as cartas de recomendação em algo menor e correria o risco de reduzir o heroísmo do personagem a mero ato quixotesco. A compreensão de que Aníbal Machado aproveitou a época na construção de parte de seu romance permite observar uma visão do autor em relação ao período, marcada pelo humor e pela ironia. Um acontecimento *a priori* sério e imponente é dessublimado e ridicularizado, visto ao rés-do-chão, em diálogo, inclusive, com a postura antropofágica que marcou a primeira fase do modernismo brasileiro. O episódio da revolução se equipara, nesse sentido, ao livro *História do Brasil*, de Murilo Mendes, que, publicado em 1932, apresenta procedimentos e

visão semelhantes.

Considerações finais

Na literatura brasileira, temos romances importantes que aproveitaram o momento histórico da Revolução de 1930 em suas tramas. *O país do carnaval*, de Jorge Amado, é possivelmente a primeira obra a representar o período, tendo sido finalizado ainda no ano de 1930 e publicado em setembro de 1931. Nessa obra, dois personagens são importantes para a compreensão do tempo histórico. Temos um representante da burguesia cacaujeira, o protagonista Paulo Rigger, que se mantém como espectador dos acontecimentos, aos quais parece ser indiferente. No entanto, por meio dele o período histórico vai sendo revelado. Já o personagem José Lopes posiciona-se a favor do socialismo e funciona como contraponto ao universo de Paulo Rigger.

Assim como *O país do carnaval*, que nos apresenta o período explorando a região que não participava da alternância de poder na chamada política do “Café com Leite”, *Olhai os lírios do campo*, de Erico Verissimo, também nos apresenta outra região do país, o Rio Grande do Sul, na mesma época. Nessa obra, temos a representação do início da Revolução de 1930, especialmente quando o personagem Eugênio, que é médico, realiza uma difícil operação em pleno bombardeio. Além da cena, há diversas informações no romance que revelam o aproveitamento do período histórico em sua economia interna.

Além de Erico Verissimo e Jorge Amado, Graciliano Ramos também trabalhou a representação da Revolução de 1930 em seu livro *S. Bernardo*. Nesse romance, temos o protagonista Paulo Honório que após se apossar da fazenda age como um *coronel*

da Primeira República. Em contraposição, tem-se Madalena, sua esposa, marcada por uma dimensão humana, e Padilha, antigo proprietário da fazenda, que possui ideias socialistas. Após a revolução de outubro, a fazenda São Bernardo entra em declínio, o protagonista não pode continuar agindo do mesmo modo que fizera antes pois os tempos mudaram. Diferentemente da renovação das oligarquias que mesmo após a mudança política se mantiveram atuantes no poder, Paulo Honório sente-se impossibilitado de reerguer a fazenda. Na obra, o suicídio da esposa traz também fortes implicações para o personagem e participa de seu declínio.

Dentre os romances mencionados neste trabalho, *João Ternura* é o que representa a revolução com maior liberdade. Em *O país do carnaval*, a burguesia é representada. Em *S. Bernardo*, temos um personagem que se torna um *coronel* numa fazenda. Em *Olhai os lírios do campo*, o personagem Eugênio participa da vida burguesa ao se casar com a rica Eunice e seu propósito de enriquecer lhe acompanhou desde a infância. Mesmo após o seu divórcio, há ainda ascensão por ter cursado medicina, embora o personagem passe a se interessar pelas classes mais pobres. Em *João Ternura*, o protagonista é sempre um desajustado refratário ao sistema político e financeiro da época. É sempre lírico e humano e por isso não pode compreender o mundo que o cerca, no qual alguns conseguem favores e sobem de vida em detrimento dos demais que permanecem em dificuldades. Sua concepção de vida vai muito além das dimensões política e econômica, pois possui vivo interesse pela experiência humana.

A revolução, como afirma Aspásia Camargo, não mobilizou as camadas subalternas da sociedade. O apoio popular recebido foi pontual, como registra Boris Fausto. Para o historiador, houve

intervenção das classes médias, mas “não é uma revolução destas classes, nem no sentido de que elas sejam o setor dominante no curso da revolução, nem de que elas sejam seus principais beneficiários” (Fausto, 1997, p. 109). Para Camargo, a partir da revolta paulista ocorrida em 1932 as “velhas lideranças oligárquicas são substituídas por *novas oligarquias*” (Camargo, 1983, p. 12, grifo do autor). No romance *João Ternura*, há um fragmento colocado após a revolução que ilustra bem a ausência de modificação social. Menciona-se o som de um piano que vem de uma casa num bairro antigo, em local que não teve a presença de soldados: “O piano tocava acima dos acontecimentos” (Machado, 1965, p. 89). O único perigo que a casa parece enfrentar são os arranha-céus que vão se aproximando, como na peça *O piano* do próprio Aníbal. O som do piano, símbolo de riqueza e de tradição, ecoa “acima dos acontecimentos” como metáfora de que nem a vida dos mais pobres melhorou, nem o conforto dos mais abastados foi ameaçado.

Nesse sentido, a mudança operada a partir de 1930 não pode afetar um personagem que recusou pertencer à dinâmica política da Primeira República. As cartas de recomendação que poderiam fazê-lo adentrar esse mundo foram atiradas ao mar num dia de libertação. A transformação de João Ternura em herói da revolução, feita por Aníbal Machado, é uma grande ironia com um episódio importante da história do Brasil, pois foi uma vitória sem luta. Assim como não houve a batalha de Itararé, não houve combate para a deposição do presidente Washington Luís. Há mais combate nas páginas de *João Ternura* do que na manhã carioca de 24 de outubro de 1930. João Ternura, “herói de nossa gente” (Andrade, 1978, p. 7).

Referências

AMADO, Jorge. *O país do carnaval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. Edição crítica de Telê Porto Ancona Lopez.

ANTELO, Raúl. Introdução. In: MACHADO, Aníbal. *Parque de diversões*. Belo Horizonte: UFMG; Florianópolis: UFSC, 1994. p. 15-33.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: *A personagem de ficção*. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 51-80.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. 1980, Rio de Janeiro. Brasília: UNB, 1983, p. 7-46.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v. 40 n. 2, Rio de Janeiro, 1997.

CHAPLIN, Charles. *Minha vida*. Tradução de Rachel de Queiroz. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, ano 30, n. 10995, p. 2, 25 out. 1930. Edição extraordinária.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

FONSECA, Maria Augusta Bernardes. *Vento, gesto, movimento: a poética de Aníbal M. Machado*. 1984. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

MACHADO, Aníbal. Autobiografia. In: *A arte de viver e outras artes*. Rio de Janeiro: Graphia, 1994, 288-294.

MACHADO, Aníbal. *Histórias reunidas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

MACHADO, Aníbal. *João Ternura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

MACHADO, Aníbal. *Vila feliz*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

MACHADO, Maria Clara. Aníbal Machado, meu pai. *Suplemento literário do Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano xix, n. 904, p. 3, jan. 1984. Entrevista de Maria Clara Machado a Jorge de Aquino Filho. Edição especial sobre Aníbal Machado.

NAVA, Pedro. *Beira-mar*. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ORTIZ, Edilaine. *União inesperada entre o riso e a melancolia: o humorismo nas narrativas de Aníbal Machado*. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2022.

PROENÇA, M. Cavalcanti. Os balões cativos. In: MACHADO, Aníbal. *A morte da porta-estandarte, Tati, a garota e outras histórias*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p. xiii-xxxiii.

RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. 83. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SALLES, Helena Weisz. *João Ternura: testemunho das contradições de um projeto modernista*. 2006. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

TEIXEIRA, Marcos Vinícius. *Aníbal Machado: um escritor em preparativos*. Sabará: Museu do Ouro, 2022.

TOKIMATSU, Rosana Fumie. *O iniciado do movimento: a ficção de Aníbal Machado e o cinema*. 2017. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VERISSIMO, Erico. *Olhai os lírios do campo*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

A intertextualidade em literaturas infantis como processo de autorrepresentação surda

Daniel Ferreira Costa*

Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo a análise dos fenômenos da intertextualidade presentes em histórias adaptadas como: *Cinderela Surda*, *Patinho Surdo*, *Rapunzel Surda* etc., com foco para a importância do uso dessas literaturas na educação de crianças surdas — falantes de língua de sinais ou não — e não-surdas. Além disso, este trabalho visa a observação de elementos inerentes à literatura surda, como aspectos culturais e identitários dessa comunidade, e em que formato essas literaturas são disseminadas de forma a promover a autorrepresentação por intermédio da inserção de personagens surdas ao enredo, o que, por muitos anos, foi negligenciado em nossa sociedade.

Palavras-chave: criança surda; intertextualidade; literatura surda; cultura surda; autorrepresentação.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas. Bolsista CAPES. Intérprete de Libras na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7218-4830>.

Intertextuality in children's literature as a process of deaf self-representation

Abstract

The purpose of this article is to analyze the phenomena of intertextuality present in adapted stories such as: Deaf Cinderella, Deaf Duckling, Deaf Rapunzel, etc., with a focus on the importance of using these literatures in the education of deaf children — sign language speakers or not — and non-deaf children. Furthermore, this work aims to observe elements inherent to Deaf Literature such as cultural and identity aspects of this community, and in what format these literatures are disseminated in order to promote self-representation through the inclusion of deaf characters into the plot, which for many years has been neglected in our society.

Keywords: deaf child; intertextuality; deaf literature; deaf culture; self-representation.

Recebido em: 30/03/2024 / Aceito em 21/09/2024

1 Introdução

A literatura surda é um instrumento extremamente relevante de expressão e recepção das pessoas surdas, pois permite que elas relatem suas experiências, lutas, conquistas, experiências culturais, língua e outros aspectos inerentes às suas vivências subjetivas, tornando possível o processo de autorrepresentação. Em tempos passados, as crianças surdas foram expostas a histórias infantis cujos conteúdos não as contemplavam. Pensando nisso, os surdos adultos, por meio da oralidade, começaram a transmitir contações de histórias adaptadas, de modo que essas crianças surdas pudessem criar uma conexão com as personagens a partir do contato com as tramas que lhes foram/são apresentadas. Foi a partir desse processo intertextual que se tornou presente a inserção de elementos que são próprios da comunidade surda nos materiais literários.

Obras literárias surdas permitem aos corpos surdos a conquista do protagonismo, colocando-os como autores/atores que viabilizam a externalização das histórias e difusão das singularidades dessas literaturas visuais àqueles que as desconhecem. Um exemplo de história adaptada é a obra *“Cinderela Surda”*, idealizada pelos próprios surdos há décadas e registrada por Karnopp, Rosa e Hessel somente alguns anos depois, em 2003. A adaptação organizada pelos autores é uma ferramenta relevante que tem a função de proporcionar às crianças surdas a identificação de aspectos inerentes às suas peculiaridades linguísticas, identitárias e culturais.

A prática de leitura, em suas variadas formas, tem um papel fundamental na vida de todos, e os livros literários, em especial, trazem à luz o imaginário de quem os lê. Entretanto, cabe lembrar que a fantasia e a mimese, ou seja, a projeção e a imitação dos comportamentos dos personagens, tornam-se mais palpáveis

quando o leitor se identifica com características semelhantes às suas. Na esteira dessa discussão, Gênova, Rodrigues e Caldeira (2013) demonstram a importância da leitura e tudo aquilo que ela proporciona aos leitores — mais ainda quando há a presença de elementos que viabilizam a identificação — e explicam sobre a possibilidade de que as crianças imaginem-se vivendo como os personagens. Para elas:

A leitura desperta o interesse e a atenção da criança, desenvolvendo nela, dentre outros fatores, a criatividade, a percepção de diferentes resoluções de problemas, autonomia e criticidade, que são elementos importantes para a formação pessoal e social do ser humano. A criança, quando tem contato com bons modelos literários, não só desperta a sua imaginação, como também facilita a expressão de ideias e a expressão corporal. Quando busca imitar e representar os personagens das histórias, se coloca no lugar dos personagens, das fábulas e dos contos de fadas (Gênova; Rodrigues; Caldeira, 2013, np).

O uso de intertextos que privilegiam a surdez e a língua de sinais chama a atenção das crianças surdas, uma vez que evocam à cena elementos que fazem parte do seu cotidiano. Isso torna possível a identificação com personagens de contos de fadas e permite à criança surda a corporificação dos conhecimentos apresentados, visto que trazem aspectos inerentes à cognição visual-corpórea que ela possui. O mesmo fenômeno acontece ao realizar leitura de outras adaptações idealizadas como *Patinho Surdo*, *Rapunzel Surda*, *Sereiazinha Surda*, entre outras. Sob a perspectiva de Araújo, Freitas e Araújo (2021), o acesso à literatura surda, mediado pela instituição escolar, traz, portanto, muitos benefícios aos leitores surdos durante o processo de ensino e aprendizagem. Os autores acreditam na

[...] importância da leitura como processo de desenvolvimento, na educação de surdos. Dentro dessa perspectiva, este estudo se justifica pela reflexão em se formar leitores críticos, reflexivos e construtores do seu próprio pensamento, destacando a importância de incentivar o ensino da literatura surda no processo de ensino-aprendizagem, nesse sentido cabe dizer que a escola é o espaço fundamental para mediação desse processo (Araújo; Freitas; Araújo, 2021, p. 783).

Nesse sentido, o presente artigo objetiva abordar a importância da intertextualidade presente nas histórias infantis adaptadas à temática da surdez. Para isso, será feita uma análise com enfoque nas histórias de *Cinderela Surda* e *Patinho Surdo*, ressaltando aspectos adjacentes dos surdos nesses contos.

2 Literatura surda

A literatura surda existe como uma das possibilidades de produção e expressão que os surdos têm (Karnopp, 2010; Gava, 2015). Ela pode ser produzida de três maneiras: obras traduzidas, adaptadas e de criações próprias, ou seja, produções autorais com temática específica da comunidade surda. Como se sabe, os surdos passaram muitos anos vivendo à margem da sociedade — o que, na verdade, ainda é uma realidade em diversos contextos —, impostos a aceitar que não teriam conteúdos produzidos destinados a eles. No entanto, atualmente, eles mesmos são autores/atores de suas produções literárias visuais, ocupando o espaço de protagonistas das histórias. Por intermédio da literatura, os surdos expressam suas vivências, lutas, conquistas e, sobretudo, sua língua.

Assim como os indígenas, os surdos fazem parte de uma minoria linguística e, dessa maneira, cabe reforçar a

importância da difusão de literaturas que voltem seus olhares a essa comunidade. Pensando nisso, Karnopp aborda sobre a relevância da “literatura do reconhecimento”, na qual precisamos compreender a subjetividade do indivíduo para, assim, realizar uma produção literária que seja inerente às suas particularidades. Segundo a autora:

A literatura surda começa a se fazer presente entre nós, se apresentando talvez como um desejo de reconhecimento, em que busca ‘um outro lugar e uma outra coisa’. A literatura do reconhecimento é de importância crucial para as minorias linguísticas que desejam afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar suas histórias reprimidas (Karnopp, 2006, p. 100).

Uma questão subjetiva dos surdos, falantes de língua de sinais, é não se reconhecerem como deficientes, mas sim como diferentes. As barreiras impostas aos surdos são comunicacionais e seriam inexistentes se todos os brasileiros soubessem a Libras – Língua Brasileira de Sinais. Logo, torna-se relevante enunciar que as literaturas surdas não tratam a surdez como falta, ao contrário, há estudos como o de Quadros e Rodrigues (2015) que dão destaque aos ganhos surdos, isto é, que evidenciam a surdez para além de uma deficiência. Em consonância com o exposto, Bisol e Sperd, a partir de estudos realizados por Lane, apontam que o

Ser Surdo (com “S” maiúsculo) é reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por pessoas que utilizam língua de sinais e não veem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda, mas como “membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física distinta” (Lane, 2008, p. 284 *apud* Bisol; Sperd, 2010, p. 8).

A literatura surda, como apontado, demonstra questões inerentes à comunidade surda. Entretanto, as produções não são direcionadas apenas ao público surdo — contrariamente, devem ser difundidas a toda sociedade, como o objetivo de que os conhecimentos sobre os surdos sejam adquiridos por todos, evitando, desse modo, que muitos equívocos a respeito dessa comunidade e da Libras sejam acentuados. Murta, Soza e Martins demonstram a importância da difusão da literatura surda. De acordo com as estudiosas,

a utilização da Literatura Surda é extremamente importante até mesmo em salas de aula que não têm alunos surdos, para que os alunos ouvintes possam ter contato com personagens surdas, conhecendo quem são esses indivíduos, a língua que eles usam, no caso a Libras, tratando-se dos surdos brasileiros, a sua cultura, a sua identidade etc. (Murta; Soza; Martins, 2023, p. 17).

Logo, são muitos os fatores que corroboram para a propagação da literatura surda e que demonstram sua importância na difusão de conhecimentos tanto para a própria comunidade quanto para a sociedade em geral. É a partir dessa disseminação que será feita a internalização de saberes capazes de promoverem a emancipação de um grupo e, ainda, possibilitar ao outro que olhe, metaforicamente, por outras janelas.

2.1 As manifestações da literatura surda

Como mencionado, existem três tipos de obras literárias surdas pelas quais torna-se possível o acesso das pessoas surdas ao arcabouço literário. Esse acesso permite aos sujeitos surdos a aquisição de conhecimentos que, apesar de já serem bem difusos para nós ouvintes, são noções caras para esse público.

A primeira categoria é a literatura traduzida, que perpassa por um processo tradutório da língua de origem para a Libras. Por exemplo, tem-se a tradução da história de *Chapeuzinho Vermelho*, feita pelo INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos, e publicada no YouTube, em 2010. Todavia, cabe ressaltar que esse tipo de literatura não se faz apenas transpondo as palavras do português, presentes no enredo, para a Libras. Primordialmente, o processo tradutório deve levar em consideração a equivalência de uma língua para outra, lembrando que as modalidades são diferentes. Dessa forma, a organização dos personagens deve ser realizada espacialmente e, além disso, a tradução pode ser acrescida de ludicidade, como a inserção de cenários no fundo do vídeo.

A segunda categoria literária, objeto de análise deste artigo, é a literatura adaptada. Nela, há a inserção de personagens surdos no enredo e, como consequência, uma autorrepresentação demarcada nessas histórias. Cabe enfatizar que essa identificação não é gerada simplesmente pela inserção de um personagem com surdez; não se trata somente da presença/ausência da audição, mas baseia-se em questões adjacentes da comunidade surda como aquelas linguísticas, culturais e identitárias. Ademais, essas literaturas podem oferecer a versão impressa e, como no caso da *Cinderela Surda*, possuir a tradução para *SignWriting*, isto é, escrita de sinais¹, o que contribui para o aprendizado da Libras por crianças surdas, como já defendido por muitos autores: Stumpf (2005), Amorim *et al.* (2022), Moreira *et al.* (2022) e outros.

Por fim, a terceira categoria é a literatura própria, que se dá mediante as produções autorais relacionadas à temática e podem ser manifestadas de várias formas: em saraus, poesias ou mesmo em *slam*, competição em que os poetas recitam poemas autorais

¹ As línguas de sinais não são línguas ágrafas, elas possuem um sistema internacional de escrita que possibilita o registro dos cinco parâmetros fonológicos que cada sinal possui.

dentro de regras que devem ser seguidas durante as disputas. O Visual Vernacular, também conhecido como Libras 3D, é outra manifestação da literatura surda. Constituindo-se como um recurso poético e artístico próprio das línguas de sinais, baseia-se mais no uso de classificadores que, conforme esclarecem Dias Junior e Sousa, compreendem os “tipos de morfemas que representam objetos, pessoas e animais, descrevendo-os quanto à forma, ao tamanho e incorporando-lhes ações.” (Dias Junior; Sousa, 2011, p. 21).

Em geral, a literatura surda surge para trazer vivacidade a aspectos da cultura surda desde a tenra idade. Abordando essa temática, Karnopp traz uma reflexão instigando-nos a deixar o surdo *ser* surdo e viver suas experiências de forma visual, respeitando sua língua e seus costumes. Além disso, a autora teoriza as relações hegemônicas que têm impossibilitado crianças surdas de serem inseridas na cultura:

[...] a ênfase na dimensão centralizadora de uma cultura universal tem impossibilitado que crianças surdas possam ter uma inserção em processos culturais existentes em comunidades de surdos. Por outro lado, são escassos, nos contextos escolares, materiais que tematizem a diversidade cultural, tendo em vista a possibilidade de leitura de outros textos, de outras imagens e de outras histórias do que significa ser diferente. Enfim, uma abordagem que possibilite outras representações sobre os surdos (Karnopp, 2006, p. 99).

2.2 A proposta de uma literatura cultural

A literatura surda é, também, um campo de expressão de culturas — sim, no plural. Uma vez que somos seres plurais, não há mais como pensar em cultura no singular, o que também se

aplica às culturas, inclusive às culturas surdas. Nesse sentido, há estudos que apontam para o hibridismo cultural, como Canclini (1997), Burke (2003) entre outros.

Em muitos estudos, os surdos foram tratados como sujeitos biculturais — um pensamento limitante, afinal os surdos são expostos a mais que duas culturas. Ainda que carreguem consigo características culturais próprias, elas não são compartilhadas por todos os surdos do mundo. Todavia, todas as pessoas surdas compartilham de uma relação hegemônica com pessoas ouvintes. Em concordância, temos Karnopp, complementada por Sherman Wilcox & Phylis Wilcox:

Ao afirmarmos que os surdos brasileiros são membros de uma cultura surda não significa que todas as pessoas surdas no mundo compartilhem a mesma cultura simplesmente porque elas não ouvem. Os surdos brasileiros são membros da cultura surda brasileira da mesma forma que os surdos americanos são membros da cultura surda norte-americana. Esses grupos usam línguas de sinais diferentes, compartilham experiências diferentes e possuem diferentes experiências de vida. No entanto, há alguns valores e experiências que os surdos, independente do local onde vivem, compartilham, ou seja: “todos são pessoas Surdas vivendo em uma sociedade dominada pelos ouvintes.” (Karnopp, 2006. p. 99, 100 *apud* Wilcox e Wilcox, 2005, p. 78).

Os elementos culturais nas literaturas surdas são, portanto, essenciais para a demarcação de elementos subjetivos dessa comunidade. Em conformidade com essa afirmação, está a proposta deste artigo: evidenciar que a inserção de personagens surdos e das línguas de sinais são instrumentos de democratização do acesso às literaturas infantis, proporcionando às crianças surdas o que lhes foi negado por muitos anos — histórias que contemplassem suas subjetividades. Obras literárias como essas

tratam de questões que validam a surdez como uma identidade própria, demonstrando às crianças surdas que elas não precisam viver como os ouvintes; pelo contrário, podem usufruir dos ganhos surdos, valorizando as culturas e identidades surdas.

Conforme discutido, a surdez está baseada nas diferenças, e não na deficiência. Sendo assim, as vivências surdas, quando evidenciadas nas literaturas, promovem conhecimentos caros a todos que as consomem. Publicada em 2008, um exemplo é a obra *Um mistério a resolver: o mundo das bocas mexedeiras* (Oliveira; Oliveira, 2008) que conta a história de Ana e os dilemas que perpassam a vida de muitas crianças surdas ao interagirem com os ouvintes. A narrativa inicia apresentando uma criança que vivia à margem, mas seu desfecho aponta para as possibilidades grandiosas que o aprendizado da Libras proporciona ao surdo, fazendo-o entender e interagir com o que está à sua volta.

A cultura se faz na diversidade, isso é o que nos torna únicos. Desse modo, cabe a nós, educadores, fazer o que orientam Moreira e Candau (2003) ao reforçarem que, nessa posição, não há espaço para praticar o daltonismo cultural, que nos impede de ver o ‘arco-íris de culturas’ presentes nas salas de aulas. A pluralidade de culturas deve ser evidenciada nas literaturas, promovendo a autoaceitação por todos. Além disso, como enfatiza Candau (2020), a interculturalidade não deve ser vista como uma mera visibilidade, mas uma indagação ao processo contra a hegemonia. Segundo ela:

Esta realidade explicita o caráter polissêmico da expressão educação intercultural, muitas vezes reduzida à mera visibilização de diversos grupos socioculturais, assumindo um enfoque exclusivamente descritivo e turístico, não questionando as relações de poder presentes nas interações entre os diferentes grupos socioculturais, reforçando assim relações assimétricas

entre grupos, processos de legitimação da inferiorização e estereótipos estigmatizantes em relação a diversos sujeitos sociais (Candau, 2020, p. 680).

3 Intertextualidade

Koch considera que o processo intertextual se explicita quando necessariamente há o “(re)conhecimento de outro(s) texto(s) ou do modo de constituí-los no processo de leitura e de produção de sentido” (Koch, 2023, p. 81). Isso também se aplica às literaturas surdas que, em suas proposições, nas literaturas adaptadas, visam estabelecer tanto o reconhecimento dos textos de partida quanto a relação com as vivências dos surdos, permitindo às crianças surdas se verem representadas nos contos de fadas tradicionais.

O conceito de intertextualidade foi, primeiramente, proposto por Kristeva (1979) a partir de suas leituras da obra de Bakhtin — que apesar do uso da terminologia ‘dialogismo’, nunca empregou esse termo. O intertexto é, a partir do proposto pela autora, o fenômeno que abarca o entrelaçamento entre dois ou mais textos, podendo ser verbais, não-verbais e mistos. Há várias formas em que a intertextualidade se manifesta: citação, epígrafe, paráfrase, paródia, plágio, alusão e outros, podendo se concretizar de forma explícita ou implícita. Segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 28), “a intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto, isto é, quando um outro texto, ou um fragmento é citado, é atribuído a outro enunciador; ou seja, quando é reportado como tendo sido dito por outro ou por outros generalizados”.

Seja na linguística textual ou na crítica literária, a intertextualidade é estudada por vários campos. Entre as abordagens existentes, encontra-se a perspectiva cognitiva como uma possibilidade de apontamento de novos olhares. Para Cavalcante (2009, p. 13), essa dialogicidade textual “passa a ser compreendida como concreta manifestação da operação cognitiva básica de integração conceptual”, isto é, manifesta-se mediante a junção de componentes distintos em um mesmo lugar, possibilitando a expressão de novas possibilidades. Ainda sobre essa ocorrência, a autora complementa que ela “não deve ser investigada como um fenômeno que se restringe à natureza do texto, qualquer que seja ele, mas como um fenômeno que permite revelar a natureza da própria linguagem e da cognição humana” (Cavalcante, 2009, p. 15). O intertexto, como exposto, ultrapassa a relação entre textos: ele aponta a natureza recursiva da linguagem e cognição, permitindo, assim, a criação e/ou (re)configuração de outros textos por meio da criatividade. Operacionalmente, a intertextualidade

[...] pode ser compreendida, portanto, um processo de encenação discursiva desencadeado por interlocutores que, em um dado contexto comunicativo, (re) contextualizam, (re)perspectivam, intencionalmente, aspectos de um cenário discursivo prévio e, dessa forma, criam um cenário discursivo novo, atual (Cavalcante, 2023, p. 76).

Todo texto é resultado do diálogo entre outros textos; nenhuma produção textual é pura. Utilizar elementos de outras obras para criar paródias ou recriações pode ter vários fins: homenagear o texto original, criticá-lo ou, como proposição deste trabalho, trazer a autorrepresentação aos leitores por muitas vezes invisibilizados pela sociedade em que estão inseridos.

Nesse sentido, a intertextualidade tem um papel fundamental na construção cultural e identitária de muitas pessoas que, em muitas situações, não se sentem satisfeitas com suas vivências, devido às relações hegemônicas às quais estão expostas diariamente. Torna-se essencial que essas literaturas intertextuais sejam disseminadas em nossa sociedade, promovendo a equidade a toda sociedade e privilegiando a diversidade nela existente.

3.1 A intertextualidade em *Cinderela Surda*

Em *Cinderela Surda*, a intertextualidade se dá por meio de aspectos explícitos e implícitos. Além do título que coloca em evidência o texto de origem e a inserção da nomenclatura surda, são necessários, por parte do leitor/a, conhecimentos prévios sobre a comunidade surda no que diz respeito aos seus aspectos históricos e culturais. Em outros dizeres, a forma implícita com que a história é narrada, permite àqueles que convivem na comunidade surda perceberem as subjetividades dos surdos que foram acrescidas ao enredo.

No início da narrativa, o leitor é apresentado à *Cinderela*, que aprendeu a língua de sinais com outros surdos nas ruas de Paris. Isso está em consonância com a vida dos surdos da atualidade que, em sua maioria, ingressam no ambiente escolar (no qual ocorre a aquisição de língua de sinais), com uma habilidade comunicativa precária pela ausência de uma interação com a família que os permita desenvolvê-la. Partindo do pressuposto teórico de que a língua é dialógica (Bakhtin, 1997), torna-se compreensível entender como a maioria das crianças surdas ficam prejudicadas nas interações sociais por não terem acesso às informações transmitidas por seus familiares.

Segundo Sacks (1998), a maioria dos surdos nascem em família ouvintes, as quais, em geral, não sabem se comunicar com eles, deixando-os “isolados” em seus próprios lares. A história demonstra a mesma questão sendo vivenciada por Cinderela, que era a única surda de sua família. Assim como acontece na realidade dos surdos, a madrasta e suas irmãs faziam poucos sinais. Da mesma forma que na realidade, pessoas surdas têm, em sua maior parte, interações familiares baseadas no uso de sinais caseiros, o que as fazem ir em busca de ambientes externos como escola, trabalho, associações de surdos e casas de outros surdos para se comunicar. Schemberg, trazendo à luz estudos realizados por Skliar, aponta dados que condizem com a pesquisa de Sacks. Segundo a autora:

Diferentemente da criança ouvinte, que desde cedo tem contato com a linguagem oral, a criança surda está inserida num contexto no qual as interações linguísticas não são compartilhadas, considerando que ‘95% são filhas de pais ouvintes, os quais, em geral, desconhecem ou rejeitam a língua de sinais’ (Skliar, 1997, p. 132 *apud* Schemberg, *et al.*, 2012, p. 19).

A história também destaca a questão sobre relacionamentos de surdos que, em sua maioria procuram seus pares linguísticos para namorar e se casar — é o que ocorre entre Cinderela e o príncipe. Isso é frequente pois se tornou uma maneira dos surdos evitarem os mesmos transtornos comunicacionais ocorridos entre seus familiares. De toda forma, cabe ressaltar que existem, claro, exceções de relacionamentos entre pessoas surdas e não-surdas, sendo estas sinalizantes ou não.

Outra questão evidenciada na narrativa são os preconceitos sofridos pelas pessoas surdas devido às suas questões auditivas. Como já elucidado, os surdos não se veem como deficientes,

mas sim como diferentes e, portanto, não sentem a necessidade de serem “consertados”. Ao encontro dessa perspectiva despatologizante, Basso, Strobel e Masutti (2009), por meio de um diálogo, trazem as teorizações de Rangel e Stumpf (2004). Para elas:

Ao ressignificar a surdez como uma marca cultural e não como uma patologia, a pedagogia da diferença necessita de uma postura educacional que assuma seu papel emancipatório e transformador e que veja o surdo como uma pessoa completa. (Basso; Strobel; Masutti, 2009, p. 14 *apud* Rangel; Stumpf, 2004, p. 86).

Do mesmo modo que na história original, Cinderela surda passa por vários percalços. Todavia, na adaptação, esses desafios foram adequados aos que são vivenciados pelos surdos no seu dia a dia e, no caso dessa história, são aqueles comunicacionais. Excedendo o âmbito familiar, surdos sofrem com a falta de comunicação nos locais socialmente essenciais, como hospitais, bancos, lojas e outros. Ainda, muito além do que é explícito no texto verbal, é notável a falta de comunicação entre Cinderela e suas irmãs, estampada nas ilustrações (Figura 1). As irmãs de Cinderela faziam uso de “sinais” como forma de provocações, ou encobriam as bocas com as mãos, na intenção de que ela ficasse sem acesso à informação — o que não se diferencia da realidade vivenciada pelos surdos. Sendo assim, a leitura labial era o único recurso que Cinderela tinha para si.

Figura 1 – Cinderela surda é ridicularizada por suas irmãs



Fonte: Hessel, Karnopp e Rosa (2003, p. 13).

Quando a fada madrinha faz sua aparição, muito mais do que um vestido lindo e uma carruagem para levá-la ao grande baile, aparece alguém que, de fato, sabia se comunicar com Cinderela. Essa madrinha pode ser representada por pessoas que aceitam o sujeito surdo sinalizante como ele é, e procuram usar a língua de sinais para interagir, o que faz toda diferença na vida dos surdos. Conforme assinala Vigotski (1993), o destino não é definido pela surdez, mas sim a perspectiva que a sociedade tem dos surdos. Assim, a teoria Vigotskiana demonstra a importância de haver um olhar a despeito dos surdos que os aceite como eles são, permitindo que eles se desenvolvam de forma plena.

Outro aspecto que dá destaque a língua de sinais é o uso de luvas ao invés de sapatos, trazendo um destaque para a forma como essa língua é expressada/recepcionada. Em síntese, o fim do enredo demonstra que Cinderela e o príncipe, ambos surdos,

ficam juntos. Assim, após o casamento, Cinderela passou a desfrutar de um lar que lhe permitiu uma comunicação efetiva, vivendo feliz para sempre!

3.2 A intertextualidade em *Patinho Surdo*

Em *Patinho Surdo*, a intertextualidade na história se apresenta como na adaptação anterior, ou seja, explicitamente e implicitamente. Contudo, nessa narrativa, diferentemente do que ocorre em *Cinderela Surda*, há o recorte da criança surda desde seu nascimento, passando pela descoberta da surdez por seus pais e seguindo com os dilemas vivenciados pela criança surda devido à falta de comunicação com seus familiares, o que gera grandes impasses.

O enredo, em um primeiro momento, revela um casal de patos surdos apaixonados. Posteriormente, a pata, ao passear, começa a sentir cólicas e, com dificuldades para chegar ao seu ninho a tempo, bota seu ovo em um ninho de cisnes. Como consequência, o patinho surdo nasce em um ninho de cisnes ouvintes, dando início às questões relativas à falta de comunicação entre eles. Por uma perspectiva metafórica, essa troca de ninhos revela como muitos surdos se sentem peixes fora d'água junto de seus familiares que, em sua grande parte, não sabem se comunicar com eles.

Um dos aspectos demonstrados na história é como o Patinho fica contente em aprender a Língua de Sinais da Lagoa e em encontrar seus pares — que na verdade eram seus irmãos, mas ele ainda não tinha essa informação. Como já discutido, a maioria das crianças surdas nascem em lares de pessoas ouvintes (Sacks, 1998), sofrendo limitações comunicacionais

e se privando de conhecimentos importantes que já deveriam saber ao serem inseridas no ambiente escolar. A aquisição da língua deve ocorrer de forma natural (Krashen, 1982; Genesee, 2001a; Marotta, 2004; Mota, 2008; Santos Gargallo, 2010) e, nesse sentido, quando aprendem a língua de sinais, percebem o quão confortável é seu uso — diferentemente dos percalços que passam para entender as leituras labiais e para produzir a língua oral.

Outro fator explorado no texto é relativo à não aceitação por parte dos pais cisnes que, evidentemente, não se agradaram da condição do filho surdo. A rejeição da surdez é, infelizmente, comum em muitas famílias. Em consequência, a família busca formas de “consertar” seu filho por meio de terapias que visam a ouvintização da criança, com o objetivo de torná-la “normal”. A respeito dos equívocos que muitas famílias têm sobre a surdez, Gesser (2009, p. 22) afirma que “É necessário que nós, indivíduos de uma cultura de língua oral, entendamos que o canal comunicativo diferente (visual-gestual) que o surdo usa para se comunicar não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como é a língua de sinais”.

Fato curioso que ocorre na adaptação do Patinho Surdo é quando a mãe pata conta ao patinho que ele é seu filho. Nesse momento, a família surda vai ao encontro da família de cisnes para esclarecer a situação, mas como os cisnes não sabiam a Língua de Sinais da Lagoa, fez-se necessário a presença do sapo, que assume o papel de intérprete na história (Figura 2). Apesar de o sapo ser um ouvinte assim como os cisnes são na história, é intrigante que o animal escolhido para a representação do intérprete tenha sido diferente. Isso abre espaço para pensar sobre uma escolha talvez intencional por parte dos autores

para demonstrar que os profissionais intérpretes estão em um “entrelugar” — o sapo, além de compartilhar o mesmo espaço, compartilha as duas línguas presentes na lagoa.

Figura 2 – O sapo como intérprete em *Patinho Surdo*



Fonte: Rosa e Karnopp (2011, p. 22).

Ao fim, a história se encerra demonstrando a felicidade do patinho por estar inserido em um ambiente com que interage de forma efetiva. Não é necessário que a família seja surda para isso acontecer, apenas que os familiares entendam as questões subjetivas dos surdos e busquem aprender a língua de sinais.

4 Mais que adaptações

As adaptações surdas são instrumentos de autorrepresentação para crianças surdas, realizadas com o intuito de que se deparem com personagens que tenham vivências similares às delas. Não se trata de uma adaptação que somente carregue o nome surdo/a impresso no título, mas que, certamente, preocupa-se em proporcionar um processo dialógico com as vivências das

peças surdas. *Cinderela Surda*, *Patinho Surdo* e outros contos adaptados para o público surdo são intertextos intencionais que objetivam a transmissão de conhecimentos sobre a cultura surda às crianças pertencentes a essa comunidade. Para além disso, obras como essas também se destinam às pessoas não-surdas interessadas em imergir no estudo da surdez e da Libras.

Além de trazer novos conhecimentos para seu leitor, a intertextualidade intencional busca propor críticas. Nessas histórias analisadas em específico, a problematização na educação de surdos, a falta de interação linguística com seus familiares, os sofrimentos vivenciados pelas pessoas surdas e outros aspectos são os tópicos colocados em ênfase para debate. O intertexto alheio — concebido pela inserção/referenciação de outro texto, de forma explícita ou implícita —, por sua vez, quando introduzido, Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 122) teorizam que ele “não pode ser atribuído especificamente a um enunciador, faz parte do repertório de uma comunidade” e, em alguns casos, tem a função de reforçar um ponto de vista.

Histórias adaptadas foram/são idealizadas, portanto, com o objetivo de que crianças surdas possam encontrar personagens em histórias infantis com os quais compartilhem de aspectos linguísticos e culturais. Todavia, são poucas as adaptações que visam trazer a autorrepresentação. Existem muitas histórias sendo adaptadas na intenção de selecionar determinadas partes que os autores acreditam que as crianças devem conhecer, mas isso não se caracteriza como uma adaptação, e sim uma restrição. Um exemplo pode ser percebido na história original de *Cinderela*, *A gata borralheira*, dos Irmãos Grimm (1962). Na obra, uma de suas irmãs corta o dedo do pé para que o sapato possa caber, no entanto, essa parte é retirada de alguns dos contos atuais.

Um dos propósitos de uma adaptação é erguer conhecimentos que sejam equivalentes à cognição da criança. Por exemplo, se ela for cega, é necessário que haja um detalhamento acurado — mediante o uso da audiodescrição — para que sua imaginação seja aguçada da melhor forma possível. No caso das crianças surdas sinalizantes, cabe abusar da visualidade e trazer elementos que valorizem o uso da sua língua, a Libras.

Um ponto importante a ser destacado é que histórias adaptadas também podem evidenciar o contexto histórico. Tomando como exemplo a história de *Cinderela Surda*, temos uma narrativa que se inicia contando que, desde a tenra infância, Cinderela e o príncipe aprenderam a LSF – Língua de Sinais Francesa. Para aqueles que desconhecem sobre o assunto, isso pode ser motivo de estranhamento, pois se os autores são brasileiros, qual o motivo de colocar a língua de sinais de outro país? A resposta é simples. A Libras foi “colonizada” pela LSF por intermédio de Huet, um surdo francês convidado por Dom Pedro II em 1855 para a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos, o INES. Há, inclusive, quem acredite que Dom Pedro II tinha um neto surdo, o que motivou o desejo de criação dessa instituição de ensino.

O discurso sobre a valorização ao uso da língua de sinais é outro tópico presente nas adaptações, como demonstrado em *Cinderela Surda*, na qual tanto a protagonista quanto o príncipe aprenderam a Língua de Sinais Francesa durante a infância — isso também é evidenciado em *Patinho Surdo*. Outro aspecto envolvente na história é a menção ao professor Charles Michel de l'Épée, referência na educação de surdos na França e outros países europeus no século XVIII e que até os dias atuais é reconhecido pela comunidade surda pelo seu trabalho na difusão

e defesa do uso da língua de sinais. No enredo de *Cinderela Surda*, ele foi responsável pela educação do príncipe.

Em suma, as adaptações não são compostas somente pela inserção do termo surda/o nas histórias; muito além disso, é um instrumento que proporciona visibilidade àqueles que, por muitos anos, vivem à margem da sociedade.

5 Considerações finais

No presente artigo, foram analisados os fenômenos da intertextualidade presentes nas histórias adaptadas de *Cinderela Surda* e *Patinho Surdo*, relacionando o diálogo entre o conto de fadas e o cotidiano das pessoas surdas. Além de fazerem uma importante crítica às barreiras vivenciadas pelos surdos no seu dia a dia, essas narrativas também dão protagonismo às características visuais e corporais dos surdos.

Ao partir do pressuposto da não existência de textos puros, sabe-se que as marcas do intertexto estão presentes nos vários enunciados aos quais somos expostos no dia a dia. Assim, é a partir do processo intertextual que se permite a inserção das vozes surdas em contos de fadas, concretizando uma autorrepresentação que, infelizmente, pouco é recorrente nas literaturas — como autorrepresentações negras, indígenas, pessoas com deficiências e outros que em geral não recebem o devido destaque.

O texto é construído pela coletividade, pelo entrelaçamento de pontos de vista e pelas subjetividades que se agrupam. Logo, no que se refere à importância da leitura no contexto educacional — visto que não há um número razoável de adaptações e literaturas específicas da surdez — cabe também aos educadores privilegiar a diversidade presente em sala de aula de forma que a autorrepresentação seja, enfim, efetiva.

Referências

- AMORIM, T. F. F. *et al.* SignWriting: ressignificando metodologias com vistas ao letramento do aluno surdo. In: CASTRO P. A. de; LIMA, E. W. G. (org.). *CONEDU - Educação Especial*. Campina Grande: Realize Editora, 2022, p. 663-681. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/educacao-especial>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- ARAÚJO, N. F. M. de.; FREITAS, T. N.; ARAÚJO, T. W. G. A literatura surda no processo educacional de estudantes surdos na educação infantil. In: CASTRO, P. A. *et al.* *Escolas em tempos de conexões*. v. 1, p. 781-799, 2021.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Traduzido por Maria Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BISOL, C.; SPERB, T. M. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 1, p. 7-13, jan./mar. 2010.
- BURKE, P. *Hibridismo cultural*. Traduzido por Leila Mendes. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Traduzido por Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 1997.
- CANDAU, V. M. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. *Revista Espaço do Currículo (online)*, João Pessoa, v. 13, n. esp., p. 678-686, dez. 2020.
- CAVALCANTE, S. M. S. *O fenômeno da Intertextualidade em uma perspectiva cognitiva*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística (POSLIN), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAVALCANTE, S. M. S. Por uma abordagem cognitiva da linguagem humana. *Cadernos CESPUC de Pesquisa Série Ensaios*, n. 44, p. 57-79, 2023.

DIAS JÚNIOR, J. F.; SOUSA, W. P. Libras III. In: FARIA, E. M. B. de; ASSIS, M. C. (org.). *Língua portuguesa e libras: teorias e práticas*. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011, v. 4, p. 9-53.

GAVA, A. A. Breves considerações sobre a literatura surda. *Acta semiótica et lingüística*, v. 20, n. 2, p. 61-76, 2015.

GENESEE, F. Bilingual first language acquisition: Exploring the limits of the language faculty. In: MCGROARTY, M. (ed.). *Annual review of applied linguistics: language and psychology*, v. 21. Cambridge University Press, 2001.

GÊNOVA, A. C. S; RODRIGUES, A. P.; CALDERA, S. Literatura na educação infantil. *Webartigos*, 10 dez. 2013. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/literatura-na-educacao-infantil/116533>. Acesso em: 17 mar. 2024.

GESSER, A. *Libras: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

GRIMM, J.; GRIMM, W. *A gata borralheira*. Texto de Helô. Rio de Janeiro: Brasil-América, 1962.

HESEL, C., ROSA, F., KARNOPP, L. B. *Cinderela surda*. Canoas: ULBRA, 2003.

KARNOPP, L. B. Literatura Surda: criação e produção de imagens e textos. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 58-64, jun. 2006

KARNOPP, L. B. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 36, p. 155-174, maio/ago. 2010.

KRASHEN, S. *Principles and practice in second language acquisition*. New York: Pergamon, 1982.

KRISTEVA, J. *Introdução à semântica*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. Intertextualidade: outros olhares. In: KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M (org.). *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2023.

MAROTTA, G. Acquisizione linguistica. In: BECCARIA, G. L. (org.). *Dizionario di linguistica e di filologia, metrica, retorica*. 3. ed. Torino: Einaudi, 2004.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e culturas: construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 156-168, 2003.

MOREIRA CAMPELO, W. N. M. *et al.* SignWriting como instrumento de ensino da libras para o letramento do aluno surdo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8, 2022, Campina Grande. *Anais...* Campina Grande: Realize Editora, 2022. p. 1-9.

MOTA, M. B. *Aquisição de segunda língua*. Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na modalidade à distância. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MURTA, M. A.; SOZA, I. C. B.; MARTINS, D. A. Literatura surda: diversidade de cenários. In: MIRANDA, D. G.; PINHEIRO, R. C. FREITAS, L. (org.). *Educação de surdos: reflexões e práticas*. Curitiba: CRV, p. 17-26, 2020.

NASCIMENTO, K. A sereiazinha surda: uma adaptação literária. *Revista Sinalizar*, Goiânia, v. 4, 2019. DOI: 10.5216/rs.v4.56361. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/56361>. Acesso em: 14 mar. 2024.

OLIVEIRA, M. A. A.; OLIVEIRA, M. L. M. B. *Um mistério a resolver: o mundo das bocas mexedeiras*. Belo Horizonte: [s. n.], 2008.

ROSA, F. S.; KARNOPP, L.; *Patinho surdo*. 2. ed. Canoas: ULBRA, 2011.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS GARGALLO, I. *Lingüística aplicada a la enseñanza-aprendizaje de español como lengua extranjera*. 3. ed. Madrid: Arco Libros, 2010.

SCHEMBERG, S.; GUARINELLO, A. C.; MASSI, G. *O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas*. Paraná: UTP, 2012.

SILVEIRA, C. H.; ROSA, F.; KARNOPP, L. B. *Rapunzel surda*. Canoas: ULBRA, 2003.

STUMPF, M. R. *Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema signwriting: línguas de sinais no papel e no computador*. Porto Alegre: UFRGS, CINTED, PGIE, 2005.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

A ecofenomenologia do Pequeno Príncipe

Gabriel de Almeida de Barros*

Resumo

O Pequeno Príncipe (1943), por ter conseguido emocionar tantas pessoas e culturas, se tornou o livro infantil mais popular da história, sendo traduzido para mais de 160 idiomas. Isso se deve provavelmente pelo seu modo singular de motivar uma reflexão sobre “visões de mundo” e relações, sejam elas entre pessoas humanas, não-humanas ou mesmo vegetais. Talvez, por esse motivo, a obra não seja voltada especificamente para o público infantil. Nesse artigo me concentro nos aspectos do livro que motivam a reflexão da nossa relação com a natureza. Utilizando como fundamentação conceitos da filosofia de Martin Heidegger que possibilitaram o desenvolvimento de uma ecofenomenologia, identifico como estes se verificam na obra de Antoine de Saint-Exupéry a partir da relação do Pequeno Príncipe com o mundo, do cuidado com seu pequeno planeta e de seu maravilhamento pela rosa, que é a centelha que motiva sua aventura e descoberta de experiências de mundo tão diferentes da sua, facilitando, então, a reflexão sobre nossa relação com a natureza.

Palavras-chave: filosofia ambiental; tonalidade afetiva; cativar; habitar poeticamente; Heidegger.

* Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Filosofia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3061-3062>

Little Prince's Ecophenomenology

Abstract

The Little Prince (1943), because he managed to move so many people and cultures, became the most popular children's book in history, being translated into more than 160 languages. This is probably due to its unique way of motivating a reflection about "worldviews" and relationships, whether between human people, non-humans or even vegetables. Perhaps, for this reason, this work is not specifically addressed to children. In this article I focus on the aspects of the book that motivate the reflection of our relationship with nature. Using as basis concepts Martin Heidegger's philosophy that enabled the development of an ecophenomenology, I identify how these are presented in the work of Antoine de Saint-Exupéry from the relationship of the Little Prince with the world, the care for his small planet and wonder at the rose, which is the spark that motivates his adventure and discovery of world experiences so different from his, thus, facilitating reflection on our relationship with nature.

Keywords: environmental philosophy; affective tone; tame; dwell poetically; Heidegger.

Recebido 12/10/2022 / Aceito em: 22/09/2024

A decolagem

Proponho-me a escrever, neste artigo, sobre um livro que me emociona desde minha infância e do qual gosto muito. O livro *O Pequeno Príncipe*, além de ter conseguido se tornar um dos mais populares da história, é um livro que, pessoalmente, me marca extremamente pelo apreço que desenvolvi por sua história e seus personagens, os quais se apresentam com personalidade muito marcada, assim como diversas questões existenciais que se camuflam como romance. Ele certamente ocupa um dos primeiros lugares em outro ranking, o que diz respeito aos meus livros preferidos. Me acostumei a relê-lo pelo menos uma vez a cada ano e, a cada vez, a história atinge uma nova camada de interpretação. O “clássico livro de Antoine de Saint-Exupéry”, como diz Marandola Jr. (2006), professor com quem tanto aprendi sobre a fenomenologia dentro e fora da universidade, teve (e ambos têm até hoje) grande importância em meu aprendizado. Juntamente do filósofo alemão Martin Heidegger, o fenomenólogo Marandola Jr. será também personagem recorrente neste artigo para me ajudar na discussão do livro. Este se apresenta na figura do professor que, através de referências a trechos de sua obra, aparece prestando auxílio na compreensão dos conceitos abordados e elucidando possíveis dúvidas residuais.

A literatura possui em suas origens uma tênue linha que a separa de uma função moral. Nas obras literárias mais antigas com as quais tivemos contato, *Iliada* e *Teogonia*, Homero e Hesíodo respectivamente fazem uso de uma aura mítica para evidenciar as prerrogativas necessárias para a moral de um cidadão da pólis grega a partir da verdade, aqui ainda com o sentido de aletheia, revelação, que se desvela a partir dos deuses.

O caráter pedagógico da literatura não fica limitado apenas aos imperativos já estipulados por quem escreve para que sejam comunicados àquele que se dedica à sua leitura. A literatura permite também a aquisição de vivências (Todorov, 2009). Para Marandola Jr. (2010), se seguirmos o caminho da fenomenologia, podemos pensar o sentido da literatura como “experiência do mundo”. O professor ressalva que “para a fenomenologia, o mundo é aquilo que aparece; tal como é vivido na experiência” (Marandola Jr., 2010, p. 24). A experiência é o que aprendemos vivendo. Não importa se a experiência é em primeira pessoa ou através de um livro, seja ele de ficção ou não ficção, “já que estes aparecem à experiência como vivências alhures, desde que verossímeis, existentes, ou melhor, possíveis.” (Marandola Jr., 2010, p. 24). A literatura nos ensina também desta forma, a partir da experiência transmitida, da mesma forma que a própria vida nos ensina e forma nossa identidade.

É justamente sobre as experiências que a fenomenologia alicerça suas raízes. Podemos utilizar a discussão deste conceito para em seguida compreender o que é “ecofenomenologia”. Para Heidegger (2016), “a compreensão da fenomenologia depende unicamente de se apreendê-la como possibilidade” (Heidegger, 2016, p. 69-70) Em outras palavras, podemos compreendê-la como uma superação da dicotomia sujeito-objeto, como dois seres em separado, algo estático, pela sua substituição através de um fenômeno no qual cada participante desta relação tem a possibilidade de influenciar e de ser influenciado um pelo outro, em toda plenitude de possibilidades, seja esse fenômeno se desvelando, seja ele se encobrindo. Superada esta etapa, acrescenta-se à palavra o prefixo “eco”, de origem grega óikos (casa). Com a evolução de contexto e das traduções ao longo

de uma linha temporal que compreende alguns séculos desde a origem deste sentido na Grécia Antiga, a palavra foi assumindo o sentido de “mundo vivido”, sendo muito assimilado à semântica de “natureza”, em termos como “ecologia”. Por fim, compreende-se então de “ecofenomenologia” essa relação que experimentamos com a natureza, a qual aflora de forma única em cada um.

No livro, a experiência das relações que se criam entre o protagonista com uma natureza não-objetificada, mas que deixa que cada elemento se desvele de sua forma própria, a partir de sua essência, deixa aberto o caminho para fazer uma leitura ecofenomenológica. Personagens como uma flor que fala ou uma raposa que tem a vontade de ser cativada podem parecer inverossímeis para um adulto, mas são artefatos utilizados pelo autor pelo fato de adultos não conseguirem enxergar o essencial, “o essencial é invisível para os olhos” (Saint-Exupéry, 1999, p. 76)¹

A experiência sensível dos fenômenos possibilita a identificação profunda com a natureza (Brandão, 2017), uma experimentação que vai além dos olhos, talvez, conforme afirmava a raposa, algo que só pode ser visto com o coração (Saint-Exupéry, 1999, p. 76). Por sua vez, a experiência que se desvela a partir da descrição do encontro ocorrido com a natureza mundana fundamenta o caminho para a uma ética ambiental, uma ética embasada na experiência.

No livro em que relata a história desde quando conheceu seu marido, Tonio, conforme ela carinhosamente o chamava, até sua partida para a lutar na Segunda Guerra Mundial, sua esposa Consuelo diz que o próprio Saint-Exupéry não se enxergava

¹ No original : “L’essentiel est invisible pour les yeux.”

como um escritor profissional. “Eu não posso escrever sobre alguma coisa que eu não tenha experienciado. O todo do meu ser tem que estar envolvido de forma que eu possa me expressar” (Saint-Exupéry, 2001)². Seu biógrafo, Alain Vircondelet (2008), remarca que Saint-Exupéry não era um escritor de romances. Na verdade, ele nunca inventou histórias. Seus livros tratam de memórias nas quais ele usa como tessitura seu avião para abordar temas interrompidos “pelo exílio, pelo abandono, pelos amores interrompidos, pela morte, por todos os vícios da vida” (Vircondelet, 2008, p. 89)³

O fio condutor da obra literária de Saint-Exupéry é certamente seu amor pela aviação. É o sonho de Ícaro que se encontra presente ao longo de toda a sua vida. Conforme conta Vircondelet (2008, p. 41), quando morava em Nova Iorque nos primeiros anos da década de 40, o escritor, no auge de sua nostalgia, dobrava aviões de papel, os lançava do alto do Empire State Building e os via sobrevoar a cidade que o acolhera no exílio. A Segunda Guerra Mundial o afastava de seu “planeta” de origem, uma França devastada pelas tropas alemãs, à qual ele tanto tinha vontade de voltar, e tanto queria, de alguma forma, ser útil para aliviar a dor de seus conterrâneos cada vez mais desesperançosos assim como sua própria dor.

Saint-Exupéry conta em *Terra dos Homens* (1939) que, durante uma viagem de três dias de trem da França para a Polônia, em uma madrugada caminhou pelo carro para se fazer circular. Enquanto escutava o barulho dos seixos rolados pelo mar, se deu conta de dormitórios e vagões da primeira classe vazios. Já a terceira classe vinha cheia com centenas de operários poloneses representando “toda uma população mergulhada em sonhos

2 No original : “I can't write about anything I haven't experienced. The whole of my being has to be involved in order for me to express myself.”

3 No original : “[...] par l'exil, par l'abandon, par les amours interrompues, par la mort, par tous les accrocs de la vie.”

tristes, que regressava para a sua miséria” (Saint-Exupéry, 2015, p. 156). Senta-se então diante de um casal que, por mais que já tivessem perdido um pouco de sua qualidade humana devido à necessidade econômica que os arrancou de suas casas, se maravilha com a encantadora criança que carregam. Uma linda e graciosa criança, um “fruto dourado” que faz Saint-Exupéry pensar consigo mesmo

[E]is a face de um músico, eis Mozart criança, eis uma bela promessa da vida. Não são diferentes dele os belos príncipes das lendas. Protegido, educado, cultivado, que não seria ele? Quando, por mutação, nasce nos jardins uma rosa nova, os jardineiros se alvoroçam. A rosa é isolada, é cultivada, é favorecida. Mas não há jardineiros para os homens. Mozart criança irá para a estranha máquina de entortar homens. Mozart fará suas alegrias mais altas da música podre na sujeira dos cafés-concertos. Mozart está condenado. (Saint-Exupéry, 2015, p. 158)

A problemática da infância destruída pelo mundo dos adultos toca Saint-Exupéry como uma espécie de dívida que teríamos com as crianças. Dessa forma, o escritor busca o retorno ao princípio, às raízes onde se encontra a infância e poderíamos conservar sua pureza.

No meio do clima de angústia imposto pela Segunda Guerra Mundial, o escritor francês escreve no exílio seu primeiro livro infantil. Já na dedicatória de *O Pequeno Príncipe* ele remarca essa consternação e se remete de volta ao seu país de origem, à sua infância. Dedicar-o a Léon Werth, seu amigo de infância judeu que não teve a mesma oportunidade de fugir do alcance das perturbações do nazismo. Explica ele sua dedicatória a seu melhor amigo: “essa pessoa grande mora na França, e ela tem fome e frio. Ela precisa de um consolo” (Saint Exupéry, 1999, s. p.)⁴.

⁴ No original: “cette grande personne habite la France où elle a faim et froid.”

A essência do vôo

Um conto infantil se dispõe como uma raiz que funda toda a retórica de Saint-Exupéry (1900-1944) sobre o desejo das coisas simples da natureza (Vircondelet, 2008, p. 39). Simples e inofensivas, da mesma forma que o mundo visto pela ótica de uma criança. Para que a experiência proporcionada pelo livro seja presentificada e a natureza dessa forma seja compreendida, é necessário que façamos um movimento de tentar experimentar o mundo como se fôssemos uma criança. Esse é o movimento que inclusive propõe o filósofo Martin Heidegger, quem convido para discutir o livro devido aos aspectos de sua obra, fundamentando a ideia de que existem neste livro pontos que se alinham com a perspectiva ecofenomenológica, os quais busco neste artigo demonstrar. Em retorno, uso a obra de Saint-Exupéry como exemplo para facilitar a compreensão da prática da ecofenomenologia. *O Pequeno Príncipe* ao nos possibilitar retroceder à infância, nos permite voltar para casa, palavra que, por sua vez, remete ao grego *óikos*. Para Heidegger (1979, p. 274), uma referência pode ser usada como estrutura de encontro no mundo para que as realidades se contextualizem, o que se dá justamente a partir da presentificação em um modo derivado de mundo. É a provocação que Saint-Exupéry nos faz já na primeira página de seu livro quando apresenta seu desenho que ele chama de “desenho número 1”: será que você consegue enxergar o elefante dentro de uma jiboia? Na sequência ele nos explica que não é apenas com o leitor que ele faz esse teste, mas é algo corriqueiro, uma espécie de filtro pelo qual ele define quais assuntos serão norteadores de uma conversa.

Quando encontrava uma [pessoa grande] que me parecia um pouco lúcida, fazia com ela a experiência do meu desenho número 1, que sempre conservei comigo. Eu queria saber se ela era verdadeiramente compreensiva. Mas respondia sempre: “É um chapéu”. Então eu não lhe falava nem de jiboias, nem de florestas virgens, nem de estrelas. Punha-me ao seu alcance. Falava-lhe de bridge, de golfe, de política, de gravatas. E a pessoa grande ficava encantada de conhecer um homem tão razoável... (Saint-Exupéry, 1999, p. 15)⁵

Por mais que devamos entender o significado das coisas o mais próximo do natural, assim como defende Heidegger (1979, p. 88), assumo, ainda assim, que tenho certa dificuldade em enxergar no primeiro desenho do personagem algo que não seja um chapéu. Talvez o fato de nunca ter visto um elefante dentro de uma cobra aberta, me dificulte enxergá-lo. A partir dessa linha de questionamento, o filósofo utiliza o exemplo da “mesa” para se aprofundar no questionamento da fundamentação da essência (Heidegger, 2017). Para ele, é por via da abstração das particularidades de uma mesa em particular que levaríamos as particularidades que uma mesa em geral deveria ter. Essas características que permitem que uma mesa seja uma mesa é o que por sua vez se compreende como essência da mesa. “Mas justamente isso *que* [itálico no original] caracteriza a mesa enquanto mesa — aquilo que ela é e que a distingue da janela segundo esse ser-o-que —, justamente isso é de certa maneira independente das configurações linguísticas e sonoras da palavra” (Heidegger, 2017, p. 106).

Apesar da contribuição do filósofo trazendo o exemplo da mesa, continuarei aqui com o chapéu. A essência é algo do qual

5 No original : “Quand j’en rencontrais une qui me paraissait un peu lucide, je faisais l’expérience sur elle de mon dessin numéro 1 que j’ai toujours conservé. Je voulais savoir si elle était vraiment compréhensive. Mais toujours elle me répondait : ‘C’est un chapeau.’ Alors je ne lui parlais ni de serpents boas, ni de forêts vierges, ni d’étoiles. Je me mettais à sa portée. Je lui parlais de bridge, de golf, de politique et de cravates. Et la grande personne était bien contente de connaître un homme aussi raisonnable.”

temos conhecimento, poderíamos afirmar que um chapéu é um chapéu, mas que essa tomada de conhecimento, ou apreensão, é dada de forma pela qual não percebemos. Assim, por mais que tenhamos segurança para afirmar que um chapéu é um chapéu, não ficaríamos tão seguros para justificar tal afirmação. Para Heidegger (2017, p. 108), tal conhecimento é dado a partir do que “é mais próximo da vida” que é a “*essência* [itálico no original] das coisas, da qual *nós tomamos e ao mesmo tempo não tomamos conhecimento* [itálico no original]”. Dessa forma, como o chapéu é o que está mais próximo da vida dos adultos, por mais que o jovem aviador afirme se tratar de uma cobra, não conseguimos automaticamente conceber essa imagem. A apreensão da essência se dá em dois movimentos: um primeiro de apreensão daquilo que precisa ser apreendido, um “trazer-à-tona”; em seguida uma fundamentação do que foi apreendido, ou “demonstração a partir de algo ou de algum modo já presente à vista no sentido da fundamentação de todo conhecimento de fatos” (Heidegger, 2017, p. 110).

Ao buscar como os gregos conceberiam originariamente a essência, Heidegger discorda da caracterização de Platão de essência como um “ser-o-que” de um ente, que seria a *idea*, ou a aparência que o ente mostra. Pela concepção platônica, o aspecto de um ente seria dado de antemão, ou seja, antes que tal ente fosse conhecido. Assim um objeto deveria ser já conhecido antes que tivesse sido visualizado ou que algum contato tivesse sido com ele realizado. Já o pequeno príncipe, ao longo de sua jornada pelos planetas, busca conhecer os personagens com os quais encontra a partir de sua essência. Não podemos esquecer que ele é um explorador (Marandola Jr., 2006), além disso, quando alguém cruzava seu caminho, nunca se prendia a respostas que

diziam respeito meramente à posição que ocupavam, tampouco respostas superficiais que só manifestavam a aparência.

Saint-Exupéry se mostra em concordância com Heidegger e exprime a crítica do filósofo à concepção platônica a partir do exemplo de um astrônomo turco, que teria descoberto por telescópio o planeta B 612, no qual morava o príncipe da história. Contudo, devido às roupas que usava, esse astrônomo não teria recebido crédito de sua descoberta. “As pessoas grandes são assim” (Saint-Exupéry, 1999, p. 23)⁶. No romance, o planeta só se desvelaria de fato em 1920, após um ditador turco obrigar seu povo, “sob pena de morte, a vestir-se à moda europeia” (Saint-Exupéry, 1999, p. 23)⁷. Conforme reflete o narrador

As pessoas grandes adoram os números. Quando a gente lhes fala de um novo amigo, elas jamais se informam do essencial. Não perguntam nunca: “Qual é o som da sua voz? Quais os brinquedos que prefere? Será que coleciona borboletas?” Mas perguntam: “Qual é sua idade? Quantos irmãos ele tem? Quanto pesa? Quanto ganha seu pai?” Somente então é que elas julgam conhecê-lo. Se dizemos às pessoas grandes: “Vi uma bela casa de tijolos cor-de-rosa, gerânios na janela, pombas no telhado...” elas não conseguem, de modo nenhum, fazer uma ideia da casa. É preciso dizer-lhes: “Vi uma casa de cem mil francos”. Então elas exclamam: “Como é bonita!” (Saint-Exupéry, 1999, p. 23-24)⁸

Essa forma de pensamento que resume o universo em números, conforme se queixa o príncipezinho, Heidegger (1955)⁹

6 No original : “Les grandes personnes sont comme ça.”

7 No original : “[...] sous peine de mort, de s’habiller à l’européenne”

8 No original : “Les grandes personnes aiment les chiffres. Quand vous leur parlez d’un nouvel ami, elles ne vous questionnent jamais sur l’essentiel. Elles ne vous disent jamais : ‘Quel est le son de sa voix ? Quels sont les jeux qu’il préfère ? Est-ce qu’il collectionne les papillons?’ Elles vous demandent : ‘Quel âge a-t-il ? Combien a-t-il de frères ? Combien pèse-t-il ? Combien gagne son père ?’ Alors seulement elles croient le connaître. Si vous dites aux grandes personnes : ‘J’ai vu une belle maison en briques roses, avec des géraniums aux fenêtres et des colombes sur le toit...’ elles ne parviennent pas à s’imaginer cette maison. Il faut leur dire : ‘J’ai vu une maison de cent mille francs.’ Alors elles s’écrient : ‘Comme c’est joli !’ ”

9 O discurso de Heidegger de 30 de outubro de 1955 foi publicado juntamente com “Para a discussão da serenidade: de uma

chama de pensamento calculativo. Conforme defendi em outro trabalho, quando pensamos a natureza de forma calculativa ela perde a sua essência e seu único sentido se torna o de atender às necessidades humanas (Barros, 2020, p. 34). Sua forma de pensar alternativa, que por sua vez seria a que as crianças teriam a ensinar às pessoas grandes, se dá através do pensamento contemplativo. O pensamento contemplativo é o que permite deixar nosso entorno se mostrar como ele de fato é, e que nos envolvamos intrinsecamente.

O escritor do livro sugere que a ótica de uma criança consiga enxergar as camadas mais profundas da realidade (De Koninck, 2012), conforme ele reflete ainda em sua infância: “[a]s pessoas grandes não compreendem nada sozinhas, e é cansativo, para as crianças, estar toda hora dando explicações” (Saint-Exupéry, 1999, p. 14)¹⁰. Aceito aqui a contribuição de outro filósofo, a de Michel Henry (1990, p. 603) que afirma que “todo compreender é afetivo”¹¹. Cada pessoa, assim como cada personagem que ele visita, seja o rei, o vaidoso, o bêbado, o homem de negócios ou o geógrafo, possui uma essência, “uma figura única, incomparável – não ‘inteligível’, mas ‘afetiva’”(De Koninck, 2012, p. 13)¹².

O florescer do maravilhamento

Recorro novamente à participação do filósofo na discussão. Já em *Ser e Tempo* (1927), Heidegger cita o conceito de “tonalidade afetiva”¹³. Nesse primeiro momento, ele menciona

conversa sobre o pensamento que teve lugar num caminho de campo” de 1945 em uma obra denominada “Serenidade”, publicada em 1959, cuja edição em português da Editora Piaget não apresenta data.

10 No original : “Les grandes personnes ne comprennent jamais rien toutes seules, et c’est fatigant, pour les enfants, de toujours et toujours leur donner des explications.”

11 No original : “[...] tout comprendre est affectif”

12 No original : “[...] une figure unique, incomparable – non pas ‘intelligible’, mais ‘affectif’”

13 A palavra em alemão da qual se discorre aqui é *Stimmung* que foi traduzida para o português como afinação, humor e tonalidade

a tonalidade afetiva como sendo a alegria que se mobiliza pela curiosidade da possibilidade das ocorrências de mundo (Heidegger, 2016, p. 393). Porém, ele não se aprofunda dessa vez sobre esse conceito alegando que sua análise ultrapassaria “os limites estabelecidos para a presente interpretação em seu propósito de ontologia fundamental” (Heidegger, 2016, p. 393). O tema é retomado em um curso ministrado na Universidade de Freiburg em 1937-1938 publicado em livro como *As Questões Fundamentais da Filosofia*. Já neste livro, o alemão discorre que a tonalidade afetiva não é algo que o homem possui, como se dependesse então de fatores externos, assim como de determinado estado físico interno. Pelo contrário, para ele, pelo fato desta ser concebida a partir da essência do ser, “são as tonalidades afetivas que possuem o homem e que o determinam, conseqüentemente, de maneira a cada vez diversa, até mesmo em sua corporeidade vital” (Heidegger, 2017, p. 197).

A tonalidade afetiva permite que para o ser humano, cada observação do mundo se dê como uma experiência diferente, que o seu si mesmo se volte para o ente de uma forma nova. A tonalidade afetiva se apresenta não apenas dentro da história do pequeno príncipe, mas transpassa as páginas do livro. Talvez seja aí que se estabelece a dificuldade de classificar esse livro como literatura infantil, o que só é possível afirmar pelo fato de o próprio autor colocá-lo em sua dedicatória, endereçada a seu grande amigo Léon Werth, que apesar de ser adulto é capaz de “compreender todas as coisas, até mesmo os livros de criança” (Saint-Exupéry, 1999, s. n.)¹⁴. A tonalidade afetiva justifica a primeira magia que o livro passa. A cada vez que leio esse livro, parece que uma história nova se apresenta, como se uma nova relação entre meu ser si mesmo se criasse com este ente, o livro.

afetiva. Optei pela tradução de “tonalidade afetiva” conforme Marco Antonio Casanova.

14 No original : “[...] tout comprendre, même les livres pour enfants.”

A variedade de possibilidades de ocorrências de mundo que se apresenta se deve a um tipo de tonalidade afetiva que seria a curiosidade. À curiosidade, que por sua vez, aguça a investigação e busca a abertura para o “não-saber” ou ainda novas formas de saber, foi atribuída a origem da filosofia, o que Heidegger (2017, p. 200) considera uma “determinação parca e lastimável da origem da filosofia”. Conforme ele explica, para os pensadores gregos, essa tonalidade afetiva fundamental, ou seja, a semente do pensamento filosófico não seria suficientemente explicada pela curiosidade, mas pelo espanto. O espanto é o que remete ao extravagante, ao excitante, mas também ao “*maravilhoso* [itálico no original], aquilo que atíça, fixa e ocupa a avidez pelo *admirar-se*[itálico no original]; e, em verdade, de tal modo que torna mais ardente a busca por coisas sempre diversas desse tipo” (Heidegger, 2017, p. 201). Assim como traz Platão a fala de Sócrates: “Não tem outra origem a Filosofia” (Platão, 2001, p. 55), que não seja a admiração.

O maravilhoso e o admirado se caracterizam por se destacarem do habitual. O que é já conhecido e explicável compõe o mundo do habitual, consequentemente, o que se admira possui uma característica de desconhecido, de não poder ser explicado. Porém, isso não quer dizer que pelo fato de não poder ser explicado, o fundamento que permitiria sua explicação não esteja à mão. Pelo contrário, “o não-poder-explicar é em um primeiro momento e essencialmente uma espécie de *encontrar-se* [itálico no original] disposto diante do inexplicável, um ser-tocado por ele; e, considerado mais exatamente, o admirar-se também não quer ter, de modo algum, o maravilhoso como algo explicado, mas quer ser afligido e fascinado pelo inexplicável como o outro, pelo sur-preendente e inabitual em face do que é em geral conhecido, entediante e vazio. Nesse caso contudo, o maravilhoso é sempre um evento particular a cada vez determinado e sempre se destaca em relação à esfera determinada, a cada vez dominante, do que é precisamente conhecido e corrente. (Heidegger, 2017, p. 202).

O que Heidegger (2017) chama no trecho acima de “conhecido, entediante e vazio”, seria a concepção do pequeno príncipe, em seu mundo, sobre as “coisas sérias” das quais os adultos se ocupam. O próprio aviator, que quando criança, se maravilhava com jiboias, florestas virgens e estrelas, após ser desmotivado pelos adultos, deixa de lado o que o ligava a estes assuntos, que é o desenho, e foi escolher outra profissão. Já essa profissão é o que o levou a ir viver no meio das pessoas grandes e ter “muitos contatos com muita gente séria”¹⁵ (Saint-Exupéry, 1999, p. 14). Fica explícita aqui uma referência à sua própria história: Antoine era uma criança que tinha o sonho de ser um desenhista, ao não ter sucesso em conquistar seu sonho, acabou seguindo a carreira militar e virou um aviator.

Em outros livros o escritor remarca esse aspecto da infância, etapa onde toma forma a fantasia, onde se criam os sonhos. Mas alguns processos que vão ocorrendo até atingirmos a fase adulta, onde nos tornamos “pessoas sérias” esses sonhos não são esquecidos, mas relegados, conforme o que ele descreve brevemente em *Piloto de Guerra* (1942), livro que escreveu quando já estava de volta à França combatendo como piloto e onde relata uma de suas missões de reconhecimento onde foi perseguido por caças alemães.

primeiro, há a infância, o ginásio, os camaradas, depois chega o dia em que fazemos os exames. Em que recebemos algum diploma. Em que atravessamos, com um aperto no coração, um certo limiar além do qual, subitamente, somos homens. Então o passo fica mais pesado, mais no chão. (Saint-Exupéry, 2015, p. 23).

O príncipezinho, por sua vez, é claramente essa criança que ficou adormecida dentro de Antoine e que ainda sonha. Da

¹⁵ No original : “[...] de tas de contacts avec de tas de gens sérieux.”

mesma forma que Madame Bovary era Flaubert (DaMatta, 1997, p. 85), o pequeno príncipe é Saint-Exupéry. Ele é o escritor na forma em que é permitido se entregar ao maravilhamento em sua forma mais simples, o que por consequência tem uma curiosidade atizada. Por esse motivo o personagem “jamais renunciava uma pergunta, depois que a tivesse feito”¹⁶ (Saint-Exupéry, 1999, p. 32). O pequeno príncipe não consegue entender como os adultos conseguem viver nesse mundo entediante e vazio onde não se permitem à admiração.

Eu conheço um planeta onde há um sujeito carmim. Nunca cheirou uma flor. Nunca olhou uma estrela. Nunca amou ninguém. Nunca fez outra coisa senão somas. E o dia todo repete como tu: “Eu sou um homem sério! Eu sou um homem sério!” e isso o faz inchar-se de orgulho. Mas ele não é um homem; é um cogumelo! (Saint-Exupéry, 1999, p. 33)¹⁷

Por outro lado, o que o filósofo chama de “inabitual”, para o pequeno príncipe é a sua rosa. A rosa é o que o maravilha, é o que se destaca em seu mundo. Em seu pequeno planeta sempre houve flores, contudo, em um determinado dia um broto se destacou dos demais. Poderia ser um vegetal como os outros, mas percebeu que um botão se formava o que indicava ser então mais uma flor. Desde o seu nascimento, porém, a rosa se destacou das demais por todo o seu capricho, um capricho único diferente das demais flores de seu planeta. “[...] a flor não acabava mais de preparar-se, de preparar sua beleza no abrigo de seu quarto verde. Escolhia as cores com cuidado. Vestia-se lentamente, ajustava uma a uma as suas pétalas. Ela não queria sair toda amarrotada como os cravos” (Saint-Exupéry, 1999, p. 35)¹⁸.

16 No original : “[...] ne rennonçait jamais à une question, une fois qu’il l’avait posée.”

17 No original : “Je connais une planète où il y a un monsieur eramoisi. Il n’a jamais respiré une fleur. Il n’a jamais regardé une étoile. Il n’a jamais aimé personne. Il n’a jamais rien fait d’autre que des additions. Et toute la journée il répète comme toi: ‘Je suis un homme sérieux! Je suis un homme sérieux!’, et ça le fait gonfler d’orgueil. Mais ce n’est pas un homme, c’est un champignon!”

18 No original : “ [...] la fleur n’en finissait pas de se préparer à être belle, à l’abri de sa chambre verte. Elle choisissait avec

Sobre esse maravilhamento de cada qual com sua respectiva flor, tornando-as objeto de devoção de amor, complemento com a seguinte fala de Heidegger:

O admirar-se e o maravilhamento têm graus e níveis diversos e encontram nos mais variados âmbitos do ente aquilo que procuram. Quanto mais aleatório, quanto mais alternante, com frequência mesmo, quanto mais inessencial, mas, de qualquer modo, extravagante, que seja o respectivamente maravilhoso, tanto mais ele se mostra como suficiente para o admirar-se que sempre está a cata de ocasiões e que exige mesmo tais ocasiões nos quais é excitado em sua própria busca. O deixar-se-afetar pelo inabitual acontece aqui de tal modo que o habitual é colocado de lado e o inabitual se transforma, por si mesmo, em algo familiar, que enfeitiça e encanta. (Heidegger, 2017, p. 202).

O maravilhamento é o que a raposa no livro chama de “cativar”. Até o momento em que encontra o pequeno príncipe a raposa é uma raposa selvagem, igual a todas as outras. Seu desejo, para que eles possam brincar, é o de que para ele, ela possa se destacar das demais, que ela possa se transformar em algo familiar, “criar laços”. Prontamente o protagonista pergunta o que é criar laços, ao que a raposa explica

Tu não és para mim senão um garoto inteiramente igual a cem mil outros garotos. E eu não tenho necessidade de ti. E tu não tens também necessidade de mim tampouco. Não sou para ti senão uma raposa igual a cem mil outras raposas. Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo. E eu serei para ti única no mundo... (Saint-Exupéry, 1999, p. 72)¹⁹

soin ses couleurs. Elle s'habillait lentement, elle ajustait un à un ses pétales. Elle ne voulait pas sortir toute frêpée comme les coquelicots.”

19 No original : “Tu n'ès encore pour moi qu'un petit garçon tout semblable à cent mille petits garçons. Et je n'ai pas besoin de toi. Et tu n'as pas besoin de moi non plus. Je ne suis pour toi qu'un renard semblable à cent mille renards. Mais, si tu m'apprivoises, nous aurons besoin l'un de l'autre. Tu seras pour moi unique au monde. Je serai pour toi unique au monde...”

O princepezinho por fim cativa a raposa, o que faz com que quando se dá o momento de sua despedida ambos sofram e a raposa queira chorar. Contudo, para Heidegger (2017), o sofrimento toma o sentido de suportar o necessário, e nesse momento a partida do pequeno príncipe é necessária. Nesse momento a raposa recomenda que ele vá visitar novamente o jardim antes de partir. Esse jardim repleto de rosas, fez com que o protagonista se sentisse infeliz em sua primeira visita por perceber lá que sua rosa não era a única “de sua espécie em todo o universo” (Saint-Exupéry, 1999, p. 68)²⁰. Sua tristeza se arrebate pelo fato de, nesse primeiro momento, sua crença de que ela era inabitual ter sido desmontada. Por uma análise superficial, inclusive dos comentários de nosso filósofo, sua admiração se perderia porque ele percebe que igual à sua flor “havia cinco mil, iguaizinhas, num só jardim!” (Saint-Exupéry, 1999, p. 68)²¹. Porém, tanto pela lição dada pela raposa, quanto pelo que comentou nosso filósofo, foi sua familiaridade com a rosa que fez com ela se torna-se especial, se destacando do habitual. Pela aparência, são todas iguais, mas refletindo pela essência ele conclui

Ela é, porém, mais importante que vós todas, pois foi a ela que eu reguei. Foi a ela que pus sob a redoma. Foi a ela que abriguei com o para-vento. Foi dela que eu matei as larvas[...]. Foi ela que eu escutei queixar-se ou gabar-se, ou mesmo calar-se algumas vezes. Porque é a minha rosa. (Saint-Exupéry, 1999, p. 76)²²

20 No original : “[...] de son espèce dans l’univers”

21 No original : “Et voici qu’il en était cinq mille, toutes semblables, dans un seul jardin!”

22 No original : “[...] elle est plus importante que vous toutes, puisque c’est elle que j’ai arrosée. Puisque c’est elle que j’ai mise sous globe. Puisque c’est elle que j’ai abritée par le paravent. Puisque c’est elle dont j’ai tué les chenilles [...]. Puisque c’est elle que j’ai écoutée se plaindre, ou se vanter, ou même quelquefois se taire. Puisque c’est ma rose.”

A decolagem no habitar

A experiência afetiva que desenvolvemos com coisas, pessoas e lugares é a responsável por ir desvelando a cada um, um mundo único. Podemos inclusive afirmar que ninguém habita realmente o mesmo planeta (De Koninck, 2012, p. 9). Habitar o planeta, para cada pessoa, vai ser dotado de um sentido particular. E que sentidos possíveis são esses?

Para desenvolver essa questão, me fundamento novamente no filósofo que, em 1951, discursou sobre esse tema em uma conferência com o nome de “Construir, habitar, pensar”. Tal conferência se ocupa de, primeiramente, responder pela questão sobre o que é habitar. É necessário deixar claro que, para ele, habitação não se restringe a uma residência (Heidegger, 2002a). Conforme explicaria em outra conferência, habitar não é apenas a posse de um domicílio como seria o sentido de “[t]rabalhamos em uma cidade e habitamos fora” (Heidegger, 2002b, p. 166), inclusive, tais lugares onde trabalhamos podem também ser nossa habitação. Habitar toma um sentido muito mais amplo, possui um caráter existencial, “habitar é o traço fundamental do ser-homem” (Heidegger, 2002a, p. 128). Para que seja possível entender que caráter existencial do habitar é esse, o professor então explica

A noção de habitar é mais do que simplesmente morar em um local. Habitamos a casa, o bairro, a cidade, a região e em última análise a Terra. Nessa leitura, habitar é a expressão do próprio ser-e-estar-no-mundo, envolvendo lugares, territórios e espaços de vida. Habitar é o próprio Dasein, implicando num conjunto fenomênico de elementos que são mediados pelas ações intencionais e do querer do homem (Marandola Jr., 2012, p. 86).

Desde o início de sua conferência, o filósofo relaciona “habitar” com “construir”. As palavras parecem ter uma relação intrínseca como se todo habitar dependesse de um construir, assumindo uma relação de meios e fins, ou seja, o construir é um meio para se atingir o alvo de habitar. Esse é mais um equívoco que o filósofo tenta esclarecer. Apesar de que essa representação possa estar correta, ela assume a posição de atividades separadas. “Construir não é em sentido próprio, apenas meio para uma habitação. Construir já é em si mesmo habitar” (Heidegger, 2002a, p. 126).

Construir não é necessariamente a construção de uma casa, de um edifício, de uma ponte que seja, mas construir remete a todos os trabalhos que o ser humano pode executar com as suas mãos. Construir é cultivar o campo, é cuidar do crescimento (Heidegger, 2002a). Da mesma forma, construir é também regar a flor todos os dias. Construir é revolver os vulcões toda semana, mesmo o que está extinto porque “a gente nunca sabe” (Saint-Exupéry, 1999, p. 53)²³.

Nesse sentido de construir relativo ao cuidado com o crescimento, a relação que ele mantém com o habitar é precisamente de ser consequência deste, e não de sua fundamentação (Heidegger, 2002b, p. 169). Cultivar é, então, uma forma de habitar a terra. O professor explica que “[o] habitar é a própria essência da relação homem-meio, expressa em sua totalidade vivida, em suas ligações com o construir” (Marandola Jr., 2012, p. 88).

Heidegger (2002b) no ensaio “...poeticamente o homem habita...” no qual reflete sobre um poema de seu poeta favorito, Hölderlin, esmiúça outro aspecto do habitar: a questão do habitar

23 No original : “On ne sait jamais.”

poético. Para o filósofo, é equivocada a ideia de que o habitar e a poesia sejam incompatíveis, conforme poderia se interpretar quando limita-se a poesia ao campo literário. Para contornar tal problemática, é necessário pensar também o poético, da mesma forma que o habitar, a partir de sua essência. Para Heidegger (2002b, p. 167), Hölderlin enxerga o “poético” na relação da presença humana com o habitar quando é compreendido de modo vigoroso e essencial (Heidegger, 2002b, p. 167). O poético não é algo que se soma ao habitar, como se fosse um detalhe, apenas um enfeite, mas a poesia é como uma condição que permite o habitar ser um habitar. “Poesia é deixar-habitar, em sentido próprio” (Heidegger, 2002b, p.167).

Para o filósofo, o habitar poético é o habitar “esta terra”. “É a poesia que traz o homem para a terra, para ela, e assim o traz para um habitar” (Heidegger, 2002b, p. 169). O habitar poético remete o ser humano à terra, assim como também o remete ao céu. É um construir que remete o pequeno príncipe ao seu planeta, mas que remete também a viajar pelo céu. “Enquanto medição propriamente dita da dimensão do habitar, a poesia é um construir em sentido inaugural. É a poesia que permite ao homem habitar sua essência. A poesia deixa habitar em sentido originário.” (Heidegger, 2002b, p. 178).

O pequeno príncipe habita poeticamente da forma que ele permite ao seu planeta um deixar-ser essencial. A poesia só se desvela no habitar quando a essência do habitar é intuída. Como diz Heidegger (2002b, p. 179), a essência do habitar já é poética. O filósofo fala sobre a crise do habitar, crise que se traduz no fato de termos esquecido a essência do habitar. Superar essa crise significa retornar à busca pela essência do habitar. De todos os planetas visitados, apenas em um deles o pequeno príncipe encontra alguém que tenha descoberto a essência do habitar, esse seria o acendedor lampião.

Talvez esse homem seja mesmo absurdo. No entanto, é menos absurdo que o rei, que o vaidoso, que o homem de negócios, que o beerrão. Seu trabalho ao menos tem um sentido. Quando acende o lampião, é como se fizesse nascer mais uma estrela, mais uma flor. Quando o apaga, porém, é estrela ou flor que adormecem. É uma ocupação muito bonita. É verdadeiramente útil porque é bonita. (Saint-Exupéry, 1999, p. 53-54)²⁴

Ao longo do livro, aprendemos com o príncipe a questionar as relações que mantemos com outras pessoas, a partir da experiência de diversos personagens que contribuem por apenas poucas páginas e já dando espaço para a experiência de outros. Cada personagem contribui em mostrar sua relação, acima de tudo, com a natureza, o que sempre proporciona uma reflexão por parte do protagonista e por nós mesmos que, por diversas vezes, podemos identificar muito em comum com eles, mesmo que certas atitudes nos sejam normalmente imperceptíveis. A perspectiva ecofenomenológica da obra provoca que essas experiências nos façam pensar na ligação do protagonista do livro com seu planeta, a nossa ligação com a natureza, não como entes separados, a partir de uma dualidade sujeito-objeto, mas a partir de uma relação que é construída entre ambos. O Pequeno Príncipe se sustenta como o personagem que conhecemos enquanto está intrinsecamente ligado com seu planeta, com sua flor, da mesma forma que sua flor se alimenta dessa relação, assim como seu planeta toma outro sentido se não for o planeta do Pequeno Príncipe, mas apenas o asteroide B612.

Ao longo de sua jornada, o personagem de Saint-Exupéry percebe que o único que consegue se expressar a partir dessa

24 No original : "Peut-être bien que cet homme est absurde. Cependant il est moins absurde que le roi, que le vaniteux, que le businessman et que le buveur. Au moins son travail a-t-il un sens. Quand il allume son réverbère, c'est comme s'il faisait naître une étoile de plus, ou une fleur. Quand il éteint son réverbère, ça endort la fleur ou l'étoile. C'est une occupation très jolie. C'est véritablement utile puisque c'est joli."

relação não de dualidade, mas de complementação com seu meio é o acendedor de lampião. Por esse motivo, o acendedor seria o único com quem ele poderia ter feito amizade, por ser o único que se ocupa de outras coisas que não dele próprio. Entretanto, seu planeta era pequeno demais. Não havia lugar para, poeticamente, os dois habitarem.

Referências

- BARROS, G. A., *Ecofenomenologia: do tronco à raiz latino-americana*. 2020. 88f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.
- BRANDÃO, G. G. Investigações sobre a experiência em ecologia profunda. *REVISTA DO NUFEN*, v. 9, p. 75-90, 2017.
- DAMATTA, R. *A Casa & A Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DE KONINCK, T. L'émerveillement du Petit Prince. In: PIERRE, Schallum (Ed.) *Phénoménologie du merveilleux*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2012. p. 3-16.
- HEIDEGGER, M. *Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1979.
- HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. Tradução de Márcia Sá Cavalcante. In: HEIDEGGER, M. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2002a, p. 125-141.
- HEIDEGGER, M. "... poeticamente o homem habita...". Tradução de Márcia Sá Cavalcante. In: HEIDEGGER, M. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2002b, p. 165-181.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

HEIDEGGER, M. *As Questões Fundamentais da Filosofia*. Tradução de Marco Antonio Casanova. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HEIDEGGER, M. *Serenidade*. Tradução de Maria Madalena Andrade e Olga Santos. Lisboa: Instituto Piaget, s.d.

HENRY, M. *L'essence de la manifestation*. 2 ed. Paris: Presses universitaires de France, coll. Épiméthée, 1990.

MARANDOLA JR., E. Narrativas calvinianas: da descrição do explorador ao percurso do andarilho. *Rua* (UNICAMP), Campinas, n.12, p. 45-58, 2006.

MARANDOLA JR., E. Geograficidades vigentes pela literatura. In: Maria Auxiliadora da Silva, Harlan Rodrigo Ferreira da Silva. (org.). *Geografia, Literatura e Arte: Reflexões*. Salvador: Edufba, 2010, p. 21-32.

MARANDOLA JR., E. Heidegger e o pensamento fenomenológico em Geografia: sobre os modos geográficos de existência. *Geografia* (Rio Claro. Impresso), v. 37, p. 81-94, 2012.

PLATÃO. *Diálogos*: Teeteto – Crátilo. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001.

SAINT-EXUPÉRY, A. *Le Petit Prince*. Paris: Gallimard, 1999.

SAINT-EXUPÉRY, A. *Terra dos homens*. Tradução de Rubem Braga. 32. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SAINT-EXUPÉRY, A. *Piloto de Guerra*. Tradução de Mônica Cristina Corrêa. 1. ed. São Paulo: Penguins Classics Companhia das Letras, 2015.

SAINT-EXUPÉRY, C. *The Tale of the Rose*. Nova Iorque: Random House, 2001.

TODOROV, T. *A literatura em perigo*. Tradução de Caio Meira. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2012.

Estudos Linguísticos

Da faculdade metalinguística em Benveniste à proposição de uma Antropologia da Enunciação

Valdir do Nascimento Flores*

Resumo

Este artigo investiga a noção de *faculdade metalinguística* nos livros *Problemas de linguística geral I* e *Problemas de linguística geral II*, do linguista francês Émile Benveniste. Tal noção é apresentada na obra como a base para o entendimento da propriedade de interpretância das línguas, que permite o estabelecimento das relações de interpretância, passíveis de serem estabelecidas entre, de um lado, o sistema da língua e os demais sistemas semiológicos e, de outro lado, a língua em relação a si mesma. A partir desse estudo, fundamentam-se duas hipóteses: a primeira considera que a noção de faculdade metalinguística remete, na reflexão benvenistiana, a uma característica geral da linguagem humana; a segunda hipótese sustenta que essa faculdade emerge como uma propriedade das línguas, o que pode ser observado nas relações de interpretância por ela estabelecidas. Nesse sentido, dá-se destaque a três ideias que estão implicadas na teoria da linguagem de Benveniste: *faculdade*, *propriedades* e *relações*. Por fim, avalia-se a importância desse raciocínio no quadro de uma perspectiva antropológica da enunciação. Defende-se que as ideias de Benveniste podem sustentar uma abordagem enunciativo-antropológica desde que se leve em conta os comentários que o falante faz sobre a sua condição de falante ao falar de sua experiência de falante no interior de fenômenos da linguagem.

Palavras-chave: faculdade metalinguística; relações de interpretância; metalinguagem; enunciação; semiologia.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em linguística. Professor Titular em Língua Portuguesa e Linguística do Instituto de Letras e do PPG-Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador Pq-CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2676-3834>

From Benveniste's metalinguistic faculty to the proposition of an Anthropology of Enunciation

Abstract

This article investigates the notion of *metalinguistic faculty* in the books *Problèmes de linguistique générale 1* [*Problems in general linguistics*] and *Problèmes de linguistique générale, 2*, by French linguist Émile Benveniste. This notion is presented in the books as the basis for understanding the property of interpretance of languages, which allows the establishment of relationships of interpretance, which may be established between, on the one hand, the language system and other semiological systems and, on the other hand, the language in relation to itself. Two hypotheses emerge from this study: the first considers that, in Benveniste's reflection, the notion of metalinguistic faculty refers to a general characteristic of human language; the second hypothesis claims that this faculty emerges as a property of languages, which can be observed in the relationships of interpretance it establishes. Thus, we highlight three ideas that are implicated in Benveniste's theory of language: *faculty*, *properties* and *relationships*. Finally, the importance of this reasoning within the framework of an anthropological perspective on enunciation is assessed. We argue that Benveniste's ideas can support an enunciative-anthropological approach seeing that the comments that speakers make about their status of speakers when talking about their experience as speakers within language phenomena are taken into account.

Keywords: metalinguistic faculty; relationship of interpretance; metalanguage; enunciation; semiology.

Recebido em: 29/03/2024 / Aceito em: 28/05/2024

1 Introdução

Normalmente o gênero *artigo de periódico científico* atende a algumas regularidades textuais que inclusive balizam a leitura que fazemos dele. E uma dessas regularidades é que se espera que, na “introdução” do artigo, seja apresentado, de imediato, o objetivo principal sobre o qual o trabalho deverá discorrer. É essa prática habitual que gostaríamos de colocar em suspenso e – contando com a boa vontade do leitor – solicitar que se admita apresentar esse objetivo apenas no final desta “Introdução”. E isso por um motivo: nosso artigo decorre de uma construção argumentativa à qual o leitor precisa ser exposto para que possa estabelecer seus parâmetros de leitura.

O único aspecto que podemos já adiantar é que trataremos de examinar — como anunciado no título — a “faculdade metalinguística” no pensamento do linguista Émile Benveniste (1902-1976), uma problematização que, segundo cremos, atravessa os dois volumes de *Problemas de linguística geral* (também PLG I e II). E faremos isso, do ponto de vista metodológico, em um movimento de leitura que vai “de trás para frente” no conjunto dos textos que constituem os livros, que reúnem trabalhos de Benveniste publicados entre as décadas 1930 e 1970.

Dito de outro modo, iniciaremos por um de seus últimos artigos (“Semiologia da língua”) e, em uma espécie de movimento de *retorno reflexivo*, passaremos a trabalhos anteriores do linguista. Nossa intenção é ver em que medida o domínio do que chamamos da ordem do “meta” no campo da linguagem (Flores, 2016) permite a Benveniste formular seu raciocínio a respeito da especificidade da língua em sua relação

com o falante (e vice-versa), o que, em nosso entendimento, situa sua teorização em um amplo horizonte antropológico da linguagem. Vejamos então.

Em 1969, Benveniste torna público um dos textos mais complexos de sua reflexão tardia: trata-se de “Semiologia da língua”. O artigo foi publicado, inicialmente, em duas partes separadamente, ambas na revista *Semiotica*, que foram republicadas como um conjunto em 1974, por ocasião do aparecimento de *Problemas de linguística geral II*.

A complexidade do texto decorre de uma série de discussões que ali constam. Em primeiro lugar, Benveniste opera uma leitura muito particular das teorias de dois grandes pensadores do final do século XIX e início do XX — o filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914) e o linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) — na busca da resposta a uma questão fundamental, que dará origem a toda a proposta presente em “Semiologia da língua”, qual seja, “Qual o lugar da língua entre os sistemas de signos?” (Benveniste, 1989, p. 43). Em segundo lugar, o texto tem forte caráter prospectivo: em seu final, decreta que é necessário “ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua” (Benveniste, 1989, p. 67); que essa *ultrapassagem* decorrerá de uma “análise intralinguística, [...] uma nova dimensão de significância, a do discurso” (Benveniste, 1989, p. 67), também chamada de “semântica”, e de uma “análise translinguística, [...] pela elaboração de uma metassemântica” (Benveniste, 1989, p. 67); que tal “metassemântica” deverá se construir sobre a “semântica da enunciação” (expressão utilizada pela primeira e única vez por Benveniste, que sugere a existência de um campo de pesquisas já consolidado); e, por fim, que a

análise que é ali proposta “será uma semiologia de ‘segunda geração’” (Benveniste, 1989, p. 67), cujo desenvolvimento integrará a semiologia geral.

Observe-se que o texto, assim apresentado ao leitor, em linhas tão gerais, certamente não deixará de suscitar inúmeros questionamentos. Mas há mais: há ainda a própria expressão “semiologia da língua”, que dá título ao artigo: ela parece indicar que Benveniste assim denomina a “semiologia de segunda geração”, uma nova disciplina, diferentemente da semiologia pensada por Saussure. E essa diferença é exatamente a base dessas disciplinas: o signo linguístico, para Saussure; a língua entendida simultaneamente como *semiótico* e *semântico* (sistema e discurso), para Benveniste. A semiologia de Benveniste é “da língua” e não “do signo”. A nova semiologia que se delineia a partir de Benveniste é, portanto, da língua-discurso (Benveniste, 1989, p. 233) e não do signo.

E como Benveniste chega a essa teorização? Pela *propriedade* que a língua tem de ser “o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não linguísticos” (Benveniste, 1989, p. 61); trata-se de uma *propriedade da língua* e de um princípio semiológico:

a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos. Nenhum outro sistema dispõe de uma ‘língua’ na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma. (Benveniste, 1989, p. 62).

Essa propriedade é que permite que se estabeleça, na língua e pela língua, uma *relação de interpretância*.

E que característica tem a língua, aos olhos de Benveniste, que faz dela esse “interpretante” de si e dos

outros sistemas, além de permitir que se estabeleçam relações de interpretância da língua consigo mesma e com os demais sistemas? Ora, é que “a língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento” (Benveniste, 1989, p. 63); ou, em termos detalhados:

- 1.º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;
- 2.º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;
- 3.º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;
- 4.º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva. (Benveniste, 1989, p. 63).

Ora, “por estas razões, a língua é a organização semiótica por excelência.” (Benveniste, 1989, p. 63). A língua, para o linguista, é a expressão primordial da função do signo, proporcionando um modelo exemplar dessa função. Portanto, apenas a língua tem o poder de conferir a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes, transmitindo-lhes a essência da relação de signo. A língua *modela* semioticamente tudo, e qualquer outro sistema ou estrutura não faz mais do que reproduzir os traços da língua.

Benveniste segue indagando: “A que se deve esta **propriedade**? Pode-se discernir por que a língua é o interpretante de todo sistema signifiante?” (Benveniste, 1989, p. 64, grifo nosso). Sua resposta é um novo modo de ver a língua:

a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela, de tal maneira que nenhum outro sistema o pode reproduzir. Ela é investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA. Trata-se propriamente de um modelo sem analogia. A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro. (Benveniste, 1989, p. 64, destaques do autor).¹

¹ Conforme Autor (Flores, p. 160), o *semântico* é o “modo específico de significância que é engendrado pelo discurso. Trata-se do domínio da língua em emprego e em ação”; o *semiótico*, por sua vez, é o “modo de significação intralinguístico, próprio

Por fim, Benveniste chega ao ponto de maior interesse para nós, neste trabalho que estamos desenvolvendo:

A língua é o único sistema em que a significação se articula assim em duas dimensões. Os outros sistemas têm uma significância unidimensional: ou semiótica (gestos de cortesia; *mudrās*), sem semântica; ou semântica (expressões artísticas), sem semiótica. O **privilegio da língua** é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu **poder maior**, o de criar um **segundo nível de enunciação**, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. **É nesta faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância** pela qual a língua engloba os outros sistemas. (Benveniste, 1989, p. 66, itálico do autor, negritos nossos).

Para além da polêmica que Benveniste instaura com a distinção entre sistemas que têm uma significância unidimensional (só *semiótica* ou só *semântica*), há a apresentação clara do motivo que o leva a dar à língua um lugar proeminente em relação aos demais sistemas: a língua tem um “privilegio”, tem um “poder maior”, é capaz de “criar um segundo nível de enunciação”; e tudo está ligado à “faculdade metalinguística”. A relação de interpretância decorre dessa faculdade.

Está posto o assunto que nos interessa aqui: há três termos que sintetizam um raciocínio fino de Benveniste que merece ser entendido no detalhe. A (I) *faculdade metalinguística* está na origem da(s) (II) *relação(ões) de interpretância* que a língua estabelece consigo mesma e com os demais sistemas, o que se configura em uma (III) *propriedade* das línguas de serem interpretantes de todos os outros sistemas, sejam eles linguísticos ou não.²

do signo linguístico e que o constitui como unidade. O semiótico é, em suma, organização dos signos segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceitual e incluindo numa subunidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos.”

2 Em suas últimas aulas no Collège de France, Benveniste usa termos um pouco distintos: “a língua é o único sistema significante que pode descrever a si mesmo em seus próprios termos. A propriedade metalinguística é própria à língua, pelo fato de ela ser

Ora, a língua parece conter algo que diz respeito a uma *propriedade* fundamental que se evidencia nas *relações* de interpretância. De que natureza é essa propriedade? Tudo indica que a palavra “faculdade” tem um papel essencial no entendimento do que diz Benveniste.

Observe-se que Benveniste não diz que *a língua tem a faculdade metalinguística*; na verdade, nas passagens acima, parece que a língua é caracterizada pela “propriedade” (Benveniste, 1989, p. 64) de ser “interpretante”, de estabelecer a “relação de interpretância”; a palavra “faculdade” é reservada à expressão “faculdade metalinguística”. Ora, com base nisso, poderíamos formular a hipótese de que “faculdade” remeteria a algo que, embora relacionado, não possa ser *pari passu* associado à “propriedade” nem mesmo à “relação de interpretância”? Poderíamos dizer, por exemplo, que a “faculdade metalinguística” estaria ligada à linguagem humana e que a “propriedade” de ser “interpretante”, presente em uma dada “relação de interpretância”, estaria ligada às línguas?

A favor dessas hipóteses poderíamos lembrar que em outro texto, pouco anterior a “Semiologia da língua”, “A forma e o sentido na linguagem”, de 1966/1967, Benveniste utiliza a mesma expressão “faculdade metalinguística”, desta vez em um contexto no qual fala do fenômeno da tradução, algo, portanto, que destaca a ordem das línguas e também uma ordem mais geral (da linguagem?), aqui tratada em termos de “pensamento” e de “espírito”:

a conversão do pensamento em discurso se assujeita
à estrutura formal do idioma considerado, isto é, à
organização tipológica que, segundo a língua, faz

o interpretante dos outros sistemas.” (Benveniste, 2014, p. 155). Ou, ainda, como anotou um aluno de Benveniste: a língua tem a capacidade de “[...] tudo interpretar, inclusive ela mesma.” (Benveniste, 2014, p. 190).

predominar tanto o gramatical quanto o lexical. No entanto, falando grosseiramente, o fato de que se pode “dizer a mesma coisa” numa como noutra categoria de idiomas é a prova, por sua vez, da independência relativa do pensamento e ao mesmo tempo de sua modelagem estreita na estrutura linguística. (Benveniste, 1989, p. 233).

E acrescenta:

que a tradução se torne possível como processo global é também uma constatação essencial. Este fato revela a possibilidade que temos de nos elevarmos além da língua, de abstraí-la, de contemplá-la, ainda que utilizando-a em nossos raciocínios e em nossas observações. **A faculdade metalinguística**, a que os lógicos têm estado mais atentos do que os linguistas, **é a prova da situação transcendente do espírito “vis-a-vis” da língua** em sua capacidade semântica. (Benveniste, 1989, p. 233).

Está evidente, então, que precisamos entender em que medida a “propriedade” de ser “interpretante”, de estabelecer “relação(ões) de interpretância” que a língua tem, está ligada à “faculdade metalinguística”. Passemos a isso.

2 Sobre a faculdade da linguagem e a faculdade metalinguística

O termo “faculdade” é reiteradamente utilizado por Benveniste em seus *Problemas de linguística geral*. Daremos aqui apenas poucos exemplos ilustrativos. Em *Problemas de linguística geral I*: quando Benveniste aborda a “linguagem”: “[...] a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*.” (Benveniste, 1988, p. 27, *itálico do autor*); ou ainda, em um

contexto que contrasta linguagem com língua: “A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade de linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua.” (Benveniste, 1988, p. 80). Também em um contexto que aborda a capacidade humana de simbolizar: “A faculdade simbolizante permite de fato a formação do conceito como distinto do objeto concreto, que não é senão um exemplar dele. [...] Ora, essa capacidade representativa de essência simbólica que está na base das funções conceptuais só aparece no homem.” (Benveniste, 1988, p. 27-28). Por último, em um contexto em que contrasta linguagem e línguas:

[...] a linguística tem duplo objeto: é ciência da linguagem e ciência das línguas. Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. (Benveniste, 1988, p. 20).

Em *Problemas de linguística geral II*: quando aborda a distinção semiótico/semântico, exemplificando-a com as “formas patológicas da linguagem”:

O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO. A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades distintas do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra. Nas formas patológicas da linguagem, as duas faculdades estão frequentemente dissociadas. (Benveniste, 1989, p. 66, destaques do autor).

Mas, entre todos os momentos em que Benveniste toca no tema, nenhum é mais emblemático do que no artigo “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguagem”, de 1963. Ali,

ele reconhece a vinculação da linguagem como faculdade própria do homem, uma faculdade simbolizante:

[...] o homem não foi criado duas vezes, uma vez sem linguagem, e uma vez com linguagem. A ascensão de Homo na série animal pode haver sido favorecida pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa; deve-se antes de tudo à sua faculdade de representação simbólica, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade. (Benveniste, 1988, p. 29).

O que isso quer dizer? Que “a faculdade simbólica no homem atinge a sua realização suprema na linguagem, que é a expressão simbólica por excelência” (Benveniste, 1988, p. 30); que se trata de uma capacidade em um sentido muito específico, não necessariamente de natureza biológica, mas de natureza antropológica, quer dizer “fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano.” (Benveniste, 1988, p. 31).

Uma teoria da linguagem que se desenvolva a partir desses pressupostos necessariamente dará destaque à diversidade das línguas e ao exercício do diálogo. O problema da natureza biológica da linguagem não entra em conta, uma vez que o homem é tomado em sua natureza simbólica, o que encaminha uma visada antropológica da linguagem.

Nesse sentido, dado que a linguagem é intrinsecamente simbólica, a interpretação da realidade também adquire caráter simbólico, e apenas o ser humano, enquanto ser dotado de capacidade simbólica, consegue, por meio da linguagem, criar uma representação da realidade. A comunicação surge como uma consequência direta dessa habilidade simbólica e da forma como lidamos simbolicamente com o mundo ao nosso redor. Entre todas as funções da linguagem, portanto, a mais fundamental

é a função simbólica – especialmente quando se trata do *homo loquens* (Flores, 2019) –, pois é ela que possibilita à linguagem organizar a experiência humana de maneira específica.

Isso posto – quer dizer, entendidas as linhas gerais da ideia de linguagem como uma faculdade simbólica em Benveniste –, é tempo de pensar sobre o ponto de maior importância para nós aqui: a faculdade metalinguística.

É essa faculdade que garante a “propriedade” da língua de ser interpretante de si e dos outros sistemas semiológicos, isto é, que garante o estabelecimento de “relações” de interpretância. Nossa hipótese, lembramos, é a de que, em Benveniste, a faculdade metalinguística estaria ligada à linguagem, e a “propriedade” de ser “interpretante”, constitutiva das “relações de interpretância”, estaria ligada às línguas.

Benveniste utiliza nomeadamente a expressão “faculdade metalinguística” em dois momentos nos *Problemas de linguística geral*, ambos já referidos acima: o primeiro, no contexto de distinção semiótico/semântico, em que o fenômeno da tradução é apresentado como uma evidência da distinção (“a faculdade metalinguística, a que os lógicos têm estado mais atentos do que os linguistas” (Benveniste, 1989, p. 233)); o segundo, no contexto de elucidação do “privilégio da língua, do “poder maior”, “o de criar um segundo nível de enunciação”, de originar as relações de interpretância (“é nesta faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância”) (Benveniste, 1989, p. 66).

No entanto, isso não é tudo. A dimensão metalinguística — mesmo não textualmente nomeada — atravessa os *Problemas de linguística geral* e serve como fundamento de várias explicações do linguista.

É, por exemplo, dessa forma que ele aborda a ausência absoluta de autorreferência na comunicação animal para mostrar o que a distingue da linguagem humana: “[nas abelhas] a comunicação se refere apenas a um certo dado objetivo. Não pode haver comunicação relativa a um dado ‘linguístico’ [...]. A abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem.” (Benveniste, 1988, p. 65).

É também assim que Benveniste trata a relação entre língua e sociedade:

Nada pode ser compreendido — é preciso se convencer disto — que não tenha sido reduzido à língua. [...]. É graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar como objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza. Há uma metalinguagem, não há metassociedade. (Benveniste, 1989, p. 99-100).

Além desses usos, proliferam, nos dois volumes de *Problemas de linguística geral*, expressões do campo “meta”: “Podem-se construir línguas sobre línguas, que se chama de metalínguas, línguas que servem para descrever uma língua, que é sua única função.” (Benveniste, 1989, p. 35); “todo o vocabulário da metalinguagem só encontra aplicação na língua.” (Benveniste, 1989, p. 35); além de usos como “‘nomes’ metalinguísticos” (Benveniste, 1989, p. 86); “metalíngua do francês” (Benveniste, 1989, p. 185); “metalíngua diferente” (Benveniste, 1988, p. 18); “metalíngua lexicográfica” (Benveniste, 1988, p. 281) etc.

O que esses usos e ocorrências podem indicar? Do nosso ponto de vista e em consonância com nossas hipóteses, que Benveniste permite ver, de um lado, que o “homem na linguagem” (cf. *Prefácio* do PLG I, não paginado) é um ser constituído por uma faculdade que lhe é definidora, dada sua natureza simbólica,

e que a faculdade metalinguística é constitutiva dessa faculdade simbolizante; de outro lado, que o “homem na língua” (cf. os títulos das quintas partes de PLG I e II) coloca em exercício essa capacidade através da propriedade das línguas de tudo interpretar (inclusive a si mesma), o que possibilita o estabelecimento de relações de interpretação entre sistemas semiológicos e no interior da própria língua.

Admitida essa conclusão, qual alcance podemos atribuir-lhe?

3 O linguista, a metalinguagem e a antropologia da enunciação

Até aqui fizemos um esforço para trazer ao leitor uma interpretação da obra de Benveniste, a partir de um ponto específico: a faculdade metalinguística. Para tanto, buscamos documentar vastamente nossa leitura, como forma de não mutilar (demasiadamente) o raciocínio de nosso autor. Daqui para a frente, o procedimento adotado é outro: buscamos avaliar, em linhas gerais, em que medida esse raciocínio benvenistiano permite produzir em um campo que temos tentado desenvolver sob a denominação de “antropologia da enunciação” (Flores, 2016; 2019).

A faculdade metalinguística é a base da proposição de uma antropologia da enunciação porque nela vemos o que Normand (2002, p. 8) tratava, quase poeticamente, como uma “verdade banal” que está “à disposição do ser dito falante”, um “ateliê” que se dá porque o falante “se dobra” sobre a sua própria língua e produz uma realidade singular que está a seu serviço.

Antes de continuarmos, porém, cabe fazer uma precisão conceitual sobre o termo “antropologia” na expressão

“antropologia da enunciação”: nós a entendemos, com base em Tzvetan Todorov (2014, p. 9), em sentido amplo de “conhecimento do homem”, sem aplicação a um domínio qualquer; e, por se tratar de uma antropologia *da* enunciação, está ligada ao dizer (ao enunciar) do falante. Assim, a antropologia da enunciação interessa-se pelo fato de o falante tematizar a sua posição de falante ao tratar de fenômenos em que ele — ou qualquer outro falante — está implicado. Ela interessa-se por esse retorno reflexivo que o falante produz ao falar sobre como opera nele a língua, o que tem a forma de um comentário metalinguístico.

Ora, o falante, na medida em que comenta sua experiência de ser falante, fornece um conjunto de pistas (Ginzburg, 1989) acerca dessa experiência; ele faz isso *comentando metalinguisticamente* o efeito que a experiência de linguagem tem nele. Nessa direção, a antropologia da enunciação estuda fenômenos linguísticos (tradução, aquisição etc.) — e não dados — e o que o falante diz de sua experiência no interior desses fenômenos.

A categoria que dá acesso à análise antropológica da enunciação é o *comentário*, concebido como um *contorno de sentido*, produto da operação metalinguística natural do falante que visa à explicação e à compreensão da presença da *língua no homem* — numa inversão da expressão benvenistiana (cf. acima).

Esse *contorno de sentido* é a hermenêutica natural produzida por todo falante que fala para atribuir sentido à sua posição de falante, no interior de sua experiência com um fenômeno linguístico. O *contorno de sentido* é a materialização da faculdade metalinguística de que nos fala Benveniste. Sendo um *comentário* que o falante faz sobre a experiência linguística

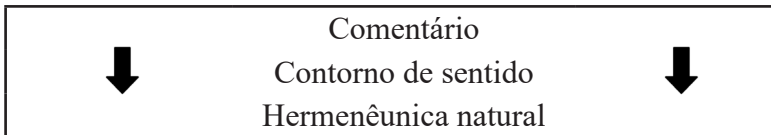
— a sua ou a de um outro — no contexto de um fenômeno linguístico qualquer, o *contorno de sentido* destaca, pela enunciação do falante, os meios expressivos utilizados por ele mesmo (ou por outro falante qualquer).

Produz-se, assim, um saber, uma interpretação, articulado pelo falante que faz uso da natureza metalinguística da linguagem, colocando em prática a capacidade simbólica que tem de delimitar mecanismos para que a faculdade metalinguística de a linguagem interpretar a si mesma se efetive. O *comentário* materializa a atitude de o falante falar a respeito de si e do outro, como, por exemplo, quando fala de sua experiência como falante acometido por um distúrbio de linguagem ou quando fala de sua experiência em traduzir. Em ambos os casos, é de sua experiência de falante que ele está falando. Trata-se, portanto, de uma “etnografia” de si (Flores, 2016), uma vez que o falante explicita sua relação tanto na condição de falante propriamente dito como na condição de quem produz uma escuta.

O *contorno de sentido* é, portanto, a “pista”, o indício (Ginzburg, 1989) de que o falante reconhece os efeitos que têm sobre si os fenômenos de linguagem experienciados em uma dada situação de enunciação. De certa maneira, o comentário, o *contorno de sentido*, é uma narrativa que o falante produz sobre sua história de falante, o que o alça à condição de um etnógrafo da própria língua (cf. Flores, 2016).

Em última análise, essa experiência, que aparece sempre que o falante comenta a sua condição de falante, é fundamental para o linguista com a preocupação antropológico-enunciativa. No quadro abaixo, visualizamos as relações contidas na ideia de comentário.

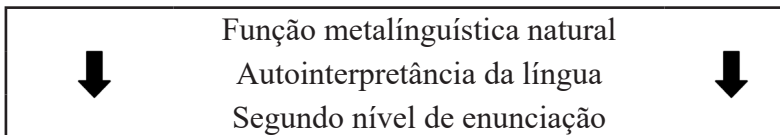
Quadro 1: Sobre a noção de comentário



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa formulação que apresentamos esquematicamente até aqui deriva da propriedade de autointerpretância da língua, entendida como a evidência da faculdade metalinguística natural, como diria Benveniste; essa propriedade que as línguas têm, esse “segundo nível de enunciação”, é o nível em que a língua se autointerpreta. A faculdade metalinguística faculta ao falante (eu) enunciar a outrem (tu) a propósito da língua (ele). E isso se dá graças à autointerpretância da língua. Resumimos essa concepção no quadro abaixo.

Quadro 2: Função metalinguística natural e a autointerpretância da língua



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ver as coisas dessa maneira implica adotar uma visão bastante única: reconhecer o valor da reflexividade da linguagem como uma característica tanto universal quanto específica das línguas naturais. Em outras palavras, as línguas possuem estruturas adequadas para produzirem autorreferência. Essa ideia se baseia mais profundamente na teoria linguística de Émile Benveniste, especialmente em sua discussão sobre a propriedade de interpretância da língua.

Estamos discutindo, na verdade, sobre um tipo específico de linguagem reflexiva, a natural, o que, em nossa opinião, inclui os comentários que um falante faz sobre sua própria posição como falante (ou de outra pessoa), dentro de um determinado fenômeno linguístico. Esses comentários proporcionam um entendimento sobre a relação do homem com a linguagem, o que os torna objetos antropológicos dignos de serem estudados dentro de uma antropologia da enunciação.

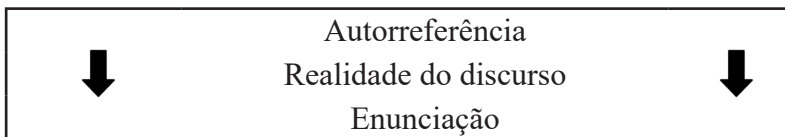
Em função disso, a autorreferência diz respeito à maneira como compreendemos a enunciação, um ato individual de utilização da língua que se configura em uma categoria geral que permite a inscrição do homem que fala em sua fala. Tal categoria é, por natureza, autorreferencial e, por isso, institui uma teorização muito precisa acerca da relação entre língua e realidade. *Grosso modo*, a ideia é ver que a enunciação impõe uma relação muito particular entre língua e realidade, o que permite dizer que a enunciação, em função da propriedade autorreferencial, dá existência a um dado mundo na língua, uma “realidade de discurso”. No caso dos comentários que o falante faz de sua condição de falante, ele instaura uma realidade de discurso que é constituída referencialmente pela própria língua. O falante fala da língua com a língua e se situa no interior do que diz (o “segundo nível de enunciação”).

Ao transferir essas reflexões para o âmbito do comentário, visto como uma forma específica de linguagem reflexiva natural, torna-se evidente que o falante, ao comentar sua própria posição ou a de outra pessoa, delimita um significado, uma interpretação. Em outras palavras, o comentário metalinguístico envolve uma interpretação que inclui uma suposição por parte do falante, pela qual ele tenta explicar sua relação com a linguagem dentro de uma

determinada situação linguística. Essa interpretação representa essencialmente uma etnografia dos efeitos da linguagem sobre o falante, uma etnografia de si mesmo.

Em outras palavras, a “realidade de discurso” construída por cada falante ao comentar a sua experiência com algum fenômeno de linguagem instaura-se autorreferencialmente. Sintetizamos esse percurso no quadro abaixo.

Quadro 3: Autorreferência e enunciação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, gostaríamos de trazer à tona um encaminhamento de ordem metodológica, que diz respeito aos níveis descritivos que se evidenciam a partir das ideias apenas esboçadas aqui. Dito de outro modo: como podemos descrever esses comentários que o falante faz de si ao fazer aparecer nas línguas a propriedade da autointerpretância? Pensamos a descrição em três planos.

a) Descrição no plano intralinguístico (*semiótico*) das formas pelas quais o falante comenta sua relação com a língua, ao falar de um dado fenômeno de linguagem (seu ou de outrem).

A ideia aqui é descrever o sistema semiótico da língua, seus mecanismos, ou seja, os marcadores enunciativos de tempo, espaço e pessoa. Busca-se ver os mecanismos pelos quais o falante usa a língua para falar da língua – a propriedade da interpretância (cf. Benveniste 1989).

b) Descrição no plano discursivo-enunciativo (*semântico*) do modo como o falante comenta sua relação com a língua.

A ideia aqui é descrever a situação de enunciação particular, destacando o estatuto enunciativo do comentário reflexivo que cada falante faz sobre sua posição de falante. Busca-se ver como o falante está situado no interior dessa enunciação, ou seja, como o comentário introduz o falante na metalinguagem (um “segundo nível de enunciação”), o que proporciona uma descrição em relação à forma e ao sentido.

c) Descrição da função que cumpre o comentário na história de falante do falante, situando-o como *homo loquens*.

4 Conclusão

Gostaríamos de indicar dois caminhos relativos às conclusões de nosso estudo. Em primeiro lugar, quanto à leitura empreendida de Benveniste. Em segundo lugar, quanto à derivação de sua reflexão para o escopo de uma antropologia da enunciação.

A leitura que fizemos da teoria da linguagem benvenistiana não esgota a amplitude que o tema da “faculdade metalinguística” tem na obra do autor. Ele é de tal importância que uma pesquisa mais aprofundada certamente levaria a concluir que o autor alicerça sobre esse tema toda a “semiologia da língua”, uma espécie de nova disciplina dos estudos semiológicos. Tudo indica que a “faculdade metalinguística” permite a Benveniste sustentar um entendimento de que a linguagem tem características tais que a colocam em posição definidora da natureza humana (o aspecto antropológico da discussão de Benveniste). É assim que vimos, por exemplo, ele recorrer a essa ideia na contraposição

que faz ao zoólogo alemão Karl von Frisch em função de seus trabalhos sobre a “linguagem” dos insetos, incluindo, em especial, as abelhas. Benveniste dá destaque ao fato de que a comunicação das abelhas diz respeito a um dado objetivo e não a um dado linguístico: “[...] a mensagem de uma abelha não pode ser reproduzida por outra [...]” (Benveniste, 1988, p. 65); no homem “[...] a referência à experiência objetiva e a reação à manifestação linguística se misturam livremente, ao infinito.” (Benveniste, 1988, p. 65). Logo, na linguagem humana, pode-se construir uma mensagem a partir de outra mensagem. Uma abelha pode construir uma mensagem apenas a partir de um dado da realidade.

A derivação dessa discussão para uma visada antropológica da enunciação parte da ideia de que Benveniste associa a presença humana na língua à presença humana na linguagem, o que evidencia que a língua (e as línguas) possui recursos intrínsecos que refletem a condição do homem como ser falante. Essa condição é que possibilita considerar que *a língua no homem* é o fundo essencial para configurar o objeto de estudo de uma antropologia da linguagem.

A enunciação é uma *função* que define o *homo loquens* e revela a sua natureza essencialmente verbal. Entendida como o ato de expressar algo que revela o conhecimento da capacidade linguística humana, a enunciação se torna um tema antropológico significativo ao demonstrar os impactos da *língua no homem*. A antropologia da enunciação busca compreender esse conhecimento sobre o homem que surge da sua capacidade de falar e se expressar verbalmente. Ao focar na presença da língua no homem, essa abordagem possibilita uma investigação sobre a linguagem e as línguas a partir do ponto de vista do sujeito que fala.

Referências

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola editorial, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. O falante como etnógrafo da própria língua. Uma antropologia da enunciação. *Letras de hoje*, Porto Alegre, vol. 50, n. 5, p.90-95, fev. 2016.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Traduzido por Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Traduzido por Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Traduzido por Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Traduzido por Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

NORMAND, Claudine. *Bouts, brins, bribes: Petite grammaire du quotidien*. Órleans: Le Pli, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: ensaio de antropologia geral*. Traduzido por Maria Angélica Deângeli e Norma Wimmer. São Paulo: Unesp, 2014.

Discussões, polêmicas amargas e xingos de todo gênero: o debate estendido sobre a língua do Brasil

Hosana dos Santos Silva*

Resumo

Neste artigo, analisamos os significados sociopolíticos e históricos das polêmicas linguísticas entabuladas no contexto subsequente à promulgação da Constituição Federal de 1946, que determinou, precisamente no artigo nº 35 do Ato das Disposições Transitórias, a formação de uma Comissão de professores, escritores e jornalistas que opinasse sobre a denominação da língua falada no Brasil. Apesar do parecer conclusivo da referida Comissão quanto à conservação do nome língua portuguesa ao idioma nacional, a discussão se prolongou por décadas, ocupando espaço na esfera política. Para compreender a extensão do debate, focalizamos o projeto de lei nº 756, apresentado à Câmara dos Deputados por Altamirando Requião, em 30 de setembro de 1947, visando, mais uma vez, à oficialização da chamada língua brasileira. Argumentamos que a disputa entre intelectuais, aqui e além-mar, com grupos opostos manifestando-se em favor ou contra a denominação língua portuguesa, jamais visou ao reconhecimento das línguas socialmente classificadas como minoritárias. Nesse sentido, observa-se que a persistência do debate, enquanto produto e produção discursiva dos grupos dominantes, funcionou como um importante instrumento na legitimação de uma elite política nacional, suficientemente autorizada a produzir um novo

* Universidade Federal de São Paulo. Doutora em Letras (Filologia e Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Letras (Linguística) da Universidade Federal de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3170-4356>

discurso de autoridade sobre a língua, forjando uma identidade linguística compatível com seus próprios interesses. Trata-se de uma análise interdisciplinar, desenvolvida com base em apontamentos sociolinguísticos e históricos, em diálogo com as teorias de Pierre Bourdieu (1989, 2008).

Palavras-chave: língua brasileira; identidade linguística; nacionalismo; línguas minoritárias.

Discussions, bitter controversies, and swearwords of all kinds: an extended debate about the language of Brazil

Abstract

In this article, we analyze the sociopolitical and historical meanings of the linguistic controversies framed by the context that followed the passing of the 1946 Federal Constitution. This constitution outlined, in article 35, the Transitional Frameworks Act, that a Commission of professors, writers, and journalists be formed to speak on designating the language spoken in Brazil. Despite this Commission's conclusive report as to maintaining the name "Portuguese" as that of the national language, this discussion persisted in the following years and took up space in the political sphere. In order to understand how extensive this debate was, we focused on Bill 756, presented to the Chamber of Deputies by Altamirando Requião on September 30th, 1947, with the aim of making the so-called Brazilian language official. We contend that the argument among intellectuals, here and overseas, with opposing groups manifesting views either for or against the name of "Portuguese language", never attempted to acknowledge the languages socially classed as minorities. In this sense one finds that the persistence of this debate, as

a discussion that is both the product of and produced by the ruling classes, functioned as a key instrument to legitimize a national political elite. This elite had sufficient authority to produce a new authoritative discourse on language, thus forging a linguistic identity compatible with their own interests. This is an interdisciplinary analysis based on sociolinguistics and historical annotations in dialogue with the theories of Pierre Bourdieu (1989, 2008).

Keywords: brazilian language; linguistic identity; nationalism; minority languages.

Recebido em: 05/04/2024 / Aceito em 09/06/2024

1 Introdução

O título deste artigo recupera as primeiras linhas do texto “O dialeto caipira e a língua brasileira”, do jornalista, escritor e advogado Paulo Duarte. Inicialmente proferido em conferências no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, na Sociedade e Cultura Artística de Capivari e no Instituto de Cultura Ítalo-brasileira de Campinas¹, em junho de 1949, o texto foi publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em agosto do mesmo ano, e, posteriormente, integrou a edição especial da obra *O dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, em 1955, bem como a coletânea intitulada *Amadeu Amaral*, publicada em 1976.

Para o autor, as polêmicas amargas temperadas de nacionalismo estreito sobre a defesa ou negação de uma língua brasileira não passariam de “[...] frutos mirrados de nossa ignorância, da nossa quase inexistente cultura intelectual básica”, uma confusão política, causada pelos homens de letras daqui e de além-mar, em torno de questões que deveriam ser tratadas somente da perspectiva propriamente linguística (Duarte, 1955, p. 7)².

Esse discurso sociopolítico de Paulo Duarte, bem aceito por boa parte dos intelectuais inseridos nas lutas pelo domínio dos instrumentos de produção e reprodução linguísticas (nos termos de Bourdieu, 1989, 2008), se inscreve no quadro específico das disputas travadas após a promulgação da Constituição Federal de 1946, que determinou a designação de uma Comissão que opinasse sobre a denominação do idioma nacional. A referida

1 As informações sobre as conferências proferidas no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, na Sociedade e Cultura Artística de Capivari e no Instituto de Cultura Ítalo-brasileira de Campinas foram extraídas das publicações do jornal *O Estado de São Paulo* (Duarte, 1949a, 1949b, 1949c, 1949d, 1949e, 1949f, 1949g).

2 Para este estudo, consideramos a versão do texto publicada em 1955.

Comissão emitiu um parecer favorável à conservação do nome língua portuguesa, mas isso não interrompeu o debate. Tanto que, em setembro de 1947, o deputado Altamirando Requião apresentou à Câmara dos Deputados o projeto de Lei nº 756, propondo, mais uma vez, a mudança do nome da língua falada no Brasil. Nesse contexto, também são publicados artigos sobre o tema em jornais de grande circulação, estendendo a polêmica.

Avançando nessa discussão, na esteira dos estudos apresentados em Silva (2017, 2023), buscamos investigar os significados sociopolíticos e históricos desse debate estendido sobre a denominação da língua do Brasil. Para desenvolvimento da análise, tomamos como corpus, além do texto de Paulo Duarte (1955) e do projeto de Lei nº 756 (Brasil, 1947, p. 6272-75), já mencionados, o parecer de Raul Pilla ao referido projeto (Brasil, 1948, p. 10489-491), bem como um artigo de Basílio de Magalhães, publicado no Jornal *O Estado de São Paulo*, em 08 de setembro de 1946.

Argumentamos que a persistência desse debate, observado enquanto produto e produção discursiva dos grupos dominantes, funcionou como um importante instrumento na legitimação de uma elite política nacional, suficientemente autorizada a produzir um novo discurso de autoridade sobre a língua, forjando uma identidade linguística alinhada aos seus projetos políticos.

Para desenvolvimento da análise, consideramos, ainda, as discussões propostas nos estudos sociolinguísticos de Pinto (1978, 1981), Guimarães (2000), Pagotto (1998) e estudos sócio-históricos (Seyferth, 2003; Lima, 2003, 2008; Schwarcz, 2001, 2008). Ademais, para uma abordagem que contemple as condições sociais de produção e reprodução linguísticas em meados do século XX, mobilizamos os

conceitos de língua legítima e relações de força simbólica de Pierre Bourdieu (1989, 2008).

2 Portuguesmente errado e brasileiromente certo: ainda a reivindicação de autonomia linguística³

As discussões sobre as especificidades da língua do Brasil surgiram muito cedo, isto é, na fase de independência. Está bem documentado que Pedra Branca (1978, p. 5), em texto de 1824-25, apresentou uma primeira descrição do português brasileiro como uma língua modificada, afetada tanto pela “suavidade do clima” quanto pelo “caráter de seus habitantes”. Nessa argumentação, Pedra Branca listou oito vocábulos portugueses cujos significados teriam sido alterados no Brasil, e mais 49 vocábulos supostamente incomuns ou desconhecidos em Portugal, os quais teriam sido emprestados dos nativos ou, ainda, importados pelos habitantes das diversas colônias portuguesas no ultramar. Conforme notou Lima Sobrinho (1977), embora parte das palavras listadas se apresentem como simples ‘arcaísmos’ portugueses, há que se considerar a significação dessas primeiras análises da língua brasileira para o reconhecimento da sua autonomia.

Nas discussões encaminhadas durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1823, observa-se que o corpo político formado procurou moldar uma identidade nacional que se

3 O título desta seção faz referência a seguinte afirmação de Duarte (1955, p. 16): “Depois da língua nova modificada, surgiu também uma literatura nova, a ponto de poder-se afirmar hoje que, de todos os realmente grandes escritores brasileiros, poucos escreveram em castiça linguagem portuguesa. [...]escritores velhos como Gonçalves Dias, José de Alencar e a escritores novos do Brasil, como Mário de Andrade, Antônio de Alcântara Machado, Monteiro Lobato, Valdomiro Silveira, para só citar alguns mortos os quais não devem pedir desculpas a ninguém toda a vez em que falam portuguesesmente errado se na realidade estão falando brasileiromente certo.”

expressasse não somente no reconhecimento do distanciamento físico e simbólico entre Brasil e Portugal, mas também na formalização da língua portuguesa como língua nacional, visando à integração do território e à unidade populacional. Nas palavras de Lima Sobrinho:

[...] numa época em que os nomes próprios se modificavam para acentuar a veemência do sentimento autonomista do povo, quando surgiam os Jês, os Tupinambás, os Montezumas como reação aos onomásticos portugueses, nenhum dos nossos deputados, nem mesmo os que adotavam nomes indígenas, se rebelou contra o uso da língua portuguesa, ou pretendeu lhe mudar o título (Lima Sobrinho, 1977, p. 20-21).

É somente na segunda metade do século XIX que os debates sobre a língua da nação brasileira se desenvolvem, alcançando a esfera propriamente política. Nesse contexto, instala-se um discurso ambíguo que ressalta, por um lado, os traços próprios da língua falada no Brasil (Cf. Pinto, 1978, 1981), favorecendo a reivindicação de uma identidade linguística firmada nas experiências locais, com o fim de evitar que Portugal continuasse assumindo o papel de único tutor da língua portuguesa e, por outro lado, manifesta uma disposição à conservação da língua da antiga metrópole no território nacional (Cf. Pagotto, 1998; Lima, 2003; Silva, 2012, 2017, 2023). Essa ambiguidade caracterizadora do discurso produzido pelas elites pode ser compreendida somente pela observação do contexto imperialista, oligárquico e escravista. Bem sabemos que, no século XIX, os princípios do racismo científico passaram a orientar as discussões e as políticas brasileiras (Cf. Schwarcz, 2001, 2008) e, de modo geral, a crença na supremacia branca arraigou-se no pensamento ocidental (Seyferth, 1995; Domingues, 2002; Hofbauer, 2003),

avançando no decorrer do século XX e pesando nas ideologias nacionalistas e de classe (Seyferth, 1995).

Nesse sentido, vale lembrar que Lacerda (1911, p. 29-30)⁴, ao escrever *Sur les metis au Brésil*, afirmou que a “importação” de uma raça inferior, quase completamente selvagem, da África para o Brasil teria exercido uma “influência nefasta” no progresso do país, atrasando o seu desenvolvimento e afetando “por falhas e vícios” a população nacional. Para o autor, a miscigenação seletiva, transitória e impulsionada pela migração de europeus brancos possibilitaria que, em menos de um século, a população brasileira fosse formada, na sua maior parte, por indivíduos da raça branca. Na previsão de Lacerda, na mesma época os negros e indígenas seriam eliminados:

O efeito prático esperado era a assimilação cultural e física desses elementos, sendo freqüentes nos discursos os termos “caldeamento”, “mistura”, “fusão” e “miscigenação”; e sua incorporação total a uma nação brasileira ideal, configurada como ocidental, de civilização latina e população de aparência branca (Seyferth, 1995, p. 181).

Está subjacente à política do branqueamento a condenação não somente de negros e indígenas, mas de mestiços e asiáticos, também observados como povos inferiores (Cf. Koifman, 2012; Renk, 2014; Guimarães, 2002). Levada adiante por teóricos diversos (Cf. Vianna, 1932 [1922]) e bastante aceita entre os políticos, a tese do branqueamento eugenista teve implicações nas diversas esferas da sociedade. Com efeito, naquele contexto, a ideologia da branquidade foi determinante no processo de rejeição das línguas e culturas africanas e indígenas, as quais

⁴ “[...] L’importation, sur une vaste échelle, de la race noire au Brésil, a exercé une influence néfaste sur le progrès de ce pays; elle a retardé pour longtemps son développement matériel, et rendu difficile l’emploi de ses immenses richesses naturelles. Le caractère de la population s’est ressenti des défauts et des vices de la race inférieure importée.” (LACERDA, 1911, p. 29-30).

também foram observadas como rústicas, selvagens ou menos complexas (Cf. Sousa, 2010). Para as elites intelectuais e políticas brasileiras, cultivar no Brasil a língua e as culturas dos povos inferiorizados significava sustentar as condições sociais e culturais que inviabilizariam o projeto civilizacional (Lima, 2003, Pagotto, 1998, Silva, 2012, 2017).

É importante notar que o reconhecimento da legitimação da língua portuguesa no espaço nacional brasileiro não implicou um projeto coeso de preservação linguística. Na verdade, em que pesem as condições sociais e históricas que garantiram a conservação de práticas sociolinguísticas, religiosas, culturais e ideológicas nascidas dos antigos laços coloniais, a intelectualidade brasileira nunca aceitou com boa vontade a posição de autoridade dos portugueses. A confluência se faz pelo próprio interesse no jogo de poder, já que, conforme dissemos anteriormente, ninguém pretendia renunciar ao lucro imediato conferido pela língua e cultura europeias. No debate externo, essa condição social e política foi amplamente reforçada pelos portugueses que, no início do século XX, produziram representações do Brasil como nação-filha, procurando assentar memórias e tradições comuns (Cf. Serpa, 2000).

Convém reiterar que esse discurso ideológico tem impacto na formação da consciência nacional brasileira, na medida em que eleva a contribuição do povo português para formação do Brasil e minimiza a presença de indígenas, negros, imigrantes etc. (Silva, 2012).

Nos anos seguintes, notadamente entre as décadas de 1920 e 1940, período observado como “[...] o mais denso e tenso de toda a história da língua portuguesa no Brasil [...]” (Pinto, 1981, p. XIII), o debate sobre o nome da língua nacional ganhou

espaço na esfera política, sobretudo após a apresentação, na 59ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 12 de julho de 1935, do Projeto de Lei nº 136, visando determinar a obrigatoriedade, em todos os livros didáticos, da denominação língua brasileira “[...] toda vez que se tratasse do idioma falado no Brasil.” (Brasil, 1935, Vol. VIII, p. 438). Conforme fizemos notar em Silva (2023), na década seguinte, momento em que ainda se vivenciam as consequências das políticas linguísticas implementadas no Estado Novo, destaca-se o extenso debate entabulado na Assembleia Constituinte de 1946, que redundou na aprovação da Emenda nº 3.663, para nomeação de uma Comissão que, “[...] estudando as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil [...]”, opinasse sobre a questão do nome da língua nacional (Brasil, 1946, Vol. XVI, p. 252).

Designada logo após a promulgação da Constituição Federal de 1946, em conformidade com o artigo 35 das Disposições Transitórias, a referida Comissão, constituída por quinze⁵ eruditos (Guimarães, 2000), apresentou o seguinte parecer:

[...] a Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a LÍNGUA PORTUGUESA. E, em consequência, opina que a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser: LÍNGUA PORTUGUESA.

Essa denominação, além de corresponder a verdade dos factos, tem a vantagem de lembrar em duas palavras – LÍNGUA PORTUGUESA -, a história da nossa origem e a base fundamental da nossa formação de povo civilizado (Silveira, 1952, p. 399, ênfases do autor).

5 Macedo Soares e Cláudio de Souza, para os cargos de presidente e vice-presidente, além de Afonso de Taunay, Pedro Calmon, Levi Carneiro, todos da Academia Brasileira de Letras; Sousa da Silveira (relator), Augusto Magne, Clovis Monteiro e Júlio Nogueira, da Academia de Filologia; General Fortes de Oliveira, inspetor geral do Ensino Militar; Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Inácio Manuel Azevedo do Amaral e Leonel França, reitores da Universidade do Brasil e da Universidade Católica, respectivamente, além dos deputados Gilberto Freire e Gustavo Capanema (ex-ministro da Educação).

Considerando o teor do parecer (Guimarães, 2000), é difícil especificar, para além do valor objetivo de um documento oficializado, seu impacto na vida social brasileira. De todo modo, vale lembrar que logo após sua emissão, em outubro de 1946, o ministro da Educação, Ernesto Sousa Campos, questionado sobre seu posicionamento em relação ao parecer, declarou que “[...] se sentia satisfeito em ver que foi cumprido o dispositivo constitucional, resolvendo-se, assim, um problema que vinha há tempos agitando os meios culturais de nossa terra [...]”. Afirmou, ainda, que preferia abster-se de opinar, mas acrescentou a seguinte declaração: “[...] espero que a denominação de língua portuguesa dada ao nosso idioma pela comissão encontre, da parte dos homens de pensamento e de cultura do Brasil, a melhor acolhida.” (*O Estado de São Paulo*, 16/10/46, p. 14). Ora, verdade é que muitos “homens de cultura” rejeitaram a decisão da Comissão, tanto que o deputado Altamirando Requião, inconformado com o parecer, alegou que tal manifestação não apresentava qualidade conclusiva, enumerando as seguintes causas:

[...]1ª - a Comissão mandada nomear pela Constituição seria, apenas, para opinar, e não para resolver ou deliberar, função esta pertinente ao Poder Legislativo ordinário; 2ª - a opinião preconcebida dos nomeados, cuja maneira de julgar, aliás, erradamente, já era por todos conhecida, tornou-se suspeita de paixão, não sendo convidado para integrar o grupo de opinadores nenhum dos doutos partidários da denominação em contrário; 3ª - o assunto foi apenas discutido gramaticalmente, quer pelo seu ângulo histórico, quer pelo seu prisma temático-literário, ao passo que a questão não é de gramática ou de literatura, mas de ciência glótica e de sociologia comparada. (Brasil, 1947, p. 6276).

Esse discurso de Requião visou não somente contestar a legitimidade da Comissão constituída pelo Ministério da Educação, mas também embasar seu projeto de Lei, reacendendo o debate político sobre a existência de uma língua brasileira tão autônoma quanto a língua portuguesa, a despeito das veleidades daqueles que pretendiam negar-lhe existência (Brasil, 1947).

As discussões encetadas a partir daí não resultaram em qualquer mudança efetiva no que tange à alteração do nome da língua, mas tenderam a produzir o reconhecimento da legitimidade dos agentes envolvidos nas polêmicas.

3 Entre acordos e pareceres: novos documentos e velhas questões sobre a língua do Brasil

O projeto nº 756 foi submetido à Câmara dos Deputados em setembro de 1947, ou seja, somente um ano após a promulgação da Constituição Federal de 1946. Se comparado às propostas anteriores, o projeto apresentou uma redação certa: “Art. 1º Passa a denominar-se língua brasileira o chamado idioma nacional. Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias” (Brasil, 1947, p. 6.272).

A proposta de Requião, desenvolvida à luz de estudos como os de Maurice Grammont (1933) e Vendryès (1939), fundamenta a noção de autonomia da língua nacional nas diferenças fonéticas existentes entre o português do Brasil e o português de Portugal. A distinção não estaria, certamente, nas diferenças entre fonemas, mas na maneira de pronunciar as palavras. Segundo o autor, “[...] na fonética estão os “hábitos” de falar, a fala subconsciente; afinal, os “costumes” de dizer e ouvir coletivos.” (Brasil, 1947, p. 6.273).

Além dessa premissa, diante do distanciamento absoluto entre a fala portuguesa e a brasileira, é central na proposta de Requião a ideia de que “[...] uma sociedade estável significa, implicitamente, uma língua autônoma [...]” (Brasil, 1947, p. 6.273). Para o autor, a sociedade brasileira, de formação mestiça, teria também uma língua “[...] temperada pelos mesmos fatores que formaram a étnica correspondente[...]” (Brasil, 1948, p. 6.277), assim, a língua comum luso-brasileira seria uma idealização, sem sustentação científica e, dado o distanciamento espaço-temporal, a unidade linguística interatlântica se definiria somente em sentido retroativo.

Conforme se vê, Requião procurou marcar a distância entre os dados propriamente linguísticos e os fatores sociais relevantes para a sua interpretação. Mais do que realinhar os argumentos que orientaram os debates políticos sobre a denominação da língua nacional, ao menos desde 1935, ele propõe uma reflexão mais ampla sobre as ações sociopolíticas e socioculturais voltadas à nacionalização da língua brasileira, no contexto em que a nacionalidade estava diretamente relacionada a uma certa ideia de ruptura dos laços com Portugal.

[...] nossas diferenças fonéticas podem e devem ser tomadas como fatos linguísticos, independen[te] de seu caráter de “ex-portuguesas”, ou reflexos deformados da fonética portuguesa. Somos aqui um estado fonético no curso de uma evolução, dentro de nossas condições e como uma hereditariedade especial. Em [f]unção destas é que temos de ser linguisticamente considerados. Como fazem os demais estudiosos de outros setores da ciência, quando estudam a realidade brasileira. Na história, não somos “ex-império português”, mas uma nação em todo o sentido do termo e em curso autônomo, dentro do sentido de suficiência progressiva, para uma colaboração livre com os outros povos, segundo nossas aspirações e Ideais. Se não somos

história portuguesa errada, e se estamos politicamente tanto mais certos quanto mais senhores de nossas condições sociais, morais, econômicas e culturais, por que somente em nossa fala haveríamos de ser português errado? (Brasil, 1947, p. 6.273).

Está claro que, ao questionar o estatuto da língua brasileira como variedade “ex-portuguesa”, Requião se empenha na luta pelo poder de impor os princípios da divisão entre a língua de Portugal e a língua do Brasil. Nesse ponto, devemos notar que, para o autor, a resistência dos gramáticos à aceitação da língua brasileira resultaria de “[...] sua formação cívica: não na tiveram. Cresceram e cristalizaram-se dentro de um ambiente de erudição, sem o mínimo espírito cultural”. Ficaram “galeria de aplauso da civilização” (Brasil, 1947, p. 6.275).

Não pretendemos propor uma discussão sobre as razões políticas que levaram Requião a apresentar novamente o projeto para mudança do nome da língua, mas sabemos da sua participação ativa na Constituinte de 1946, concentrando a sua atuação nas ações referentes aos problemas da educação. Nesse sentido, sustentou a defesa da presença do Estado nesse campo e combateu o que ele observou como “tendências fascistas” da reforma educacional do Estado Novo (Braga, 1998, p. 217). Além disso, apresentou outras Emendas de cunho nacionalista, como a de nº 619 (Brasil, 1946, XXIII, p. 279). A oposição às políticas estadonovistas e seus ideais nacionalistas talvez expliquem, ao menos em parte, a disposição de Requião para defender a emancipação linguística brasileira. Por outro lado, por ocasião da conclusão dos trabalhos constituintes, se pronunciou sobre a revisão do texto final da Constituição Federal (Brasil, 1946, XXV, p. 426-432), propondo reparo às “[...] incorreções, vernáculos, despautérios, cacofonias, aliterações, dissonâncias,

colisões, em suma, vícios de linguagem[...]” ali observados (Braga, 1998, p. 217). Essa disposição contraditória, consistente com os preconceitos herdados sob os domínios coloniais, só pode ser atribuída à conservação de uma visão que toma a variedade dita “cult” da língua portuguesa como única língua legítima.

Nessa disputa, o parecer contrário ao projeto nº 756, emitido pelo médico, jornalista e deputado liberal Raul Pilla, apresentado à Câmara dos Deputados em 20 de outubro de 1948, encaminha a seguinte questão: “[...] as diferenças notadas entre a linguagem de Portugal e a do Brasil serão suficientes para caracterizar duas línguas distintas?” (Brasil, 1948, p. 10.489):

E claro parece que, em tal questão nada tem que fazer o patriotismo, ou, sequer, o nacionalismo. Nenhuma rivalidade, nenhuma competição existe entre a antiga metrópole e a sua antiga colônia. Que antes da Independência, ou logo depois dela procurasse extremar a nossa língua por motivos patrióticos, facilmente se compreenderia; agora, seria um anacronismo (Brasil, 1948, p. 10.489).

No parecer de Pilla, a discussão não seria política, mas linguística e filológica. Sua premissa é a de que cada idioma tem várias linguagens, consta de diversas modalidades, distinguindo-se, assim, a linguagem familiar, vulgar, popular ou dialetal e a linguagem literária ou padrão, sendo esta a única que, por sua disciplina, poderia aspirar à estabilidade e à unidade:

[...] A língua literária é falada pelas classes mais cultas, não em todas, pelo menos em certas circunstâncias: nas escolas, no parlamento, nas academias etc. Mas é, sobretudo, a linguagem escrita, como está a indicar o qualificativo. É a escrita que lhe dá a ossatura, graças à qual adquire consistência e permanência; ela é que lhe permite o contínuo polimento; ela é que principalmente generaliza. Linguagem literária é, pois, a linguagem em que se modela a literatura de um povo.

Ora, a língua escrita é certamente idêntica em Portugal e no Brasil. Nenhuma diferença se pode notar, senão a que provém do temperamento. Do estilo, da cultura dos escritores. Incorreções, deslizes, encontramos-los tanto nos autores de aquém, como em além-mar. (Brasil, 1948, p. 10.490).

O autor observa, ainda, que a língua culta não é somente escrita, mas também falada e, embora existam diferenças significativas entre falantes cultos brasileiros e portugueses, não se deveria exagerar esse fenômeno, pois se trataria de diferença regional. O ponto central desse argumento é que “[...] a entonação brasileira não é nossa, não se originou em nosso país, mas parece ser a antiga entonação portuguesa [...]” (Brasil, 1948, p. 10.490). Embora, segundo Raul Pilla, isso não signifique que brasileiros e portugueses voltarão a falar da mesma maneira, implica descartar a existência de uma língua brasileira própria, condicionada por fatores étnicos e mesológicos, cujas particularidades justificariam sua distinção em relação à língua do povo português. O mesmo aconteceria com as divergências morfológicas e sintáticas. Nesse ponto, o autor, ainda com base em Chaves de Melo (1946) discute as diferenças na colocação pronominal, observando que qualquer uso atribuído ao português brasileiro pode ser encontrado em textos de autores portugueses. Nessa direção, a preferência pela preposição ‘em’ em lugar de ‘a’, como em “estar na janela”, em vez de “estar à janela”, “ir na cidade” em lugar de “ir à cidade”, não seria brasileirismo, mas arcaísmo sintático. Da mesma forma, a regência dos verbos ‘dizer’ e ‘falar’ com a preposição ‘para’ em vez de ‘a’, como em “falô pra mim”, “disse pra ele” se apresentaria como uma regência rara na língua antiga, conservada e generalizada entre falantes brasileiros.

De muitos brasileirismos léxicos se pode dizer a mesma coisa: são arcaísmos que sobreviveram no Brasil, como persistiram também em certas regiões de Portugal. Mais do que uma tendência renovadora, denunciam uma tendência conservadora na língua do Brasil (Brasil, 1948, p. 10.490).

Dessa perspectiva, a língua brasileira seria somente uma variedade mais antiga da língua portuguesa - aquela trazida nas caravelas – e, portanto, conservadora das características mais ou menos comuns na fala lusitana, o que se confirmaria pela coincidência da pronúncia em algumas regiões brasileiras e portuguesas.

Para rebater os argumentos de Requião, o autor afirma que é possível reconhecer a influência do Tupi na língua portuguesa, mas sem atuar para a efetiva modificação de sua sintaxe. Dito de outro modo, as línguas minorizadas teriam papel diminuto, atuando somente para o enriquecimento da língua herdada do ex-colonizador. Ainda citando Chaves de Melo (1946), ele concluiu que menor ainda teria sido a influência africana. Nesse sentido, o processo de “simplificação” das flexões nominais e verbais, como ocorre em “aquelas cadera quebrô”, “os homi chegô”, deve ser observado como desvio, passível de correção, e não como um fato linguístico legítimo, de influência tupi-negra.

[...] É portuguesa a língua que falamos; pelos portugueses foi criada. Mas não significa isto que sejam os portugueses os senhores exclusivos dela. Desde que ela se implantou no Brasil, passamos a ser seus condôminos. Tanto direito temos, como os portugueses, de zelar por sua conservação e aperfeiçoamento. Tão legítima é a nossa influência, quanto a deles. Não somos, nem poderemos ser utilizadores passivos e servis do idioma herdado. Mas, por isto mesmo, maior é a nossa responsabilidade na preservação do patrimônio comum. (Brasil, 1948, p. 10.490).

Conforme fizemos notar anteriormente, para Requião, entretanto, a língua brasileira não seria observada como desvio em relação à norma portuguesa, pois a ausência de laços efetivos entre as duas nações e as características singulares do Brasil justificariam as diferenciações linguísticas. Ao fim e ao cabo, seu projeto foi rejeitado pela Comissão de Educação e Cultura, por votação unânime, em 20 de outubro de 1948, e arquivado em 02 de abril de 1971, sem que seja possível acusar um efetivo desfecho do debate.

4 A extensão da polêmica no campo jornalístico

Em artigo intitulado “Língua brasileira”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 08 de setembro de 1946, ou seja, logo após a conclusão dos trabalhos constituintes, o professor, historiador e político Basílio de Magalhães formulou uma reivindicação de legitimidade não somente da língua brasileira culta, mas também do lugar social ocupado pelos produtores da linguagem literária. Com efeito, ao defender a continuidade da política que instituiu a língua portuguesa como língua oficial do Estado independente, Magalhães afirma que “[...] em resumo: o português escrito por um brasileiro culto quase não diverge do oriundo de qualquer filho inteligente da vetusta Lusitânia. Agora, quanto ao sotaque e aos idiotismos, tanto há nas províncias de lá, quanto nos Estados e Territórios de cá.” (Magalhães, 1946, p. 2).

Confrontando as disposições nativistas, embora evitando discutir as condições sociais que possibilitaram a introdução da língua do colonizador na administração e nos projetos educacionais, o autor argumenta que não se pode concluir pela existência de uma língua brasileira autônoma, como se

houvesse uma língua paraguaia ou mexicana, no sentido amplo das nacionalidades modernas: “Porque língua brasileira é propriamente o *nheengatu*, como língua mexicana é o *azteca* e língua paraguaia é o *avanheem*”. Esse gesto político e simbólico revela um certo aspecto da ideologia dos grupos dominantes, na medida em que sustenta a reivindicação de uma história própria para a nação brasileira, mas não apoia uma ação concreta de legitimação das línguas originárias no espaço nacional. De fato, o apelo de Magalhães é para que se deixe em paz o idioma nacional, denominado língua portuguesa, observando somente a divisão, como já ocorria em Portugal, entre a língua da gente culta e a da gente inculta (Magalhães, 1946, p. 2).

Talvez esse tipo de disposição nacionalista explique por que o autor, tendo declinado o convite para integrar uma Comissão destinada a reivindicar, perante a Constituinte da Terceira República, a mudança do nome da língua falada no Brasil, decidiu não somente oferecer um parecer inoficial e espontâneo contrário ao projeto, mas também procurou autoafirmar sua nacionalidade:

Creio que o meu nativismo não pode ser posto em dúvida, uma vez que se externou, há mais de meio século, em minhas “Lições de História do Brasil” (São Paulo, 1895), revibrou em minha síntese histórica sobre “A monarquia portuguesa” (Campinas, 1910) e ainda mais se acentuou em meu esboço crítico-biográfico de “Manuel de Araújo Portoalegre (barão de Santo Angelo) – (Rio, 1917). Nas derradeiras páginas (49-50) desse estudo [...], fiz ver quanto urgia criarmos a alma e o caráter peculiares da nossa nacionalidade[...] (Magalhães, 1946, p. 2).

Essa declaração de Magalhães é especialmente relevante, pois, ainda que os debates sobre a questão da língua brasileira,

entre intelectuais, não se manifestem internamente como uma luta entre nacionalismos linguísticos concorrentes, isto é, embora os brasileiros envolvidos na disputa sobre o nome do idioma nacional se identifiquem como falantes de uma mesma língua, em um território politicamente unificado, a luta política e simbólica pelos instrumentos de produção e reprodução linguísticas se estende no além-mar (Silva, 2017).

É interessante notar que, alguns anos depois, Paulo Duarte (1949), levando mais adiante as reflexões sobre a dimensão política das disputas entre brasileiros e portugueses, propôs que os desmandos das ditaduras estadonovistas constituíram a razão mais concreta da separação linguística entre Brasil e Portugal. Para o autor, posicionado em um espaço propriamente político (Brait, 2001), no contexto das disputas relacionadas à chamada redemocratização nacional (Cf. Braga, 1996; Braga, 1998; Benevides, 1981; Carone, 1980; Oliveira, 2010), o debate sobre a língua brasileira seria uma consequência da falta de cultura intelectual nos dois países:

[...] Há pouco eu verificava isso, folheando uma revista cultural, chamada Ocidente e que se publicava em Lisboa, evidentemente ao gosto ditatorial. Pois aí estavam, a propósito de coisas de gramática e a propósito de ortografia, as mesmas questiúnculas, as mesmas polemicas em mangas de camisa e cuja leitura nada dá de aproveitável a não ser a infeliz certeza da nossa mútua falta de educação.

A falada língua brasileira vem a ser o produto mais típico dessa precariedade daquém e além Atlântico. De um lado, “complexo de inferioridade de antiga metrópole que perdeu a colônia, mas continua a olhá-la por de cima”, de outro, complexo de inferioridade de colono forro que sente necessidade de viver gritando que é emancipado e não dá mais satisfações a ninguém. Daí, do lado de lá, a afirmação de que não existe nem nunca existirá nenhuma língua brasileira e, do de cá, a

jura de que ela existe, sem nenhuma relação mais com a língua que se fala em Portugal (Duarte, 1955, p. 8).

Segundo o autor, vários fatores históricos, sociais, políticos e econômicos contribuíram para transformar a língua portuguesa no Brasil, inclusive o exercício de nacionalismo português e sua consequente rejeição à variedade linguística brasileira, que colocava a língua do Brasil em posição de rebaixamento, de tal modo que alguns lusitanos, reforçando a ideologia racista, chegavam a afirmar que a língua aqui falada não seria outra senão o “pretuguês”.

Flexionando a questão da língua nesse quadro geral, Duarte argumenta que, evidentemente, não se admitiria no Brasil independente uma “vassalagem subserviente” em relação ao português de além-mar, tampouco seria o caso de se conceber a conservação da unidade linguística por meio de convênios ou decretos, mas também não haveria razões para a admissão do português brasileiro como uma língua independente da língua portuguesa.

[...] Nem mesmo a desordem ortográfica justifica essa bobagem que só poderia medrar no bestunto de duas ditaduras armadas de grosseiro nacionalismo. Preferível a desordem ortográfica anterior à salganhada de tantos acordos, sobressaindo-se ainda melhor pelas incongruências, pela confusão, pela incoerência, pela falta de método, o último que unificou as duas ortografias. Por ele a nossa ortografia ficou pior ainda do que era no tempo do caos. (Duarte, 1955, p. 18).

Para além da crítica ao acordo ortográfico, também esboçada por Requião (1947) e Magalhães (1946), Duarte argumenta, ainda que de forma contraditória, que a língua é do povo, seja ele primitivo ou civilizado. Contudo, o autor é enfático ao dizer que

não se pode prescindir da capacidade necessária para conservá-la, isto é, segundo o autor, o povo primário, tendo perdido as restrições sociais fortemente conservadas pelos povos primitivos, e, por ignorância ou decadência social, tendo perdido a noção de respeito às normas conservadas pelos povos civilizados, acaba por despersonalizar ou deteriorar a própria língua. Afirma, ainda, que muitas vezes é possível buscar na língua literária a influência necessária no sentido de reparar as perdas do idioma, mas, no caso brasileiro, a língua literária também primária pelo desmazelo: “[...] aos poucos nos vai restando apenas um vocabulário, este mesmo invadido de barbarismos incríveis [...]” (Duarte, 1955, p. 21).

Agora, se é preciso o maior cuidado no sentido de evitar-se a debilitação, a queda e a morte da língua, é preciso não confundir polícia com ditadura, com o domínio dos ranhetas que se julgam donos delas e, espumando, arrancam os cabelos a qualquer necessário neologismo exótico, ou correm atrás da gente rogando pragas, açoitando regrinhas e espionando se o pronome não saiu deslocado ou se a preposição se mantém no recato de uma regência quinhentista (Duarte, 1955, p. 21).

Conforme propôs Brait (2001), esse texto de Paulo Duarte expõe não somente as lutas travadas no universo cultural brasileiro, mas também as relações entre brasileiros e portugueses - “com o forte imaginário desenvolvido entre colonizador e colonizado” -, a produção e circulação dos saberes científicos correntes em meados do século XX e as formas de constituição de uma intelectualidade brasileira que, “[...] procurando tratar cientificamente os fenômenos linguísticos, expõe o lugar de onde essa postura está sendo enunciada e uma identidade linguística daí visualizada [...]” (Brait, 2001, p. 154).

É necessário reiterar, nesse sentido, que apesar de se tratar de discursos diversos, proferidos por intelectuais com interesses sociais e políticos distintos, o que se expressa é sempre a visão do grupo racial dominante, o que justifica a coesão discursiva quanto à necessidade de se afirmar a posição do Brasil como país independente e legítimo herdeiro da língua portuguesa, considerada enquanto bem cultural e simbólico. Logo, o debate expõe não somente as ideologias linguísticas em circulação em meados do século XX, mas dão visibilidade ao território, à cultura e a uma certa nacionalidade brasileira constituída pela exclusão sociorracial, cultural e linguística de negros e indígenas (Brait, 2001; Silva, 2023).

5 Conclusão

Sabemos que em países com longas histórias de colonização o processo de nacionalização da língua se estabelece em meio a relações de força objetiva entre línguas concorrentes e relações de força simbólica entre os produtores da língua (nos termos de Bourdieu, 2008). No caso brasileiro, esse processo caracterizou-se pela disputa articulada entre os diferentes grupos sociais, inclusive o ex-colonizador, geralmente reapresentado a partir de uma relação de parentesco, como pátria-mãe, povo-irmão etc., visando ao domínio dos instrumentos de produção e reprodução culturais e linguísticas. Nesse cenário, a língua portuguesa esteve sempre em posição favorável, associada às noções de progresso, modernidade e civilização do país.

A ação de valorização da língua de Portugal certamente não decorre de suas propriedades intrínsecas, mas é fruto de um processo sociopolítico, que implica a deslegitimação das

línguas locais socialmente classificadas como minoritárias, e a consequente exclusão linguística dos povos (ou grupos) falantes dessas línguas. Ressaltando esse aspecto, vale lembrar que a Comissão de Educação e Cultura, por ocasião da aprovação do parecer de Raul Pilla, contrário ao projeto 756/47, reiterou a ideia de que as alterações produzidas na língua brasileira por interferência de línguas africanas e indígenas seriam secundárias (Brasil, 1948b). Ora, bem sabemos que essa afirmação expressa um posicionamento político, cujos fundamentos se prendem ao racismo de classe, que reduz os valores, saberes e culturas dos grupos racializados, reforçando, desse modo, o domínio da língua portuguesa.

De forma mais geral, podemos dizer que a disposição à preconização da língua do ex-colonizador estava mais ou menos ajustada entre as elites políticas e intelectuais brasileiras, tanto que Altamirando Requião (1947), Raul Pilla (1948), Basílio de Magalhães (1946) e Paulo Duarte (1949, 1955, 1976), assumindo posicionamentos distintos no debate sobre a denominação da língua nacional e mesmo contestando a posição de Portugal como único e autorizado guardião da língua portuguesa, lhe conferiram reconhecimento e legitimidade. Dito de outro modo, os argumentos produzidos por esses intelectuais, em favor ou contra a língua brasileira, garantiram a eficácia de uma ação nacionalista assentada em velhas práticas colonialistas.

Além disso, conforme afirmamos no decorrer deste estudo, a extensão dos debates contribuiu para a legitimação dos debatedores, os quais, agrupados como parte de uma elite política nacional autorizada a produzir um discurso de autoridade sobre a língua, com seu vocabulário político próprio, suas referências, suas metáforas, seus simbolismos, com o controle dos tópicos

e dos sinais de importância, com a manifestação de uma representação do mundo (Bourdieu & Boltanski, 1975), forjaram uma identidade linguística consoante os princípios políticos que orientaram os projetos nacionalistas das elites brasileiras.

Nas décadas seguintes, observa-se o esmaecimento dos debates, mas persistem as hierarquias sociais e linguísticas que sustentam esses sistemas de dominação (nos termos de Bourdieu, 2008). Daí a existência e persistência desse mesmo grupo, ao longo dos anos, no exercício do controle dos discursos públicos, com todo poder que isso implica.

Referências

AMARAL, Amadeu. *Dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1955.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 297.

BOLTANSKI, Luc e BOURDIEU, Pierre. Le fétichisme de la langue (et l'illusion du communisme linguistique). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 1, n. 4, 1975, p. 2-33.

BOURDIEU, Pierre. L'économie des échanges linguistiques. *Langue Française*, 1(34), p. 17-34, 1977.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.

BRAGA, Sérgio Soares. A Constituinte de 1946 e a Nova Ordem Econômica e Social do Pós-Segunda Guerra Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, n. 6/7, 1996.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem da Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. v. 1. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BRAIT, Beth. Língua nacional: identidades reivindicadas a partir de lugares institucionais. *Grogoatá*, Niterói, n. 11, p. 141-155, 2001.

CARONE, Edgard. *A quarta República (1945-1964)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 2002.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, Amadeu. *Dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1955, p. 7-40. Prefácio.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e a língua brasileira. In: *Amadeu Amaral*. São Paulo: HUCITEC – SCET-CEC, 1976.

GRAMMONT, Maurice. *Traité de Phonétique*. Paris: Librairie de Lagrave, 1933.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Línguas de civilização e línguas de cultura. A língua nacional do Brasil. In: BARROS, Diana Luz Pessoa. (org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo, Edusp/Fapesp. 2000.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de raça e o ideário de branqueamento no século XIX. *Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política*. São Carlos (UFSCar), v.1, n. 42, p. 63-110, jan./

jul. 2003. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/57>. Acesso em: 20 mai. 2022.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LACERDA, João Batista de. *Sur les Métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *TOPOI*, v. 4, n. 7, p. 334-356, jul./dez. 2003.

LIMA, Ivana Stolze. Língua nacional, histórias de um velho surrão. In: LIMA, Ivana Stolze et al. (orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 215-246.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. Jose Olympio, 1977.

MELO, Gladstone Chaves. *A língua do Brasil*. 3a edição. Rio de Janeiro: FGV, 1975. edição original: 1946.

OLIVEIRA, André Felipe Vêras. Constituição de 1946: Precedentes e Elaboração. *Revista da EMERJ*, v. 13, n. 51, 2010.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Linguísticos* 2. São Paulo: Pontes, 1998.

PEDRA BRANCA, Visconde. Brasileirismos. In: PINTO, Edith Pimentel. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos: 1820/1920*. Fontes para a teoria e a história XV-LVIII. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

PINTO, Edith Pimentel. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos: 1920/1945*. Fontes para a teoria e história. Rio de Janeiro: Livraria Técnica e Científica; São Paulo: EDUSP, 1981.

PINTO, Edith Pimentel. *Português do Brasil: textos críticos e*

teóricos: 1820/1920. Fontes para a teoria e a história XV-LVIII. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

RENK, Valquiria Elita. O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná. *Acta Scientiarum – Education*, Maringá, v. 36, n. 2, p. 223-231, Jul. /Dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/19580>. Acesso em: 23 out. 2022.

SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n. 39, p.81-114, 2000.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico* 1993. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 175-203, 1995.

SILVA, Hosana dos Santos. O debate sobre a língua do Brasil na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. *Fórum Linguístico*. v. 20, n. 4, 2023.

SILVA, Hosana dos Santos. *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas*. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Hosana dos Santos. Língua e Poder: Revisitando os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo. *Cadernos do IL, [S. l.]*, v. 1, n. 55, p. 114–129, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/67844>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SILVEIRA, Álvaro Ferdinando Sousa. *Lições de português*. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlântida, 1952.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, Maria Clara Paixão. A morfologia de flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de perda. *Estudos da Língua(gem)* (Impresso), v. 8, p. 55-82, 2010.

VENDRYES, Joseph. *Le langage*. Paris: Albin Michel, 1939.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 3a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932 [1922].

Documentos

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados* [1935]. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. VIII, 1935.

BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* [1946]. Rio De Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. XVI, 1946.

BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* [1946]. Rio De Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. XXIII, 1946.

BRASIL. *Congresso Nacional* [1946-1951]. Anais da Assembleia Constituinte de 1946. 26 Vols. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal. 1 out. 1947. Ano II, n. 169, p. 6.272-6.275.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal, 21 out. 1948a. Ano III, n. 197, p. 10.489-10.491.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal, 26 out. 1948b. Ano III, n. 201, p. 10.718.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal, 02 abr. 1971. Ano XXVI, n. 4, p. 4.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 de ago. de 1949a, p. 4.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 de ago. de 1949b, p. 6.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 de ago. de 1949c, p. 6.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 de ago. de 1949d, p. 9.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 09 de ago. de 1949e, p. 6.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de ago. de 1949f, p. 6.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 de ago. de 1949g, p. 22.

MAGALHÃES, Basílio. Língua brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 de set. de 1946, p. 2.

Sequência textual e uso de construções conclusivas

Mayra França Floret*

Resumo

As construções conclusivas do português são representadas pelo esquema [Segmento 1 CONECTOR Segmento 2], em que o slot CONECTOR pode ser preenchido por diversos conectores, dentre eles, “portanto”, “por isso”, “logo” e “então”. Apesar de essas quatro construções serem, de maneira geral, consideradas sinônimas na expressão da relação de conclusão, tendo em vista o Princípio de Não Sinonímia (Goldberg, 1995; Croft, 2001), é possível pressupor que haja diferenças de sentido entre elas, o que motivaria o falante a usar uma forma e não outra(s) em determinados contextos. Assim, o objetivo deste estudo é investigar a influência do segmento discursivo mais amplo na escolha pela construção. Em outras palavras, buscamos verificar a possível correlação entre sequência textual (Paredes Silva, 1997; Adam, 2008; Arena, 2008; Vieira, 2016) e construção conclusiva. Por se tratar de construções existentes na língua desde registros mais remotos (Martelotta; Silva, 1996; Barreto, 1999; Longhin-Thomazi, 2006; Oliveira, 2011; Floret, 2022), analisamos suas trajetórias em três períodos da história do português: período arcaico, clássico e moderno/contemporâneo (Mattos e Silva, 1994, 2007; Castro, 2013). Os dados foram coletados em uma amostra com textos representativos desses três períodos, e analisados estatisticamente no programa GoldVarbX (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). Os

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora e mestre em Linguística (UFRJ). Professora adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2272-9124>

resultados encontrados apontam evidências favoráveis de que a sequência textual é um dos fatores que motivam a escolha de construções específicas. Há correlação entre conectores adverbiais e sequências narrativas, assim como entre conectores preposicionais e sequências expositivas.

Palavras-chave: construção conclusiva; sequência textual; estudo diacrônico.

Textual sequence and use of conclusive constructions

Abstract

The conclusive constructions in Portuguese are represented by the scheme [Segment 1 CONNECTOR Segment 2], in which the slot CONNECTOR may be filled by several connectors, including “portanto”, “por isso”, “logo” and “então”. Although these four constructions are generally considered synonymous in expressing conclusive relation, based on the Principle of No synonymy (Goldberg, 1995; Croft, 2001), it is possible to assume that there are differences in meaning among them, which would motivate the speaker to use one form and not the other(s) in certain contexts. Therefore, the objective of this study is to investigate the influence of the broader discursive segment on the choice of the construction. In other words, we intend to examine the possible correlation between textual sequence (Paredes Silva, 1997; Adam, 2008; Arena, 2008; Vieira, 2016) and conclusive construction. Concerning the fact that these constructions exist in language since remote records (Martelotta; Silva, 1996; Barreto, 1999; Longhin-Thomazi, 2006; Oliveira, 2011; Floret, 2022), we analyze their trajectories across three periods of Portuguese language history: archaic, classical, and modern/contemporary periods (Mattos e Silva, 1994, 2007; Castro, 2013). The data were collected

in a sample with representative texts from these periods, and statistically analyzed using GoldVarbX program (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). The results provide evidence that the textual sequence is one of the factors influencing the choice of specific constructions. There is a correlation between adverbial connectors and narrative sequences, as well as between prepositional connectors and expository sequences.

Keywords: conclusive construction; textual sequence; diachronic study.

Recebido em: 26/03/2024 / Aceito em: 29/09/2024

1 Introdução

A relação de conclusão pode ser expressa através de diferentes construções, conectadas por diversos elementos. Dentre elas, consideramos aquelas conectadas por quatro conectores: “portanto”, “por isso”, “logo” e “então”. Apesar de servirem para a expressão da mesma relação, tendo em vista o Princípio de Não Sinonímia (Goldberg, 1995; Croft, 2001), podemos esperar que, por serem diferentes na forma, sejam também diferentes no significado, ainda que de forma sutil.

Por conta disso, este artigo, que faz parte de um estudo mais amplo sobre a trajetória de construções conclusivas na língua¹, tem como principal objetivo verificar se o segmento em que ocorre a construção conclusiva pode favorecer a escolha por uma construção e não por outra. Em outras palavras, verificamos se a sequência textual (Paredes Silva, 1997; Adam, 2008; Arena, 2008; Vieira, 2016; Floret, 2022) é um dos fatores que levam o falante a usar a construção com um dos quatro conectores mencionados.

A possível correlação entre sequência textual e construção conclusiva é examinada ao longo do tempo. Assim, este é um estudo diacrônico, que considera o intervalo temporal entre os séculos XIII e XXI. Dessa maneira, além de observar o fenômeno no estágio atual da língua, podemos investigar de que maneira a sequência pode ter sido um fator decisivo na escolha da construção conclusiva ao longo das trajetórias das quatro construções analisadas.

¹ Este artigo apresenta parte dos resultados encontrados durante o desenvolvimento da tese de doutorado da autora (ver Floret, 2022).

Os elementos que diferenciam uma construção da outra, os conectores, se desenvolveram em nossa língua através de mudanças sofridas por elementos adverbiais ou preposicionais com valor adverbial (Oliveira, 2011). Por conta disso, com exceção de “logo”, esses elementos conectivos ainda compartilham características de conjunção e advérbio, ou seja, são elementos híbridos, e estão a caminho de se gramaticalizarem como conjunções (Pezatti, 2000).

O conector “logo” tem origem como advérbio temporal (Longhin-Thomazi, 2006; Oliveira, 2011). Surgiu a partir do advérbio latino *locus* que, além de poder expressar tempo, também poderia ser utilizado com sentido de lugar (Oliveira, 2011). Diferentemente dos demais elementos em análise, “logo” apresenta características que o aproximam de uma conjunção prototípica, como por exemplo, sua posição fixa no início do segmento conclusivo (Quirk *Et al*, 1985; Oliveira, 2011; Floret, 2022).

De acordo com Longhin-Thomazi (2006), a interpretação de “logo” com conjunção surge em um contexto de ambiguidade, em que o elemento tanto pode ser interpretado com sentido de tempo, como “em seguida”, mas também como conjunção, estabelecendo conexão entre dois segmentos. Em outras palavras, “logo” passa de sequenciador de eventos, para sinalizador de sucessão entre eventos no texto. Entretanto, seu uso como advérbio temporal ainda permanece na língua. Como ressalta a autora, a trajetória de “logo” é um exemplo do surgimento de categorias mais gramaticais a partir de categorias menos gramaticais.

Outro conector que também surge a partir de usos temporais é “então”. Originalmente, indica coordenadas espaciais e

temporais, até que começa a também exercer funções no discurso (Martelotta; Silva, 1996). Surge a partir de usos sequenciais, em que uma oração é apresentada como consequência do que foi dito no segmento anterior. Conforme Paiva (1991, 1996) e Neves (1998), elementos desse tipo podem desenvolver usos causais ao longo do tempo, já que sequencialidade temporal é um dos elementos essenciais da relação de causa. Assim como “logo”, “então” ainda é utilizado para indicar relações de tempo.

Os outros dois conectores considerados neste estudo, “portanto” e “por isso”, têm a mesma base em comum: a preposição “por”. “Portanto” surge a partir da junção dessa preposição com o indefinido “tanto”, e essa junção passa a ser acessada como uma unidade independente (Barreto, 1999; Oliveira, 2011). O uso como conector vem de seu papel anafórico e relacional, com sentido de “por tudo isso”. Desse sentido mais concreto, surge o sentido mais abstrato como elemento conectivo.

Por sua vez, “por isso” se origina a partir da junção da preposição “por” com o demonstrativo “isso”. Desde registros mais remotos, o conector é encontrado expressando sentidos como “por essa razão” (Barreto, 1999; Oliveira, 2011). Conforme aponta Oliveira (2011), a partir do século XV, “por isso” ganha frequência por já não competir mais com a forma “por en(de)”, que se fixa com sentido de contraste. Para a autora, esse conector costuma estabelecer relações menos subjetivas, como a que ocorre entre causa e consequência, ainda que também possa estabelecer relações mais subjetivas, como a de premissa e conclusão. O caráter mais objetivo do conector parece se refletir nos dados que serão analisados ao longo deste artigo, visto que seu uso está atrelado principalmente a trechos discursivos com menor envolvimento do falante.

Apesar de os elementos conectivos terem um papel central na análise, entendemos seu funcionamento em relação aos segmentos conectados por eles, como será esclarecido mais adiante. Na próxima seção, apresentamos os pressupostos teóricos que norteiam o desenvolvimento deste estudo.

2 Construções em sequências textuais

Neste estudo, entendemos a língua como um inventário de construções, que são associações entre uma forma e um significado (Goldberg, 2006; Traugott; Trousdale, 2013). As construções aqui analisadas podem ser capturadas pelo esquema [Segmento 1 CONECTOR Segmento 2], em que o *slot* CONECTOR é preenchido por quatro conectores: “portanto”, “por isso”, “logo” e “então”.

Em consonância com os pressupostos que definem os Modelos baseados no Uso, entendemos que a experiência do falante, ou seja, o uso, tem papel central na produção e processamento da língua (Boyland, 2009; Bybee, 2010; Bybee; Beckner, 2010; Ibbotson, 2013; Diessel, 2015). Dessa maneira, o falante faz uso de construções conclusivas em textos, sejam eles orais ou escritos, que, por sua vez, são formados por sequências textuais com funções diversas, como argumentar, narrar, descrever, expor e dialogar.

As sequências textuais integram os gêneros textuais; um mesmo gênero é formado por sequências com funções distintas, ainda que possa favorecer a ocorrência de determinados tipos. Para Adam (2008, p.204), sequências textuais são entidades relativamente autônomas, que ocorrem dentro de textos, mas que possuem organização interna própria. Em outras palavras,

ao mesmo tempo em que são ligadas ao texto, têm suas próprias características específicas que independem do gênero textual.

Adam (2008) e Vieira (2016) propõem classificar as sequências conforme sua função principal. Assim, sequências textuais podem ser de cinco tipos diferentes: narrativas, argumentativas, expositivas, descritivas e dialógicas.

A sequência narrativa é aquela cuja função central é narrar fatos, ordenar a ocorrência de eventos na linha do tempo. Por conta disso, são compostas normalmente por formas linguísticas que remetem ao passado. O exemplo (1), que narra experiências vividas pelos personagens em situações passadas, ou seja, conta uma história, ilustra esse tipo de sequência.

(1) Foram aplaudidos de todos os circunstantes , e de El-rei tão benignamente ouvidos , que não só com grandes demonstrações de alegria lhes significou o gosto , que tivera da feliz aclamação de El-rei Nosso Senhor ; mas também lhes assegurou , que viria em tudo o que na embaixada lhe propunham , e que jamais faltaria ao reino de Portugal naquilo , que fosse em sua mão , logo lhes nomeou por comissários da embaixada ao conde de Pembrot , ao conde de Arandel , ao duque de Linot , ao Marquês de Lile , e ao secretário de Estado (Século XVII – Gazeta da restauração. Grifo nosso.).

Além de contar histórias, também usamos a língua para assumir posicionamentos com base em premissas e fatos assumidos como verdadeiros. De acordo com Adam (2008), a tomada de uma conclusão a partir de uma premissa faz parte do processo argumentativo. Assim, a sequência argumentativa é mais subjetiva, já que envolve o estabelecimento de um posicionamento pessoal por parte do emissor. Por conta disso, é provável que nela apareçam expressões modalizadoras que deixam evidente a subjetividade do que é dito. O exemplo

(2) ilustra o uso de uma construção conclusiva em uma sequência argumentativa.

(2) parece me Jemte de tal Jnoçençia que se os homem emtendese E eles a nos . que seriam logo cristaa~os porque eles nom teem nem emtendem em nhuu~a creemça segumdo parece . E **portanto** se os degradados que aquy am de ficar . aprenderem bem a sua fala E os entenderem ./ nom doujdo segumdo a santa tençam de vosa alteza fazerem se cristaa~os E creerem na nossa samta fe (Século XV – Carta de Caminha. Grifo nosso.).

O autor da carta deixa claro que acredita que os índios se tornariam cristãos facilmente se pudessem se comunicar com os portugueses. A razão de ter essa opinião é considerar os índios como “gente de tal inocência”. A expressão “não duvido (nom doujdo)” evidencia o processo argumentativo em que uma crença leva ao estabelecimento de uma conclusão.

Além de narrar e argumentar, o falante também pode expor fatos e relacionar proposições de forma lógica, sem o envolvimento de sua opinião pessoal. Nesse caso, o emissor fala sobre um assunto de maneira objetiva, utilizando dados, comparações e informações comprováveis ou observáveis, como o que ocorre no exemplo (3).

(3) eu tenho agora sabido que meu filho morreo de peçonha, que vos e vossos filhos lhe destes, e **portanto** estay todos presos; (Século XVI-1 – Crônicas dos Reis de Bisnaga. Grifo nosso.).

No trecho anterior, a prisão de um grupo de pessoas se dá por terem envenenado e matado uma pessoa. Matar alguém e ser preso são fatos relacionados de forma objetiva e imparcial, sem que haja envolvimento de uma opinião pessoal do emissor. Assim, o trecho apenas expõe dois acontecimentos que se relacionam no mundo de forma lógica.

Uma quarta possibilidade é descrever um objeto, uma pessoa, um lugar ou uma situação em um texto. A sequência descritiva, ilustrada pelo exemplo (4), costuma servir de pano de fundo para outros acontecimentos mais importantes em um texto (Vieira, 2016).

(4) Estes passaros são do tamanho de Pegas, mais brancos que vermelhos, têm côr graciosa de hum branco espargido de vermelho, o bico he comprido, e parece huma colher; para tomar o peixe tem este artificio: bate com o pé na agua, e tendo o pescoço estendido espera o peixe e o toma, e por isso dizem os Indios que tem saber humano (Século XVI//2 – Tratados de gente e terra do Brasil. Grifo nosso.).

Como se pode observar, a função do trecho anterior é descrever um pássaro e falar sobre a forma como ele caça peixes.

Por fim, o quinto e último tipo é a sequência dialógica (ou dialogal). De acordo com Adam (2008), ocorre em situações em que há diálogos, com alternância entre turnos de fala. Tendo em vista a natureza dos textos selecionados na amostra, com pouco espaço para construção de diálogos, são pouquíssimos os dados de construções conclusivas nesse tipo de sequência. O exemplo (5) é um dos poucos encontrados.

(5) - Es tu - disse Gil L(ourem)ço - da companhia que foram ao Vall do Laramjo?
- Sy, som, - disse elle - & se lhe allgu~ bem aves de faz(er) na~o temdes que tardar, caa elles sa~o allem da Torre Vermelha & tem ally o porto aos mouros, os quais, se passassem, seria neçessario que os nossos perecesse~ todos, caa sa~o tamtos que ha' çimq(uoem)ta pera hu~, & por isso vou assy trigoso chamar o comde, q(ue) lhes acorra (Século XV – Crônica de D.Pedro de Meneses. Grifo nosso.).

No exemplo, o autor expõe um diálogo entre duas pessoas com o uso do discurso direto. A própria organização do trecho demonstra que se trata da alternância entre dois turnos de fala.

Ao analisar a ocorrência de construções conclusivas em diferentes tipos de sequências textuais, buscamos verificar se a função principal do trecho em que ocorre a construção pode, de alguma forma, estar relacionada à ocorrência de construções específicas. Em outras palavras, como já mencionado, o objetivo central deste estudo é verificar se o tipo de sequência textual pode favorecer a ocorrência de construções conclusivas com conectores específicos. Para isso, adotamos os procedimentos de análise que serão descritos na seção 3.

3 Procedimentos de análise

Para verificar uma possível correlação entre construções conclusivas com “portanto”, “por isso”, “logo” e “então” e sequências textuais ao longo do tempo, selecionamos uma amostra composta por textos de diferentes estágios do português – período arcaico (século XIII até primeira metade do século XVI), clássico (segunda metade do século XVI até século XVIII) e moderno/contemporâneo (século XIX em diante) (Mattos e Silva, 1994, 2007; Castro, 2013).

Para cada século, foram selecionados dois textos, com exceção dos séculos XX e XXI, que contam com um representante cada. Assim, nossa amostra é formada por dezoito textos no total. A fim de equilibrar a quantidade de material analisado, os textos selecionados para cada período possuem um total de aproximadamente duzentas mil palavras. O quadro 1 organiza as informações sobre a amostra.

Quadro 1 – Amostra selecionada

Texto	Século	Número de palavras
Afonso X, Foro Real	XIII	31.433 ^I
Chancelaria D.Afonso III	XIII	17.629
Orto do esposo	XIV	31.090 ^{II}
Livro de linhagens do Conde D.Pedro	XIV	16.936 ^{III}
Carta de Caminha	XV	8.276
Crônica de D.Pedro de Meneses	XV	44.396 ^{IV}
Crônicas dos Reis de Bisnaga	XVI-1	21.696 ^V
Crônica do Rei D.Afonso Henriques	XVI-1	26.750 ^{VI}
TOTAL	PERÍODO ARCAICO	198.206
Texto	Século	Número de palavras
Vida da sereníssima Princesa Dona Joana	XVI-2	36.114
Tratados da terra e gente do Brasil	XVI-2	27.074
Jornada dos vassalos da Coroa de Portugal	XVII	34.945
Gazeta da restauração	XVII	25.235
Gazetas manuscritas da Biblioteca de Évora	XVIII	52.078
Vida e morte de Madre Helena da Cruz	XVIII	26.320
TOTAL	PERÍODO CLÁSSICO	201.766
Texto	Século	Número de palavras
Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna	XIX	54.588
Cartas de leitores de jornais da Bahia	XIX	30.113
Norte do Brasil	XX	44.279
Matérias de capa da revista Azul magazine	XXI	55.406
TOTAL	PERÍODO MODERNO	184.386

Fonte: Floret, 2022, p.62.

Legenda do quadro 1

- I - Consideramos os dados encontrados até o capítulo 17 do texto.
- II - Consideramos apenas os dados encontrados nos livros I, II e III.
- III - Consideramos apenas a primeira metade do texto.
- IV - Consideramos apenas os dados encontrados até o capítulo 41.
- V - Consideramos apenas os dados encontrados até o Título 20.
- VI - Consideramos apenas os dados encontrados até o capítulo 29.

A partir da seleção da amostra, fizemos uma leitura cuidadosa de todos os textos e coletamos os dados com alguma das construções conclusivas consideradas. Esses dados foram analisados tendo em vista diversas propriedades, tanto no âmbito da forma quanto do significado (ver Floret, 2022). Para os limites deste artigo, trataremos apenas dos resultados relacionados à propriedade “sequência textual”, já abordada anteriormente.

Por fim, os dados selecionados e analisados passaram por tratamento estatístico no programa GoldVarbX (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), o que nos permitiu verificar a distribuição das construções conclusivas de acordo com a sequência textual ao longo do tempo. Os dados encontrados serão expostos e analisados na seção seguinte.

4 Sequência textual: fator decisivo para a escolha da construção conclusiva?

Neste estudo, consideramos apenas quatro construções conclusivas dentre diversas outras que existem na língua. De acordo com o Princípio de Não Sinonímia (Goldberg, 1995; Croft, 2001), se duas construções são diferentes no que diz respeito à forma, também deve haver diferenças no âmbito do significado. Em outras palavras, o falante não usaria uma das

quatro construções analisadas de forma aleatória, mas, sim, motivado por alguma diferença semântica ou pragmática. Ainda que possam parecer sinônimas, podemos esperar que algum fator, ainda que muito sutil, leve à escolha de uma construção específica.

Um dos fatores que pode determinar a escolha por uma construção são as características do trecho discursivo em que a construção conclusiva é usada. Podemos esperar que o emissor escolha uma das quatro construções por influência da função principal da sequência — narrar, argumentar, expor, descrever ou dialogar? A possível correlação entre sequência textual e construção conclusiva sofreu mudanças ao longo do tempo? Essas são as perguntas para as quais tentaremos encontrar respostas através dos dados analisados. Apresentamos, primeiramente, a tabela 1, com os dados encontrados para o período arcaico.

Tabela 1 – Período arcaico

Conector	Narrativa	Descritiva	Argumentativa	Expositiva	Dialógica	TOTAL
Logo	3 = 75%	0	0	1 = 25%	0	4
Portanto	3 = 21,4%	0	3 = 21,4%	8 = 57,2%	0	14
Por isso	4 = 21%	0	6 = 31,6%	8 = 42,1%	1 = 5,3%	19
Então	27 = 77,2%	0	4 = 11,4%	4 = 11,4%	0	35

Fonte: Floret, 2022, p.105.

Como mostra a tabela 1, no período arcaico, as construções com os conectores adverbiais, “logo” (75%) e “então” (77,2%), ocorrem mais frequentemente em sequências narrativas. Em outras palavras, ao narrar uma história, o falante tende a escolher um desses conectores. Entre os 37 dados encontrados em sequências narrativas, 30 (81,1%) são preenchidos por um deles.

Já os conectores de base preposicional – “portanto” (57,2%) e “por isso” (42,1%) - tendem a ser usados quando se trata de um trecho expositivo. Foram encontrados 21 dados nesse tipo

de sequência, sendo 16 (80%) correspondentes à construção com um dos conectores. É necessário ressaltar que, no período arcaico, a distribuição dos conectores adverbiais é mais restrita, com índices bem mais altos para um mesmo tipo de sequência. Por sua vez, os conectores preposicionais tendem a apresentar maior variabilidade e, portanto, maior chance de ocorrer em sequências de diversos tipos, o que é evidenciado por índices mais equilibrados do que os dos outros conectores. Quanto aos dados em sequências descritivas ou dialógicas, fica claro que são raros nesse período de tempo, com apenas uma ocorrência de sequência dialógica com “por isso”.

O período clássico apresenta distribuição semelhante, ainda que possamos apontar algumas diferenças.

Tabela 2 – Período clássico

Conector	Narrativa	Descritiva	Argumentativa	Expositiva	Dialógica	TOTAL
Logo	8 = 72,7%	0	3 = 27,3%	0	0	11
Portanto	0	0	0	1 = 100%	0	1
Por isso	7 = 29,2%	6 = 25%	3 = 12,5%	8 = 33,3%	0	24
Então	7 = 70%	1 = 10%	2 = 20%	0	0	10

Fonte: Floret, 2022, p.106.

Em primeiro lugar, a tabela mostra que o período clássico conta com um número menor de dados em relação ao período arcaico. Um exemplo disso é a construção com “portanto”, com apenas uma ocorrência. De todo modo, a tendência encontrada no período arcaico acaba se mantendo até o período clássico. As construções com “logo” (72,7%) e com “então” (70%) são consideravelmente mais frequentes em trechos narrativos. Dentre os 22 dados para esse tipo de sequência, 15 (68,2%) são construções conectadas por um desses elementos.

Por sua vez, as 9 ocorrências de construção conclusiva em sequências expositivas são compostas por um dos conectores

preposicionais (100%). A distribuição das construções com “por isso”, que já é relativamente equilibrada no período arcaico, fica ainda mais no período clássico, com índices próximos entre sequências expositivas (33,3%), narrativas (29,2%) e descritivas (25%). Assim, pelo menos até o período clássico, podemos confirmar a variabilidade dessa construção, ainda que com uma pequena vantagem para as sequências expositivas.

Por fim, a tabela 3 mostra a distribuição das construções no período moderno/contemporâneo.

Tabela 3 – Período moderno/contemporâneo

Conector	Narrativa	Descritiva	Argumentativa	Expositiva	Dialógica	TOTAL
Logo	1 = 50%	0	1 = 50%	0	0	2
Portanto	8 = 15,4%	5 = 9,6%	14 = 26,9%	25 = 48,1%	0	52
Por isso	45 = 48,9%	6 = 6,5%	18 = 19,6%	21 = 22,8%	2 = 2,2%	92
Então	13 = 48,2%	4 = 14,8%	2 = 7,4%	8 = 29,6%	0	27

Fonte: Floret, 2022, p.107.

A construção com “logo”, que já não era muito frequente nos períodos anteriores, torna-se ainda menos frequente no período mais atual. Seus dois dados se distribuem entre sequência narrativa (50%) e argumentativa (50%). A construção com “então”, que era muito mais recorrente em sequências narrativas até o período clássico, continua a ser no período moderno/contemporâneo (48,2%), mas com uma distribuição bem mais equilibrada, especialmente com as sequências expositivas (29,6%). Agora, entre os 67 dados em sequências narrativas, apenas 14 (20,9%) correspondem a um dos conectores adverbiais. Ao longo do tempo, sequências narrativas se tornaram aparentemente mais abertas a receber relações conclusivas conectadas por outros elementos.

A construção conectada por “por isso”, que vinha apresentando maior equilíbrio entre os diversos tipos de

sequência ao longo do tempo, passa a predominar em sequências narrativas (48,9%). Ela corresponde a 45 dos 67 dados encontrados em trechos narrativos (67,2%), espaço antes ocupado pelos conectores adverbiais. No período mais atual, a sequência expositiva se torna a segunda opção de ocorrência da construção (22,8%), com apenas 3 dados a mais em comparação com a argumentativa (19,6%).

A construção com “portanto” é a que apresenta trajetória mais linear em relação às outras. No período moderno/contemporâneo, continua a ser mais frequente em sequências expositivas (48,1%). Dos 54 dados nesse tipo de sequência, 25 (46,3%) são conectados por “portanto”. Consideradas em conjunto, as construções com conectores de base preposicional “por” correspondem a 46 (85,2%) dos 54 dados em sequências expositivas, evidenciando que, apesar de algumas mudanças na trajetória das construções, a predominância desses conectores em trechos expositivos se mantém.

Dado o elevado número de ocorrências da construção com “por isso” em sequências narrativas no período moderno/contemporâneo, e considerando que esse padrão difere do observado nos períodos anteriores, fizemos um cruzamento de dados entre a sequência textual e os textos da amostra. Esse procedimento permite verificar se o aumento é indicativo de uma mudança ocorrida entre os períodos clássico e moderno/contemporâneo, se reflete características específicas de um dos textos selecionados, ou se resulta da preferência de algum autor por essa construção. Os resultados estão apresentados na tabela 4.

Tabela 4 – Sequência textual e texto da amostra no período moderno/contemporâneo

	Narrativa	Argumentativa	Expositiva	Descritiva	Dialógica	TOTAL
Memórias do Marquês da Fronteira e d’Alorna – XIX	48 = 96%	1 = 2%	0	0	1 = 2%	50
Cartas de leitores de jornais da Bahia – XIX	13 = 25,4%	19 = 37,3%	19 = 37,3%	0	0	51
Norte do Brasil – XX	4 = 11,1%	13 = 36,1%	14 = 38,9%	4 = 11,1%	1 = 2,8%	36
Matérias de capa da Azul Magazine - XXI	2 = 5,5%	2 = 5,5%	21 = 58,4%	11 = 30,6%	0	36

Fonte: adaptado de Floret, 2022.

Como é possível observar, não podemos afirmar que a alta frequência da construção com “por isso” em sequências narrativas no período moderno/contemporâneo indica mudança nas tendências encontradas até então. Nesse caso, o que ocorre é que um dos textos da amostra — Memórias do Marquês da Fronteira e d’Alorna, século XIX — enviesa os dados, de maneira que suas características particulares acabem se refletindo sobre os resultados do período como um todo.

Das 50 construções conclusivas identificadas nesse texto, 48 estão em trechos narrativos, o que é compreensível por se tratar de um texto de memórias. Dessas 50 construções, 41 são conectadas por “por isso”², o que corresponde a 82% dos dados. Portanto, o texto é predominantemente composto por construções com “por isso” e quase exclusivamente por

² No estudo mais amplo (Floret, 2022), foram levantadas as quantidades de todos os conectores em cada texto da amostra, o que nos permitiu ter conhecimento desse dado.

trechos narrativos. Consequentemente, a grande maioria das construções conclusivas é conectada por “por isso” e está em trechos narrativos.

No período moderno/contemporâneo como um todo, foram encontrados 45 dados de “por isso” em sequências narrativas, o que mostra que a maior parte desses dados vem especificamente do texto em questão. Assim, fica claro que qualquer afirmação precisa ser feita com cautela, já que, nem sempre, o que encontramos indica algum tipo de mudança em curso. Pode ser, como é o caso, que seja apenas o reflexo das características de um texto da amostra sobre resultados mais gerais de uma pesquisa (Floret, 2024).

De maneira geral, os dados encontrados permitem confirmar a correlação entre o tipo de conector e a sequência textual. Por um lado, temos os conectores de base adverbial, que ocorrem mais frequentemente em sequências cuja função é narrar eventos que se organizam na linha do tempo. Uma possível explicação para esse fato é a origem desses conectores como advérbios de tempo (Martelotta; Silva, 1996; Longhin-Thomazi, 2006; Oliveira, 2011), sendo utilizados ainda hoje com esse significado. Narrativas costumam ser ancoradas no tempo, o que resulta em predomínio de sequencialidade temporal e, portanto, no uso de conectores que carregam esse significado.

Observa-se também uma correlação entre os conectores de base preposicional, “portanto” e “por isso”, e a sequência expositiva. Ao longo do tempo, esses conectores confirmam sua conexão com trechos desse tipo. Esse padrão pode ser atribuído ao fato de que exposições são ancoradas em fatos e suas implicações, uma possível justificativa para a predominância de conectores formados por preposições, que têm seu significado

mais frequentemente relacionado a usos concretos, como o espacial (Downing, 2015). A única exceção encontrada é a construção com “por isso” no período moderno/contemporâneo, cuja frequência atípica em trechos narrativos é reflexo das características particulares de um dos textos da amostra.

Assim, a análise dos dados mostra que a sequência textual é um dos fatores que motiva a escolha do falante por conectores conclusivos específicos, desde o período arcaico até registros mais atuais. Na verdade, o que podemos observar é uma correlação entre a sequência e a base do conector que compõe a construção conclusiva, se adverbial ou preposicional.

De todo modo, encontramos duas tendências principais. Ao narrar, o falante tende a expressar a relação de conclusão através de conectores adverbiais, “logo” ou “então”, que ainda se associam a usos temporais e ajudam a sequenciar eventos na linha do tempo. Por outro lado, ao expor, é mais provável que escolha um dos conectores de base preposicional, “portanto” ou “por isso”. Preposições são frequentemente associadas a sentidos concretos, especialmente o de espaço, o que se alinha com o fato de que sequências expositivas se relacionam a fatos e suas implicações.

5 Considerações finais

Ao longo deste estudo, analisamos construções conclusivas preenchidas por quatro conectores diferentes. Em princípio, todas elas servem para expressar o mesmo sentido – o de conclusão. Por isso, costumam ser consideradas intercambiáveis entre si.

Entretanto, o Princípio de Não Sinonímia (Goldberg, 1995; Croft, 2001) prevê que a diferença na forma implica alguma

diferença no nível do significado, de maneira que o falante escolha construções específicas, a depender do contexto. Dessa maneira, analisamos o trecho do discurso em que cada uma das construções foi encontrada, a fim de verificar se as características da sequência textual podem motivar o uso de formas específicas.

Foram encontradas evidências de que a sequência textual é um dos fatores que diferenciam essas construções. Em sequências narrativas, o uso de construções com os conectores “logo” e “então”, de base adverbial, foi mais frequente. Por sua vez, sequências expositivas se correlacionam a construções com “portanto” e “por isso”, conectores preposicionais. Assim, a depender da função do trecho do discurso, o falante tende a expressar conclusão através de conectores específicos. Como já mostramos anteriormente, a correlação entre a base do conector e o tipo de sequência pode ser explicada pela natureza do significado desses conectores, ancorada em sentidos mais ou menos concretos, relacionados a tempo e espaço.

É necessário ressaltar, todavia, que o fato de uma construção ser mais frequente em determinado contexto não bloqueia a possibilidade de ocorrência de outra construção. Como vimos, ainda que a frequência de uma construção seja mais alta do que de outra, a outra também pode ocorrer. Isso significa que o falante tende a escolher uma forma, mas não está impedido de usar outra, caso deseje.

Além disso, as tendências encontradas se mantêm ao longo do tempo; desde o século XIII até o momento atual, a correlação sequência narrativa – conector adverbial e sequência expositiva – conector preposicional se mantém. Por se tratar de um fenômeno vivo e em constante mudança, encontramos variações de frequência, sequências que vão ganhando ou perdendo espaço,

correlações que se fortalecem ou se enfraquecem, mas, ainda assim, podemos esperar que o tipo de sequência textual favoreça o uso de determinados conectores.

Acreditamos que haja outros fatores que influenciem o uso dessas construções em situações específicas. Portanto, um desdobramento futuro deste estudo será investigar outras propriedades, especialmente do nível do significado, que ajudem a explicar a distribuição de construções conclusivas em diferentes contextos de uso.

Referências

ADAM, Jean Michel. *A Linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.

ARENA, Ana Beatriz. Multifuncionalidade e polissemia do então: um estudo pancrônico. *Dissertação* (Mestrado em Estudos de linguagem), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. Gramaticalização das conjunções na história do português. *Tese* (Doutorado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BOYLAND, Joyce Tang. Usage based models of language. In: EDDINGTON, D. (ed.) *Experimental and quantitative linguistics*. Munique: Lincom, 2009, p.351 – 419.

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan.; BECKNER, Clay. Usage-based Theory. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.). *The*

Oxford handbook of Linguistic analysis. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 827 – 855.

CASTRO, Ivo. Formação da Língua Portuguesa. In: RAPOSO, E. *et alii*. *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 7 – 13.

CROFT, William. *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DIESSEL, Holger. Usage-based construction grammar. In: DABROWSKA, E.; DIVJAK, D. (ed.) *Handbook of cognitive Linguistics*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2015, p.295 - 321.

DOWNING, Angela. *English grammar: a University course*. Nova Iorque: Routledge, 2015.

FLORET, Mayra França. A trajetória das construções conclusivas com portanto, por isso, logo e então. *Tese* (Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2022.

FLORET, Mayra França. A influência da amostra na ordenação de construções causais com porque e por+infinitivo. *Revista Todas as Letras*, v.26, p.1 – 16, 2024.

GOLDBERG, Adele Eva. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele Eva. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Express, 2006.

IBBOTSON, Paul. The scope of usage-based theory. *Frontiers in Psychology*, volume 4, artigo 255, p. 1-15, 2013.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva. *Gragoatá*, Niterói, n.21, p. 59 – 72, 2006.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; SILVA, Lucilene Rodrigues. Gramaticalização de então. In: MARTELOTTA, M. E; VOTRE, S. J; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no Português do*

Brasil: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para uma caracterização do período arcaico do Português. *D.E.L.T.A*, v. 10, Número especial, p. 247 – 276, 1994.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Novas contribuições para história da língua portuguesa: ainda os limites do português arcaico. *Diadorim*, v. 2, p. 99 – 113, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma versão integrada das construções complexas de causalidade. *Actas do XIII Encontro nacional da Associação portuguesa de Linguística*, v.2, p. 143 – 154, 1998.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Pereira. *A sintaxe da coordenação e os conectores conclusivos*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011.

PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora de. *Ordenação de cláusulas causais: forma e função*. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora de. Aspectos semânticos e discursivos da relação de causalidade. In: MACEDO, A. T. *Variação e discurso*. 1ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996, p. 63 – 74.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Forma e função nos gêneros do discurso. *Alfa*, v. 41, Número especial, p. 79 – 98, 1997.

PEZATTI, Erotilde Goreti. Portanto: conjunção conclusiva ou advérbio. *Scripta*, Belo Horizonte, v.4, n.7, p. 60 – 71, 2000.

QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney. LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan. *A comprehensive grammar of the English language*. Londres: Pearson Longman, 1985.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and*

Windows. University of Toronto, 2005.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VIEIRA, Marília Silva. *Aí, daí e então em Campo Grande e São Paulo: análise sociofuncionalista no domínio da causalidade. Tese (Doutorado em Letras)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A tradução radical e alguns problemas para a linguística: um ensaio*

Larissa Colombo Freisleben**

Resumo

Este ensaio tem como objetivo mostrar como a reflexão de Willard Van Orman Quine sobre a indeterminação da tradução pode ser interessante para pensar a reflexão linguística, englobando tanto a descrição de línguas quanto as teorizações do campo. Em um primeiro momento, apresento em linhas gerais a ideia de *indeterminação da tradução* de Quine (1960), desenvolvida em sua reflexão sobre a experiência de tradução radical. Em seguida, busco colocar as ideias de Quine em contato com a prática linguística a partir de alguns exemplos retirados do livro *Don't sleep, there are snakes* (2008), no qual Daniel Everett relata sua experiência de viver com os Pirahã, buscando descrever a sua língua. Cito como exemplos a dificuldade de Everett em encontrar numerais em pirahã e a sua tradução proposta para o termo *kagi*, além do princípio que o linguista postula para explicar fatos linguísticos e culturais, para mostrar como a reflexão de Quine sobre a indeterminação da tradução é importante para pensar a prática linguística. Concluo que a discussão sobre sentido e referência na filosofia, e as formulações de Quine em particular, podem ser de grande valia para pensar a reflexão linguística, que embora tente escantear a relação da língua com o mundo de seu escopo, sempre acaba por se deparar com esse fato e com suas consequências teóricas e metodológicas.

Palavras-chave: indeterminação da tradução; sentido; referência; Willard Van Orman Quine.

* Este texto foi elaborado como trabalho final da disciplina "Teorias do Texto", ministrada pela profª. Drª. Alena Ciulla, a quem eu agradeço pelas aulas e pela leitura generosa.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Estudos da Linguagem pelo PPG Letras-UFRGS. Licenciada em Letras – Português e Francês pela mesma instituição. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2191-1730>

Radical translations and some problems for linguistics: an essay

Abstract

This essay aims to demonstrate how Willard Van Orman Quine's reflection on the indeterminacy of translation can be insightful for linguistic inquiry, including language description and theoretical frameworks. Initially, I outline Quine's concept of translation indeterminacy (1960) as developed in his reflections on radical translation. Then, I connect Quine's ideas with linguistic practice using examples from Daniel Everett's book "Don't Sleep, There Are Snakes" (2008), where he narrates the experience of living with the Pirahã tribe to describe their language. Examples include Everett's struggles with Pirahã numerals and his proposed translation of the term *kagi*, along with the principle he posits to explain linguistic and cultural phenomena. This illustrates how Quine's ideas on translation indeterminacy are relevant for linguistic practice. I conclude that philosophical discussions on meaning and reference, particularly Quine's formulations, can greatly benefit linguistic inquiry, which, despite attempting to sideline the language-world connection, inevitably confronts this fact and its theoretical and methodological implications.

Keywords: indeterminacy of translation; meaning; reference; Willard Van Orman Quine.

Recebido: 31/03/2024 / Aceito: 09/06/2024

1 Introdução

Em um dos mais importantes capítulos do *Curso de linguística geral* (CLG), de autoria atribuída a Ferdinand de Saussure, encontra-se uma tentativa de demonstrar o caráter arbitrário da relação entre significado e significante que parece resultar em uma contradição: se o texto inicia afirmando que a língua não é uma nomenclatura (ou seja, que as palavras não estão ligadas às coisas do mundo) e apresenta uma noção de signo linguístico que exclui o extralinguístico, ao longo da exposição os exemplos apresentados parecem, justamente, fazer referência às coisas do mundo, o que entra em contradição com as ideias previamente apresentadas.

De início, o texto critica a ideia de que a língua é uma nomenclatura, ou seja, de que a língua seria uma lista de palavras que correspondem a coisas do mundo. Essa ideia é problemática, segundo o CLG, por uma série de razões: por pressupor a existência de ideias que preexistem à língua, por não informar sobre a natureza da palavra como vocal ou psíquica e por pressupor que o vínculo entre as palavras e as coisas é uma operação simples (Saussure, 2012, p. 106.) A proposta apresentada no CLG é a seguinte: o signo linguístico é composto pelo *significado*, o *conceito*, que não é uma “coisa” — não é a realidade extralinguística — e pelo *significante*, a imagem acústica.

O CLG afirma que o laço que une o significante ao significado é *arbitrário*, isto é, não há motivação que una a ideia de “mar”, por exemplo, à sequência de sons *m-a-r* ou *m-e-r* ou *s-e-a*: qualquer sequência poderia representar essa ideia. Ou seja, a existência de diferentes línguas em que há significantes

diferentes para o mesmo significado seria uma prova do caráter arbitrário do signo. A ideia de arbitrariedade está ligada ao fato do significante ser *imotivado* em relação ao significado (Saussure, 2012, p.109), não existindo aí nenhuma relação natural com a realidade extralinguística.

No entanto, há um problema nessa argumentação, bem identificado por Émile Benveniste em sua crítica contundente à discussão do CLG publicada em 1939: se o significado é um conceito, e não a “coisa” em si (não a realidade extralinguística), como pode a relação arbitrária entre significado e significante ser explicada a partir da relação entre uma sequência de sons (imagem acústica) e a realidade extralinguística? O CLG utiliza a diversidade das línguas como argumento para defender o princípio da arbitrariedade do signo linguístico: assim, quando afirma que *böf* e *oks* têm o mesmo significado apesar de serem significantes diferentes, inclui-se aí um terceiro elemento além do significado e do significante: a coisa em si, a realidade extralinguística.

Esse “terceiro elemento” não estava contemplado na definição inicial do signo linguístico, que buscava justamente explicar o laço do significado com o significante a despeito da realidade extralinguística. Há, então, quando falamos de arbitrariedade do signo de acordo com o que se encontra no CLG, três termos em questão: o *significante*, o *significado* e a *realidade*. Ou seja, a tentativa de demonstrar o caráter arbitrário da relação entre significado e significante — o que, a princípio, não teria nenhuma relação com o “mundo” — acaba por fazer intervir a “realidade”, que chamarei aqui de *referente*.

Essa problemática na argumentação do CLG já foi muito discutida e não será o foco deste ensaio. O interessante,

ao analisar esse exemplo, é que o que alguns atribuem meramente a um deslize dos editores do CLG e a uma infidelidade às fontes manuscritas de Saussure (Bouquet, 1997) talvez revele, na verdade, um “problema” com o qual a linguística não cessa de se deparar:

(...) mesmo que o signo seja exclusivamente constituído do significante e do significado, é preciso, de todo modo, que o significado tenha alguma relação com o referente: a mais ‘imane[n]te’ das semânticas jamais conseguiria eliminar completamente o fato de que um referente deve apresentar traços compatíveis com os dos significados que o assume (Arrivé, 2010, p. 64).

Na visão de Arrivé, esse é o motivo da inconsistência do CLG: embora o caráter arbitrário do signo diga respeito à relação entre significado e significante, a tentativa de demonstrar essa afirmação acaba sempre por apelar para o referente. O interessante é que, embora a linguística moderna, em muitas de suas versões, tente, à exemplo de Saussure, estudar a língua sem pensar sobre relação com a realidade extralinguística, parece que essa questão sempre acaba intervindo, de uma forma de outra, nos estudos linguísticos.

Benveniste, em sua crítica já citada ao CLG, constata a existência de uma relação — arbitrária — entre o signo e o mundo, mas para ele essa questão pertence à metafísica. Talvez se trate, no entanto, de um ponto de encontro entre a filosofia e a linguística. Para Giorgio Agamben, a diferença entre as duas áreas reside na delimitação do objeto de estudo: enquanto a primeira é uma “ciência do existente puro” (Agamben 2015, p. 58), limitando-se a contemplar a *existência* da linguagem, a segunda *pressupõe* a existência da linguagem e busca encontrar suas propriedades. Para o filósofo, no entanto, há

pontos em que linguística e filosofia se encontram: há lugares na linguística em que a existência da linguagem emerge como tal (Agamben, 2015, p. 59). O filósofo cita dois pontos de contato: a metalinguagem e o inatismo da linguagem. Talvez a relação entre língua e extralinguístico seja um desses pontos de encontro, algo que sempre ronda as reflexões linguísticas e que, portanto, não pode ser ignorado.

A questão da constituição da referência e de sua relação com o referente não é, evidentemente, uma preocupação exclusiva da linguística moderna. O conhecido debate do *Crátilo* de Platão, por exemplo, gira em torno de posições convencionalistas ou não, que tratam da relação entre a língua e o mundo. Mais particularmente, há um longo debate na filosofia analítica que trata das questões do sentido e de referência, e, por consequência, da sua relação com o referente, ou seja, da “coisa” no mundo¹. É esse debate e suas contribuições para a discussão linguística que abordaremos aqui: acredito que as discussões filosóficas sobre o sentido e a referência são extremamente pertinentes para pensar o fazer linguístico.

Gostaria de tratar particularmente do trabalho de Willard Van Orman Quine sobre a indeterminação da tradução. Em um dos capítulos de *Word and Object* (1960), Quine apresenta um experimento mental muito interessante, que pode ser assim (sumariamente) resumido: imagine que um linguista está tentando descrever a língua de um grupo isolado. Um falante nativo dessa língua aponta para um coelho e diz “*gavagai*”. Inocentemente, o linguista anota em seu caderno que “*gavagai*” pode ser traduzido como coelho. No entanto, será que “*gavagai*”

¹ Estou usando três termos: *sentido*, *referência*, *referente*, pois são termos que encontramos com frequência nas discussões linguísticas. No entanto, é importante destacar que cada autor define esses termos de maneiras diferentes. Para Frege (1978), por exemplo, a “referência” é o que chamei de “referente”, ou seja, a coisa no mundo.

realmente pode ser traduzido como “coelho”? E se “*gavagai*” se referir a uma parte do coelho? Ou à cor do coelho? Ou for um termo para se referir a comida? Como é possível ter certeza?

Curiosamente, há um livro que relata uma experiência muito parecida — porém, nesse caso, não se trata de um experimento mental, mas sim de uma vivência “empírica”. Trata-se do livro *Don't sleep, there are snakes*, do ex-missionário e linguista Daniel Everett, que passou anos vivendo com os Pirahã, na Amazônia brasileira, tentando descrever sua língua a fim de traduzir a Bíblia e evangelizá-los. Quando Everett foi à Amazônia pela primeira vez, sabia muito pouco da língua pirahã. Os missionários anteriores não tinham sido capazes de aprendê-la e não havia falantes bilíngues que pudessem servir como intérpretes — trata-se, como se pode perceber, de uma situação de vida real que se assemelha em muito ao experimento mental de Quine.

O fato é que os linguistas sempre estiveram em experiências da “vida real” de tradução radical, a experiência de Everett sendo apenas uma entre tantas outras. Neste ensaio, meu objetivo é apresentar brevemente a tese de Quine sobre a indeterminação da tradução - cf. item 2 - e examinar algumas experiências relatadas por Everett em seu livro *Don't sleep, there are snakes* (2009) à luz dessa reflexão - cf. item 3. Creio que as reflexões propostas por Quine são extremamente relevantes para a linguística, que, de uma forma ou de outra, está sempre às voltas com a tradução e com a descrição de línguas, mas mais ainda com as questões mais complexas das relações entre sentido, referência e referente, que se fazem intervir tanto nessas experiências com as línguas quanto em discussões apenas teóricas como a de Saussure.

2 Quine e a tradução radical

No segundo capítulo do livro *Word and Object*, intitulado “Translation and Meaning”, Quine (1960) apresenta argumentos a favor da *indeterminação da tradução*. A linguagem, para Quine, é entendida como “o complexo de disposições presentes para o comportamento verbal, em que falantes da mesma língua necessariamente se assemelham” (Quine, 1960, p. 27, tradução minha)². Quine argumenta que, quando linguistas buscam descrever línguas, há certos aspectos que auxiliam na tradução, tais como a existência de semelhanças entre línguas aparentadas ou aspectos culturais compartilhados. No entanto, o que interessa Quine é pensar uma experiência de “tradução radical”, isto é, a tradução da língua de um grupo de pessoas até então sem contato com outras pessoas, sem a ajuda de intérpretes.

Nesse contexto, Quine imagina o seguinte cenário: um nativo desse grupo diz “*gavagai*” no momento em que um coelho está passando. O linguista que está tentando descrever e traduzir a língua, então, anota “coelho” como uma possível tradução para “*gavagai*”, para posteriormente testar se essa é a tradução mais adequada (Quine, 1960, p. 29). A fim de fazer esse teste, o linguista irá perguntar “*gavagai?*” para os falantes nativos daquela língua em situações em que há ou não coelhos. A partir desse estímulo, o falante irá concordar ou discordar, o que, a princípio, confirmaria ou não a tradução. Na visão de Quine, “coelho” e “*gavagai*” são equivalentes se corresponderem ao mesmo significado por estímulo [*stimulus meaning*], ou seja, se os mesmos estímulos

2 Texto original: “the complex of present dispositions to verbal behavior, in which speakers of the same language have perforce come to resemble one another”

visuais provocarem a concordância do falante. É importante destacar que o significado por estímulo é sempre relativo a um determinado falante e a uma determinada sentença proferida em um determinado momento. Quine chama essas sentenças que levam o falante a concordar ou discordar se for incitado a isso em uma determinada situação de *occasion sentences*.

No entanto, confirmar se “*gavagai*” e “coelho” são equivalentes, ou seja, se correspondem ao mesmo significado por estímulo, não é tão simples. Quine elenca alguns problemas que podem surgir na busca do linguista por identificar o significado de “*gavagai*”, por exemplo: o falante pode assentir ao ver um movimento na grama porque previamente viu coelhos no local, mas essa informação não necessariamente é conhecida do linguista. Pode haver uma “mosca-coelho” [*rabbit fly*] que identificaria, para os nativos, um animal como coelho na presença de tal mosca. Nesses casos, o mesmo significado por estímulos não provocaria a mesma resposta no linguista e no falante, dificultando a tarefa do linguista. Outros problemas podem ocorrer, por exemplo: o linguista pode perguntar “*gavagai?*” ao ver as orelhas do coelho e o nativo pode negar porque o coelho não está visível o suficiente para atirar nele. Todas essas observações levam Quine a repensar o que o linguista faz em uma situação de tradução radical: “O fato é que ele não traduz identificando significados por estímulos, mas aproximações significativas de significados por estímulos” (Quine, 1960, p.40, tradução minha)³.

Quine argumenta que alguns significados por estímulo são mais suscetíveis à influência de informações intrusivas do que outras. Por exemplo, a palavra “*bachelor*”[solteiro], em

3 Texto original: “The fact is that he translates not by identity of stimulus meanings, but by significant approximation of stimulus meanings”

inglês: o que define se o falante irá assentir a esse estímulo é o conhecimento que tem sobre a pessoa em questão, e não o estímulo. Nesse caso, não é possível equiparar significado por estímulos a significado. Para Quine, existe uma gradação de observacionalidade entre palavras como “*bachelor*” e palavras que são menos suscetíveis a informações intrusivas. No caso das últimas, é possível equiparar o significado por estímulos ao significado da sentença. Ou seja, quanto maior o grau de observacionalidade, melhor são as chances de traduzir com um significado por estímulos. O que faz com que uma sentença tenha um baixo grau de observacionalidade é a “ampla variabilidade intersubjetiva de significado por estímulos” (Quine, 1960, p. 45, tradução minha)⁴.

Mas há uma outra questão a ser considerada: ainda que “*gavagai*” e “*coelho*” sejam “sinônimos” no sentido em que respondem ao mesmo significado por estímulo, isso não garante que sejam de termos coextensivos, ou seja, termos que se referem à mesma coisa no mundo. Isso porque “*gavagai*” pode se referir a uma série de outras coisas que não coelhos, por exemplo: estágios ou espaços temporais de coelhos, uma parte não destacada do coelho, um termo nomeando a fusão de todos os coelhos... Nesse caso, nem índices de ostensão são de ajuda, já que o ato de apontar será sempre acompanhado por questões de identidade e diversidade, como “há um *gavagai* ou dois?” ou “esse é o mesmo *gavagai* que aquele?” (Quine, 1960, p. 53). Em suma: ainda que um mesmo estímulo provoque duas respostas nas duas línguas, como “*coelho*” e “*gavagai*”, isso não é garantia de que o referente seja o mesmo. Em suma, para Quine, há uma indeterminação na tradução porque nada “no mundo” pode nos dar certeza de que uma determinada tradução é adequada.

4 Texto original: “wide intersubjective variability of stimulus meaning”.

3 *Don't sleep, there are snakes*: uma experiência de tradução radical

Embora Daniel Everett seja mais conhecido por sua alegação sobre a ausência de recursividade na língua pirahã, seu livro *Don't sleep, there are snakes* (2008), no qual relata sua experiência de viver com os Pirahã e tentar descrever a sua língua, levanta uma série de outras questões interessantes. Em *Don't sleep, there are snakes*⁵ (2008), Everett faz um relato de sua experiência durante seus anos vivendo com os Pirahãs, não se restringindo a aspectos linguísticos. Em um livro cujo público-alvo não é especializado, o ex-missionário mescla uma espécie de relato de viagem com suas observações sobre a língua e cultura dos Pirahãs.

Embora não seja o foco deste ensaio, não posso deixar de mencionar as complicadas questões éticas envolvendo a experiência narrada: o objetivo primordial de Everett, que era financiado pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL), era conhecer a língua dos Pirahãs para traduzir a Bíblia e evangelizá-los. Conforme Everett conta em seu livro, sua primeira visita, em 1977, durou apenas 10 dias porque o governo brasileiro ordenou que todos os missionários deixassem as terras indígenas. Foi então que, conforme sugestão do SIL, Everett se candidatou ao programa de pós-graduação em linguística da UNICAMP com o objetivo de conseguir uma autorização para passar mais tempo com os Pirahãs para fazer pesquisa — ou seja, tratava-se de um pretexto para continuar sua missão de evangelização. Há uma série de outras questões extremamente complexas e questionáveis que podem e devem ser discutidas, a partir dessa

⁵ O título do livro faz referência a uma frase que os Pirahãs usam para desejar boa noite antes de ir dormir.

experiência, sobre ética na pesquisa linguística, mas esse não é o objetivo deste texto.

Para além da polêmica com Noam Chomsky e da discussão sobre o Pirahã ter ou não recursividade, e para além das — muitas — discussões éticas que poderiam ser objeto de debate a partir do livro de Daniel Everett, meu interesse aqui é mostrar alguns exemplos do relato do linguista que se relacionam, de alguma forma, com a reflexão de Quine, servindo como uma espécie de prova “empírica” daquilo que Quine argumenta filosoficamente. Everett passou anos vivendo com os Pirahã, vindo para o Brasil em múltiplas ocasiões — em muitas delas acompanhado por sua família — para passar meses morando com eles. Não se tratava exatamente de um grupo de pessoas sem contato prévio com outros grupos, como no experimento mental proposto por Quine, já que eles tinham contato limitado com comerciantes e também com alguns missionários que haviam tentado evangelizá-los previamente. No entanto, até o momento em que Everett visitou os Pirahãs pela primeira vez, o conhecimento dos missionários de sua língua era extremamente limitado; além disso, os Pirahã não eram bilíngues, como Everett atesta no início de seu relato:

O aspecto mais difícil de aprender pirahã não é a língua em si mesma, mas o fato de que a situação na qual o aprendizado acontece é “monolíngue”. Em uma situação de campo monolíngue, muito rara nas línguas do mundo, o pesquisador não compartilha nenhuma língua em comum com os falantes nativos. Esse foi o meu ponto de partida com os Pirahãs, já que eles não falam português, inglês ou nenhuma língua além de pirahã, com exceção de algumas frases limitadas. Então, para aprender a língua deles, eu preciso aprender a língua deles. *Catch-22*. Eu não posso pedir por traduções em nenhuma outra língua ou pedir para um Pirahã que explique algo para mim em nenhuma outra língua além de Pirahã. (Everett, 2009, p. 20, tradução minha)

O que me interessa, aqui, é destacar algumas das numerosas observações que Everett faz não apenas sobre a língua em si, mas sobre sua experiência buscando registrar, traduzir e compreender essa língua. Na seção 3.1, darei alguns exemplos da dificuldade de Everett para encontrar equivalentes a numerais em pirahã; na seção 3.2, mencionarei a dificuldade do linguista em traduzir o termo *kagi*; por fim, na seção 3.3, discuto o “princípio do imediatismo da experiência”, postulado por Everett como uma maneira de explicar uma série de questões linguísticas e culturais.

3.1 Quantificadores

Em sua primeira visita aos Pirahãs, logo após descer do avião, Everett faz suas primeiras tentativas de tradução, apontando para objetos e buscando entender como são nomeados. Ele pega, por exemplo, um graveto que está no chão e questiona um falante nativo — Kóxói — sobre seu significado:

[...] Em seguida, eu me curvei e peguei um graveto. Apontei para ele e disse, “graveto”.

Kóxói sorriu e disse, ‘Xií’.

Eu repeti, ‘Xií’, Então eu deixei-o cair e disse, ‘Eu derrubei o xií.’

Koxói olhou e pensou, e então respondeu prontamente: “Xií xi bigí káobíi” [...]. (Como aprendi mais tarde, isso significa literalmente “Graveto ele chão cai”, com as palavras nessa ordem.)

Eu repeti. Puxei um bloquinho e uma caneta que eu tinha colocado na minha mochila em Porto Velho justamente por essa razão e escrevi essas coisas usando o Alfabeto Fonético Internacional. Traduzi a última frase como “graveto cai no chão” ou “você derruba o graveto”. Então peguei outro graveto e derrubei os dois ao mesmo tempo.

Ele disse, “Xií hoíhio xi bigí káobíi”, “Dois gravetos caem no chão”, ou foi isso que eu pensei naquele momento. Eu aprendi mais tarde que isso significa “Uma quantidade ligeiramente maior (hoíhio) de gravetos cai no chão. [...] (Everett, 2009, p. 7, tradução minha)⁶

Como é possível perceber, em um primeiro momento Everett cria uma hipótese sobre “*hoíhio*” ser o número dois, que se prova, com o tempo, falsa. Essa situação ilustra claramente o argumento de Quine: para Everett, jogar um graveto no chão provoca um significado por estímulo que, ao seu ver, provavelmente teria um grande grau de observacionalidade e, portanto, poderia ser confiavelmente traduzido por “dois”. Ao longo do livro, percebemos que a tradução inadequada em relação aos numerais persiste por muito tempo na experiência de Everett:

[...] Eu também notei que eles poderiam usar o que eu achava que significava “dois” para dois peixes pequenos ou um peixe relativamente maior, contradizendo meu entendimento de que significava “dois” e corroborando minha nova ideia dos “números” como referências a volume relativo - dois peixes pequenos e um peixe de tamanho médio são praticamente iguais em volume, mas ambos seriam menos que um peixe grande, e então acionariam um “número” diferente. (Everett, 2009, p. 117, tradução minha)⁷

6 Texto original:

Next, I bent over and picked up a stick. I pointed to it and said, “Stick.”

Kóxoí smiled and said, “Xií” [...].

I repeated, “Xií.” Then I let it drop and said, “I drop the xii.” Kóxoí looked and thought, then quickly said, “Xií xi bigí káobíi” [...]. (As I later learned, this literally means “Stick it ground falls,” with the words in that order.)

I repeated this. I pulled out a notepad and pen I had put in my back pocket in Porto Velho just for this reason and wrote these things down, using the International Phonetic Alphabet. I translated the last phrase as “stick falls to the ground” or “you drop the stick.” I then picked up another stick and dropped both sticks at once.

He said, “Xií hoíhio xi bigí káobíi,” “Two sticks fall to the ground,” or so I thought at the time. I learned later that this means “A slightly larger quantity (*oíhio*) of sticks falls to the ground.”

7 Texto original: [...] I also noticed that they could use what I thought meant “two” for two small fish or one relatively larger fish, contradicting my understanding that it meant “two” and supporting my new idea of the “numbers” as references to relative volume - two small fish and one medium-size fish are roughly equal in volume, but both would be less than, and thus trigger a different “number,” than a large fish.

Foi preciso que Everett passasse muito tempo com os Pirahãs e que vivesse inúmeras situações para perceber que os significados por estímulo que provocavam uma reação do falante que não correspondia, como ele pensava, a quantidades “inteiras” codificadas em numerais como ocorre na língua inglesa. Esse é um ótimo exemplo de como mesmo as sentenças que aparentemente possuem, usando a terminologia de Quine, um alto grau de observacionalidade e que, portanto, estariam menos suscetíveis à influência de informações intrusivas não são facilmente traduzíveis. A noção de quantidades associadas a numerais parece tão intuitiva e objetiva que temos uma tendência a universalizá-la, vendo-a como um dado do mundo e procurando referências nas línguas que se liguem ao mesmo referente.

3.2 *Kagi*

Um outro exemplo interessante diz respeito a um termo que Everett, à primeira vista, não era capaz de traduzir: “*kagi*”.

[...] o casamento e outras relações em pirahã estão parcialmente submetidas ao conceito de *kagi*. Foi muito difícil para mim dominar esse termo. Se um pirahã vê um prato de arroz e feijão [...], eles podem chamar de arroz com *kagi*. Se eu aparecesse em uma vila pirahã com os meus filhos, os pirahã poderiam dizer “Aqui está o Dan com *kagi*.” Ou os pirahã poderiam usar o mesmo termo se eu tivesse aparecido com a minha esposa: “O Dan chegou com *kagi*.” Se uma pessoa vai caçar com seus cachorros, eles diriam, “Ele foi caçar com *kagi*. Então o que significa *kagi*? E como se relaciona com o casamento? Bem, embora nenhuma tradução fácil funcione, significa algo como “associado esperado”. A expectativa e a associação são determinadas por

familiaridade cultural e por valores culturais. Sua esposa é a pessoa que se espera geralmente que esteja com você. Como arroz e feijão, caçador e cão, pai e criança, casamento é uma correlação entre seres culturalmente ligados. Não há pressão cultural, no entanto, para manter o *kagi*. (Everett, 2009, p. 102, tradução minha)⁸

Em face de uma palavra que não parece ter uma tradução imediata e que tem um baixo grau de observacionalidade, Everett coleta uma série de ocorrências em diferentes contextos e chega à conclusão de que *kagi* é um “associado esperado”. O que é interessante é que essa associação é feita a partir do olhar do linguista e das relações que ele estabelece, buscando princípios de interpretação que permitam relacionar uma série de usos — no entanto, não há nenhuma garantia de que essa tradução seja adequada.

3.3 O “princípio do imediatismo da experiência”

A questão de como Everett estabelece relações e explicações é marcante ao longo do livro e evidencia um aspecto muito relevante para a prática da descrição linguística, que se relaciona intimamente com a noção de tradução radical: ao longo de seu relato, o linguista estabelece certos princípios, noções e relações — como a tradução de “*kagi*” — que fazem sentido do seu ponto de vista, marcado pela sua língua materna. Um exemplo marcante é que Everett postula a existência, na cultura Pirahã, de um traço

8 Texto original: [...] marriage and other relations in Pirahã are partially subsumed to the concept of *kagi*. This term was very hard for me to nail down. If a Pirahã sees a plate of rice and beans [...], they might call it rice with *kagi*. If I showed up in a Pirahã village with my children, the Pirahãs might say, “Here’s Dan with *kagi*.” Or the Pirahãs might use the same term if I had showed up with my wife: “Dan arrived with *kagi*.” If a person goes to hunt with their dogs, they would say, “He went hunting with *kagi*.” So what on earth does *kagi* mean? And how is it related to marriage? Well, although no easy translation works, it means something like “expected associate.” The expectation and the association are determined by cultural familiarity and cultural values. Your spouse is the person that by habit is expected to be with you. Like rice and beans, hunter and dog, parent and child, marriage is a correlation between culturally linked beings. There is no cultural pressure, however, to keep the same *kagi*.

cultural que ele denomina como “princípio do imediatismo da experiência” [*immediacy of experience principle*], e que ele usa para explicar uma série de observações linguísticas e culturais, algumas das quais elencadas aqui:

a) a quase ausência de rituais: “A relativa ausência de rituais entre os Pirahãs é prevista pelo princípio do imediatismo da experiência. Este princípio afirma que a linguagem estereotipada e as ações (rituais) que envolvem referência a eventos não testemunhados são evitadas”. (Everett, 2009, p. 105, tradução minha)⁹

b) o fato de que sonhos são vistos como uma experiência “real”: “Para os Pirahãs, os sonhos são uma continuação da experiência real e imediata” (Everett, 2009, p. 151, tradução minha)¹⁰

c) a ausência de numerais: “Os números e a contagem são, por definição, abstrações, porque implicam a classificação de objetos em termos gerais. Uma vez que abstrações que se estendem além da experiência poderiam violar o princípio cultural do imediatismo da experiência, no entanto, estas seriam proibidas na linguagem.” (Everett, 2009, p. 131, tradução minha)¹¹

d) a ausência de certos tempos verbais: “[...] pelo princípio do imediatismo da experiência, os Pirahãs não têm tempos verbais como esse, os tempos perfeitos dos nossos tempos de escola primária.” (Everett, 2009, p. 133, tradução minha)¹²

9 Texto original: The relative lack of ritual among the Pirahas is predicted by the immediacy of experience principle. This principle states that formulaic language and actions (rituals) that involve reference to non witnessed events are avoided

10 Texto original: To the Pirahãs, dreams are a continuation of real and immediate experience.

11 Texto original: Numbers and counting are by definition abstractions, because they entail classifying objects in general terms. Since abstractions that extend beyond experience could violate the cultural immediacy of experience principle, however, these would be prohibited in the language.

12 Texto original: by the immediacy of experience principle, the Pirahãs do not have tenses like this, the perfect tenses of our grammar school days.

e) a simplicidade do sistema de parentesco: “O princípio do imediatismo da experiência também explica o sistema de parentesco simples dos Pirahãs. Os termos de parentesco não se estendem além da vida de qualquer falante em seu escopo [...] o sistema de parentesco, para melhor refletir a experiência média do Piraha, carece de termos para bisavós.” (Everett, 2009, p. 133, tradução minha)¹³

f) a ausência de mitos sobre a criação do mundo, história e folclore (Everett, 2009, p. 133)

g) os encontros dos Pirahãs com espíritos: “Pirahãs veem espíritos em suas mentes, literalmente. Eles falam com espíritos, literalmente. Independentemente do que alguém possa pensar destas afirmações, todos os Pirahãs dirão que experimentam espíritos. Por esta razão, os espíritos Piraha exemplificam o princípio do imediatismo da experiência.” (Everett, 2009, p. 162, tradução minha)¹⁴

h) a ausência de recursividade: “O princípio generalizado do imediatismo da experiência (PIE) poderia explicar por que pirahã não possui frases encaixadas.” (Everett, 2009, p. 255, tradução minha)¹⁵

Ou seja, uma série de observações tanto sobre a língua quanto sobre a cultura que Everett não consegue explicar são reunidas a partir de uma noção que ele mesmo forja e que não existe para os Pirahã. No entanto, a aproximação estabelecida entre todos esses fatos linguísticos e culturais é, no mínimo, questionável: será que questões gramaticais como a ausência de

13 Texto original: The immediacy of experience principle accounts as well for Piraha's simple kinship system. The kinship terms do not extend beyond the lifetime of any given speaker [...] the kinship system, to better mirror the average Piraha's experience, lacks terms for great-grandparents.

14 Texto original: Pirahãs see spirits in their mind, literally. They talk to spirits, literally. Whatever anyone else might think of these claims, all Pirahãs will say that they experience spirits. For this reason, Piraha spirits exemplify the immediacy of experience principle.

15 Texto original: The pervasive immediacy of experience principle (IEP) could explain why Piraha lacks embedded sentences.

recursividade e de certos tempos verbais pode ser explicada por um mesmo princípio que determina a quase ausência de mitos e rituais, por exemplo?

O problema de Everett é, parece-me, o problema de todo linguista, que é muito bem explicado pelas reflexões de Quine: na experiência de descrição de línguas, confrontados com a “tradução radical”, a impossibilidade de encontrar equivalentes entre as línguas se torna mais clara; e, por consequência, fica também evidente que (1) não há uma relação tão óbvia entre a língua e o mundo, uma vez que as línguas codificam e interpretam o mundo de formas muito variadas e (2) somos levados a estabelecer comparações e relações a partir de nossa língua materna, o que sempre cria problemas para a descrição e para a análise linguística.

4 Considerações finais - A tradução radical e alguns problemas para a linguística

O relato de Everett não é o único exemplo de “situação real” que podemos aproximar do experimento mental proposto por Quine. Na verdade, a linguística sempre se constituiu dessa forma, porque toda prática envolvendo linguagem e línguas - não apenas situações de tradução radical - constitui, em certa medida, uma impossibilidade de tradução. As experiências de tradução radical nada mais fazem do que mostrar de forma mais evidente uma constante: não há uma relação perfeita entre as palavras e as coisas do mundo.

Ao mesmo tempo, a linguística moderna, desde Saussure, busca, em grande parte, distanciar-se da discussão da relação das palavras com o mundo; no entanto, parece sempre esbarrar nessa

questão, a exemplo da discussão sobre a arbitrariedade do signo linguístico do CLG que mencionamos na introdução. A questão das complexas relações entre *sentido*, *referência* e *referente* é um problema fundamental que atravessa a formulação de qualquer reflexão sobre a linguagem - isso porque a reflexão de Quine pode ser estendida para pensar não apenas a descrição de línguas, mas também suas teorizações.

Uma questão a ser discutida à luz dessa reflexão seria, por exemplo, pensar a forma como linguistas nomeiam objetos que têm baixo grau de observacionalidade, como “línguas” e as categorias usadas para descrevê-las: sujeito, verbo, oração, etc. Se, como observamos, já há uma indeterminação da tradução quando buscamos encontrar qualquer tipo de equivalente, parece haver uma dificuldade adicional quando trabalhamos com metalinguagem. A reflexão de Quine deve, no mínimo, fazer-nos suspeitar da ideia de que seja simples fazer descrições, comparações e teorização em linguística. Em suma, talvez fosse benéfico aos linguistas atentar-se às discussões no âmbito da filosofia que tocam, em certa medida, o seu fazer — como as discussões sobre o sentido e a referência — para pensar a constituição da própria disciplina.

Referências

AGAMBEN, G. Filosofia e linguística. *In.*: AGAMBEN, G. *A potência do pensamento - ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ARRIVÉ, Michel. *Em busca de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Parábola, 2010.

BOUQUET, Simon. Benveniste et la représentation du sens : de l'arbitraire du signe à l'objet extralinguistique, *Linx*, nº 9, 1997. Disponível em: <https://journals.openedition.org/linx/1008>

EVERETT, Daniel. *Don't sleep, there are snakes: life and language in the Amazonian Jungle*. Nova York: Vintage Books, 2008.

FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.

QUINE, Willard Van Orman. *Word and Object*, Nova York e Londres: The Technology Press of The Massachusetts Institute of Technology e John Wiley & Sons, Inc., 1960.

SAUSSURE, F. Natureza do signo linguístico. In.: SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2012

Unidades fraseológicas religiosas no léxico de Ouro Preto (MG)

Ana Luiza Barreto Lisboa*

Soélis Teixeira do Prado Mendes**

Resumo

Este artigo traz à discussão dados que fazem parte da dissertação de mestrado, intitulada “A preservação da memória através do léxico: análise de unidades fraseológicas na cidade de Ouro Preto (MG)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto (MG). O presente estudo delimita sua análise nas categorias de parêmsias e expressões idiomáticas, explorando três unidades fraseológicas relacionadas à temática religiosa da cidade de Ouro Preto (MG), são elas: “o conto do vigário”, “santo do pau oco” e “devagar com o andor que o santo é de barro”. Nosso objetivo é evidenciar como a memória coletiva é preservada e transmitida por meio do léxico, proporcionando uma compreensão mais profunda da história e da identidade cultural e religiosa de Ouro Preto. Nossa metodologia consiste na análise detalhada desses três fraseologismos, considerando as narrativas orais coletadas durante a pesquisa de mestrado, em seguida procedemos à consulta de dicionários e obras fraseológicas, publicados em diferentes períodos, a fim de verificarmos (i) as definições que tais obras atribuem a essas unidades fraseológicas e (ii) a possível origem delas. Logo depois, foi feito um cotejo entre os relatos orais e as definições

* Professora de Língua Portuguesa do Colégio Providência. Mestra em Letras: estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6148-4967>.

** Professora do Departamento de Letras, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutora e mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3792-4974>.

institucionalizadas. Como conclusão, constatamos que as narrativas orais adicionam camadas de significado à rica tapeçaria de narrativas que compõem a memória dos falantes, tornando-a multifacetada.

Palavras-chave: expressões idiomáticas; fraseologia; parêmias; religiosidade.

The preservation of memory through the lexicon: an analysis of phraseological units on the town of Ouro Preto (MG)

Abstract

This paper discusses data that are part of a Master's thesis, entitled "The preservation of memory through the lexicon: an analysis of phraseological units in the town of Ouro Preto (MG)", defended in the Language Studies Graduate Program at the Federal University of Ouro Preto. The study delimits its analysis in the categories of *parêmias* and idiomatic expressions by exploring three phraseological units (PH) related to the religious thematic of the Ouro Preto town (Minas Gerais), namely: "o conto do vicário" (a con trick), "santo do pau oco" (a goody-goody), and "devagar com o andor que o santo é de barro" (taking things slowly). The objective was to verify whether the linguistic memory of the Ouro Preto community, through the lexicon, is intrinsically related to the religious and cultural memory of the town. As for the methodology, Tourist Guides from the town, who attribute the origin of these three units to the colonial period, were interviewed; after transcribing the interviews, the PHs were identified, then consultations to dictionaries and phraseological works, published in different periods, were made, in order to verify (i) the definitions that such works attribute to these PHs and (ii) their possible

origin. Afterwards, a comparison between oral reports and institutionalized definitions was made. In conclusion, we found that oral narratives add layers of meaning to the rich tapestry of narratives that compose the speakers' memory, making it multifaceted.

Keywords: idiomatic expressions; phraseology; paremias; religiosity.

Recebido em: 24/03/2024 / Aceito em: 28/05/2024

1 Introdução

Segundo Marques (2018), os fraseologismos desempenham o papel de guardiões naturais das crenças, tradições e símbolos de uma comunidade. Além disso, é por meio do léxico que são expressas as práticas sociais, religiosas e as experiências culturais compartilhadas linguisticamente pela sociedade. A língua reflete a sociedade que a utiliza, e é no âmbito lexical que se manifestam os fenômenos históricos e socioculturais de uma comunidade. Conforme destacado por Marques (2018), o estudo do léxico, considerado como depositário da memória compartilhada, implica também a investigação da história, dos costumes, dos valores e das crenças de uma comunidade. Dessa forma, ao analisarmos as Unidades Fraseológicas (doravante UFs) relacionadas à temática religiosa de Ouro Preto, estamos, na verdade, desvendando aspectos fundamentais da identidade e da cultura dessa comunidade histórica.

Este artigo é parte constituinte do estudo realizado na dissertação de mestrado intitulada “A preservação da memória através do léxico: análise de unidades fraseológicas na cidade de Ouro Preto (MG)”, defendida no programa de Pós-graduação em Letras Estudos da Linguagem (POSLETRAS) da Universidade Federal de Ouro Preto. Para a realização dessa pesquisa, partiu-se de dados coletados de 20 guias de turismo de Ouro Preto. A opção pela entrevista com esses profissionais se deu em virtude de eles, durante as explicações dadas aos turistas, justificarem o surgimento das 17 UFs analisadas como consequência do ciclo do ouro, no século XVIII, em Vila Rica (atual Ouro Preto). Por isso propusemos a referida pesquisa, isto é, a fim de verificarmos, dentre outras questões, se, de fato, o surgimento das UFs se deu no período histórico mencionado.

Mas, para este artigo, nosso foco de análise recai sobre duas expressões idiomáticas e uma parêmia que estão relacionadas à temática religiosa de Ouro Preto, são elas: “*o conto do vigário*”, “*santo do pau oco*” e “*devagar com o andor que o santo é de barro*” que fazem parte do *corpus* da referida dissertação. Nossa metodologia, para os limites deste texto, consiste na análise detalhada desses três fraseologismos, considerando as narrativas orais de guias turísticos da cidade de Ouro Preto, coletadas durante a pesquisa de mestrado¹. Muitos desses profissionais, conforme mencionado, creditam o surgimento de determinados fraseologismos ao ciclo do ouro mineiro. Em outras palavras, a motivação para o surgimento de alguns fraseologismos está, na visão dos guias, sempre relacionada ao passado ouro-pretano. Por isso, optamos por discutir aqui as UFs que possuem esse perfil e que tenham relação com a religiosidade da população de Ouro Preto. Além disso, esse município é um dos destinos turísticos mais procurados do Brasil, oferecendo oportunidades a diversos profissionais que trabalham na área do turismo, destacando-se os guias de turismo que contribuem fortemente para a preservação histórica local. Como última etapa metodológica, realizaremos consultas em dicionários e obras fraseológicas, publicados em diferentes períodos, a fim de identificarmos e compararmos as definições, contextualizações e as possíveis mudanças ou variações linguísticas encontradas nas três UFs analisadas. O objetivo deste artigo, então, é evidenciar como a memória coletiva é preservada e transmitida por meio do léxico, proporcionando uma compreensão mais profunda da história e da identidade cultural e religiosa de Ouro Preto. Em outras palavras, nossa análise se concentra em como essas unidades fraseológicas são preservadas e transmitidas.

¹ A realização da pesquisa foi aprovada pelo CEP da Universidade Federal de Ouro Preto, o qual emitiu o parecer de nº 5.422.772.

2 Referencial teórico

Para Certeau (2011), a Fraseologia, área de estudo da Ciência do Léxico, pode ser considerada como um elemento da cultura popular e está situada na “arte do dizer”. O autor acentuou que, nessa “arte”, existem “enunciados” que são importantes para a história de um lugar e que podem formar *corpus* próprio capaz de render inúmeros estudos. A Fraseologia tem como objeto de estudo as combinações fixas ou expressões não livres da língua. Pode-se dizer que esses enunciados ou combinações são produtos da relação entre léxico e cultura (Marques, 2018), além de serem considerados armazenadores históricos e socioculturais da sociedade.

Convém elucidar as noções das expressões linguísticas: livres e não livres. A primeira refere-se às expressões livres da língua que podem ser construídas pelo locutor de maneira natural, isto é, cada elemento constituinte da expressão é selecionado separadamente, não havendo, então, prejuízo ao valor semântico final; ou seja, “a escolha de um elemento particular não depende da escolha de nenhum outro” (Polguère, 2018, p. 63). Já as expressões não livres são sintagmas congelados da língua que não podem ser separados ou substituídos sem que haja prejuízo do todo semântico; portanto, são unidades lexicais rigidamente interligadas e sua alteração comprometerá o valor semântico final. Para elucidar, tomemos a expressão “dor de cabeça” em “carro velho dá muita dor de cabeça”, ou seja, carro velho traz muitos problemas para seu proprietário. Entre os elementos desta expressão “dor de cabeça” não é possível inserir-lhe nenhuma unidade lexical e permanecer o sentido de “problema”; senão vejamos: “carro velho dá muita dor forte de cabeça” a inserção

do adjetivo “forte” entre “dor” e “de cabeça” faz perder o seu valor semântico de “problema”.

Neste estudo entendemos a Fraseologia² de uma língua como o conjunto de todas as expressões não livres usadas por uma determinada comunidade linguística. Assim, usaremos “unidades fraseológicas” (doravante UFs) para nos referir a esses sintagmas linguísticos congelados (= não livres). Para a noção de sintagma congelado, recorreremos ao domínio sintático, que o define como uma sequência conectada por relações sintáticas e usadas pelo locutor como sintagmas pré-construídos (Polguère, 2018).

A partir das definições de Certeau (2011), Polguère (2018) e Marques (2018), compreendemos que as UFs são reflexos dinâmicos das interações entre linguagem e cultura, armazenando aspectos históricos e socioculturais da sociedade.

Para uma análise mais aprofundada das unidades fraseológicas, é fundamental categorizá-las e compreender suas características distintivas. Nesse sentido, Monteiro-Plantin (2014) assume uma classificação dicotômica, distinguindo as (a) *Unidades Prototípicas*, que se referem àquelas unidades que possuem todas as propriedades classificatórias, ou seja, polilexicalidade, fixação, frequência, convencionalidade e idiomatidade e as (b) *Unidades Periféricas* aquelas que podem apresentar uma ou outra propriedade das UFs³. Com base nessa classificação, assume-se, neste artigo, a classificação proposta, por Monteiro-Plantin (2014), conforme Quadro 1, que visa esclarecer os traços característicos de cada unidade analisada.

2 O lexema “Fraseologia” é constituído pelo morfema “frase”, que vem do latim *phrasis* e significa “expressão”, a vogal “-o” é típica do grego e se une a “-logia” que significa “ciência, estudo”.

3 Podem ser concebidas como semi-fraseológicas.

Quadro 1 - Categorias fraseológicas

Unidades Prototípicas	Unidades Periféricas
1. Parêmiias	1. Colocações
2. Expressões Idiomáticas	2. Estereótipos
3. Pragmatemas	3. Clichês
	4. Bordões
	5. Slogans

Fonte: dados da pesquisa.

Devido à limitação de espaço deste artigo, concentraremos nossa análise nas seguintes categorias: parêmiias e expressões idiomáticas, nas quais se enquadram as UFs analisadas no presente estudo. Dessa forma, as outras categorias de unidades fraseológicas não serão abordadas detalhadamente neste trabalho. No entanto, para aqueles interessados em explorar uma análise mais abrangente, sugerimos a consulta à dissertação intitulada *A preservação da memória através do léxico: análise de unidades fraseológicas na cidade de Ouro Preto (MG)*, cujos aspectos de cada categoria fraseológica são discutidos de maneira mais aprofundada.

As parêmiias ou sentenças proverbiais são consideradas, dentre as UFs, as categorias mais antigas, uma vez que aparecem em grande maioria na Bíblia, especialmente nos livros do Rei Salomão, em *Provérbios*, dentre outros. Elas também podem ser concebidas como provérbios, adágios, refrões, ditos, ditados, sentenças, frases feitas, máximas, citações, aforismos, wellerismos e dialogismos, conforme foi explicitado por Monteiro-Plantin (2014). Apesar de existirem pesquisadores que se dedicaram especialmente a essa área, fraseólogos também as estudam sob o ponto de vista lexical, área designada por Monteiro-Plantin (2014) como Fraseoparemiologia.

Com relação à principal propriedade dos provérbios, pode-se evidenciar a característica da “transmissão de uma lição, ensinamento ou conselho” (Monteiro-Plantin, 2014, p. 67). Como exemplo, a pesquisadora evidenciou o provérbio “Quem tem pressa, come cru”, que traz o ensinamento da paciência, portanto, de agir sem precipitação.

Outro ponto importante a ser analisado se refere à questão da interpretação do conteúdo, pois isso depende do conhecimento e das experiências que são compartilhadas entre os sujeitos. Além disso, destaca-se o caráter do ato comunicativo, uma vez que o uso do provérbio não atribui responsabilidade ao enunciador, já que ele não é o autor; ademais, cabe ao interlocutor decidir se acata ou não o ensinamento transmitido. Por último, outra característica importante está associada à atemporalidade, pois é possível que determinados provérbios tenham resistido ao tempo e às mudanças na língua, mantendo-se atualizados ou adaptados semanticamente ao longo do tempo.

Se as parêmiias são consideradas as mais antigas das UFs, as Expressões Idiomáticas (doravante, EIs) são as categorias mais pesquisadas, uma vez que existe uma série de estudos sobre o tema, como os trabalhos de Cláudia Maria Xatara (1998), Maria Luisa Ortíz-Alvarez (2000), dentre outros.

Segundo Xatara (1998, p. 18), uma EI é definida como “[...] uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural”. Essa mesma proposição também foi observada por Zavaglia (2008), de acordo com quem as partes de uma EI não podem ser separadas: “[...] suas partes combinatórias não podem ser desmembradas em unidades singulares de sentido. Ao contrário, o significado deve ser depreendido a partir da totalidade da unidade frasal que terá um

sentido próprio e peculiar” (Zavaglia, 2008, p. 29).

Ao cotejar as EIs com as parênteses, percebe-se que a questão da independência do contexto é menos relevante em relação às expressões, uma vez que as parênteses são operadas em frases e podem se adequar ao contexto, enquanto as expressões são condicionadas às inferências ou saberes intertextuais. Dessa forma, no que concerne às características para delimitação das EIs, pode-se destacar a fixação e a não composicionalidade semântica que, segundo Monteiro-Plantin (2014), podem ser consideradas sinônimas de idiomatidade.

3 Cultura barroca e identidade religiosa — a paisagem sacra de Ouro Preto (MG)

Entre as inúmeras formas de representação do domínio português, a cultura barroca, gerada no contexto da Contrarreforma da Igreja Católica, suscitaria em Ouro Preto inúmeras maneiras de experimentação dessa cultura com propósitos ideológicos. Por isso, salientaremos, nos próximos parágrafos, como essa forma de expressão cultural, artística e religiosa se espalhou rapidamente durante o período colonial. Como evidência disso, os inúmeros templos religiosos atestam a fé e a piedade que estavam arraigadas na convicção dos primeiros habitantes de Vila Rica.

Atualmente, a cidade de Ouro Preto (MG) conta com mais de 20 templos católicos que, na época colonial, se apresentavam da seguinte forma: as capelas primitivas, as matrizes e as capelas das irmandades. As capelas eram geralmente organizadas em um ou em dois cômodos, constituídas de presbitério com retábulo do santo de devoção, nave e sacristia. É interessante salientar que

a escolha dos santos padroeiros dos templos ocorria de acordo com aqueles de maior popularidade em Portugal no final da Idade Média. Destaca-se, aqui, a Capela de São João Batista do Morro do Ouro Fino (anterior a 1743)⁴ (FIG.1), que fora erguida no antigo Arraial do Ouro Podre, atual bairro Morro São João. Trata-se de uma capela simples construída com canga; além disso, é apontada, em diversos estudos, como uma das capelas mais antigas de Minas Gerais, uma vez que foi nela que o padre bandeirante, João de Faria Fialho, teria celebrado a primeira missa, em 24 de junho de 1698 (Menezes, 1975, p. 12-13).

Figura 1 - Capela de São João Batista do Morro do Ouro Fino em Ouro Preto e imagem de São João Menino do século XVIII



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Uma vez instituídas as vilas coloniais, as igrejas matrizes começaram a ser edificadas. É interessante registrar que as celebrações de batizados, casamentos e enterros ocorriam

⁴ “Foi construída antes de 1743, uma vez que a escritura de constituição do patrimônio que o minerador Padre Gabriel Mascarenhas fez para a referida capela, data de 17 de julho daquele ano. Diante da falta de documentação, sabe-se somente que, em 1761, foram reedificadas as paredes da sacristia, por ordem do Padre Visitador José dos Santos.” Disponível em: emipatrimônio.org. Acesso em: 14 set. 2023.

somente nas matrizes. Em Ouro Preto, coincidentemente, as duas matrizes possuem títulos que homenageiam a Virgem Maria, são eles: Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Conceição, cujas datas de construção das igrejas primitivas são imprecisas. Conforme Menezes (1975, p. 19)⁵, a Freguesia do Pilar é anterior a 1712 e a Freguesia da Conceição, anterior a 1709⁶.

O lugar que era elevado à categoria de vila adquiria certa “autonomia” político-administrativa, recebendo a construção de uma casa de câmara, cadeia, pelourinho e de uma matriz, representação do poder religioso. Portanto, o desenvolvimento urbano e administrativo da futura Vila Rica podia ser percebido também por meio das construções religiosas. Cabe mencionar que, dentre as principais vilas históricas do período colonial, Vila Rica destaca-se como a única que abrigava duas matrizes em seu território. Assim, ao ser elevada à categoria de vila em 1711, os Arraiais do Ouro Preto de Nossa Senhora do Pilar e de Antônio Dias de Nossa Senhora da Conceição tiveram suas igrejas promovidas à categoria de matrizes, já que esses dois núcleos distinguiram-se dos outros arraiais na evolução urbana da época; isto é, cresceram vertiginosamente às margens dos rios e pelas encostas dos morros.

As irmandades e ordens terceiras tiveram participação expressiva no cotidiano dos habitantes de Vila Rica. No século XVIII, elas entronizavam seus santos de devoção nos altares laterais das matrizes e, com o passar do tempo, conseguiam independência financeira para fomentarem suas próprias capelas.

5 “[...] segundo se vê da Carta Régia de 26 de abril endereçada ao Governador da Capitania sobre a representação que o Monarca dirigira ao Bispo do Rio de Janeiro, pedindo cônica para os párocos e auxílio para as fábricas das igrejas, havia já mais de 20 paróquias na Capitania de Minas Gerais. Só em 16 de fevereiro de 1724, porém, foram as duas freguesias desta cidade erigidas em paróquias coladas juntamente com 18 outras por Carta Régia endereçada a D. Lourenço de Almeida.” (Menezes, 1975, p. 19).

6 Foi possível constatar essa datação, porque os primeiros documentos de batismo encontrados nas duas matrizes estão registrados nesses períodos.

É interessante ressaltar que a intensa atividade aurífera na Vila também propiciava que os sentimentos de cobiça, vaidade e avareza aflorassem. Assim, a participação das irmandades e das ordens terceiras na sociedade de Vila Rica extrapolava o sentido estritamente religioso, uma vez que elas desempenhavam certa rivalidade, estabelecendo uma espécie de disputa entre as duas freguesias, as quais eram apelidadas de Jacubas (moradores do Arraial de Antônio Dias) e de Mocotós (moradores do Arraial do Ouro Preto). Dessa forma, esses conflitos, por vezes, levavam as irmandades a erguerem seus templos próprios, conforme salientado por Bohrer (2011, p. 24) “[...] às vezes desavenças ocorriam que culminavam com o pretexto de irmandades construírem capelas próprias para si. Casos como estes se multiplicaram”. Nesse contexto, os dois principais núcleos da região⁷, Jacubas e Mocotós, possuíam suas próprias matrizes (Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Pilar), bem como suas irmandades compostas por negros (ambas dedicadas à Nossa Senhora do Rosário), além das Ordens Terceiras constituídas pela elite colonial (Franciscanos e Carmelitas) e, por último, as Ordens Terceiras dos Pardos (Mercês de Baixo e Mercês de Cima). Dessa forma, a construção de cada templo religioso materializava a rivalidade entre os dois arraiais.

Enfim, todos os aspectos tradicionais da religiosidade de Ouro Preto são mantidos até hoje para que não se percam sua funcionalidade espiritual e litúrgica, mas também para preservação da memória setecentista. Registra-se que a tradição religiosa da cidade extrapola os limites do catolicismo, sendo uma forma significativa de representação da cultura, das crenças,

⁷ “Dois arraiais se distinguiram fora das montanhas: o Arraial de Nossa Senhora do Pilar e o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias [...] tiveram atuação preponderante na evolução urbana do núcleo maior que então se desenhava” (Bohrer, 2011, p. 22).

dos valores e das formas como o ouro-pretano vê e representa sua existência. Assim, é também no seio do catolicismo que a memória colonial está salvaguardada.

4 Discussão dos dados

Nesta seção, vamos discutir três unidades fraseológicas que estão relacionadas à temática religiosa da cidade de Ouro Preto – MG são elas: “*o conto do vigário*”; “*santo do pau oco*” e “*devagar com o andor que o santo é de barro*”.

A referida pesquisa, de abordagem qualitativa, se propôs a explicar como o uso de UFs contribui para a (re)construção da memória coletiva e para a preservação do patrimônio imaterial linguístico. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário semiestruturado aos guias de turismo da cidade de Ouro Preto (MG), resultando na identificação de 17 unidades fraseológicas que, segundo os próprios entrevistados, surgiram no passado colonial ouro-pretano. Procuramos também justificar as possíveis interferências históricas quanto ao uso de fraseologismos pelos profissionais que participaram desta pesquisa; para isso foram selecionados dicionários e obras fraseológicas a fim de verificarmos se tais UFs estavam ou não registradas em determinados períodos. A seleção dessas obras abrangeu um amplo espectro temporal, desde obras do século XVII até obras do século XXI. Essa abordagem permitiu investigar se certos fraseologismos já estavam em uso antes do descobrimento de Vila Rica (1698), e se, consequentemente, eram expressões já estabelecidas em Portugal e posteriormente adotadas no Brasil; ou se surgiram como resultado do desenvolvimento linguístico brasileiro.

A seguir apresentaremos aquelas UFs que possuem apelo religioso, dando-lhes explicações históricas para seu possível surgimento.

4.1 *O conto do vigário*

Na dissertação anteriormente mencionada, a expressão idiomática *o conto do vigário* foi explorada à luz dos relatos obtidos por meio do resgate memorialístico oral dos guias de turismo entrevistados na pesquisa. Esses profissionais destacaram que essa expressão está associada à história popular que envolve disputas relacionadas à imagem sacra de Nosso Senhor dos Passos⁸, em Ouro Preto (MG).

Os participantes relataram que, diante da chegada dessa imagem em Vila Rica (FIG. 2), surgiu o impasse relativo a qual igreja abrigaria a referida imagem: a Matriz do Pilar ou a Matriz do Antônio Dias. O método proposto para resolver a questão envolveu um burro que carregava a imagem em seu lombo e, ao ser solto na praça central, dirigiu-se à Matriz do Pilar, determinando, assim, o destino da imagem. No entanto, suspeitou-se de manipulação quando descobriram que o burro pertencia ao vigário da Matriz do Pilar. Essa explicação, folclórica ou não, também faz parte do senso coletivo da população da cidade, conforme Mineiro (2021).

⁸ Nosso Senhor dos Passos ou Senhor dos Passos é uma invocação católica de Jesus, que rememora o trajeto doloroso que Cristo percorreu desde sua condenação até a morte de cruz.

Figura 2 - Imagem do Senhor dos Passos na procissão do encontro: Semana Santa em Ouro Preto (MG)



Fonte: acervo pessoal, 2016.

Durante os séculos XVIII e XIX, conforme Menezes (1975), diante da proibição de se constituírem ordens religiosas nas Minas, as Irmandades e Ordens Terceiras tiveram participação expressiva e de maior abrangência no cotidiano dos habitantes de Vila Rica, o que marcou a vida religiosa dos moradores dessa Vila. A princípio, essas Irmandades entronizaram seus santos de devoção nos altares laterais das matrizes e, com o passar do tempo, algumas conseguiram independência financeira para construírem suas próprias capelas.

A irmandade dos Passos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar é exemplo dessa contextualização. Segundo Menezes (1975, p. 80), essa irmandade foi estabelecida em 20 de maio de 1715, no altar lateral direito próximo ao arco do cruzeiro da Matriz Nossa Senhora do Pilar. Posteriormente, na segunda metade do século XVIII, a irmandade dos Passos realizou investimentos na

construção dos Passinhos⁹ ao longo das ruas de Vila Rica para celebrações da Semana Santa. Embora não tenhamos localizado registros detalhados sobre a proveniência da imagem do Senhor dos Passos, Menezes menciona que, em 1731, devido às obras na Matriz do Pilar, diversos santos foram transladados para a Igreja do Rosário, exceto a imagem do Senhor dos Passos. Assim, tem-se esse registro que, desde 1731, a imagem do Senhor dos Passos está entronizada definitivamente no altar lateral da Matriz do Pilar, com um curto período de estadia na Capela de São José:

A 4 de janeiro de 1731, o Revmo. Vigário Francisco da Silva e Almeida enviou a D. Antônio de Guadalupe uma petição de licença para transladar, em procissão, para a Capela do Rosário, o SS. Sacramento e todas as imagens, menos a de Nosso Senhor dos Passos, que iria para a Capela de São José (Menezes, 1975, p. 58).

Bohrer (2011, p. 24) apontou para o fato de que a intensa atividade de mineração em Vila Rica pode ter potencializado sentimentos de cobiça, vaidade e avareza. Dessa maneira, as Irmandades e Ordens Terceiras, inseridas nesse cenário, extrapolavam o seu sentido religioso e desempenhavam certa rivalidade. Essa competição entre freguesias deu origem à rivalidade entre os Jacubas (Arraial de Antônio Dias) e os Mocotós (Arraial do Ouro Preto), cada qual com suas respectivas matrizes, os Jacubas com a Matriz da Conceição e os Mocotós com a Matriz do Pilar. Essa peculiaridade de Vila Rica, a de possuir duas igrejas matrizes, é refletida até hoje nas celebrações alternadas da Semana Santa: nos anos pares, é organizada pela Paróquia Nossa Senhora do Pilar e, nos anos ímpares, pela

⁹ Os passinhos, pequenas capelas associadas à Semana Santa, são posicionadas em pontos estratégicos do percurso da procissão. Elas abrigam em seu interior imagens ou quadros que retratam as etapas (os “passos”) da Paixão de Cristo. Segundo o IPHAN, em 1717, a Procissão dos Passos já era realizada em Vila Rica, entretanto, os primeiros Passinhos eram estruturas temporárias. Tempos depois, surgiu a proposta de edificação dos Passinhos definitivos, construções que iniciaram em 1728.

Paróquia Nossa Senhora da Conceição. No contexto em questão, credita-se o surgimento da expressão - *o conto do vigário* - às tensões e rivalidades sociais em Vila Rica.

Paralelamente, há mais de 250 anos, em Florianópolis (SC), também acontece a tradicional Procissão do Senhor dos Passos, uma celebração reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo IPHAN. A tradição oral narra uma história semelhante à de Ouro Preto, segundo a qual, em 1764, uma embarcação que transportava a imagem do Senhor dos Passos, originalmente destinada ao Rio Grande, enfrentou obstáculos que a impediram de prosseguir sua rota. Após tentativas, o capitão, acreditando ser divina, decidiu deixar a imagem em Vila de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis (SC).

É notável a semelhança entre as narrativas de Ouro Preto (MG) e de Florianópolis (SC) no que tange ao mistério entorno das imagens do Senhor dos Passos e seus destinos incertos. Vários antropólogos têm se dedicado ao estudo dos mitos e salientam que algumas narrativas apresentam enredos semelhantes, e isso acontece devido à natureza dinâmica dos mitos e de suas estruturas padronizadas. Essas composições em comum dos enredos conectam histórias, mesmo quando são contadas por grupos culturalmente distintos. Dominiciano (2014) registrou que

Os mitos se transformam a partir de outros mitos (dados estruturais) e de eventos históricos (dados contingentes), mas, essencialmente, se transformam em uma dada direção da qual nada podemos dizer *a priori*, mas que podemos explicitar sua estrutura num segundo tempo (Dominiciano, 2014, p. 169)¹⁰.

¹⁰ Segundo Dominiciano (2014, p. 16), mitos são narrativas fantasiosas e sem rigor científico.

Nessa perspectiva, ao investigarmos um mito, inevitavelmente somos conduzidos a outros mitos. Por meio dessa análise, Dominiciano (2014) sugeriu que existem lógicas universais que determinam como o ser humano cria e recria um mito, fazendo com que diferentes culturas desenvolvam narrativas análogas.

A expressão sob análise também foi localizada em dicionário e em obras fraseológicas consultadas, ambas do século XX. As definições da UF nessas obras convergem para a ideia de situação enganosa, ou seja, quem cai no *conto do vigário* foi trapaceado.

Freire (1939) e Nascentes (1945) forneceram descrições semelhantes acerca da UF, definindo-a como esquema de furto, no qual o ladrão engana a vítima, contando uma história que envolve abundância de dinheiro. A expressão é descrita associada a “*logro*” que significa engano ou trapaça. Manuel Viotti (1945) reforçou essa ideia, mencionando que o *conto do vigário* é bastante vulgar e que, por isso, dispensa explicação, por fim também sugeriu que é uma UF associada à atividade criminosa.

Urbano (2018), por sua vez, apresenta uma explicação semelhante à dos autores de dicionários e obras fraseológicas mencionadas anteriormente. No entanto, ele fornece mais detalhes, incluindo uma narrativa histórica ocorrida em Ouro Preto. O autor descreve “[...] quando os espanhóis doaram à cidade mineira de Ouro Preto uma imagem de Nosso Senhor dos Passos, surgiu uma disputa entre os vigários de duas igrejas [...]” (Urbano, 2018, p.366).

Como complemento, é relevante notar que dicionários portugueses, inclusive na *Enciclopédia Luso-Brasileira* (s/d) citada por Urbano (2018), sugerem que o fenômeno é brasileiro,

possivelmente com disseminação posterior em Portugal. O verbete “vigário” é classificado como “brasileirismo”, com o sentido de espertalhão, finório. Já no *Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro* (1989), “vigário” é associado a “vigarista” no Brasil e a “achacador, burlão” em Portugal. Urbano (2018) finaliza conduzindo uma discussão sobre a lexia “vigário” inserida no contexto da UF, mencionando que sua associação com a figura do sacerdote pode ser fruto de uma etimologia popular, uma vez que não é respaldada por documentos. Talvez a expressão idiomática esteja, então, vinculada à lexia “vigarista”, o que lança dúvidas sobre a narrativa contada que envolva um padre.

Em síntese, todas as explicações e os sentidos atribuídos à UF em análise, sejam obtidos nas entrevistas orais, seja em obras consultadas, convergem para a ideia de engano e manipulação, sendo frequentemente associada à figura de um religioso. Sendo assim, os relatos orais extraídos das entrevistas feitas com os guias de turismo de Ouro Preto ressoam e complementam, de certa maneira, as descrições encontradas nas obras consultadas. Verificamos que a UF sob análise faz parte do repertório linguístico desses profissionais, mas também integra um espectro mais amplo da comunidade linguística, uma vez que a expressão foi formalmente documentada nas obras consultadas, além disso, observamos que expressão é comumente encontrada em várias regiões do país, incluindo a esfera religiosa de Florianópolis, assim como de Ouro Preto.

Ao analisarmos a expressão idiomática *conto do vigário*, com base nas entrevistas, percebemos que sua contextualização está intrinsecamente ligada às tensões sociais e religiosas de Vila Rica. Embora não tenham sido identificadas referências

formais dessa UF que façam menção ao contexto de Ouro Preto, é possível que sua difusão tenha se originado da tradição oral da cidade e, posteriormente, se espalhado para diferentes culturas do Brasil, propiciando novas narrativas. Nesse sentido, não se descarta que essa UF, que descreve situação enganosa, reflita as dinâmicas competitivas de disputas religiosas da época colonial de Vila Rica.

Sobretudo, é importante salientar que nosso objetivo neste artigo não é estabelecer onde e quando surgiu a expressão, mas evidenciar como essa UF é preservada e transmitida na memória coletiva (representada pelo léxico dos guias de turismo ouro-pretanos neste estudo), proporcionando uma compreensão mais profunda da história e da identidade cultural e religiosa de Ouro Preto.

4.2 *Santo do pau oco*

Outra unidade fraseológica associada à temática religiosa da cidade de Ouro Preto é a expressão idiomática *santo do pau oco*, que também pode ser percebida em sua variante lexical no diminutivo *santinho do pau oco*.

No que tange aos relatos orais obtidos sobre a expressão idiomática *santo do pau oco*, destacamos que todas as explicações fornecidas pelos participantes fazem referência à origem dessa UF no período colonial de Ouro Preto. Segundo eles, nesse período, imagens sacras eram usadas como mecanismos de contrabando de ouro e sonegação de impostos, uma vez que abrigavam o mineral em seu interior oco para escapar da fiscalização.

Segundo Bueno (2022), esculturas de grandes dimensões feitas em madeira são frequentemente ocas¹¹ para garantir

¹¹ "Esculturas em madeira podem ser maciças ou ocas. O processo de ocar imagens em madeira é muito usual em peças de grandes

sua estabilidade e prevenir danos, como rachadura, causados pela expansão e contração da madeira devido à sua natureza higroscópica. O interior oco também torna a peça mais leve, facilitando o seu transporte em procissões (FIG. 3). Conforme Coelho e Quites (2014) explicam, troncos espessos tendem a rachar, razão pela qual são esculpidos de forma oca e fechados com uma tampa,

As esculturas muito grandes quase sempre são ocas no interior, pois um tronco muito grande e espesso tem tendência a apresentar rachaduras. Portanto, são ocadas, e no verso da imagem é colocada uma tampa. [...] A escultura de grande dimensão oca fica também mais leve e, portanto, mais fácil de ser transportada em procissões (Coelho e Quites, 2014, p. 136-137).

Figura 3 - São Jorge de autoria de Aleijadinho com interior oco, madeira dourada e policromada esculpida entre 1797 e 1803, encomendado pela câmara de Vila Rica para procissão de *Corpus Christi*



Fonte: Museu da Inconfidência de Ouro Preto Acervo pessoal, 2023.

dimensões objetivando a estabilidade de seu suporte. Ressaltou-se anteriormente que a madeira é um material higroscópico, isto significa que em função da sua propriedade porosa tem grande capacidade de perder e absorver água do ambiente, de acordo com a umidade relativa. Tal comportamento do material pressupõe alterações em seu volume que, como também já foi mencionado no presente trabalho, pode lhe causar danos físicos” (Bueno, 2022, p. 64).

Também podemos encontrar o registro da expressão idiomática em dicionários e obras fraseológicas. Em todas essas ocorrências, os sentidos convergem para a concepção da dissimulação e hipocrisia, sendo associado a pessoas de comportamento falso.

Laudelino Freire (1939) e Manuel Viotti (1945) apontaram o sentido da UF para a ideia de fingimento. Por outro lado, os lexicógrafos Nascentes (1945), Cascudo (1977) e Urbano (2018) ampliaram essa noção de dissimulação, introduzindo possíveis registros históricos que teriam dado origem à expressão. Os lexicógrafos mencionados fizeram alusão ao trabalho do professor do Museu Histórico Nacional, Meneses de Oliva, autor de *A santa do pau oco e outras histórias* (1957), já que, naquela obra, Oliva propôs que imagens ocas eram “levadas e trazidas de Portugal” (Cascudo, 1977, p. 110) recheadas de ouro.

Nascentes (1945) também fez menção ao *Vocabulário Pernambucano* (1976) de Francisco Augusto Pereira da Costa, que destacou a imagem de São Vilibaldo, sugerindo que a expressão poderia estar relacionada a esse santo apresentado na “procissão de cinza”. Esta observação pode indicar que a expressão *santo do pau oco* é comumente encontrada em várias regiões do país, incluindo a esfera religiosa de Pernambuco, assim como de Ouro Preto.

Nascentes (1945) também salientou a similaridade da UF brasileira, *santo do pau oco*, com a UF portuguesa, *santo de pau carunchoso*, ambas apontando para uma ideia de falsidade. A expressão portuguesa está dicionarizada na obra *História Geral dos Adágios Portugueses* (1924), de Ladislau Batalha.

No dicionário de Magalhães Júnior (1977), a expressão *santa do pau oco* é mencionada em contexto literário, na

comédia *Quem casa quer casa*, escrita por Martins Pena, em 1845. Na cena XV, a personagem Paulina se dirige a Olaia de forma irônica e repreensiva, dizendo: “Deixa estar, minha santinha-de-pau-oco, que te hei de dar educação, já que tua mãe não te deu [...]” (Pena, 1845, p. 22). Dessa forma, a personagem Paulina faz uma crítica a Olaia, insinuando que, assim como uma “santinha-de-pau-oco”, a moça pode ostentar uma aparência de decência, mas carece de educação. Esse uso sugere que a expressão idiomática *santo do pau oco* já estava consolidada no léxico popular em 1845, ano de publicação da peça. Sob essa perspectiva, aventamos a hipótese de que a expressão *santo do pau oco* teria origem portuguesa e não necessariamente teria surgido dos contextos de contrabando e roubo de ouro em cidades brasileiras. Entretanto, salientam-se como as explicações refletem a capacidade de adaptação da língua conforme as necessidades culturais e sociais de uma população.

Urbano (2018) relata que durante os séculos XVII e XVIII, havia contrabando de ouro em pó, pedras preciosas e moedas falsas no Brasil no interior oco de imagens de madeira, que eram levadas e trazidas de Portugal, para esconder os materiais contrabandeados. Ele acrescenta, com certo tom de ironia: “por fora, pureza religiosa; por dentro, a pecaminosa contravenção” (Urbano, 2018, p.474). Essa explicação se alinha com as informações fornecidas oralmente.

Considerando as informações técnicas sobre esculturas em madeira, percebemos que o processo de esculpir imagens ocas não tinha como propósito primordial a facilitação de atividades ilícitas. Essa prática de ocar imagens é fundamentada em razões práticas e técnicas, uma vez que a natureza higroscópica

da madeira a fazia expandir e contrair conforme variações de temperatura, tornando a técnica essencial para preservar a integridade da peça sacra.

Por outro lado, não se pode descartar que algumas dessas imagens ocas podem ter sido usadas como ferramentas para práticas ilegais como o contrabando de ouro, uma vez que, em Vila Rica, a expressiva ocorrência do contrabando e as consequentes perdas de receitas para a Coroa Portuguesa geraram muitas preocupações ao governo que, como contramedida, intensificou a fiscalização.

Ao analisarmos a expressão, com base nas entrevistas, percebemos que sua contextualização está intrinsecamente ligada às tensões sociais e religiosas de Vila Rica. Destacamos que as explicações refletem a capacidade de adaptação da língua conforme as necessidades culturais e sociais de uma população. Embora não consigamos afirmar categoricamente onde e quando a expressão tenha surgido, é possível que sua difusão tenha origem portuguesa e não necessariamente teria surgido dos contextos de contrabando e roubo de ouro em cidades brasileiras e, posteriormente, tenha se espalhado para diferentes culturas do Brasil, originando novas narrativas.

É importante salientar que nosso foco não recai em estabelecer uma origem específica da UF analisada, mas evidenciar como a memória coletiva da comunidade ouro-pretana, evidenciada pelos relatos dos guias de turismo, é continuamente preservada e transmitida por meio de relatos específicos, proporcionando uma compreensão mais profunda da história e da identidade cultural e religiosa de Ouro Preto.

4.3 *Devagar com o andor que o santo é de barro*

Nos relatos orais relacionados à parêmia *devagar com o andor que o santo é de barro* também podemos perceber uma recorrência temática vinculada à religiosidade de Ouro Preto. Conforme uma das narrativas, o aparente peso da imagem servia como metáfora para os pecados do portador, e, ao esvaziar o santo, possivelmente preenchido com ouro, sua massa diminuía, ilustrando o alívio do fiel após a absolvição de seus pecados. Esse mesmo contexto de surgimento da expressão é reafirmado em outra narrativa oral de um dos nossos participantes, a qual destaca a extensa jornada de Ouro Preto até o litoral e o aconselhamento do padre ao escravizado para manter a calma, atribuindo o peso da imagem aos pecados daqueles que a carregavam. Dessa forma, a origem do fraseologismo faz menção ao contexto de uma procissão religiosa, em que homens, carregando um santo em andor¹², moviam-se rapidamente, causando preocupação ao vigário. A expressão teria surgido como um apelo do padre para que os homens fossem mais cuidadosos, considerando a fragilidade do santo de barro.

Essas narrativas orais se alinham aos registros encontrados em dicionários fraseológicos do século XX, pois Nascentes (1945), Magalhães Júnior (1977) e Urbano (2018) corroboraram o contexto que enfatiza a necessidade de cautela e cuidado, especialmente ao se considerar a fragilidade do santo de barro.

Ao cotejarmos o resgate memorialístico oral com os registros encontrados nas obras fraseológicas, constatamos algumas distinções. Na obra de Magalhães Júnior (1977), a

12 Segundo o *Dicionário Aurélio*, “andor” também pode ser conhecido como “charola”, “é uma estrutura portátil e ornamentada, sobre a qual se conduzem imagens nas procissões” (Ferreira, 2009, p. 133).

parêmia é grafada sem a oração subordinada explicativa *que o santo é de barro*, em contraste com o que é observado na obra de Antenor Nascentes (1945; 1966) e na oralidade. Isso porque a parêmia é registrada e proferida na sua forma extensa: *devagar com o andor que o santo é de barro*. Essa sentença adicional pode ser interpretada como uma advertência, que reforça o alerta quanto à fragilidade e vulnerabilidade de algo que aparentemente é seguro. Nesse contexto, a inserção da subordinada *que o santo é de barro* traz uma explicação do motivo para a cautela.

Diante dessas observações, nossa hipótese é a de que a última parte da parêmia esteja gradualmente se desafixando na língua, já que em dicionários fraseológicos mais recentes, como o de Urbano (2018), a parêmia é registrada apenas em sua forma mais simplificada, “devagar com o andor”.

Podemos perceber que a parêmia *devagar com o andor que o santo é de barro* guarda estreita relação com os fraseologismos *conto do vigário* e *santo do pau oco*, pois essas expressões também fazem alusão ao uso de imagens sacras como estratégia de esperteza ou de aconselhamento. Nesse sentido, observamos que não são apenas os monumentos tangíveis da cidade de Ouro Preto que atestam a fervorosa religiosidade da comunidade ouro-pretana, mas também as UF's, patrimônios imateriais, que refletem a profundidade e a permanência da fé no dia a dia das pessoas da cidade.

Conforme destacado por Menezes (1975), o processo de colonização brasileira transcendeu a mera dimensão econômica, abrangendo também a incorporação de práticas religiosas e culturais provenientes da Europa, essas práticas também atuavam como instrumentos para solidificação do domínio lusitano. Em Ouro Preto essa religiosidade ainda se manifesta

hoje, evidenciada pelas diversas festividades católicas que permeiam o cotidiano da cidade. Além disso, fraseologismos utilizados pelos guias de turismo, ao explicarem os monumentos e percursos turísticos de Ouro Preto, confirmam essa conexão com a religiosidade local.

Ao investigarmos a parêmia *devagar com o andor que o santo é de barro*, com base nas entrevistas realizadas, observamos que sua contextualização está intrinsecamente entrelaçada às questões religiosas e sociais de Vila Rica. Embora não tenhamos identificado em fontes formais essa UF especificamente associada ao contexto ouro-pretano, é possível que sua difusão tenha se originado a partir da tradição oral da cidade, expandindo-se para diferentes contextos culturais brasileiros, uma vez que só foram encontrados registros oficiais dessa UF em obras do século XX.

Sendo assim, os relatos orais não apenas ecoam, mas também complementam, de certa maneira, as descrições presentes nas obras consultadas do século XX. Embora não seja nosso objetivo afirmar a origem da expressão, foi possível destacar que a memória coletiva da comunidade ouro-pretana, evidenciada por meio dos relatos dos guias de turismo, é mantida e transmitida para diversas pessoas que tem contato com tais narrativas, contribuindo para uma compreensão mais profunda da história e da identidade cultural e religiosa da cidade.

5 Considerações finais

Diante das análises realizadas, procuramos estabelecer um elo entre a memória linguística e religiosidade em Ouro Preto, isso porque fizemos uma discussão sobre a tradicional religiosidade da cidade e como ela se manifesta por meio das UFs analisadas.

Constatamos, então, que a memória coletiva da comunidade ouro-pretana, evidenciada pelos relatos dos guias de turismo, é preservada e transmitida por meio do léxico, proporcionando uma compreensão mais profunda da história e da identidade cultural e religiosa de Ouro Preto. A metodologia adotada, que incluiu a análise das unidades fraseológicas, baseada em relatos orais e posterior consulta a dicionários e obras fraseológicas, nos revelou a estreita conexão entre esses elementos.

Vale, ainda, deixar registrado que as narrativas sobre o uso das UF sob análise, ao serem transmitidas oralmente, podem sofrer modificações e receber novos significados ao longo do tempo, refletindo, assim, a dinâmica cultural e social da comunidade. Para além disso, na maioria das vezes, a origem dessas UF se perdeu, mas elas se mantêm na memória linguística do falante, e, por isso, nossa análise se concentrou em verificar como essas unidades fraseológicas são preservadas e transmitidas, no caso específico via guias turísticos, e não em estabelecer uma origem específica.

Por outro lado, as interpretações populares adicionam camadas de significado à rica tapeçaria de narrativas que compõem a memória dos falantes, tornando-a multifacetada. Assim, os resultados a que este artigo chega destacam como o léxico é um testemunho vivo das experiências religiosas e históricas de uma comunidade, e como as UFs desempenham um papel fundamental na (re)construção da memória coletiva da cidade, preservando e transmitindo o passado e o seu patrimônio imaterial linguístico.

Referências

BOHRER, Alex F. *Ouro Preto um novo olhar*. Ouro Preto: Scortecci, 2011.

BUENO, Adriano de Souza. *Materialidade e imaterialidade no fazer escultórico em Minas Gerais na contemporaneidade*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. v.1 – Artes do fazer. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 2011. COELHO, Beatriz; QUITES, Maria Regina Emery. *Estudo da escultura devocional em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

DOMICIANO, João Felipe Guimarães de Macedo Sales. *O mito e sua estrutura: contribuições da antropologia lévi-straussiana para a formalização da clínica psicanalítica*. 2014. (Dissertação mestrado em Psicologia - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio*. 4.ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 5 v. Rio de Janeiro: A Noite, 1939.

MARQUES, Elizabete Aparecida. Um olhar sobre a interrelação entre fraseologia, memória e cultura: foco sobre o português brasileiro. In: Aparecida Negri Isquerdo; Giselle Olivia Mantovanni Dal Corno (org.). *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande/MS: UFMS, 2018, v.VIII, p.11-22.

MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA, 1975.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção*

discursiva: escrita e oral. Belo Horizonte: Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. (Tese de doutorado – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte).

MENDES, Soélis Teixeira do Prado; LEAL, Maria Auxiliadora da Fonseca. Jeitinho brasileiro - a expressão idiomática no português do Brasil: uma contribuição para o léxico da língua.. In: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. (org.). *O léxico em estudo*. BH: UFMG, 2006, v. único, p. 43-57.

MINEIRO, Fernanda Kelly. *Memória e Tradição*: um estudo toponímico dos bairros mais antigos de Ouro Preto-MG, 2021. (Dissertação de Mestrado em Letras Estudos da Linguagem - POSLETRAS, da Universidade Federal de Ouro Preto).

MONTEIRO-PLANTIN, Rosimeire Selma. *Fraseologia, era uma vez um patinho feio no ensino da língua materna*. v.1. Fortaleza: editora da Universidade Federal do Ceará, 2014.

NASCENTES, Antenor. *Tesouro da fraseologia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Freitas Bastos S.A., 1945; 1966.

OLIVA, Menezes de. *A Santa do pau oco e outras histórias*. Rio de Janeiro: Laemert, 1957.

ORTÍZ-ALVAREZ, Maria Luiza. *Expressões Idiomáticas do Português do Brasil e do espanhol de Cuba*: estudo construtivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2000.

OURO PRETO: Passo da Ponte Seca. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/ouro-preto-passo-da-ponte-seca/#!/map=38329&loc=-20.331267278232193,-43.490753173828125,11>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PENA, Martins. *Quem casa, quer casa*. In: As Melhores Comédias de Martins Pena. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996 [1845].

PÔLGUERE, Alain. *Lexicologie et Sémantique Lexicale: Notions Fondamentales*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2016. Tradução de Sabrina Pereira de abreu. São Paulo: Contexto, 2018.

URBANO, Hudinilson. *Dicionário brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares: desatando nós*. 2018.

XATARA, Cláudia; PARREIRA, Maria Cristina. A elaboração de um dicionário fraseológico. In: ORTIZ, A. M. L.; UNTERNBAUMEN, E. H. (orgs.). *Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

XATARA, Cláudia Maria. *Tipologias das expressões idiomáticas*. São Paulo: Alfa, 1998.

ZAVAGLIA, Cláudia (org). *Coletânea Guia dos curiosos em espanhol, francês, inglês, italiano, latim: Xeretando a linguagem*, 2008.

A formação de redes de mediadores de letramento durante o processo de escrita de textos acadêmicos no doutorado

Larissa Giacometti Paris*

Resumo

O objetivo deste artigo é caracterizar e analisar os papéis desempenhados pelos mediadores de letramento que interagiram com uma doutoranda durante a escrita de sua tese. Mediadores de letramento são agentes que causam impacto direto na trajetória de publicação de um texto acadêmico. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se nos princípios dos Novos Estudos do Letramento e na perspectiva dos Letramentos Acadêmicos, além de empregar a etnografia como alicerce teórico-metodológico. Neste trabalho, foram analisados excertos de entrevistas realizadas com uma doutoranda da área de Ciências Humanas, Sociais e Arte no ano de 2018. A análise concentrou-se na formação de uma rede de mediadores de letramento composta por estudantes pós-graduandos que se auxiliaram mutuamente durante a escrita de seus textos acadêmicos. Concluiu-se que, ao interagir com diferentes mediadores, a participante buscou por orientação, apoio, suporte e oportunidades. Portanto, este estudo destaca a relevância das interações com os mediadores de letramento ao longo do processo de escrita de uma tese, corroborando a ideia de que as

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas gerais (UFMG).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1472-0581>.

práticas de letramentos acadêmicos não se constituem apenas pela figura solitária do autor. Ao contrário, são as interações com os diferentes mediadores que possibilitam que as escritas sejam revisitadas e transformadas.

Palavras-chave: escrita acadêmica; letramentos acadêmicos; mediadores de letramento.

The Formation of Networks of Literacy Brokers during the Doctoral Academic Writing Process

Abstract

The objective of this article is to characterize and analyze the roles played by literacy brokers who interacted with a doctoral student during the writing of her thesis. Literacy brokers are agents that have a direct impact on the publication trajectory of an academic text. To achieve this, the research is grounded in the principles of New Literacy Studies and the perspective of Academic Literacies, employing ethnography as the theoretical-methodological foundation. This work analyzed excerpts from interviews conducted with a doctoral student in the field of Humanities, Social Sciences, and Arts in the year 2018. The analysis focused on the formation of a network of literacy brokers composed of postgraduate students who supported each other during the writing of their academic texts. It was concluded that, by interacting with different brokers, the participant sought guidance, support, assistance, and opportunities. Therefore, this study highlights the relevance of interactions with literacy brokers throughout the thesis writing

process, corroborating the idea that academic literacy practices are not solely constituted by the solitary figure of the author. On the contrary, it is the interactions with various brokers that enable writings to be revisited and transformed.

Keywords: academic writing; academic literacies; literacy brokers.

Recebido em: 27/03/2024 / Aceito em: 11/10/2024

Introdução

A mediação é reconhecida como um componente crucial em diversas práticas de letramentos, em que pessoas colaboram mutuamente no processo de escrita a partir de leituras, revisões e (re)escritas de textos, seja formal ou informalmente (Lillis; Curry, 2006). Diferentes estudos já comprovaram, inclusive, o papel fundamental da mediação no processo de ensino e aprendizagem, por exemplo. Entretanto, de acordo com Lillis e Curry (2006), há uma escassez de pesquisas que se concentram explicitamente na análise da mediação relacionada à produção de textos acadêmicos. Diante desse cenário atual, as autoras dedicaram-se a analisar o papel dos mediadores de letramento no campo acadêmico-científico.

A expressão “mediadores de letramento”¹ foi concebida por Lillis e Curry (2010) na obra *Academic writing in a global context*. Neste estudo, as autoras comprovaram que a prática de escrita acadêmica não envolve apenas a figura do autor, mas também a de muitos outros agentes que, de alguma forma, causam impacto direto na trajetória da publicação de um artigo científico, tal como amigos, editores, pareceristas, revisores e tradutores, denominados pelas autoras como mediadores de letramento.

A esse respeito, é importante ressaltar que os mediadores podem desempenhar um papel fundamental não somente durante a escrita de artigos científicos, mas também ao longo do processo de escrita de uma tese: as interações

¹ No original: literacy brokers. Utilizo a tradução “mediadores de letramento”, cunhada por Raquel Salek Fiad e Flávia Danielle Sordi Silva Miranda para a publicação em português do texto “Estratégias e táticas na produção do conhecimento acadêmico por pesquisadores multilíngues” (Curry; Lillis, 2016, p. 11-64).

dos doutorandos com seus orientadores² e coorientadores, membros das bancas de qualificação/defesa, colegas do grupo de pesquisa e/ou do programa de pós-graduação e, até mesmo, familiares ou amigos podem oportunizar escritas, revisões e reescritas em seus textos. Assim, embora a tese seja um trabalho, a princípio, de natureza individual e muitas vezes encarado de forma solitária, defendo que sua realização somente se concretiza efetivamente por meio das interações com diferentes mediadores de letramento (Paris, 2021).

Os mediadores de letramento, nesta concepção, ocupam posições com diferentes *status* e poder (Lillis; Curry, 2010), o que implica a compreensão de que não são mediadores neutros no processo de escrita, submissão e publicação de um texto. As figuras dos editores e pareceristas, por exemplo, são responsáveis pela decisão de aceite ou de recusa em uma submissão de artigo científico a um periódico, evidenciando relações de poder entre esses mediadores e o autor do texto. Nesse sentido, a função dos mediadores de letramento se transforma conforme o papel que determinado interlocutor ocupa na interação com o autor do texto e de acordo com as relações de poder instauradas nas interações humanas. A função de um orientador certamente não é a mesma que a de um pesquisador que avalia a tese durante o exame de qualificação. O mesmo pode ser afirmado no caso específico de um pós-graduando que realiza uma leitura crítica e/ou uma revisão do texto de seu colega: não há, a princípio, relações assimétricas de poder, visto que ambos são discentes da pós-graduação e ocupam o mesmo patamar hierárquico.

Diante dessa definição, o objetivo geral deste artigo é caracterizar e analisar os papéis dos mediadores de letramento

² Em estudo anterior (Paris, 2022), denomino o orientador como “mediador privilegiado” do processo de escrita de doutorandos.

que interagiram com uma doutoranda durante a escrita de parte de sua tese. Mais especificamente, ofereço reflexões sobre a formação de uma rede de pós-graduandos que mutuamente se ajudavam neste contexto, ora posicionando-se como escritores de seus próprios textos, ora posicionando-se como mediadores de textos de seus colegas.

Com o intuito de perfazer tal objetivo, o artigo estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, fundamento esta investigação a partir de conceitos caros aos Novos Estudos do Letramento e à perspectiva dos Letramentos Acadêmicos. Em seguida, nas próximas duas seções, apresento a metodologia (que também é entendida como aporte teórico, conforme explicado posteriormente) e o contexto da pesquisa. Após, na análise dos dados gerados, discuto sobre a formação de uma rede de mediadores de letramentos que causaram impactos na escrita de uma tese de doutorado. Finalmente, as considerações finais do trabalho são sistematizadas na última seção do texto.

1 Novos Estudos dos Letramentos e Letramentos Acadêmicos: a concepção de escrita acadêmica como prática social

Ao longo do século XX, especialmente em sua primeira metade, havia uma tradição de pesquisa nas Ciências Humanas que se concentrava em investigar o comportamento do indivíduo e a sua mente. Contudo, nas últimas décadas desse século, ocorreu uma mudança de foco nas pesquisas em direção à interação sociocultural, o que acabou sendo conhecido como “a virada social” (Gee, 2000; 2015). Os *Novos Estudos do Letramento* (doravante NEL) foi um dos movimentos que contribuiu para

essa virada social, conforme relata Gee (2000, 2015), um de seus principais defensores:

Na década de 1980, vários estudiosos de diferentes disciplinas começaram a criticar a visão tradicional de letramento como “a habilidade de ler e escrever” (um fenômeno amplamente individual e mental) e a defender uma abordagem de letramento baseada na prática. Esses pesquisadores estudaram a leitura e a escrita em seus diferentes contextos sociais, culturais, institucionais e históricos³ (Gee, 2015, p. 54, tradução minha).

Gee foi o responsável por cunhar o nome para o movimento, baseando-se na constatação de que havia um conjunto de pesquisas de diferentes campos disciplinares que compartilhavam temas específicos por meio de uma mesma abordagem. Em conjunto com Street (1984) e Barton (2007 [1994]), as publicações desses três pesquisadores (cf. Gee, 1996) podem ser consideradas as primeiras representantes dos NEL, que edificam uma nova tradição em relação à natureza do letramento (Street, 2003) a partir de um campo de estudo interdisciplinar (Gee, 2015).

Conforme destacado por Gee (1996), as pesquisas científicas realizadas sob a perspectiva dos NEL substituíram a noção tradicional de letramento por uma abordagem sociocultural, na qual letramento é definido a partir da noção de práticas sociais e das concepções que os indivíduos têm acerca da leitura e da escrita (Street, 1993). Desse modo, esses estudos examinaram sociedades específicas em detalhes, analisando grupos distintos que delas faziam parte e como as pessoas desses grupos se envolviam com as práticas de leitura e escrita em suas vidas cotidianas (Barton, 2007). Dessa maneira, o letramento

³ No original: In the 1980s a number of scholars from different disciplines began to critique the traditional view of literacy as “the ability to read and write” (a largely individual and mental phenomenon) and argue for a practice-based approach to literacy. These scholars studied reading and writing in their different social, cultural, institutional, and historical contexts.

deixa de ser encarado como uma habilidade individual e descontextualizada de leitura e escrita para ser entendido como constituído por práticas sociais situadas que são parte integrante de determinados grupos sociais (Gee, 1996).

Como aponta Barton (2007), na perspectiva dos NEL, a noção de habilidades e competências de leitura e escrita não é correlata ao conceito de letramento, na medida em que esse é compreendido como uma parte integral de eventos e práticas sociais. Para Gee (2000), os NEL sustentam que a leitura e a escrita são sempre situadas em práticas sociais específicas e devem ser analisadas considerando os contextos de tais práticas. Na visão do autor, “letramento não tem efeitos – na verdade, nenhum significado – se for desassociado dos contextos culturais específicos nos quais é usado, e possui diferentes efeitos em diferentes contextos”⁴ (Gee, 1996, p. 59, tradução minha).

Nesse sentido, o movimento não assume nenhuma generalização no que se refere às práticas sociais de letramento (Street, 2003), ao contrário, faz observações relacionadas às situações particulares que foram investigadas (Barton, 2007). As pesquisas dos NEL, portanto, enfatizam o nível local, isto é, as atividades de letramento específicas das pessoas em seus cotidianos, com o objetivo de compreender a função e o significado do letramento na visão dessas pessoas em determinado contexto sociocultural (Gee, 2000).

Na esteira dos NEL, surgem os estudos dos *Letramentos Acadêmicos*, termo cunhado por Lea e Street (1998) para fazer referência a uma perspectiva teórica que busca entender e analisar as práticas de leitura e escrita no Ensino Superior. De acordo com os pesquisadores, ao cursar o Ensino Superior, os

4 No original: Literacy has no effects – indeed, no meaning – apart from particular cultural contexts in which it is used, and it has different effects in different contexts.

alunos precisam adaptar-se a novas formas de compreender, interpretar e organizar o conhecimento científico. Assim, considerando que o conceito de prática de letramento engloba os significados culturais atribuídos à leitura e à escrita em um contexto específico, as práticas de letramentos acadêmicos estão relacionadas a processos centrais por meio dos quais os alunos no Ensino Superior aprendem e desenvolvem seus conhecimentos (Lea; Street, 1998).

A perspectiva dos Letramentos Acadêmicos leva em consideração as produções de sentidos, as práticas institucionais, as relações de poder e autoridade, a natureza contestada das convenções de escrita acadêmica e as questões identitárias dos indivíduos que se envolvem nessas práticas (Lea; Street, 2014), sejam eles alunos de graduação ou pós-graduação, docentes, pesquisadores, técnicos, gestores, etc. Essa perspectiva assume, então, que a escrita acadêmica e sua aprendizagem envolvem questões do nível da epistemologia e da identidade (Lea; Street, 1998) e não somente do nível da habilidade técnica ou da socialização acadêmica, visão corroborada também pelos estudiosos dos NEL.

Na perspectiva dos Letramentos Acadêmicos, o enfoque nas identidades e nos significados sociais aponta para os conflitos ideológicos das práticas acadêmicas. Essa abordagem, portanto, visa evidenciar “a natureza institucional daquilo que conta como conhecimento em qualquer contexto acadêmico específico” (Lea; Street, 2014, p. 479). Conforme destacam Lillis *et al.* (2015), os Letramentos Acadêmicos se constituem como uma abordagem crítica em relação à pesquisa, ao ensino e à aprendizagem da escrita acadêmica, evidenciando o modo como o poder e a autoridade estão inscritos nas práticas de letramentos

e explicitando a sua ligação com a construção do conhecimento acadêmico-científico no Ensino Superior.

Ainda que haja, atualmente, uma tendência em usar a expressão “letramentos acadêmicos”⁵ – seja no singular ou no plural – para fazer referência à leitura e à escrita em contextos acadêmicos de forma genérica, revelando certa fluidez e ambiguidade, Lillis e Scott (2007) defendem que é preciso indexar o campo crítico de pesquisa dos Letramentos Acadêmicos com base em seus interesses e em suas raízes históricas, teóricas e ideológicas, afirmando sua posição epistemológica específica. Nesse sentido, as autoras argumentam que o campo se constitui a partir do interesse em investigar a produção de significados em conjunto com um olhar etnográfico crítico das práticas situadas de letramentos acadêmicos. O intuito é analisar as experiências vividas pelas pessoas em contextos acadêmicos específicos (Lillis; Scott, 2007), como é o caso dos dados apresentados neste artigo. Desse modo, até como forma de buscar contribuir com tal indexação do campo⁶, realizo a exposição, a seguir, dos alicerces teórico-metodológicos que edificam a etnografia, usualmente empregada pelos estudiosos dos NEL e dos Letramentos Acadêmicos.

5 Neste trabalho, o termo “Letramentos Acadêmicos”, escrito com as iniciais maiúsculas, refere-se à abordagem teorizada por Lea e Street (1998), já a expressão “letramentos acadêmicos”, com as iniciais minúsculas, indica as práticas letradas que se inserem no meio acadêmico-científico.

6 Sobre a busca pela indexação da abordagem dos Letramentos Acadêmicos, conferir o “*Manifesto acadêmico: por nova(s) pedagogia(s) de escrita para o Ensino Superior*”, texto elaborado coletivamente por estudiosos do campo (Miranda *et al.*, 2022).

2 Aporte teórico-metodológico: etnografia como teorização profunda

A pesquisa apresentada neste artigo é de base qualitativa e interpretativa, situa-se no campo da Linguística Aplicada e emprega a etnografia como enquadramento metodológico, teórico e epistemológico, a partir do entendimento de etnografia como teorização profunda⁷ (Lillis, 2008).

A etnografia tem sido frequentemente utilizada no campo de pesquisa da Linguística Aplicada (Jung; Silva; Santos, 2019). Também vale ressaltar que, nos estudos sobre as práticas de letramentos e, mais especificamente, na perspectiva dos Letramentos Acadêmicos, há uma forte tendência em direção à interpretação etnográfica (Street; Lea; Lillis, 2015).

A etnografia investiga, principalmente, aspectos relacionados à interação dos indivíduos, partindo do conhecimento sobre a linguagem do ponto de vista do ser humano (Blommaert, 2006), em que o pesquisador busca entender as “percepções que os participantes das atividades têm sobre o que acontece ali” (Garcez; Schulz, 2015, p. 02). A relação entre linguagem e sociedade é do interesse de pesquisas etnográficas e, por isso, enfatizam-se os estudos de comunidades específicas ao invés da espécie humana como um todo.

Especialmente nas pesquisas que investigam os letramentos a partir da teoria dos NEL, o movimento analítico se concretiza por meio da observação dos eventos a fim de se buscar compreender as práticas. Nesse sentido, Street, Lea e Lillis (2015) ressaltam que adotar a etnografia obriga o pesquisador a suspender suas

⁷ Para maiores explicações acerca do conceito de etnografia como teorização profunda, conferir Laranjeira; Miranda; Paris (2024).

próprias suposições em relação ao que vale como letramento, visando observar o que as pessoas de fato estão realmente fazendo com a leitura e a escrita em um certo contexto.

A esse respeito, Blommaert (2006) explica que a linguagem é sempre produzida por alguém para outra pessoa, em um determinado tempo e lugar, com um propósito e assim por diante. Dessa forma, o contexto não é um “elemento” que se pode simplesmente “adicionar” ao texto, ao contrário, o contexto define os significados de um texto e suas condições de uso. Contudo, o autor adverte que, na etnografia, a noção de contexto não deve ser compreendida como sendo restrita ao que acontece nos eventos específicos (somente a nível local), mas também a nível translocal. Em suas palavras:

O contexto constitui-se por meio de vários formatos e opera em vários níveis, desde o infinitamente pequeno até o infinitamente grande. O infinitamente pequeno seria o fato de que cada frase produzida por alguém ocorre em um ambiente único de frases precedentes e subsequentes e, conseqüentemente, deriva parte de seu significado dessas outras frases. [...] O infinitamente grande seria o nível universal da comunicação humana e das sociedades humanas – o fato de que a humanidade está dividida em mulheres e homens, jovens e velhos e assim por diante. Entre os dois extremos, há um mundo de fenômenos diferentes, operando em todos os níveis da sociedade e através das sociedades, desde o nível do indivíduo até o nível do sistema mundial⁸ (Blommaert, 2005, p. 40, tradução minha).

A partir desse entendimento do que vem a ser contexto, torna-se fundamental situar as práticas e os eventos de letramento

8 No original: Context comes in various shapes and operates at various levels, from the infinitely small to the infinitely big. The infinitely small would be the fact that every sentence produced by people occurs in a unique environment of preceding and subsequent sentences, and consequently derives part of its meaning from these other sentences. [...] The infinitely big would be the level of universals of human communication and of human societies – the fact that humanity is divided into women and men, young and old people, and so on. In between both extremes lies a world of different phenomena, operating at all levels of society and across societies, from the level of the individual all the way up to the level of the world system.

observados, considerando que isso não se restringe apenas ao estritamente local (Blommaert, 2005). Ainda segundo Barton e Hamilton (1998), os estudos etnográficos exploram os contextos do mundo real a partir de uma abordagem holística, que busca compreender o fenômeno inteiro que se está observando. Ao lidar com a vida real das pessoas, justifica-se o dever do pesquisador em situar as suas análises.

Nesse sentido, a etnografia vai além do senso comum que a compreende como um sinônimo de descrição dos dados, em que se utiliza uma técnica complexa para analisar supostamente fatos rotulados como “contexto” (Blommaert; Jie, 2010). Se a etnografia for reduzida a somente um método, limitando-se a procedimentos e técnicas, tais como observação de um evento e realização de uma entrevista, corre-se o risco de desconsiderar as questões epistemológicas críticas que emergem na ida ao campo (Blommaert, 2006). Dessa forma, “a etnografia é mais que um método, é a própria teoria vivida” (Pires-Santos *et al.*, 2015, p. 38).

Assim, assumir a etnografia como teorização profunda (Lillis, 2008) implica desenvolver um movimento analítico de buscar compreender o que está acontecendo nas práticas de letramentos acadêmicos tanto a partir dos textos produzidos quanto também a partir dos contextos situados. Com efeito, isso somente se torna possível se analisarmos a escrita acadêmica com base na concepção de escrita como prática social, tal como postula os NEL e a abordagem dos Letramentos Acadêmicos.

Com esse propósito, apresento, a seguir, um panorama do contexto em que a pesquisa foi realizada, dando ênfase à descrição de uma participante específica e da história do texto dela.

3 A doutoranda Maria e a história de seu texto

Os dados analisados neste artigo são um recorte de uma pesquisa de doutorado⁹ cujo objetivo geral foi o de caracterizar e analisar os eventos e as práticas de letramentos acadêmicos relacionados à escrita da tese de quatro doutorandos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) de diferentes áreas de conhecimento. Durante o segundo semestre de 2018, conversas cíclicas foram realizadas com cada um deles. Considerando os objetivos deste artigo, a ênfase recai na rede de mediadores de letramentos que auxiliaram Maria¹⁰, uma das participantes da pesquisa, durante a escrita de sua tese.

Maria, à época com 30 anos, foi uma doutoranda da área de Ciências Humanas, Sociais e Arte (doravante Humanas). Aos 16 anos, em 2004, iniciou uma graduação na área de Humanas em uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul. Porém, após cursar quatro períodos, trancou essa graduação e foi fazer um curso preparatório para o vestibular. Em 2007, no ano seguinte, ingressou em um novo curso de graduação da área de Humanas na mesma instituição universitária. Maria, ainda na graduação, foi bolsista de iniciação científica da FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul).

Em 2012, logo após ter concluído a graduação, ingressou no mestrado na mesma universidade federal, tendo sido bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de

9 Pesquisa realizada com apoio financeiro concedido pelo CNPq (Processo número 141101/2017-2), tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unicamp, sob o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 84164218.5.0000.8142.

10 Nome fictício escolhido pela participante, visando preservar a sua identidade. Além disso, pelo mesmo motivo, optou-se por fazer referência apenas à grande área ao qual ela pertence (Ciências Humanas, Sociais e Arte), omitindo o nome do Programa de Pós-Graduação e da linha de pesquisa.

Pessoal de Nível Superior), agência de fomento federal. O Programa de Pós-Graduação pertencia à mesma área de conhecimento de sua graduação.

Já em 2014, iniciou o doutorado na Unicamp, tendo sido bolsista da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), agência de fomento do estado de São Paulo. Maria decidiu realizar o processo seletivo na Unicamp porque não havia um curso de doutorado na sua área de pesquisa na instituição de Ensino Superior em que concluiu o mestrado.

O curso de doutorado do qual Maria foi aluna teve início em 1977, tendo se consolidado como um curso de excelência e de forte tradição. No ano de 2018, estava classificado com nota seis (uma a menos que a nota máxima – sete) na avaliação da CAPES. As linhas de pesquisa foram descritas como transdisciplinares. A participante realizou a defesa de sua tese no início de 2020, um ano após o prazo máximo estipulado pelo Programa de Pós-Graduação, totalizando seis anos de duração do curso.

No momento da geração dos dados, no segundo semestre de 2018, Maria cursava o quinto ano do doutorado e, à época, afirmou que só tinha escrito 10% da tese, o que lhe causava angústia, uma vez que o prazo máximo para a defesa era março de 2019.

Até aquele momento de sua carreira acadêmica, a participante havia publicado uma resenha sobre um livro e quatro artigos científicos, sendo dois deles enquanto estava matriculada no doutorado. Maria também cursou, em 2017, um período do seu doutorado (denominado popularmente como “doutorado sanduíche”) em uma universidade renomada de um país europeu. Esse intercâmbio foi concretizado por meio da bolsa BEPE (Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior), concedida pela

FAPESP. A doutoranda permaneceu durante um ano estudando na referida instituição europeia.

No momento em que iniciei a geração dos dados, Maria estava escrevendo a introdução da tese, sendo essa a parte que ela decidiu compartilhar comigo. Assim, apresento, a seguir, a história do texto¹¹ (Lillis; Curry, 2010) dessa introdução. A participante enviou para mim três versões do texto. Vale ressaltar que Maria começou a escrever a tese pela introdução por sentir a necessidade de elencar, primeiramente, os problemas gerais que iriam fazer parte de sua tese para somente depois iniciar a escrita dos capítulos.

A primeira versão do texto contou com a leitura e a revisão de dois colegas doutorandos do mesmo Programa de Pós-Graduação de Maria, ainda que não fizessem parte do grupo de pesquisa de Alex, seu orientador. A segunda versão do texto foi revisada pelo docente. Já a terceira versão foi escrita após a doutoranda ter apresentado oralmente sua pesquisa em um encontro do grupo de pesquisa coordenado por Alex. Assim, os colegas doutorandos, o orientador e os pós-graduandos que eram integrantes do grupo podem ser considerados os mediadores de letramento que interagiram com Maria para a escrita da introdução.

Apresento uma síntese desta história do texto no quadro 01, o qual divide-se em i) datas, que equivalem aos períodos em que Maria enviou para mim a introdução da tese; ii) versões do texto; iii) agentes, isto é, a autora e os mediadores de letramento que provocaram mudanças no texto; e iv) eventos de letramento em que os mediadores e a doutoranda interagiram.

11 A história do texto pode ser considerada um tipo específico de ferramenta metodológica que visa reconstituir a trajetória de um texto. Segundo Lillis e Curry (2010), o objetivo é coletar o maior número possível de informações sobre a história de um texto, incluindo os rascunhos produzidos, as diferentes pessoas envolvidas nesse processo (autores, revisores, tradutores, editores, pareceristas, orientadores, coorientadores, colegas do grupo de pesquisa, acadêmicos da área, etc.), a cronologia e a natureza do impacto relacionadas ao envolvimento desses mediadores.

Quadro 1 – História do texto da introdução da tese de Maria

Datas	Setembro de 2018	Outubro de 2018	Novembro de 2018
Versões do texto	Versão 1 da introdução	Versão 2 da introdução	Versão 3 da introdução
Agentes	• Maria • Colegas doutorandos do Programa de Pós-Graduação	• Maria • Orientador	• Maria • Orientador • Colegas do grupo de pesquisa
Eventos	Maria escreve uma primeira versão do texto e os colegas doutorandos realizam uma revisão	Maria escreve uma segunda versão do texto e o orientador realiza uma revisão	Maria escreve uma terceira versão do texto após apresentá-lo oralmente durante o encontro do grupo de pesquisa

Fonte: elaboração própria.

Considerando que as interações de Maria com o seu orientador não serão esmiuçadas neste artigo, visto que já foram analisadas anteriormente (cf. Paris, 2021; Paris, 2022), passo, a seguir, a descrever e a refletir sobre os papéis desempenhados pelos demais mediadores de letramento.

4 A formação de uma rede de mediadores de letramento

Como demonstram Lillis e Curry (2010), a produção de textos acadêmicos é uma atividade em rede. Essa afirmação, na visão das autoras, contrasta com as noções convencionais do que se entende em relação ao que um escritor faz. Geralmente, retrata-se o escritor como um produtor individual, isto é, “alguém que deve possuir toda a gama de conhecimentos e habilidades

necessárias para produzir textos¹²” (Lillis; Curry, 2010, p. 62, tradução minha). Nessa concepção, sendo a produção de texto uma atividade individual, caberia ao escritor, sozinho, dominar todas as práticas letradas que envolvem a publicação de um artigo científico ou a escrita de uma tese, por exemplo.

No entanto, Lillis e Curry (2010) argumentam que, ao partir-se do pressuposto de que a produção de textos acadêmicos seja uma atividade em rede, entende-se que diferentes pesquisadores de uma rede adotam diferentes papéis, tais como de autores, coautores, tradutores, revisores, leitores críticos, etc. As diversas funções que esses agentes desempenham revelam que várias práticas de letramentos acadêmicos são mobilizadas na produção de um texto, além de desmitificar a ideia de que a escrita acadêmica é uma prática estritamente individual.

Embora a pesquisa das autoras investigue a formação de redes internacionais de pesquisa acadêmica que, de alguma forma, oportunizam a publicação de artigos científicos em inglês por pesquisadores não anglófonos, a noção de rede pode ser aplicada também para pós-graduandos que se constituem como pesquisadores em formação (Paris, 2021). A rede formada por Maria e seus colegas (tanto do grupo de pesquisa quanto do Programa de Pós-Graduação) pode ser denominada como uma rede intramural (Mali *et al.*, 2012), pois, como o próprio nome sugere, constitui-se dentro dos “muros” de uma única instituição, departamento ou grupo de pesquisa.

No caso de Maria, a rede de pesquisa acadêmica formada por ela e seus colegas possui algumas particularidades que se relacionam ao contexto em que está situada. Essa rede:

¹² No original: one who must possess the full range of knowledge and abilities required for producing texts.

- i) é de natureza local, já que se limita aos integrantes do grupo de pesquisa e aos discentes do Programa de Pós-Graduação;
- ii) é oficial, considerando que os participantes são estudantes regularmente matriculados no Programa de Pós-Graduação e/ou são cadastrados no grupo de pesquisa do CNPq coordenado pelo orientador;
- iii) constitui-se, principalmente, por relações simétricas de poder, uma vez que todos são pós-graduandos, com exceção do orientador;
- iv) possui elos fortes entre seus integrantes, o que pode ser explicado a partir de dois principais aspectos, discutidos a seguir: os encontros semanais com o grupo de pesquisa e a prática de revisão entre os pares.

No que se refere ao primeiro aspecto, o grupo de orientandos de Alex se reunia semanalmente, às sextas-feiras no período da tarde, juntamente com o orientador (era ele quem organizava as reuniões). Em cada encontro, um orientando apresentava o andamento da sua pesquisa:

Excerto 1

Pesquisadora: Vocês fazem essas reuniões com frequência ou não?

Maria: Sim, é semanal praticamente.

Pesquisadora: Uma vez por semana vocês vão lá, os orientandos, eu digo, do seu orientador? E aí vocês têm que apresentar em que pé anda a pesquisa ou isso é só de vez em quando?

Maria: Só de vez em quando. Então, toda sexta-feira, de tarde, tem alguma atividade relacionada ao grupo. Então, por exemplo, esse semestre é um pós-doc que está... um pós-doc novo... ele está apresentando a tese dele, tipo, por duas horas, ele apresenta a tese dele por todo o semestre e depois nas outras duas horas algum aluno apresenta a sua pesquisa.

Pesquisadora: Ah tá. Então não é... como são vários alunos não é toda semana que você vai apresentar?

Maria: Não, é... eu apresentei semana passada, na outra...

Pesquisadora: Uma vez a cada dois meses, um mês?

Maria: Aí fica até bem a critério do aluno, não tem... Não tem uma obrigação, é, tipo, agora quando eu apresentei, eu escrevi para o orientador “ah, eu tenho interesse em apresentar um seminário” e ele “ah, tá, beleza, vamos marcar um dia”.

Pesquisadora: E ele participa dessas reuniões? O orientador?

Maria: Uhum.

Pesquisadora: E aí quando você apresenta, assim, para os seus colegas, eles dão pitaco?

Maria: Sim, sim. Eles... Ajudam e perguntam.

Pesquisadora: E seu orientador também faz apontamentos?

Maria: Uhum.

Pesquisadora: Todos participam e você ajuda o de colegas também?

Quando o colega está apresentando, você também ajuda?

Maria: Uhum.

O encontro semanal do grupo de pesquisa era um evento de letramento que contribuiu para a formação de um elo forte na rede. Enquanto, no dia a dia, cada pós-graduando trabalhava sozinho em sua pesquisa individual – algo bem característico das Ciências Humanas –, as reuniões do grupo se constituíam como o momento de discutir coletivamente a dissertação ou a tese de um integrante.

Era essa prática letrada, portanto, que permitia que

todos estivessem cientes daquilo que os colegas estavam pesquisando, além de se posicionarem como mediadores de letramento. Vale ainda ressaltar que as discussões sobre o texto eram orais, o que reforça a ideia de que os mediadores de letramento podem oportunizar reescritas nas teses dos doutorandos tanto por meio de interações concretizadas diretamente na materialidade linguística escrita do texto quanto por meio de interações orais (Paris, 2021).

Maria contava também com a leitura crítica de sua tese feita por colegas doutorandos, o que se constituía como uma revisão entre pares (Berg *et al.*, 2006) neste caso. Essa foi outra prática que auxiliou na formação de uma rede de pós-graduandos com um elo forte:

Excerto 2

Pesquisadora: E seu orientador, ele revisou esse texto?

Maria: Revisou.

Pesquisadora: Tá. Então, só ele leu esse texto antes da banca? [...]

Maria: Um colega, teve um colega que leu... agora lembrei, teve um colega que leu porque eu pedi para ele “por favor, me ajuda, eu preciso de uma segunda opinião aqui”. Aí ele leu e fez alguns apontamentos.

Pesquisadora: E ele é um colega da pós?

Maria: É um colega da pós.

Pesquisadora: Da pós, assim, do seu doutorado ou do mestrado?

Maria: Isso. Ele é do doutorado, acabou de terminar o doutorado.

Pesquisadora: Ah tá, ele estava um pouquinho na frente de você na época. E aí foram boas as sugestões?

Maria: Sim, sim.

Pesquisadora: Alguma coisa você mudou ali [no texto]?

Maria: Com certeza. Eu lembro dele fazer alguns comentários sobre clareza e também eu gostei de ter essa segunda opinião de um colega, porque eu fiquei “ok, pelo menos alguém mais leu e essa pessoa entendeu o que eu estou querendo fazer”.

Pesquisadora: Não só o orientador, né, que geralmente é o único que faz essa leitura.

Maria: Isso.

Maria e seus colegas de doutorado se engajavam em práticas de letramentos acadêmicos que igualmente eram responsáveis por fortificar essa rede. De acordo com Lillis e Curry (2010), a participação em uma rede acadêmica inclui tanto a coautoria e a colaboração em torno de pesquisas quanto uma série de outras atividades de leitura, revisão e tradução dos textos. No caso de Maria, a participante geralmente pedia aos colegas doutorandos para lerem e revisarem o seu texto, o que a deixava mais confiante de que o texto estava adequado para determinado contexto.

Segundo Berg *et al.* (2006), a revisão entre pares tem sido cada vez mais comum entre alunos no Ensino Superior, configurando-se como uma prática que fornece suporte e apoio aos escritores. A prática consiste em um arranjo feito entre os discentes, no qual eles fornecem *feedback* em relação aos trabalhos uns dos outros. O mesmo ocorria entre Maria e seus colegas doutorandos. A revisão entre pares, portanto, constitui-se como uma das práticas, dentre outras, em que o mediador de letramento pode atuar a fim de gerar algum tipo de impacto no processo de escrita acadêmica de um autor.

Partindo desse conceito, é possível afirmar que o *feedback* fornecido por pesquisadores que se encontravam na mesma posição hierárquica que a doutoranda também foi um elemento decisivo para a construção da rede da qual Maria participava. As redes, portanto, possibilitam que o doutorando tenha acesso a diversos recursos que o auxiliam na produção de seus textos acadêmicos, sendo a leitura crítica feita pelos pares como um desses recursos. Nesse sentido, a participação em uma rede parece oferecer um caminho fundamental para os pesquisadores produzirem seus textos (Lillis; Curry, 2010).

Além disso, Maria sentia a necessidade de ter seu texto lido e comentado por alguém (nesse caso, colegas doutorandos). Isso relacionava-se com a insegurança que ela expressava ter com a escrita da tese:

Excerto 3

Maria: Eu fiquei bastante nisso [nessa parte do texto] e aí depois... até que eu pedi para dois colegas lerem, que eles leram um pedaço e viram que... me disseram que estava... compreensível.

Pesquisadora: Esses dois colegas são do seu grupo de pesquisa ou são de fora?

Maria: Eles são da Humanas, mas não exatamente trabalham com esse tema.

Pesquisadora: Aí você pediu para os dois lerem e eles falaram “ah, está ok”, fizeram algum apontamento, sugestão?

Maria: Sim. É... tipo, muito sobre, é... “Explica melhor isso aqui”.

[...]

Pesquisadora: E foi só isso que eles falaram ou mais alguma coisa?

Maria: Era muito, assim, “desenvolva isso”, em alguns momentos eles disseram para que... trocar de lugar, trocar a ordem dos parágrafos, esse tipo de coisa. Na verdade, como eles não são especialistas nessa área de Humanas, acaba sendo bem na escrita para eles... porque o que eles estão fazendo ali é tentar entender o que eu estou fazendo e aí eles dizem “ah, se fizesse isso, eu entenderia melhor”.

Pesquisadora: Entendi. E você acha valiosa essa leitura? Ela te ajuda?

Maria: Sim. Mais do que... assim... na redação mesmo, tipo, “ah, troca esse lugar”, “troca isso de lugar” ou qualquer coisa, eu gostei de ter um... “ok, o que tu escreveu dá para entender e não está tão horrível”.

Pesquisadora: Você tem essa necessidade de alguém virar e falar assim “eu entendi o que você quis dizer, ponto”?

Maria: Sim.

Pesquisadora: Você acha isso importante?

Maria: Sim, é... porque chega um momento que sozinha eu não sei mais se o que eu estou fazendo é algo muito óbvio ou muito maluco.

Pesquisadora: Entendi.

Maria: Aí seria bom que fosse o orientador, né, mas ele não está tão disponível, então... aí eu estava até meio, assim, desesperada, não estava conseguindo e aí meu colega estava ali, aí eu pedi “por favor, tu vai ter que me ajudar”, daí ele sentou e leu algumas páginas. Não foram todas, até, foram umas três ou quatro primeiras e aí...eu fiquei mais tranquila para poder continuar fazendo.

[...]

Pesquisadora: Eu acho que, realmente, pelo que eu estou percebendo da nossa conversa, um ponto fundamental para você é ter com quem dialogar?

Maria: Acho que sim. É, eu preciso saber se aquilo está muito absurdo ou muito óbvio.

Pesquisadora: E você sozinha, por ser você que está escrevendo, você não tem essa... você não consegue ter essa noção?

Maria: Eu realmente preciso de alguém.

É notório como a prática de escrita acadêmica da tese geralmente depende da colaboração de várias pessoas que não podem ser consideradas convencionalmente como autoras (Lillis; Curry, 2010), como é o caso dos colegas de Maria, e que também não precisam obrigatoriamente pesquisarem sobre a mesma temática que o escritor.

Os colegas doutorandos, embora estivessem matriculados no mesmo Programa de Pós-Graduação de Maria, seguiam outras linhas de pesquisa. Logo, não eram especialistas na área de pesquisa da participante, ainda que tivessem uma noção geral do que se tratava. Mesmo assim, eles constituíram-se como mediadores de letramento da tese de Maria, uma vez que leram e realizaram apontamentos de forma engajada e responsável (Volkweis, 2020).

Embora, na visão da participante, seus colegas mediadores apenas revisavam questões relacionadas à escrita (“na redação”, em suas palavras), é possível observar, por meio da análise do excerto, que os comentários também afetavam o conteúdo da pesquisa. Pedir para desenvolver ou explicar melhor uma ideia e trocar a ordem dos parágrafos, com o intuito de tornar um texto mais compreensível, também se relacionava com o conteúdo da pesquisa e não apenas com as questões “linguísticas” da escrita. Isso é mais perceptível ainda na área de Humanas, em que o desenvolvimento das pesquisas geralmente se dá por meio do desenvolvimento da escrita – não há como separar um do outro como ocorre nas outras áreas em que os dados são gerados por meio de experimentos em laboratórios (Paris, 2024). Na área de pesquisa de Maria, especialmente, a comprovação da tese a ser defendida se dá exclusivamente pela escrita, daí a impossibilidade de se separar o conteúdo pesquisado da escrita realizada.

Esse excerto, ademais, demonstra como o sentimento de solidão, no momento da escrita da tese, pode ser extremamente prejudicial para um doutorando. As interações com colegas, além do *feedback* dado por eles, foram essenciais para que Maria se sentisse mais segura para dar continuidade à escrita da tese (“eu realmente preciso de alguém”). Foi a rede local, composta por elos fortes, da qual a doutoranda fazia parte, que possibilitou que ela tivesse acesso a esses recursos que foram fundamentais para o suporte à produção de seus textos acadêmicos (Lillis; Curry, 2010). Maria também (re)escreveu seu texto em função dos diferentes interlocutores que com ela interagiram ao redor da escrita, sejam eles colegas do grupo de pesquisa ou colegas doutorandos do mesmo Programa de Pós-Graduação.

Além disso, a construção de tal rede entre os pós-graduandos possibilitou ainda a troca entre os seus integrantes:

Excerto 4

Pesquisadora: Pelo que eu entendi, vocês fazem uma troca, né? Um lê o seu [texto], você lê o do colega, assim, é uma troca, mais ou menos?

Maria: É.

Pesquisadora: Acho isso bem legal, porque meio que vocês se apoiam.

Maria: Acho que sim, se eu preciso... assim, quando eles leram, foi porque eles estavam ali na sala.

Pesquisadora: Você pegou, puxou um...

Maria: Exatamente e aí eu falei “por favor, eu preciso de ajuda”, daí no outro dia ele me mandou e o outro colega que leu também, eu nunca li nada dele, mas eu já disse... uma vez ele me pediu para revisar um texto que ele ia publicar, que ia ser publicado, eu disse “claro, me manda”, mas ele nunca me mandou e acho que não precisou de revisão ou outra pessoa revisou.

Pesquisadora: Mas, de qualquer forma, você se mostrou disponível ali?

Maria: Sim.

Nesse sentido, da mesma forma que os colegas de doutorado que pertenciam a essa rede de Maria se posicionaram como mediadores de letramento (Lillis; Curry, 2010) de sua tese, ela também foi uma mediadora de letramento dos textos desses colegas. Essa troca talvez tenha sido possível devido ao fato de todos serem doutorandos, ou seja, ocupavam o mesmo patamar nas relações hierárquicas da academia.

A formação de uma rede de pós-graduandos, portanto, possibilita essa troca de funções entre os seus pares, que ora são autores, ora são leitores e/ou revisores. Essa prática demonstra a importância da construção de tal rede para todos os seus integrantes, especialmente para Maria, que elencou o *feedback* fornecido pelos seus colegas como um dos fatores que a auxiliou a conseguir escrever a tese.

Logo, tanto as discussões orais dos encontros semanais com o grupo de pesquisa quanto as revisões do texto entre os pares se constituíram como práticas letradas, engendradas por mediadores de letramento, que oportunizaram (re)escritas da tese da doutoranda.

Considerações finais

Esta pesquisa destaca o papel relevante das interações com os mediadores de letramento ao longo do processo de escrita de uma tese. Os doutorandos, ao interagirem com diferentes mediadores, buscam por orientações, apoio, suporte, revisões e oportunidades em um ambiente acolhedor, o que os auxilia no decurso da produção escrita.

É evidente também a importância de haver a formação de uma rede de colegas da pós-graduação que possibilite aos

doutorandos interagirem socialmente e realizarem a revisão entre pares – prática que pressupõe que um leia, comente e revise o texto do outro e vice-versa, alternando-se entre autores de seus próprios textos e mediadores de letramento dos textos de seus colegas.

Defendo, ainda, ser imprescindível que os doutorandos recorram a mediadores de letramento que tenham passado pelo mesmo processo de escrita de uma tese recentemente (Paris, 2021), pois esses mediadores, especificamente, parecem compreender melhor as necessidades dos pesquisadores em formação por terem vivenciado experiências similares há pouco tempo.

Por fim, considerando a história do texto analisada, é possível observar que os dados desta investigação apontam na mesma direção do *corpus* examinado por Lillis e Curry (2010) com outros participantes (pesquisadores mais experientes): as práticas de letramentos acadêmicos não se constituem apenas a partir da figura solitária do autor. Ao contrário, são as interações com os diferentes mediadores de letramento que possibilitam que as escritas das teses ou dos artigos científicos sejam revisitadas e (re)transformadas. As interações com os mediadores, nesse sentido, oportunizam reescritas ao longo do processo de escrita. Por outro lado, a falta de interações com os mediadores pode prejudicar o processo de escrita dos doutorandos, podendo ser associada ao sentimento de abandono (Cornér; Löfström; Pyhältö, 2017), o que corrobora, mais uma vez, a concepção de escrita como uma prática social.

Referências

- BARTON, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. 2 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. 245 p.
- BARTON, D.; HAMILTON, M. *Local literacies: reading and writing in one community*. Londres: Routledge, 1998. 299 p.
- BERG, I. V. D.; ADMIRAAL, W.; PILOT, A. Designing student peer assessment in higher education: analysis of written and oral peer feedback. *Teaching in Higher Education*, v. 11, n. 2, p. 135-147, 2006.
- BLOMMAERT, J. *Discourse: A Critical Introduction (Key Topics in Sociolinguistics)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. 299 p.
- BLOMMAERT, J. Ethnography as counter-hegemony: remarks on epistemology and method. *Working Papers in Urban Language & Literacies* (Paper 34). London: Institute of Education, 2006.
- BLOMMAERT, J.; JIE, D. *Ethnographic Fieldwork: a beginner's guide*. Bristol: Multilingual Matters, 2010. 92 p.
- CORNÉR, S.; LÖFSTRÖM, E.; PYHÄLTÖ, K. The Relationships between Doctoral Students' Perceptions of Supervision and Burnout. *International Journal of Doctoral Studies*, v. 12, s/n, p. 91-106, 2017.
- CURRY, M. J.; LILLIS, T. Estratégias e táticas na produção do conhecimento acadêmico por pesquisadores multilíngues. Traduzido por Raquel Salek Fiad e Flávia Danielle Sordi Silva Miranda. In: FIAD, R. S. (org.). *Letramentos acadêmicos: contextos, práticas, percepções*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 11-64.
- GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. *D.E.L.T.A*, v. 31, n. especial, p. 01-34, 2015.

GEE, J. P. *Social linguistics and literacies: ideology in discourses*. 2nd ed. London; Bristol, PA: Taylor and Francis, 1996.

GEE, J. P. The New Literacy Studies: from ‘socially situated’ to the work of the social. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (orgs.). *Situated literacies: reading and writing in context*. London/ New York: Routledge, 2000. p. 180-196.

GEE, J. P. *Literacy and Education*. New York: Routledge, 2015. 148 p.

JUNG, N. M.; SILVA, R. C. M.; PIRES SANTOS, M. E. Etnografia da linguagem como políticas em ação. *Calidoscópio*, v. 17, n. 1, p. 145-162, 2019.

LARANJEIRA, R. M.; MIRANDA, F. D. S. S.; PARIS, L. G. Etnografia como teorização profunda em Linguística Aplicada: a relevância do diário de escrita acadêmica. *Revista Fórum Linguístico*, v. 21, n. 1, p. 10132-10148, 2024.

LEA, M. R.; STREET, B. V. Student writing in higher education: an academic literacies approach. *Studies in Higher Education*, v. 23, n. 2, p. 157-171, 1998.

LEA, M. R.; STREET, B. V. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. Traduzido por Fabiana Komesu e Adriana Fischer. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 16, n. 2, p. 477-493, 2014.

LILLIS, T. Ethnography as Method, Methodology, and “Deep Theorizing”: Closing the Gap Between Text and Context in Academic Writing Research. *Written Communication*, v. 25, n. 03. Sage Publications, p. 352-388, 2008.

LILLIS, T.; CURRY, M. J. Professional Academic Writing by Multilingual Scholars: Interactions with Literacy Brokers in the Production of English-Medium Texts. *Written Communication*, v. 23, n. 1, p. 3-35, 2006.

LILLIS, T.; CURRY, M. J. *Academic writing in a global context: the politics and practices of publishing in English*. New York:

Routledge, 2010.

LILLIS, T.; HARRINGTON, K.; LEA, M. R.; MITCHELL, S. Introduction. In: LILLIS, T.; HARRINGTON, K.; LEA, M. R.; MITCHELL, S. (orgs.). *Working with Academic Literacies: case studies towards transformative practice*. Anderson, South Carolina: Parlor Press; Fort Collins, Colorado: WAC Clearinghouse, 2015. p. 03-22.

LILLIS, T.; SCOTT, M. Defining academic literacies research: issues of epistemology, ideology and strategy. *Journal of Applied Linguistics*, v. 4, n. 1, p. 05-32, 2007.

MALI, F.; KRONEGGER, L.; DOREIAN, P.; FERLIGOJ, A. Dynamic scientific co-suthorship networks. In: SCHARNHORST, A.; BÖRNER, K.; BESSELAAR, P. (Orgs.). *Models of science dynamics: encounters between complexity theory and information sciences*. Berlin: Springer-Verlag, 2012. p. 195-232.

MIRANDA, F. D. S. S.; PARIS, L. G.; LARANJEIRA, R. M.; FIAD, R. F.; LILLIS, T.; KOMESU, F.; ASSIS, J. A.; FISCHER, A.; MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F.; ANDRADE, L. T.; SILVA OLVEIRA, F. B.; CORRÊA, M. L. G. Manifesto acadêmico: por nova(s) pedagogia(s) de escrita para o Ensino Superior. In: LARANJEIRA, R. M.; MIRANDA, F. D. S. S.; PARIS, L. G. (orgs.). *Letramentos Acadêmicos no Brasil: diálogos e mediações em homenagem a Raquel Salek Fiad*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 233-251.

PARIS, L. G. *Letramentos acadêmicos de doutorandos: entre mediações e publicações*. 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

PARIS, L. G. O orientador como mediador de letramento privilegiado no processo de escrita da tese de doutorandos. *Revista do GEL*, v. 19, n. 1, p. 246-264, 2022.

PARIS, L. G. A prática de colaboração científica na escrita de artigos: entre convenções sociais, relações de poder e questões de autoridade. *Caminhos em Linguística Aplicada*, v. 30, n. 2, p. 172-190, 2024.

PIRES-SANTOS, M. L.; LUNARDELLI, M. G.; JUNG, N. M.; SILVA, R. C. M. “Vendo o que não se enxergava”: condições epistemológicas para construção de conhecimento coletivo e reflexivo da língua(gem) em contexto escolar. *D.E.L.T.A*, v. 31, n. especial, p. 35-65, 2015.

STREET, B. V. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. 243 p.

STREET, B. V. Introduction: the new literacy studies. In: STREET, B. V. (org.). *Cross-cultural approaches to literacy*. Great Britain: Cambridge University Press, 1993. p. 1-21.

STREET, B. V. What’s “new” in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current Issues in Comparative Education*, v. 5, n. 2, p. 77-91, 2003.

STREET, B. V.; LEA, M. R.; LILLIS, T. Revisiting the question of transformation in academic literacies: the ethnographic imperative. In: LILLIS, T.; HARRINGTON, K.; LEA, M. R.; MITCHELL, S. (orgs.). *Working with Academic Literacies: case studies towards transformative practice*. Anderson, South Carolina: Parlor Press; Fort Collins, Colorado: WAC Clearinghouse, 2015. p. 383-390.

VOLKWEIS, F. X. *O papel do revisor: é preciso pedir ao óbvio que se justifique*. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

A escritura encarnada na criação de conhecimento científico-acadêmico: notas sobre experiências

Carlos Henrique de Lucas*
Clebemilton Gomes do Nascimento**

Resumo

Este ensaio discute a escritura encarnada como prática de criação de conhecimento científico-acadêmico, propondo-a como uma forma de escrita que transcende a mera transmissão de informações. O texto investiga o papel da escritura encarnada na reconciliação entre elementos tradicionalmente vistos como opostos, como sujeito e objeto, razão e emoção, objetividade e subjetividade. Para tanto, recorremos aos saberes da experiência com docência e pesquisas para tecer compreensões acerca de uma proposta encarnada de escrita acadêmica. Além de descrever o conceito, o ensaio tem como objetivo destacar os desafios e as possibilidades dessa abordagem na formação de professores-pesquisadores e na criação de saberes comprometidos eticamente e politicamente. O texto também reflete sobre o impacto formativo da escritura encarnada na produção de conhecimento e a importância de resgatar a escrita da zona do medo e da insegurança.

Palavras-chave: escrita acadêmica; conhecimento científico acadêmico; pesquisa encarnada.

* Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) / Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS/UFOB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8771-9349>.

** Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutor em Difusão do Conhecimento (UFBA), Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Linguagens (PPGTEL /UNEB), ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5252-9585>

The Embodied Writing in the Creation of Scientific-Academic Knowledge: Notes on Experiences

Abstract

This essay discusses embodied writing as a practice for creating scientific and academic knowledge, proposing it as a form of writing that transcends the mere transmission of information. The text explores the role of embodied writing in reconciling traditionally opposing elements, such as subject and object, reason and emotion, objectivity and subjectivity. In addition to describing the concept, the essay aims to highlight the challenges and possibilities of this approach in the training of teacher-researchers and the creation of ethically and politically committed knowledge. The text also reflects on the formative impact of embodied writing on knowledge production and the importance of rescuing writing from the zone of fear and insecurity.

Key words: academic writing; scientific academic knowledge; embodied research.

Recebido em: 16/03/2024 / Aceito em 23/09/2024

De início, gostaríamos de fazer saber às pessoas leitoras que os apontamentos que compõem este texto nasceram das nossas experiências com a escritura acadêmica, seja orientando estudantes no cotidiano da docência no ensino superior seja, principalmente, pesquisando e, ao mesmo tempo, criando o que temos nomeado “conhecimento científico-acadêmico encarnado” em trabalhos anteriores¹. Durante a realização do referido estudo, pudemos abordar o conceito de pessoa Pesquisadora Encarnada² ou Pesquisa Encarnada, que concerne a uma experimentação ética, estética, teórico-metodológica e epistemológica que se modela colaborativamente.

Neste ensaio, assumimos uma abordagem dialética em que o conceito de escritura encarnada se manifesta pela articulação entre teoria e experiência, priorizando uma argumentação que tece esses elementos de forma interdependente. Optamos por subverter algumas normas da escrita acadêmica tradicional, que muitas vezes limitam a reflexão criativa, sem, contudo, renunciar a uma estrutura interna coerente. A subversão aqui proposta não é desordem; ao contrário, ela carrega uma lógica própria que busca equilibrar o fluxo do pensamento com o rigor exigido. Essa estratégia metodológica não se propõe a apenas informar, mas a produzir sentidos conjuntamente com quem lê, convidando à reflexão sobre os limites da objetividade e o potencial de uma escrita que se encarna. Ao longo do texto, essa metodologia será evidenciada como parte do compromisso ético e estético de criação de conhecimento que pulsa com e a partir da vida.

¹ Cf.: Nascimento (2021; 2023); Lucas Lima (2017); Lucas Lima, Nascimento e Fernandes (2019).

² Para maior aprofundamento sobre a Pesquisa Encarnada, convidamos o leitor a conhecer algumas produções sobre o tema. Cf.: Messeder e Nascimento (2020); Messeder (2020a, 2020b); Nascimento (2020, 2021, 2023).

Feita essa contextualização, este ensaio compreende um esforço de investimento teórico-analítico sobre os desafios e possibilidades de modelagem de escrita que estamos denominando “escritura encarnada” na criação de conhecimento científico-acadêmico. O texto se estrutura da seguinte forma: na primeira parte, contextualizamos a escritura encarnada na emergência da perspectiva da pessoa Pesquisadora Encarnada e em trabalho prévio em que nos debruçamos sobre a gestão de conhecimento científico-acadêmico nos grupos de pesquisas em gênero, sexualidade e *queer* na Bahia na última década (Nascimento, 2021; 2023).

Na seção seguinte, nos arriscamos a esboçar algumas pistas da escritura encarnada cartografadas nos saberes dessa experiência e que, aqui, seguem como apontamentos de um diário rasurável, talvez pós-estrutural. Para tanto, nos dedicamos a tecer notas introdutórias e fazer conexões, ainda que precárias, porém reconhecidamente necessárias, como um investimento teórico-experiencial no sentido de contribuir para a construção do seu estatuto teórico-epistemológico. Por fim, finalizamos destacando o potencial formativo da escritura encarnada na formação de pessoas professoras-pesquisadoras, bem como os desdobramentos necessários para o aprofundamento da problemática em futuros investimentos tanto teóricos quanto práticos.

Tremores e vibrações da/na escrita acadêmica: notas iniciais

O destino da palavra é se desintegrar quando chega a tocar o que é mais sólido do que ela: a carne. Ao se

desintegrar como se desintegra cada signo apenas cumpre sua incumbência, isto é, ao mostrar aquilo a que se dirige. Porém, de novo, a palavra, felizmente, é mais do que um signo: é uma força viva que se desfaz quando alcança a matéria que há de lhe dar nova forma. *A palavra se encarna, seu destino é encarnar-se.* (Larrosa, 2016, p. 113, grifos nosso)

Para compreender a escritura encarnada e seu saber fazer na produção de conhecimento científico-acadêmico é necessário adentrar não somente nos caminhos de pesquisa abertos pela *pesquisa encarnada*, como também suas encruzilhadas e labirintos. A denominação “escritura encarnada” emerge de uma experiência coletiva de criação de si na/pela língua(gem) no fazer acadêmico. E por “coletivo” nos referimos, de maneira particular, às experiências formativas no interior dos grupos de pesquisa que compomos e, ainda, às inúmeras textualidades culturais que temos criado de maneira colaborativa ao longo dos anos em que nos dedicamos à pesquisa, à extensão e ao ensino universitário. Foram esses os contextos que nos permitiram, à época, e, agora, formular o conceito e ampliá-lo consideravelmente, posto que, como o conceito mesmo de escritura encarnada propõe, a dimensão colaborativa e plural é dele indissociável.

A escritura é compreendida por nós como uma dimensão estruturante da pesquisa encarnada. Nós entendemos que a pessoa pesquisadora se encarna na escrita, tal como nos admoesta Jorge Larossa (2016) na epígrafe desta seção. Aliás, como parte constitutiva do trabalho da pessoa pesquisadora, a escritura se impõe, muito provavelmente, como o ponto de problematização de maior complexidade para nós na constituição dos princípios e diretrizes³ que circunscrevem a perspectiva da pesquisa

3 Suely Messeder a partir das vivências e experimentações com a pesquisa encarnada no âmbito do grupo Enlace enumera alguns princípios fundamentais à prática investigativa encarnada. A saber: 1) consentimento; 2) presença; 3) colaboração; 4)

encarnada. Interessa-nos pensar sobre o que é a *escritura encarnada*, isto é, uma preocupação conceitual, mas também, epistemo-metodológica, portanto, processual que diz respeito ao seu saber-fazer.

Interessa-nos, ainda, tensionar a escrita acadêmica, seus limites e possibilidades. Em outras palavras, estamos enredados em complexos processos de subjetivação na/pela escrita (Lima; Fernandes; Nascimento, 2019) e buscamos, no dizer de Larossa (2016), colocar juntas as palavras e as coisas, o sentido e a experiência, a linguagem e o mundo, ou seja, nos colocando enquanto pessoas pesquisadoras, nos interstícios entre o real e a linguagem, mesmo que saibamos que o dito “real” não pode, em absoluto, ser acessado sem a mediação, sempre decisiva, da língua(gem).

Antes de avançar nos apontamentos que problematizam a escritura encarnada, acreditamos que é chegado o momento de apresentar à pessoa leitora com mais precisão a perspectiva da pessoa Pesquisadora Encarnada em suas dimensões constitutivas. Para além de uma mera ferramenta metodológica e instrumental teórico, a pessoa Pesquisadora Encarnada se caracteriza pelo movimento (e não é à toa o uso dessa palavra aqui) que ela cria ao assumir o compromisso e os desafios da inter/trans/multidisciplinaridade. Fazendo uma aproximação com a polilógica de Dante Galeffi (2014), podemos pensar a pesquisa encarnada a partir de um movimento polilógico, que se descola de uma razão monológica e desencarnada para se inscrever na multiplicidade, diversidade e complexidade, se beneficiando de uma ambiência institucional que vem favorecendo o seu florescimento⁴. Nesse sentido, esse modo

compromisso; 5) ancestralidade; 6) afetações; 7) potências; 8) movimento de aliança; 9) reconhecimento e 10) redistribuição. (Messeder, 2020).

4 Aqui nós referimos não somente à Universidade do Estado da Bahia como também aos programas de pós-graduação em Crítica cultural (UNEB) e ao Programa de Pós-Graduação Multi-institucional e multidisciplinar em Difusão do Conhecimento

de produzir conhecimento passou a ganhar uma modelagem “própria e apropriada”⁵, é dizer, um conceito que se efetiva nos deslocamentos, “nas redes de coalizão, uma construção conceitual que se concretiza em conexões e alianças, bem como na possibilidade de caminhar na utopia da ciência colaborativa acompanhada pela ética do cuidado” (Messeder, 2020a, p. 68).

Convém ressaltar que, na perspectiva encarnada, a pessoa pesquisadora realiza um trabalho de criação com as memórias, experiências e acontecimentos por meio de conexões entre os planos pessoal, profissional e político. A pesquisa encarnada é, portanto, da ordem da experiência. O ato de conhecer atravessa, e é isso que defendemos aqui, a experiência como acontecimento de aprendizagem, uma aprendizagem que se faz *com e no* corpo e não por mera adesão teórica, e que opera no limite entre a memória e o esquecimento, através de um mergulho no auto e *cartobiográfico* que é sempre fraturado e inevitável, articulando a memória pessoal e histórica, e, principalmente, acionando a memória inventiva⁶ que é da ordem do desejo e dos afetos. Tal ato se projeta para o futuro, cujos horizontes promovem uma *ética partilhada*, como propõe Dante Galeffi (2020), uma estética da existência e um cuidado de si (Foucault, 2009; 2010), tomando a cultura como espaço de corporeidades e memória ancestral (Oliveira, 2020).

A pessoa Pesquisadora Encarnada é uma aposta que cada uma de nós vai preenchendo de sentidos, mas que precisa ter um

(PPGDC - UNEB/UFBA/SENAI-CIMATEC/IFBA), Pós Cultura (UFBA), etc.. Pensamos, ainda, que alguns programas de pós-graduação interdisciplinares, notadamente no estado da Bahia, têm mobilizado em seus fazeres certas perspectivas polilógicas.

5 A ideia do próprio e apropriado vem de Dante Galeffi (2014). Para esse autor, o mundo vivido deflagra a ideia do “próprio e apropriado”, ou seja, um caminho e, também uma atitude filosófica, ética e estética.

6 Toda a memória, assim entendemos, é, sempre, inventiva, posto que inaugura um mundo cuja referência perdida ficou no passado. A memória como inventividade, coisa essa presente na escritura - prática da pessoa pesquisadora encarnada, possui a potência para profetizar, por meio da palavra fundante, futuros. Talvez em escrituras vindouras possamos desenvolver melhor essa ideia.

plano comum, é dizer, torna-se indispensável a construção de um território de conexões, alianças e compromissos: *não há pesquisa encarnada sem comprometimento ético e político*. O gesto de encarnar-se é um movimento aprendente que não acontece como um jogo banal de palavras, um mero acidente de escrita, mas se move nessa tensão permanente. Acima de tudo, se coloca em um entrelugar, em uma zona de subversão e insurgência, que, do ponto de vista do estabelecimento da ciência, não foi colocado como algo legítimo, e sim como margem.

Dito isso, a perspectiva da Pesquisa Encarnada e os saberes da experiência que dela emergem têm na linguagem seus sentidos e sua potência política. Como bem coloca Macedo (2015):

Os saberes da experiência resultam do *vivido pensado*. Acrescente-se, que a compreensão da experiência só se fará por atos de compartilhamento de sentidos e significados. Tendo como fonte fulcral a *vivência* singular dos sujeitos na emergência existencial e sociocultural, a experiência se estrutura como um denso e complexo processo de subjetivação de tudo que nos acontece, que nos passa, mediado por desejos, escolhas e intenções, conscientes ou não, lúcidas ou erráticas, plasmados num certo tempo, mas, também tocada pela impermanência. (Macedo, 2015 p.19, grifos do autor).

Ao perseguir a perspectiva da pesquisa encarnada não há como dissociar a dimensão ontológica da epistemológica e, conseqüentemente, da orientação metodológica. Estamos diante de uma modelagem e não de um modelo metodológico cujo caminho é reto. Suas rotas e pontos de fuga promovem, mobilizam e orientam escolhas metodológicas “próprias e apropriadas” como bem lembra Dante Galeffi. Isso significa dizer que esse movimento se compõe de gestos e tomadas de posição com várias cores, cortes, emendas, texturas, rasuras,

infinitas gradações e tons de encarnado que se transmutam, escapam, recuam, avançam. A Pesquisa Encarnada se faz na emergência do ser-sendo, da vida-viva e na criação de conhecimento científico-acadêmico, um inconformismo que teima em se ajustar. O exercício dessa tarefa produz um *ethos* inquieto de pessoa pesquisadora preocupada com as práticas e como nos constituímos como sujeitos do saber, o que fazemos e como fazemos do/com o(s) saber(es).

A pesquisa encarnada acontece no esforço desejante de produção de um saber-fazer outro, dos riscos que a curiosidade impulsiona nessa via da experimentação, do desafio mesmo que paira no intermédio entre o novo e o dado, o pronto e o inacabado. O dispositivo cartográfico próprio do conhecimento produzido pela pesquisa encarnada é da ordem da de(s)colonização, sua tessitura é inevitavelmente situada, ética, estética e, principalmente, política. Trata-se de de(s)colonizar a forma mesma de produzir conhecimento porque entendemos que:

[...] nossos projetos são cartografias, mapeamentos móveis que se fazem no momento mesmo do movimento, rumo ao desconhecido, porque é insuficiente, e por que não dizer, arrogante, (apenas) elaborar respostas (definitivas) para problemas. A abertura para esse incógnito não significa caminhar vendado sobre uma corda ligando montanhas, mas estabelecer estratégias para que tal ligação entre esses dois blocos possa ser estabelecida. Nossos projetos precisam incluir o desejo de criar e a rebeldia para contestar aquilo que está assentado. Para mover as terras endurecidas pela falta de água. Para revolver o terreno. (Lima; Fernandes, Nascimento, 2019, p. 10).

Diante disso, parece ficar evidenciada a centralidade da escritura nesse saber-fazer que se materializa nos encarnes. *Encarnes* são gestos de encarnação da pessoa pesquisadora,

marcando o movimento de inauguração da Pessoa Pesquisadora Encarnada. Com isso, estamos reconhecendo a perspectiva encarnada não como uma dimensão meramente identitária (não estamos a propor aqui que nos *identifiquemos* com uma posição de identidade - “pessoa pesquisadora encarnada”), tampouco estamos reduzindo tal perspectiva à escolha de um tema de pesquisa, mas sim estamos relacionando-a aos processos de subjetivação, bem como às insurreições, tanto no plano micro quanto macropolítico, mobilizadas pelas dimensões ontológica, epistemológica e política.

A pesquisa encarnada, nesse sentido, não *produz* uma pessoa pesquisadora encarnada, é dizer, *identitariamente* formulada no interior desse movimento e disponível para identificação de outras pessoas *a posteriori*. Isso, quem sabe, até possa ocorrer. Mas o que estamos a argumentar aqui guarda relação com a compreensão de que a pesquisa encarnada, e notadamente nos temas-objeto de trabalho anterior nossos⁷, está intrinsecamente ligada às formas por meio das quais nos tornamos pessoas, ou seja, nos tornamos humanos.

Em síntese, do *saber-fazer* da pessoa Pesquisadora encarnada abriram-se os caminhos e as encruzilhadas para um *saber-dizer*, isto é, a escritura encarnada. Ou seja, pesquisa-se para que seja possível dizer-se algo. A encarnação da vida na pesquisa nos permite enunciar desde um ponto de vista igualmente encarnado. Há toda uma indagação quanto às formas como a pessoa pesquisadora pode se encarnar na escrita. O horizonte mais pragmático que se desejava alcançar era, na verdade, a tentativa de escapar de um *modelo* de escrita pré-definido, sem saber como isso era possível. Ao se produzir uma escrita constrói-se, inevitavelmente, um percurso. E a

7 Cf.: Lucas Lima (2017), Nascimento (2020; 2021; 2023).

esse movimento poderíamos nomear *cartografia do existir*. No entanto, esse caminhar não é único, mas é sempre irrepetível, porque se cria a partir de condições de produção cujos contextos estão permeados pela subjetividade corpórea da pessoa pesquisadora e das circunstâncias históricas e políticas nas quais o conhecimento é elaborado.

É nesse sentido que a escrita se abre como criação reativa aos modelos e às políticas cognitivas vigentes. De que forma? Ora, no sentido da intempestividade da criação. Em nosso entender, toda a criação é, em si mesma, susto e arrepio na nuca diante do desconhecido. Isso nos leva à compreensão de que o caminho da escritura encarnada só será possível como experimentação, espaço-tempo de criação de contrapontos aos (terríveis) modelos de escrita acadêmica com suas normas e prescrições e que, agora, com a irrupção do *ChapGPT*, uma inteligência artificial que promete produzir - isso mesmo, *produzir*, e em série, textos sobre todos os assuntos imagináveis. Nesse aspecto, a criatividade é vista como uma das capacidades do trabalho de criação que não se dissocia do saber-do-corpo sob pena de tornar-se estéril e tão somente recompor o instituído.

Na senda do que afirmamos acima, é importante pensar o lugar do corpo racializado e afeminado como os lugares a partir dos quais os saberes sobre raça e gênero, por exemplo, se constituem. É dizer, não é possível pensar, em nosso sentir, em tais categorias senão por meio do corpo. O corpo seria, então, como uma tela na qual se inscreveriam os acontecimentos. E, da mesma forma, não há que se falar em pesquisa encarnada e em pessoa pesquisadora encarnada sem a mediação, sempre necessária, do corpo.

Na medida em que é compreendida como um processo de subjetivação, a escritura encarnada não cabe em formalizações reduzidas a modelos colonizados e canonizados, tampouco

encontra terreno fértil para o seu florescimento nos manuais que aprisionam a escrita em voz passiva. A escritura encarnada, por outro lado, pensada aqui, repetimos, como um vir a ser de subjetivação, tem a ver, por exemplo, com o emprego da primeira pessoa no texto. A pessoa sujeita emerge, assim, na escritura via a presença encarnada do pronome. Encarna-se, na palavra, o eu. O texto, ou melhor, a escritura precisa de passar pela manifestação da pessoa sujeita, pela voz que, mesmo não querendo constituir-se como um elemento fundante e primeiro, se imiscui na escritura e dá o seu nome.

Temos observado ao longo dos largos anos de docência em que atuamos no ensino superior as pessoas estudantes, da graduação ao doutoramento, com receios muitos de lançar mão da primeira pessoa. De meter-se no texto. De *escriturar-se*. É imperativo, nos parece, que a pesquisa se dê, e cada vez mais, de maneira encarnada e comprometida. Comprometida com a vida e seus contingenciamentos.

Nessa travessia, em nossa experiência para viver a pessoa Pesquisadora Encarnada em ebulição foi determinante duas orientações: acompanhar os processos e experimentar modelagens outras, próprias e apropriadas. Para tanto, foi decisivo ousar subverter a escrita acadêmica em alguma medida, sem com isso negá-la. Eis um jogo de negociação que visava garantir a nossa sobrevivência como pesquisadores e o reconhecimento da comunidade científica, ou seja, a existência acadêmico-científica da pessoa pesquisadora e do conhecimento produzido, que preferimos anotar “criado”.

Nessa experiência, ao nos assumirmos Pesquisadores Encarnados, tentamos nos anunciar sem deixar imprimir na escrita um certo subjetivismo que resvalasse para o sentimental e melódico ou para uma sofrência vitimista. Ao nos insurgirmos em alguns momentos contra o modelo de

escrita mais tradicional, percebemos que todo aquele esforço era, de certo modo, um desejo de alterar a política de produção de conhecimento dominante.

Antes de prosseguirmos, reiteramos o entendimento de que a escrita é uma forma de superação dos limites impostos por um modo de subjetividade e representação do conhecimento que nos impede muitas vezes de “ver”, especialmente com a carne, os processos de produção e difusão do conhecimento “científico”.

A escritura encarnada: caminhos e encruzilhadas

Escrita viva da vida, escrita “re(ex)sistência”⁸ (Lucas Lima, 2017), escrita blasfêmica, escrevivências. Vários são os modos de aproximação daquilo que estamos nomeando de “escrita encarnada”. Em outros estudos (Nascimento, 2021; 2023), argumentamos que o trabalho da pessoa pesquisadora compõe-se de gestos que vão desde a escolha do constructo de pesquisa e se estende por todo o processo de investigação, ou seja, vai desde a modelagem de um campo teórico-metodológico até a difusão do conhecimento produzido com vistas a contribuir com a mudança social e a segregação cognitiva.

Nessa perspectiva, a escritura, muito provavelmente, é o gesto mais encarnado da pessoa pesquisadora e não deve ser desqualificada como “simples” conduta, menor em forma e conteúdo, porque ela traduz via linguagem todo um processo investigativo, é aquilo que se oferece à pessoa leitora de forma generosa como contribuição e entrega. Se a escritura encarnada é um conceito? Pouco importa a essa altura, apostamos na força

⁸ Para muito além de uma ideia de “resistência”, bastante em voga ultimamente, notadamente nas redes sociais, o conceito de re(ex)sistência tem a ver não com uma reação, mas sim como uma ação. Não é resposta a, mas sim um existir insubmisso que simplesmente se impõe. É.

crítica, política e no poder e na potência da linguagem. Arriscamos dizer que é um *contorno* no sentido apreendido por Gilles Deleuze e Félix Guattari), ou seja, “a configuração, a constelação de um acontecimento por vir que o corta e o recorta à sua maneira” (Deleuze e Guattari, 1992, p. 222). Nessa perspectiva, revela a grandeza de uma filosofia voltada para a natureza dos acontecimentos aos quais seus conceitos nos convocam.

Deleuze e Guattari entendem os conceitos como sendo “centros de vibrações”, cada um em si mesmo e uns em relação aos outros. É por isso que tudo ressoa, em vez de encadear-se ou de corresponder uns aos outros. Visto dessa forma, por vezes, necessitarão de uma nova palavra para serem designados ou se servirão de uma palavra ordinária que dará um sentido singular. Na nossa experiência que se anuncia encarnada de pesquisadores, encarnar na/pela escrita se constitui um atravessamento inevitável na medida em que fomos sendo afetados também nas conversas encarnadas com as pessoas pesquisadoras líderes dos grupos de pesquisa em gênero, sexualidade e *queer* e interlocutores com os quais dialogamos em trabalho anterior. (Nascimento, 2021)

Viver o pesquisador encarnado em rotação nos fez compreender que se trata de uma construção própria, porém apropriada de múltiplas experiências de escrituração de si, das insurgências, urgências (De Lucas, Rocha e Alós, 2020), acontecimentos e afetos com os quais fomos atravessados ao longo de nossas trajetórias de investigação/escrituração. Na escrita encarnada forjada nesse movimento, forma e conteúdo, sujeito e objeto, objetividade e subjetividade, razão e emoção precisavam se reconciliar porque era um modo de existência científica. A escritura encarnada, nesse contexto, é a linguagem fazendo sentido e promovendo a representação do conhecimento.

Eliane Brum (2017) afirma que a escrita para ela “é o outro corpo que habito”. Assim, parafraseando Brum, a escrita é da mesma forma, o outro corpo que a pessoa Pesquisadora Encarnada habita, um corpo de palavras que permite sustentar uma vida, uma existência ou um conjunto de existências, no mínimo três, a ontológica, epistêmica e a científica.

A nossa vivência e experiência nos campos dos estudos de gênero e sexualidades e das epistemologias feministas e *queer* muito nos ajuda a pensar a nossa compreensão de pesquisa encarnada. Toda essa contribuição é definitiva para modelar a escrita encarnada. A escritura encarnada, assim, ganha um sentido transversal e transdisciplinar na medida em que se faz nos afetos e nas afetações que marcam um conhecimento criado nas fronteiras das diferentes áreas do conhecimento, promovendo rasuras e fraturas no individualismo que produz a autoridade da pessoa pesquisadora e sua pretensa autoria soberana.

Não acreditamos em um manual para uma escritura encarnada *a priori*, anunciada *de per si*, sem ligação com a dimensão coletiva e com as outras dimensões da pesquisa. A partir do momento que nos implicamos na pesquisa, que nela nos encarnamos, o caminho da escritura encarnada é inevitável, porque ela se faz com sangue, vísceras e vida, e durante todo o processo. Como destaca Roland Barthes (2004), as palavras funcionam como projeções, vibrações, explosões que fazem fecundo o saber. A escrita, e sua escrituração, é um gesto encarnado de re(ex)sistência, vital e visceral na sua racionalidade indisciplinada, um fazer contínuo, um gesto político-orgânico que deseja entrar em sintonia com a convocação de Gloria Anzaldúa:

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são profetisas com penas e tochas. Escrevam

com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem amordaçar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. (Anzaldúa, 2000, p. 235)

É, portanto, um gesto movido por um desejo de “querer dizer” que mobiliza uma necessidade de “saber dizer” e, conseqüentemente, “saber escrever”, um modo de dizer as coisas para o mundo que se sintoniza com a ideia de uma “escrita ciborgue”. Conforme destaca Donna Haraway (2009), refere-se ao poder de sobreviver, sem a inocência original, mas na tomada de posse dos mesmos instrumentos usados para marcar o mundo e que, por sua vez, marcou as outras formas de poder, além de apontar a saída para a cilada da linguagem comum e permitir aquilo que ela denominou de “poderosa e herética heteroglossia.”

Uma escritura encarnada é, também, uma forma de estética da existência. Isto é, uma atitude que, como bem coloca Corazza (2007, p.126) “ao rachar, fissurar e fraturar os ferrolhos da modernidade, faz, com paixão, também da prática de investigar uma nova arte de viver”. Trata-se, portanto, de uma prática e criação investigativa que não expulsa, de modo algum, os nossos processos de subjetivação. Nesse sentido, coloca em sintonia, de um lado, um movimento de análise (processo), ou seja, a criação do conhecimento e, do outro, de síntese (criação), a linguagem e seus modos de apresentação e representação do conhecimento. É um movimento que se pretende libertador, emancipatório, por vezes até terapêutico, no sentido mais amplificado da palavra, sem com isso deslizar em um subjetivismo arriscado, sem rigor científico, mas lançando mão de *um rigor outro*, conforme propõe Dante Galeffi (2009). E mesmo porque, em nosso entender, o que se nomeia “ciência” é, desde sempre, uma invenção, que,

igual que o nosso “rigor outro”, é parte de um empreendimento subjetivista, porquanto patrocinado pelo(a) sujeito(a), muito embora seja ela, a ciência, enroupada com vestes belas, as vestes da objetividade.

A escritura encarnada possibilita a dinâmica de compreensão e intervenção na realidade, para todos os fins práticos, “mostra-se em toda sua exuberância, transbordamentos e derivas, permitindo ao pesquisador com-versar inter criticamente com essas narrativas e seus ‘etnométodos’.” (Macedo, 2018, p. 93). Nesse entendimento, a pessoa pesquisadora se encarna no desejo e urgência de produzir um diálogo em profundidade, um exercício demasiadamente comprometido com o conhecimento que cria, seja eticamente, afetivamente e institucionalmente. Escrever de modo encarnado é, principalmente, um ato de afirmação de compromisso ancestral. Nesse aspecto, dialoga também com a ideia de uma “escrivivência” (Evaristo, 1996). E isso talvez porque não escrevamos, ou melhor, não nos encarnemos no corpo da escritura de maneira solitária: estamos, todas nós, no fluxo discursivo que nos antecede e informa, criando-nos pessoa pesquisadora. E daí a relevância da argumentação de Foucault (2007) quando afirma que nos inserimos em uma ordem prévia de discursos, a qual não é por nós inaugurada, mas sim continuada... A escritura encarnada, então, funcionaria, e nos perdoem o jogo de palavras, de modo a nos *(re)encarnar* no corpo dos discursos, retomados, em um processo citacional, em um jogo de subjetivação que não tem fim, já que a criação não é produto acabado, findo, pronto.

É preciso dizer, ainda, que a escritura dá corpo ao poder da enunciação, com um significado especial para os povos colonizados, posto que a inauguração de um endereço de

enunciação, é dizer, o poder epistêmico que legitima uma outra forma de conhecer marcada pela redescoberta da ontologia e pelo compromisso com a transformação social e toda sorte de implicações políticas do conhecimento, estão envolvidos nesse movimento. Mesmo assim, pensamos que se trata menos da inauguração de uma comunicabilidade, de um falar legitimado, e sim de um falar que não aspira a se tornar inteligível, mas criar uma inteligibilidade, uma legibilidade outra talvez. Paco Vidarte, teórico e ativista espanhol, nos diz:

Que renunciem [os heterossexuais] a nos compreender. A obsessão pela identidade, por nos encher de sentido, por nos transformar em capital teórico é uma exigência que parte deles. Não temos por que traduzir [o que falamos] a sua linguagem, para que se inteirem sobre o que fazemos ou deixamos de fazer, nem porque fazemos tanto barulho. Falamos sua linguagem perfeitamente [a linguagem dos heterossexuais], eles nos ensinaram desde pequenos; mas somos bilíngues e temos um idioma próprio que, para eles, é incompreensível, bárbaro. Não há nada a ser explicado. Nós nos entendemos. E se traduzimos tudo a cada passo que damos, provavelmente parecerá ridículo, inconsistente, infundado. Não é nossa a tarefa de tradutores. (Vidarte, 2007, p. 70)

Esse excerto do texto de Paco Vidarte aponta para o que temos dito: a escritura encarnada não aspira ocupar um lugar de destaque nos marcos epistemológicos ocidentais. Há, ao contrário, um movimento de fazer surgir um espaço outro de significância, uma errância da escrita que se rebele às gramáticas - os fazeres, modos, gêneros textuais - canonizados no panteão da sacralidade do Logos Ocidental.

Além disso, a escritura encarnada se caracteriza pela escuta. No entanto, é no diálogo que essa escuta precisa ser sensível para saber dizer, sem esperar esgotar as palavras,

pois a escritura encarnada se revela também na ausência de palavras. Sendo assim, escrever é o modo mais encarnado de criar existências, resistências e reinvenções, pois, como nos alerta Gloria Anzaldúa (2000, p. 235), “mesmo se estivermos famintas, não somos podres de experiências.” Assim, escriturar é como comer as palavras da outra, do outro, ou seja, como quem as devora, em silêncio, e as devolve potência, pura antropofagia, e escrituração da vida.

Em nossas experiências como pessoas docentes e pesquisadoras, o desejo de uma escritura encarnada aponta para a coexistência com uma formatação e normalização compulsórias das publicações acadêmicas, um conjunto de regras que muitas vezes acaba influenciando na nossa escrita e, conseqüentemente, afetando a criatividade, minorando-a, na medida em que impõe práticas que impedem, ou tentam impedir, certas ousadias e invenções.

Nesse ponto, a escritura encarnada é potencializada quando produzida no gerúndio, ou seja, em um lançar-se no abismo em cena aberta, um gesto mobilizado por uma urgência e uma emergência enunciativa, de não poder esperar pelo momento seguinte da trama científica programática e etapista. Vive-se a experiência de uma escrita no presente. Mesmo com uma pequena diferença de tempo, escreve-se sempre no momento mesmo onde se vive e se pensa. Não um escrito posterior, mas um escrito do momento (Hess, 2006), isto porque vive-se uma trama existencial e sociopolítica pulsante que exige um engajamento permanente e imediato com os fatos sociais e a urgência da vida vivível.

A aposta em uma escritura encarnada vem do reconhecimento de que há uma singularidade importante a ser percebida e valorizada em cada ser pensante que é apre(e)ndida durante o processo de escritura da pesquisa com a experiência.

Segundo Macedo é quando “a experiência se prepara para ser comunicada e viver uma certa tensão da *comversa-ação* e seus modos de criação” (Macedo, 2015, p. 101, grifo nosso), em um encontro partilhado com a narrativa da pessoa pesquisadora e as pessoas sujeitas participantes da pesquisa. Com isso, há que se enfatizar que relatar a experiência não é o mesmo que a experiência. Na escritura podemos fazer uma outra experiência, uma espécie de hermenêutica singular e singularizante, sem deixar de lançar mão de certo rigor, da ética e da responsabilidade, princípios que devem orientar toda e qualquer investigação.

A escrita encarnada é sempre o seu desejo: notas finais

Sem as certezas e garantias da escrita acadêmica canônica, a escritura encarnada será sempre um risco, uma aposta, uma experiência que deixa escapar lampejos de um *ethos* encarnado e inquieto da pessoa pesquisadora, mesmo sem ter sido. Assim sendo, dizer-se, no sentido de anunciar-se pessoa pesquisadora encarnada na sua escrita também encarnada não é o mesmo que realizar. Muito provavelmente, a escritura encarnada não precisa de ser anunciada, ela apenas *é*, um acontecimento ontológico, político, ético e, principalmente, epistemológico.

É uma utopia do possível, na medida em que evoca esse outro corpo encarnado, um corpo vivo, mas é também um corpo heterotópico, uma heterotopia no sentido proposto por Foucault (2013) e seu sonho de uma ciência outra, uma espécie de heterotopologia. Para Foucault, essa ciência teria como primeiro princípio a multiformidade e a inconstância. O segundo princípio da ciência heterotopológica partiria do entendimento de que toda

sociedade pode diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituiria outrora, ou organizar-se em uma não existente ainda. Nesse sentido, será sempre um modo de resistência e re(ex) sistência epistêmica e científica, um reinventar-se permanente.

A escritura encarnada como uma modelagem estruturante e estruturada na/da pesquisa encarnada segue como potência singularizante do fazer-se pessoa pesquisadora na impertinência do ato pesquisante aprendente, em formação. É uma promessa pois não se fecha, não se emoldura, é aversa a clichês e acabamentos. Assim sendo, estará sempre comprometida com a produção e difusão de projetos, publicações, encontros, alianças e conexões voltados para o desenvolvimento humano, a justiça social e a promoção de vidas vivíveis.

Como devir, a escritura encarnada seguirá aspirando outras afetações para fora de seu círculo, do seu circuito interno originário criador para contornar e (re)compor inspirações outras. A escritura encarnada sendo um modo de decolonização da linguagem funda um trabalho de pensamento-criação que se materializa em ações, posicionamentos e produção de saberes localizados. Isso exigirá investimentos em múltiplas direções, a promover conexões encarnadas, alianças encarnadas e compromissos igualmente encarnados. Isso implica, principalmente, investir não só na qualidade dessas conexões e alianças, mas compreender e reconhecer suas ressonâncias em nós e no plano coletivo e comum dos afetos - e afetações - como um compromisso político e ético partilhado.

Ademais, a escritura encarnada precisa de mais problematização no que diz respeito, principalmente, ao seu papel formador tanto na área da pesquisa quanto na formação docente, na medida em que favorece o acompanhamento dos

processos formativos, promove o protagonismo e a autoria, os agenciamentos, a autonomia e a reflexão crítica das sujeitas envolvidas. Da mesma forma, irá se abrir para a compreensão dos processos de subjetivação e dessubjetivação de cada ser cognoscente pensante.

A formação docente pela/com pesquisa se beneficiará, assim defendemos, da escritura encarnada na medida em que irá inspirar outras possibilidades de modelagens epistemológicas, éticas e estéticas na criação e difusão de conhecimento. Há que se pensar em técnicas e modos de criar conhecimento que coloquem a escrita no centro dos processos formativos, um exercício que valoriza a criação e não a mera transmissão de conhecimento (como se conhecimento fosse *algo* a se transmitir e não, como temos defendido em nossas criações textuais, processos de criação de conhecimento...). Nessa direção, os centros de formação de professores e professoras em nossas universidades, especialmente nos cursos de licenciatura, têm muito a se beneficiar com esses investimentos.

Por fim, nós, pessoas professoras-pesquisadoras, precisamos nos comprometer com uma tarefa urgente que é de resgatar a escrita da zona do medo e da insegurança, de uma posição e condição inalcançáveis, de um saber restrito tão somente reservado a uma elite simbólica. Precisamos provocar em nossas pessoas estudantes movimentos de desaprendizagem e reaprendizagem, apropriando-nos e aproximando-nos da experiência escrevente radical. Ao tomar posse da escritura de um modo encarnado, certamente estaremos a contribuir para remover as (de)formações e amarras que a modernidade e sua filha diletta, a colonialidade, imprimiu em nós, em nossos corpos, em nosso sentir e em nossa escrita.

Referências

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BARTHES, R. *Aula*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

BRUM, Eliane. *Meus desacontecimentos; a história da minha vida com as palavras*. 2.ed. Porto Alegre: Arquipélago editorial, 2017.

CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V.(org.). *Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Ed., 2007. p. 103-127.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O que é filosofia?* Tradução de Bento Jr. E Alberto Munoz, São Paulo: Editora 34, 1992.

LIMA, C. H, L. Linguagens pajubeyras: (re)existência cultural e subversão da heteronormatividade. Salvador: Ed. Devires, 2017.

DE LUCAS, C. H.; ROCHA, C. F.; ALÓS, A. P. Emergência e urgências dos ativismos de(s)coloniais: o ato “nosso luto, nossa luta” por Brumadinho (Minas Gerais). *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 65–85, 2020. DOI: 10.14295/remea.v0i0.11245. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11245>. Acesso em: 5 set. 2023.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2009. v. 3.

FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*. (trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GALEFFI, D. A. O rigor nas pesquisas; uma abordagem fenomenológica em clave transdisciplinar. In: PIMENTEL, A. G.; GALEFFI, D. A. *Um rigor outro: a questão da qualidade da pesquisa qualitativa*. Salvador: EDUFBA, 2009.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

HESS, Remi. Momento do diário e diário de momentos. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Mennna Barreto (orgs.). *Tempos narrativas e ficções: A invenção de si*. Porto Alegre: Edipuc-RS, 2006.

LAROSSA, J. *Tremores: escritos sobre a experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LIMA, C. H. L.; NASCIMENTO, C. G.; FERNANDES, F. Estranhas telas de sentido: a escrita de si e do outro na/pela linguagem. *Scripta*, Pisa, v. 23, n. 48, p. 83-92, 2019.

Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/19785>. Acesso em: 20 de ago. 2022.

MACEDO, R. S. *Pesquisar a experiência: compreender/mediar saberes experimentais*. Curitiba: CRV, 2015.

MACEDO, R. S. *Pesquisa contrastiva e estudos multicasos*. Da crítica à razão comparativa ao método contrastivo em ciências sociais e educação. Salvador: EDUFBA, 2018.

MESSER, S. A. Memórias e cenas narradas sobre a infância e

as relações de gênero na linha da vida da professora universitária e da pesquisadora encarnada. *Revista Periódicus*, Salvador, v.1, n. 9, p. 122-135, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25717>. Acesso em: 28 maio 2019.

MESSEDER, S. A; NASCIMENTO, C.G. (org.). *Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*. Salvador: EDUFBA, 2020.

MESSEDER, S. A. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020a. p. 14-171.

MESSEDER, S. A. Aliança e compromisso. *Revista Cult*, São Paulo, n. 262, 5 out. 2020b. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/alianca-e-compromisso/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

MESSEDER, S. A. Em cena o(a) pesquisador(a): um conceito e/ou um instrumental teórico-metodológico em seu devir ético e estético. In: MESSEDER, S. A; NASCIMENTO, C.G. (orgs.). *Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*. Salvador: Edufba, 2020b. p.45-70.

NASCIMENTO, C. G. Experimentações, apostas, conexões teóricas e pessoais de um pesquisador encarnado. In: MESSEDER, S. A; NASCIMENTO, C. G. (org.). *Pesquisador(a) encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*. Salvador, EDUFBA, 2020.

NASCIMENTO, C. G. A gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico: cartografias de grupos de pesquisa em gênero, sexualidade e queer. 2021. *Tese* (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento, Universidade federal da Bahia, 2021.

NASCIMENTO, C. G. *A gestão encarnada do conhecimento: grupos de pesquisas em gênero, sexualidade e queer*. Salvador: EDUNEB, 2023.

OLIVEIRA, E. Ancestralidade. In: MESSEDER, S. A.; NASCIMENTO, C. G. (orgs.). *O(A) Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*. Salvador: Edfuba, 2020b. p. 117-144.

VIDARTE, Paco. *Ética bixa: proclamações libertárias para uma militância LGBT*. Tradução Maria Selenir Nunes dos Santos e Paulo Cardellino Soto. São Paulo: n-1 edições, 2019.

Resenhas

BART, Daniel. *Évaluation et didactique : un dialogue critique*.
Bruxelas: Peter Lang, 2023. 276 p.

A avaliação sob escrutínio: uma abordagem crítica da avaliação e da didática*

Cristian Henrique Imbruniz**

Carla Jeanny Fusca***

A avaliação tem sido, nas últimas duas décadas, um ponto de encontro entre pesquisadores, políticos e diferentes grupos que, interessados no processo educacional, compõem a sociedade. No início dos anos 2000, o Brasil, que não é membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi o primeiro país dito em desenvolvimento a participar do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA). Para o Ministro da Educação à época, responsável pela iniciativa, Paulo Renato de Souza, a participação do Brasil no PISA teria tido dois significados positivos. De um lado, sinalizava a maturidade da pasta de educação no cumprimento dos critérios para a participação da prova. De outro, a consolidação da capacidade técnica de realizar um exame em larga escala, que colocou à prova os sistemas de informação e avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Souza, 2005, p. 122). Os resultados do Brasil, divulgados no relatório do PISA de dezembro de 2001, foram contundentes: 30º colocado entre 30 países.

* Este trabalho se vincula a ações de pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processos nº 2020/03933-1 e 2022/13328-3) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, processo nº 88887.802711/2023-00).

** Universidade de São Paulo (USP). Doutorando na Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador convidado na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6506-9285>.

*** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Doutoranda na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e pesquisadora convidada na Université de Lille. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3457-9260>.

Entusiasta das avaliações, já tendo as instituído, em sua gestão, em todos os níveis educacionais, o ministro não se envergonhou da colocação para lá de modesta. Apesar dos problemas causados pela evasão e pela repetência¹, para Paulo Renato de Souza, o resultado obtido nessa primeira participação, na prática, posicionaria o Brasil entre os países ditos desenvolvidos. O entusiasmo do ministro rendeu chacotas e críticas² daqueles que, ao contrário dele, eram incapazes de compreender como a última colocação em um exame poderia ser um resultado não tão ruim ou, mesmo, positivo (Souza, 2005, p. 122).

Essa incompreensão, expressa de modo bem-humorado ou severo, atravessa o tempo e, a cada nova edição de uma avaliação educacional, interpela pesquisadores, professores e ativistas. Certamente, ela também não está desconectada da incompreensão que, em algum momento, todos compartilharam sobre a necessidade de realizar uma avaliação escolar. A interpelação não revela, pois, uma incompreensão de amplos setores da sociedade sobre as avaliações educacionais de grande ou pequena escala, dirigidas ao aferimento das qualidades de um sistema de ensino ou do desempenho de um aluno, mas impõe a urgência do tema, por vezes, pouco debatido em seus meandros e particularidades.

Pesquisas recentes têm modificado, porém, esse cenário. Em trabalho sobre o tratamento de textos literários, Bart e Daunay (2018) analisam o discurso do PISA, sobretudo funcionamentos recorrentes, como a remissão ao universal em

1 As provas do PISA são aplicadas para alunos de 15 anos, independentemente do ano escolar em que estejam. No Brasil, onde havia considerável distorção entre idade e série, essa exigência representava um problema, pois não havia garantia de que os estudantes tivessem tido acesso formal aos conteúdos cobrados na avaliação.

2 No início do século XXI, no Brasil, as discussões sobre avaliação educacional já faziam correr muita tinta. Esse fato atesta a necessidade e a importância de estudos dedicados ao tema. Para ilustrar esse momento inaugural, remetemos ao artigo *Copo meio cheio ou copo meio vazio*, de Souza (2001), publicado na *Folha de S. Paulo*.

detrimento do particular, à evidência em detrimento da crítica interna e externa e à ficcionalização da multiculturalidade em detrimento da sua efetiva consideração. Esses funcionamentos garantem que o exame seja socialmente percebido como instrumento transcultural e transnacional. Para os autores, nessa condição, ele teria efeitos sociais e políticos não negligenciáveis, capazes de orientar, sem o ônus do comprometimento local, importantes decisões sobre sistemas de ensino. Assis e Bart (2023) reúnem, em obra coletiva, pesquisadores que, debruçados sobre a compreensão de texto no PISA, investigam o discurso docente sobre essa avaliação no Brasil e na França. Sem pretender fornecer resultados representativos do desempenho desses dois países na prova e resguardados dos perigos das ilusões comparativas, o trabalho assume uma postura crítica sobre problemas didáticos, sociais e políticos relativos à leitura e à escrita.

Em seu livro *Évaluation et didactique : un dialogue critique*, Daniel Bart, professor da Universidade de Lille (França), apresenta um importante debate sobre as relações entre avaliação e didática, que subjaz a trabalhos dedicados a avaliações específicas, como o PISA. Ao mesmo tempo que recompõe a história recente de associações profissionais, eventos científicos e publicações desses campos, o pesquisador escrutina os pressupostos teóricos e metodológicos que, por vezes, como se se tratasse de uma filosofia espontânea, organizam-nos. A contribuição de Bart é, precisamente, a explicitação dos sistemas de valores subjacentes à institucionalização das disciplinas investigadas, o que garante um diálogo crítico entre elas. Apoiado em amplo trabalho documental, o pesquisador não se esquiv

de realizar um estudo das decisões que, no curso do tempo, mediaram a relação entre a avaliação e a didática, valendo-se, sempre, de material empírico proveniente do domínio especializado da avaliação, das didáticas do francês como língua materna e das matemáticas. Os questionamentos sobre o lugar conferido às disciplinas e aos conteúdos escolares ou sobre orientações prescritivistas ou descritivistas são, pois, pontos de referência para que o autor apresente um estado da arte dessas disciplinas na França e, ao mesmo tempo, reúna elementos para a proposição de um novo programa de pesquisa em avaliação.

O livro se divide em quatro partes, três delas correspondendo, sucessivamente, a eixos de questionamentos em torno dos quais o autor organiza o seu percurso crítico. São eles: (i) delimitação de domínios de pesquisa e definição de objetos; (ii) polêmicas entre as abordagens das pesquisas realizadas no interior desses domínios e (iii) controvérsias metodológicas relativas à pesquisa em avaliação. Cada uma das três partes iniciais se subdivide em três capítulos: um dedicado à avaliação e outros dois às didáticas. A quarta e última parte apresenta, ao longo de sete capítulos, fundamentos de uma proposta para uma pesquisa renovada em avaliação, resultado da investigação desenvolvida nos eixos anteriores. Essa proposta se apoia nas contribuições de trabalhos especializados em avaliação e didática³ e, ao mesmo tempo, questiona suas orientações teórico-metodológicas dominantes. Em vez de recusar as tradições dos mencionados campos, o autor identifica, neles, debates centrais, capazes de oferecer subsídios para um programa de pesquisa não avaliativo da avaliação.

A primeira parte elege o par formado por disciplinas e

³ A apresentação desses trabalhos escapa aos limites desta resenha. Vale sinalizar, porém, que eles são provenientes de eventos de associações e de revistas tradicionais. No caso das associações, destaca-se a *Association pour le Développement des Méthodologies d'Évaluation en Éducation* (ADMÉE). No das revistas, a *Pratiques* e a *Repères*.

conteúdos como ponto de entrada para a investigação dos objetos de pesquisa em avaliação e em didática. Por meio de levantamento de trabalhos dessas áreas, o autor sublinha que grande parte das propostas de pesquisa em avaliação descuidaram de temas ligados às disciplinas e aos conteúdos, ainda que hoje se adote postura distinta. No domínio da didática, historicamente organizado por esse par, Bart observa que tais objetos continuam figurando como fonte de controvérsias no estabelecimento de linhas de investigação. O autor delimita, portanto, um primeiro eixo de questionamento entre avaliação e didática: enquanto, nas pesquisas de avaliação, as disciplinas e conteúdos são frequentemente deixados em segundo plano, nas de didática, esse par é responsável pela organização do campo científico.

A segunda parte recupera, em tradicionais revistas científicas e atas de eventos de associações profissionais, um novo eixo de questionamento entre avaliação e didática. As pesquisas em avaliação se orientavam, inicialmente, pela prescrição, sem que, contudo, as discussões internas sobre a pertinência da descrição fossem interditadas. Com efeito, os embates entre prescrição e descrição cumprem um papel organizador nesse campo. As didáticas apresentam um percurso cruzado. Se, na sua fase militante, a didática do francês requisitava transformações nas práticas de ensino de língua materna, no mesmo período, na das matemáticas, a partir de trabalhos de Yves Chevallard e de Guy Brousseau, adotava-se uma postura descritiva. Entretanto, no presente, as posições se inverteram. Os estudiosos da didática do francês, como Yves Reuter e Bertrand Daunay, reclamam abordagens descritivas, e seus pares, nas matemáticas, adotam o caminho oposto. O segundo eixo de questionamento consiste, pois, na regulação e na articulação entre prescrição e descrição.

A terceira parte se dedica à necessidade de distinção entre

avaliação como prática e como objeto de pesquisa. Esses dois propósitos, diferentes entre si, acabam sendo tratados, pelos pesquisadores e outros atores, como uma atividade indistinguível. Consagrada e recorrente, a indistinção produz efeitos na delimitação de objetivos e métodos de pesquisa e atua como um dos fundamentos do campo científico da avaliação. O efeito de indistinção entre prática e pesquisa atua, ainda, nas didáticas, que tendem a reproduzi-lo sob formas particulares. O terceiro eixo de questionamento remeteria, portanto, à assimilação entre prática e pesquisa na avaliação.

Cada um desses eixos converge, na quarta parte do livro, para uma proposta teórico-metodológica de pesquisa em avaliação. Daniel Bart ressalta que essa proposição, apresentada em sete passos, só faz sentido na medida em que possa ser realizada e, sobretudo, discutida coletivamente, em diálogo marcado pela interdisciplinaridade. O primeiro passo enfatiza a necessidade de realização de debates teóricos e metodológicos a partir de questões concretas, gestadas nos campos da avaliação e da didática. O segundo reclama a assunção da avaliação como objeto de estudo específico e como instrumento heurístico, sem, entretanto, abandonar objetos como disciplinas e conteúdos. Esse par não importaria, por sua vez, formas acabadas, mas construções que, uma vez analisadas, permitiriam distinguir os funcionamentos particulares da avaliação. O terceiro passo exige um compromisso da pesquisa com a descrição em detrimento da prescrição. O quarto reivindica a distinção rigorosa entre avaliação como prática e como objeto de pesquisa, o que evitaria o apagamento das especificidades de cada uma dessas atividades. O quinto passo demanda a investigação e o questionamento dos sistemas de valores que pesam sobre a avaliação. Em vez de instituir um critério de neutralidade, essa tarefa suscitaria a investigação de implícitos e de pressupostos que, à revelia de intenções, podem conduzir a certas decisões de pesquisa. O sexto passo destaca a necessidade de realizar uma crítica da crítica,

que interviria sobre os questionamentos feitos às práticas e aos modelos de avaliação. O sétimo e último passo conclama uma proposta de crítica dos dispositivos institucionais de avaliação que, a partir da noção de *disfuncionamento*, descreva aspectos normativos da pesquisa, sem, contudo, assumi-los como ponto de partida necessário.

Esses sete passos situam a avaliação no quadro do funcionamento dos sistemas didáticos, tendo em conta as especificidades e os constrangimentos impostos pelos conteúdos e pelas disciplinas. Sem pretender constituir uma abordagem uniforme ou unificada da avaliação, o autor procura traçar uma possível direção de investigação, cuja característica seria a abertura para críticas e revisões. Nela, o diálogo interdisciplinar é fundamental para descrever características comuns e específicas dos variados modos de conceituar a avaliação em diferentes áreas. Trata-se de compreender a avaliação como uma engrenagem no funcionamento disciplinar, a qual deve ser objeto de descrição em lugar de prescrição. O trabalho de descrição pressupõe, para Bart, uma clarificação no que diz respeito à avaliação como prática escolar recorrente e a avaliação como interesse de pesquisa. No plano teórico, é preciso, pois, trabalhar para se distanciar da lógica avaliativa do mundo escolar, a fim de questionar seu funcionamento e seu processo de naturalização.

As propostas feitas por Daniel Bart, apoiadas por um conjunto de decisões teóricas e metodológicas, se sustentam, portanto, em uma investigação documental e crítica que, sem pretender restituir ou fixar uma história dos campos da avaliação e das didáticas, não se furta de questionar os elementos que, cotidianamente, passam despercebidos por pesquisadores, professores e demais interessados. Esses elementos, que compõem o fundo epistemológico da avaliação, organizam seleções de objetos, modos de realização de pesquisas e, na prática, têm desdobramentos importantes, seja no financiamento de projetos, seja na elaboração de avaliações. Se o ponto de

culminância de *Évaluation et didactique* é sua proposta original de estudo da avaliação, a retomada de suas contribuições particulares, como procuramos fazer nesta resenha, não deixa esquecer a importância decisiva de um interesse histórico e epistemológico sobre o domínio das avaliações, das didáticas e, sobretudo, das suas possibilidades de aproximação e de distanciamento. Para Bart (2023, p. 244), trata-se de fazer a opção pela postura do imbecil, que, ao recusar a constatação do óbvio, mostra “os limites, as evidências ou os impensados da literatura especializada ou didática sobre a avaliação”.

Referências

ASSIS, Juliana Alves; BART, Daniel. *O PISA: olhares cruzados Brasil-França sobre uma abordagem internacional da avaliação da leitura*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3GnitRR>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BART, Daniel. *Évaluation et didactique : un dialogue critique*. Peter Lang: Bruxelas, 2023.

BART, Daniel; DAUNAY, Bertrand. *Pode-se levar a sério o pisa? O tratamento do texto literário em uma avaliação internacional*. Campinas: Mercado das Letras, 2018.

SOUZA, Paulo Renato. *A revolução gerenciada: educação no Brasil (1995-2002)*. São Paulo: Pearson, 2005.

SOUZA, Paulo Renato. Copo meio cheio ou copo meio vazio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 81, n. 26.550, p. A3, 11 dezembro 2001.

Recebido: 01/12/2023

Aceito: 28/05/2024

MARTINS, Lindevania. *Teresa decide falar*. Recife: Cepe, 2022. 148 p.

Transgressões em *Teresa decide falar*, de Lindevania Martins: formas de agir

Thais Rabelo de Souza*

Teresa decide falar, livro de contos vencedor do VI Prêmio Cepe Nacional de Literatura de 2021, publicado pela Cepe em 2022, de autoria da maranhense Lindevania Martins, nos apresenta o cotidiano e seus abcessos, seus outros níveis de fuga e formas de existir. Ao colocar em cena corpos, falas, formas de pensar, ver e ser representados a partir de personagens e lugares de enunciação que reivindicam a visibilidade de suas expressões, suas texturas, fraturas, seus desejos e formas de enxergar e sobreviver ao cotidiano, Lindevania Martins demonstra que a distância entre o extraordinário, o fantástico e a ordinariedade dos dias que se repetem exaustivamente podem ser um convite para enxergarmos para além dos nossos próprios limites, das bolhas sociais que teimam em aparentar sua pretensa solidez. A autora maranhense é também defensora pública, atuando no núcleo de defesa da mulher e população LGBT, e tem outros livros publicados: *Anônimos* (2003), *Zona de desconforto* (2018) e *Longe de mim* (2019), livros de contos, e *Fora dos trilhos* (2019), de poesia.

O livro reúne quinze contos, alguns com temáticas e reflexões que dialogam entre si, “Teresa decide falar”, primeiro

* Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda em Teoria Literária pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/PPGL), bolsista da CAPES, Mestre em Letras (UFPE), ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9862-4810>.

conto que abre o livro, não por acaso, representa a metáfora da recusa ao silenciamento, do direito ao corpo, da insubordinação e do exercício reflexivo da linguagem, temáticas estas que também atravessam os outros contos da autora. Teresa, é uma égua manga-larga, que na já na fase da velhice, decide falar. No início, o dono do sítio demonstra interesse pelo que ela tem a comunicar, dada a extraordinariedade da situação, e decide procurar o veterinário da cidade para avaliar a situação. Ao perceber que Teresa falava uma língua particular, até então desconhecida, trabalham na hipótese de contratar um tradutor, e o que a princípio fora considerado como um trunfo, algo raríssimo de se encontrar, aos poucos, no mapeamento de possíveis considerações do porquê só agora Teresa decidira falar, se torna uma ameaça.

Teresa poderia denunciar os maus tratos, a separação forçada dos filhos, os anos de trabalho no sítio. A perspicácia engendrada no diálogo que segue entre veterinário e o dono do sítio, traz à tona todo o discurso autoritário daqueles que dentro da hierarquia de poderes das estruturas sociais, controlam e ditam as ações dos que são silenciados, escamoteando de outras figurações as condições a que são submetidos.

No entanto, o silenciamento não deixa de instituir outros lugares de significação, de acordo com as reflexões propostas por Eni Puccinelli Orlandi (2007). Para a autora, o silenciamento que não é mais o silêncio, e sim o “pôr em silêncio”, aponta que dentro da produção dos sentidos que foram ou vão sendo silenciados, o não-dizer está também ligado a uma questão histórica e ideológica, alargando assim a própria noção de censura para uma compreensão de “qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos. Mas mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não “vinga”

em um lugar determinado.” (Orlandi, 2007, p.13).

A metáfora do silenciamento no conto em questão, desestabiliza vários engendramentos de poder, pois ainda que haja mecanismos de imposição do silêncio, tanto físicos quanto simbólicos, representados a partir da figura da égua, e da condução por parte do dono, do mínimo para que pudesse explorar até o final as condições físicas de Teresa, esta, ainda que silenciada em várias instâncias, retoma o caminho da insubordinação. Aqui, segue-se a premissa teórica de Orlandi (2007), de que o silêncio encontra outros caminhos para significar, pois o sentido está sempre em movimento.

Esse silenciamento se instaura também no dia a dia de outros personagens, em contos como “Fim de expediente” ou “Por linhas tortas”, o direito a fala, o acesso aos direitos mínimos enquanto cidadão são conquistados exaustivamente e perigosamente todos os dias, mesmo diante da exploração do trabalho ou da violência física, das intervenções forçadas marcadas na carne e na memória, num jogo onde se perde mais do que se ganha. As cicatrizes lembrando sempre que é necessário viver para não repetir, viver para alcançar outras formas de denunciar as mazelas sofridas. “Fim de expediente” intercala as reflexões pessoais da personagem e a descrição do cotidiano do seu ambiente de trabalho, um lugar impessoal, mas ao mesmo tempo necessário para esquecer ou não lembrar da sua vida lá fora.

A brutalidade com que cerca seu modo de ver as coisas mínimas do mundo foi o escudo disponível para enfrentar a violência sofrida na adolescência, apenas por tentar encontrar sua forma de ser e amar no mundo. Nesse espaço “cheio de separações que delimitam muito bem a que lugar pertence

cada um” (Martins, 2022, p.28), metáfora tanto do espaço público, seu trabalho, quanto do privado, a casa, conhecemos uma personagem que enfrenta as imposições e silenciamento por ser mulher, negra, lésbica, da violência física marcada na carne, “feitas à faca e corda, que seu próprio irmão produziu em seu corpo: a fórmula mágica para você aprender a gostar de meninos” (Martins, 2022, p.31), além da violência simbólica velada de todos os dias, os “olhares como aquele sobre seus cabelos, seu nariz, sua cor” (Martins, 2022, p.28-29).

Felizmente, neste conto, temos um final diferente do encontrado em “Por linhas tortas”, a personagem elabora um caminho novo, reencontra sua força e formas para implodir essas barreiras. Esse cotidiano marginalizado, que de tanto se repetir acaba se “naturalizando” para muitos, mais uma notícia igual a que soubemos na semana passada, se apresenta na escrita de Lindevania enquanto uma ferida aberta, uma força corrosiva que necessita de escuta, ser exposta em toda sua visceralidade, um lembrete de que não há como fugir, os caminhos da memória sempre teimam em tropeçar em algum beco esquecido.

Eurídice Figueiredo (2020), ao se debruçar sobre a produção literária de autoria feminina no Brasil, percebe que “tanto as escritoras quanto as pesquisadoras mais jovens abordam, com muito vigor, a questão da violência simbólica e da violência física sofridas pelas mulheres” (Figueiredo, 2020, p.11). Essa violência, uma das temáticas abordadas na contística de Lindevania Martins é uma forma de dar visibilidade às vozes sociais antes silenciadas, de denunciar e ao mesmo tempo sinalizar mudanças dentro da logística patriarcal, que em sua estrutura de poder, infelizmente, ainda induzem os “dominados a pensar e agir em favor dos dominadores. Os dominados, no caso, as mulheres, não

agem de forma livre e consciente, agem sob o efeito das formas prescritas pelo poder, disseminadas e inscritas em seus corpos” (Figueiredo, 2020, p.19). Dentro dos impasses e das lutas diárias numa sociedade em que muitos aspectos vêm retrocedendo em algumas pautas, principalmente nas que dizem respeito ao gênero e do direito ao corpo, Eurídice Figueiredo (2020), ainda sim, aponta mudanças visíveis nas temáticas colocadas em pauta na literatura contemporânea de autoria feminina.

Voltando para os contos de Lindevania, em “A substituta” e “Ossos do ofício”, ao situar o chão das narrativas no terreno do fantástico, instaurando a dúvida entre qual mundo transitar ou acreditar, a autora também possibilita ao leitor camadas de significações múltiplas, ao problematizar questões sociais, culturais, e de gênero. No primeiro conto mencionado, somos convidados para compor, a partir de pistas e informações que vão sendo dadas no decorrer da narrativa, a identidade e vida da personagem Denise, que experimenta a imobilidade forçada de habitar um corpo no qual a personagem também não se reconhece. Ao emprestar vida para esse corpo enquanto forma de punição, maneira de pagar pelo que havia acontecido, a partir desse fundo de ficção científica, descobrimos que as memórias de Denise foram transplantadas para outro corpo: “transplantamos seu cérebro no clone para mantê-lo em atividade e treiná-lo, enquanto substituímos suas memórias gradualmente pelas de Vitória” (Martins, 2022, p.35). Só que nesse processo algo sai fora do planejado, e, dessa forma, para Denise, já havia sido sentenciada várias maneiras de estar morta.

Já em “Ossos do Ofício”, duas mulheres, dentro da relação de patroa e empregada, brigam pela permanência de habitar a casa e todas as suas memórias, mesmo depois de mortas.

Marina, a patroa, explora a mão de obra de Gerusa, pagando o mínimo, em um trabalho que para além da casa se estendia aos cuidados das crianças também. A grande reviravolta dessa relação acontece quando Gerusa, cansada dos abusos, da falta de férias ou décimo terceiro, flagra Marina “alguns dias antes conversando com a vizinha sobre uma moça mais jovem que trabalharia mais horas do que eu e o faria pela metade do salário” (Martins, 2022, p.71). A partir daqui os questionamentos sobre os direitos, os afetos e limites do outro se tornam uma busca no limiar entre a vida e a morte.

Regina Dalcastagnè (2012), em suas considerações sobre a literatura brasileira contemporânea e seus espaços de contestações e disputas, ressalta que: “Muito além de estilos ou escolhas repertoriais, o que está em jogo é a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele” (Dalcastagnè, 2012, p. 7). Por isso, nessa busca por espaço dentro de um sistema que ainda é muito homogêneo, a instauração de novas vozes causa “ruídos e desconforto”, pois mobilizam novas possibilidades, recortes e pluralidade de perspectivas, conforme salienta a autora. Lindevania Martins, a partir de suas obras, é uma dessas vozes que aborda esse dizer sobre o mundo por meio de outros enquadramentos, o da inquietação, da indignação e espanto, do insubordinar-se aqui e mais adiante. Uma forma de representação do cotidiano que habita os seus deslizos, a pessoalidade e subjetividade daqueles que dão forma ao ordinário do dia a dia. É nessa partilha de vidas singulares que vai embaralhando os modos de sentir a realidade outra, e, de certa forma, coletiva também. Sabemos que os dias se repetem independentes de nós, legitimar uma fração de significações possíveis, ainda que solitárias, é sempre uma forma corajosa de

movimentar os sentidos.

Referências

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

MARTINS, Lindevania. *Teresa decide falar*. Recife: Cepe, 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Recebido em: 30/08/2023

Aceito em :27/09/2024

Entrevista

Entrevista: Hernán ULM

Por Alex Martoni*

En las últimas décadas, el desarrollo de nuevos dispositivos técnicos para registrar, procesar y transmitir información ha dado lugar a una aguda conciencia de que cuando escribimos, fotografiamos, grabamos, filmamos, tecleamos o compartimos, entre otros gestos, se cumplen las condiciones técnicas que nos permiten hazlo. Inscriben los límites de lo que podemos percibir y pensar. En este sentido, lo que entendemos por estético es también técnico y político.

Es precisamente el problema de esta tríada el que centra la atención del filósofo argentino Hernán Ulm, Catedrático de Problemas Filosóficos y Estéticos Contemporáneos de la Universidad Nacional de las Artes, en Buenos Aires, Argentina, donde actualmente también dirige el Programa de Posgrado en Investigación en Artes. La investigación de Hernán Ulm examina de que manera las formas sociotécnicas de agencia de la percepción constituyen un problema político en la medida en que determinan nuestras formas de compartir lo común y, en consecuencia, la formación de la comunidad misma. Este problema ya quedó insinuado en su primer libro de ensayos *Cuestión de imágenes* (2011). En él, el filósofo buscaba investigar el papel de las imágenes en la mediación de la realidad actual a partir de las obras de tres filósofos (Platón, Kant y Nietzsche) y dos artistas (Paul Cézanne y Marcel Duchamp). Este problema lo lleva, en su próximo trabajo, *Rituales de la percepción*:

¹ Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutor em Estudos de Literatura. Professor da graduação em Letras e do Programa de pós-graduação em Letras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5066-468X>

artes, Técnicas, Políticas (2021), a investigar el problema de las imágenes técnicas, más precisamente cómo las formas de programación dentro de los dispositivos técnicos prescriben los límites de la experiencia en el mundo contemporáneo. Más recientemente, en *Desbordes. El dibujo en su sitio* (2023), Hernán Ulm investiga ciertas prácticas del arte latinoamericano que constituyen una forma de resistencia a los modos de sensibilidad producidos dentro de las formas de agenciamiento neoliberales. En la siguiente entrevista se abordaron estas y otras cuestiones.

Alex Martoni: Hay una tesis suya que tuvo mucha repercusión en Brasil y que consiste en la hipótesis de una “fenda incommensurable” entre literatura y cine. ¿Podrías explicar las razones que te llevaron a construir esta metáfora?

Hernán Ulm: La “fenda incommensurable” fue una forma de pensar la diferencia entre dos tipos de materialidades: la escritura y las imágenes audiovisuales que, respectivamente, se expresan bajo la forma de la literatura y el cine. La tesis dice que la escritura y las imágenes audiovisuales producen formas diferentes del tiempo. Es decir: el tiempo es una organización política de lo sensible: no hay una forma pura del tiempo, sino que el tiempo depende de sus modos de inscripción material. La escritura nos ofrece una forma lineal y sucesiva del tiempo, que habitualmente nombramos como Historia y como Narración. Las imágenes audiovisuales producen una forma no lineal y no sucesiva del tiempo que, habitualmente llamamos Memoria y como modelo No Narrativo. Lo que quiero señalar es que entre ambas formas: la escritura y las imágenes, entre la Historia y la Memoria hay una incommensurability, lo que quiere decir

dos formas de configurar la experiencia del tiempo que no se pueden traducir, que no se pueden medir entre sí, que no tienen una medida en común. Hay, si se quiere, una tensión polar (para decirlo en términos que pueden ser tanto warburguanos o benjaminianos o incluso como se puede encontrar en textos del feminismo afrodescendiente de Audre Lorde) por el cual la escritura y las imágenes producen figuras de la temporalidad que no pueden reconciliarse. En ese marco, la literatura y el cine expresan las formas límites de la Historia Narrativa, de un lado y las formas de la Memoria No Narrativa del otro. Si la literatura es el trabajo del lenguaje contra sí mismo, el extremo literario encuentra el silencio de lo narrativo como su condición inicial (es el caso de Clarice Lispector que encuentra el “it” de lo literario: el eso que no se puede ya nombrar: lo neutro) y si el cine es el trabajo de las imágenes contra sí mismas, en su extremo se encuentra un “inmemorial” que no puede ya ser recordado (es el caso de Lucrecia Martel que muestra que la Memoria se pierde en la ausencia de la Imagen). En última instancia la herida entre escritura e imágenes muestra que el presente es el umbral irreconciliable entre dos tiempos que nos pueden reconocer entre sí ni se dejan representar uno por el otro.

Alex Martoni: Otro concepto que propusiste y que tuvo fuerte resonancia en Argentina, Chile y Brasil es la noción de “rituales de percepción”, desde la cual buscas pensar las implicaciones entre literatura, arte y técnica en el mundo contemporáneo. Después de todo, ¿qué son los “rituales de percepción”?

Hernán Ulm: A través del concepto “rituales de la percepción” intento mostrar que la percepción nunca es pura, neutra, salvaje, sino que siempre está configurada por un conjunto de reglas intersubjetivamente compartidas que organizan y prescriben lo que puede o no ser percibido legítimamente dentro de un agenciamiento social. Esto quiere decir que no hay detrás de las reglas una percepción “verdadera” sino que toda percepción, donde quiera que fuera, siempre está “prescripta” por un ritual. Que la percepción está “prescripta” quiere decir que 1) está regulada por reglas que normalizan (fuerza de ley del ritual); 2) que viene a restaurar o a remediar una percepción ilegítima (como un médico “prescribe” una receta para restablecer la salud de un enfermo); 3) que los agenciamientos sociales tienen límites, que se acaban y mutan a lo largo del tiempo (como cuando se dice que algo “prescribe” porque ya no actúa, no produce efectos, etc. En definitiva, lo que muestro es que un agenciamiento social es, antes que otra cosa, una organización ritualizada de lo sensible que hace que las percepciones se aparezcan como legítimas. Es decir, un agenciamiento es en primer lugar una organización afectiva, un ritual afectivo. Y esos rituales se expresan según dos devenires: un devenir técnico que tiende a manifestar la normalización de la percepción según reglas más o menos estrictas y un devenir artístico que tiende a cuestionar

esas reglas. Dicho de otra forma, los rituales de la percepción expresan las configuraciones estético-políticas que definen los modos del aparecer común según devenires técnicos de un lado y según artísticos por el otro.

Alex Martoni: En los últimos años ha habido un aumento significativo del interés por la obra del historiador de arte alemán Aby Warburg, cuya versión brasileña cuenta con su revisión técnica. ¿A qué atribuye esta renovación del interés por la obra de Warburg? ¿Cómo nos permite tu trabajo pensar la experiencia cultural del presente?

Hernán Ulm: El regreso del pensamiento warburguiano viene acompañado de un agotamiento de la Historia como modelo de comprensión del tiempo y de nuestro propio presente dentro de esa Historia. Warburg permite pensar, a partir de las imágenes, una relación con el pasado a través de la Memoria, que puede evidenciarse mediante un procedimiento específico que es el del “montaje” con el que el pensador alemán construyó su Atlas. Warburg muestra que el presente está habitado por fuerzas que actúan desde el pasado en nosotros de modo inconsciente y que ese pasado no ha pasado, sino que dura en el presente (lo que él llama un *Nachleben*, una vida póstuma, una insistencia de la vida en las imágenes). Digamos también que las imágenes son como sobrevivencias, fantasmas que, ni vivas ni muertas, siguen operando en el interior de nuestro presente. En este sentido, para Warburg las imágenes no son ilustrativas ni representativas. Las imágenes son expresiones de fuerzas en conflicto en los que se dispersa el presente. Digamos que las imágenes son un umbral de dispersión de las fuerzas que

configuran nuestro presente. En una imagen hay que ver esas fuerzas que se disputan la unidad imposible de este presente que habitamos. En ese sentido las imágenes componen una “tensión polar” entre fuerzas que afirman potencias de sentido divergente. No hay “oposición” sino “tensión polar”: esto quiere decir que las fuerzas se mantienen entre sí en el interior de imágenes que no expresan la unidad sintética que supera las fuerzas, sino que, por el contrario, presentan el carácter irreconciliable de las fuerzas que nos componen. Es, claro, una tesis antidualéctica o, si se quiere, que se acerca a la idea de una “dialéctica en suspenso” de Benjamin. En definitiva, el retorno de Warburg es el retorno de un pensamiento que nos ofrece una heurística para pensar las especificidades y las singularidades de las imágenes como instrumentos de configuración de nuestro presente y nos ofrece herramientas para pensar críticamente la supuesta unidad de un presente que, por el contrario, puede ser descompuesto en las fuerzas dispares que conforman un “nosotros”.

Alex Martoni: La elección de Javier Milei, el año pasado, parece constituir un capítulo más en una historia reciente de crisis que atraviesa la Argentina. ¿Cómo las Letras y las Artes del país han buscado reflexionar sobre esto? ¿Qué obras recomienda a los lectores brasileños que quieran conocer la experiencia política y estética argentina de las últimas décadas?

Hernán Ulm: Hay que ubicar el fenómeno de Milei dentro del contexto general de crisis de las democracias representativas de Occidente. Si bien parece un fenómeno especial, creo que es preciso ubicarlo dentro de esa crisis de más amplia duración por el que las democracias representativas no pueden dar cuenta de

una respuesta política que dé lugar a las formas de la divergencia bajo un sistema normativo común. Quiero decir con esto que el fracaso de las democracias en occidentales es un fenómeno que tiene que ser pensando en relación con la cuestión, que ya planteaba Barthes, de “cómo vivir juntos”, es decir, cómo pensar una polis que nos permita habilitar modos de existencia que no sean reducibles a las formas del intercambio neoliberal. Con esto quiere señalar que el fracaso o el límite de las democracias representativas está vinculado a la emergencia de fórmulas neoliberales y que ese doble fenómeno es lo que podemos llamar globalización. Con esto quiero indicar que podemos llamar globalización al fenómeno por el cual el neoliberalismo supone la crisis general de las democracias representativas occidentales. Creo que las literaturas y las artes piensan, en el interior de la globalización, de un modo que a mí me gusta llamar “sitiado” (en una especie de referencia homenaje a *A cidade sitiada* de Clarice Lispector. Estamos sitiados (en el sentido de que estamos bajo el asedio, pero también en un lugar preciso, en un lugar singular y específico, en el interior del este asedio) por fuerzas que tenemos que aprender a volver contra sí mismas. Estar en “nuestro sitio” es poder afirmar las fuerzas que desde este lugar en el que estamos confrontan desde el interior a las formas generales de la globalización. Creo que el cine de Lisandro Alonso, de Paz Encina (en Paraguay) de Kiro Ruso (en Bolivia) serían modos de pensarnos en el interior de estos procesos. Las obras teóricas de Pablo Rodríguez, Margarita Martínez, Cristian Ferrer, Gonzalo Aguirre pueden ayudarnos a pensar estos devenires en nuestro país.

Alex Martoni: Actualmente, vienes desarrollando investigaciones encaminadas a una revisión histórica de las concepciones epistemológicas del arte. ¿Cuál es el motivo que le llevó a esta investigación y qué resultados espera obtener de la misma?

Hernán Ulm: Como una deriva de las investigaciones llevadas a cabo en *Rituales de la percepción: artes, técnicas, políticas*, quiero pensar, en una perspectiva posmetafísica, por el “modo de existencia de las prácticas artísticas”. Con esta fórmula, claro, estoy citando el libro de Gilbert Simondon: *El modo de existencia de los objetos técnicos*. En una perspectiva posmetafísica ya no se pregunta qué es algo (para lo que me interesa “qué es el arte”) sino “como existe” (cómo existe el arte). Esto implica no pensar en términos de una esencia que se repartiría de modo desigual a lo largo de la historia sino en términos de las fuerzas que configuran esa experiencia que se recubre bajo el nombre común de “arte”. Desde el siglo XVI al XIX, el arte existe como una experiencia vinculada al gusto: en este sentido el arte expresa una política que define lo que puede ser considerado bello (de buen gusto) y establece que hay determinados objetos que deben ser separados del ámbito del consumo y destinados a la mera contemplación para el mejor goce o placer estético (está claro que ese goce o placer se manifiesta como condición de un tiempo que se dispone como ocio fuera del trabajo, etc.). Pero desde hace al menos cien años, el arte deja de existir bajo esa forma, bajo la forma de un “pensamiento del gusto” y comienzan a aparecer fenómenos que, en vez de afirmar la condición del “buen gusto”, vienen a impugnar la configuración sensible de lo común. Ya no se trata de “obras” (es decir no se trata de objetos) sino de

prácticas que impugnan o ponen en discusión las formas en que se configura la sensibilidad común. Estas prácticas artísticas existen, entonces, en función no de expresar un bien simbólico sino en función de una disputa política por la sensibilidad. Mi investigación quiere mostrar entonces la potencia de estas formas de existencia, de estas prácticas artísticas que, lejos ya de querer manifestar y de reconocerse bajo las cualidades de “lo bello”, proponen una forma de cuestionar las configuraciones que producen una identidad, suponen un pensamiento totalitario y definen normalidades sociopolíticas. Me refiero a que las prácticas artísticas existen como prácticas del pensamiento que interrumpen los flujos cotidianos de la sensibilidad. En la actualidad, estoy interesado en definir de un modo singular la experiencia de la performance como modo de mostrar las fuerzas que hacen posible “desnormalizar” el cuerpo. Las divergencias políticas (feminismos, pensamientos trans, minoridades étnicas, etc.) encuentran en el arte de la performance un modo de, por un lado, denunciar las reglas que producen un cuerpo normalizado y, por otro lado, pensar otras formas de corporeización es decir otras maneras de producir un cuerpo (la famosa locución de Deleuze y Guattari “cuerpo sin órganos” encuentra aquí todo su sentido artístico tanto como la cuestión del “sensorium” tal como la podía pensar Benjamin). En definitiva, me interesa pensar la existencia de las prácticas artísticas no como expresión de una esencia universal que debería encontrarse en toda manifestación de los objetos llamados “bellos”, sino como prácticas que ponen en evidencia las disputas estéticas que dan batalla para la configuración de un “sensible en común” que no está nunca dado sino que está siempre construido y es tema de un combate en favor de las divergencias.